UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCAS ALVES DA SILVA

“CONCILIAÇÃO RIMA COM TRAIÇÃO”: RELAÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO PARANÁ E OS LIMITES REGIONAIS DA TRANSIÇÃO PARA A NOVA REPÚBLICA (1979-1985)

FLORIANÓPOLIS
2024

LUCAS ALVES DA SILVA

“CONCILIAÇÃO RIMA COM TRAIÇÃO”: RELAÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO PARANÁ E OS LIMITES REGIONAIS DA TRANSIÇÃO PARA A NOVA REPÚBLICA (1979-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, área de concentração em História do Tempo Presente.
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

FLORIANÓPOLIS

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Universitária Udesc,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Lucas Alves da
"Conciliação rima com traição" : relações políticas no estado do Paraná e os limites regionais da transição para a Nova República (1979-1985) / Lucas Alves da Silva. -- 2024.
277 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

1. Conciliação. 2. Transição política. 3. Limites regionais. 4. Ditadura. 5. Paraná. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

LUCAS ALVES DA SILVA

“CONCILIAÇÃO RIMA COM TRAIÇÃO”: RELAÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO PARANÁ E OS LIMITES REGIONAIS DA TRANSIÇÃO PARA A NOVA REPÚBLICA (1979-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn - Orientador
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Professora Dra. Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Dr. Frank Antonio Mezzomo
Universidade Estadual do Paraná

Professor Dr. Thiago Reisdorfer
Universidade Estadual do Piauí

Professor Dr. Jó Klanovicz
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 21 de novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Tarefa difícil expressar em palavras todo meu agradecimento tal como sinto que deveria. Um trabalho como este nunca é desenvolvido sozinho, ele é fruto de longas discussões, trocas e embates, é uma ação coletiva, por mais solitária que a caminhada possa parecer. De início, quero agradecer minha esposa, Luciana, que me acompanhou desde o momento em que sonhei traçar este caminho. Além disso, agradeço a ela pela paciência, pelo carinho, compreensão e por tanto me escutar falar sobre política, anistia, conciliação e outros assuntos quando precisei organizar meus pensamentos. Quero ainda agradecer minha filha, Estela, que ilumina meus dias desde o momento em que nasceu, já no último ano de doutorado. Seu sorriso banguelo, seu suspiro e seu choro me inspiraram e me motivaram.

Agradeço sobremaneira meus pais, Milton e Alzira, que me deram suporte e apoio, além de exemplos de humildade, luta e de como o ser humano precisa ser valorizado. Muito da minha narrativa passa pelas vivências de vocês. Também lembro aqui da minha irmã, Daniele, que tanto me incentivou desde que decidi mudar de área, tanto me ouviu, sorriu e chorou comigo. Agradeço a minha sobrinha, Ana Julia, que me fez voltar a ser criança e acreditar que o mundo pode ser um lugar melhor, basta olhar para ele com um olhar inocente, livre de preconceitos. Quero aqui, *in memoriam*, agradecer minhas avós, Maria e Inácia, e meus avôs, Jorge e Alfredo, nos quais me inspiro e admiro por tudo que nos ensinaram e por tudo que viveram. Estendo aqui os agradecimentos a todos meus familiares e amigos que, mesmo de longe, viveram comigo esta jornada e torceram para que conseguisse alcançar meus objetivos.

Agradeço aqui ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina e aos docentes que passaram pela minha formação, por possibilitarem novos olhares sobre o passado e sobre o presente. De modo especial, agradeço ao meu orientador, Reinaldo, por toda contribuição e compreensão ao longo destes anos, bem como pela sensibilidade em perceber os pontos e momentos sensíveis pelos quais passei ao longo da construção desta pesquisa.

Agradeço à professora Luciana, aos professores Frank, Thiago e Jó, por aceitarem fazer parte da minha banca de defesa e pelas contribuições.

Agradeço ainda aos colegas de turma, que mesmo sem muito contato, por conta das aulas remotas em meio à pandemia, tiveram papel importante nas discussões realizadas e interpretações do meu objeto de pesquisa. Agradeço principalmente ao colega Geovanni, pelas trocas de experiências, desabafos e conversas, fundamentais para que pudesse seguir em frente. Lembro ainda dos meus professores e colegas da Universidade Estadual do Paraná, campus de

Campo Mourão, fundamentais na minha formação e que de distintas formas colaboraram com minha caminhada no doutorado.

Agradeço ao meu tio, Frei Benedito, e aos padres da Paróquia Santíssima Trindade, de Florianópolis, que me receberam nas ocasiões em que precisei me deslocar até a universidade.

Ao longo dos anos de doutorado trabalhei em diferentes escolas, particulares e públicas, e em uma universidade estadual. Tive contato com diferentes alunos, do Ensino Fundamental ao Médio, bem como graduandos. A todos e todas, muito obrigado. Mesmo que talvez nem imaginem, vocês foram fundamentais para que pudesse perceber o valor e o papel de um professor e de uma professora, que vai muito além das discussões sobre o conteúdo abordado. Pude também refletir sobre minha pesquisa e sobre como ela pode contribuir para que um olhar mais justo e solidário sobre o ser humano possa ser construído.

Às pessoas apontadas acima e as demais que não consegui aqui indicar diretamente, meu muito obrigado!

RESUMO

Esta tese resulta de uma investigação que procura evidenciar singularidades das relações políticas no estado do Paraná percebidas nas fontes históricas pesquisadas, compreendendo o recorte entre 1979 e 1985. Entre esses anos, um intenso processo de negociações políticas marcou a transferência do poder para os civis, encerrando a ditadura militar brasileira (1964-1985). Tal período compreende a parte final de uma longa transição iniciada em 1974, durante a qual diversas alternativas estavam em jogo, mas com notório predomínio de práticas conciliatórias. Entre os diferentes personagens, agentes sociais, movimentos e âmbitos em que se travaram as lutas e discussões políticas, cabe considerar uma escala de observação do processo que evidencie não apenas os acordos de cúpula nacionais, mas o que disse respeito ao âmbito estadual. Busca-se compreender como temas e projetos de transição disputados e desencadeados em âmbito nacional se desdobraram no cenário paranaense, tendo em conta os limites das políticas regionais. Assim, a tese que buscamos construir é que, vista para além dos grandes centros dirigentes, a abertura política envolveu configurações e mobilizou questões que disseram respeito à lenta formação de consensos no âmbito de forças políticas com atuação regional e compreendendo diálogos com práticas regionalistas. O processo de abertura, embora tenha sido pensado a partir de cima, envolveu marcas, prioridades, características e um ritmo que, em nível regional/estadual, ganham conformações e dinâmicas próprias. Para pensar tais questões e buscar alcançar os objetivos propostos, foi executado um trabalho de coleta, sistematização e análise de conteúdos encontrados nos jornais *Folha de Londrina*, *Correio de Notícias* e *Diário do Paraná*, todos paranaenses. Analisamos ainda documentos produzidos ou levantados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e discursos registrados nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) no período em questão. Percebemos ao longo da pesquisa que os limites regionais da transição para a Nova República somaram-se àqueles ligados a um arranjo marcado pela conciliação e pelas dificuldades em romper com o regime autoritário, fatores que fazem parte da compreensão das condições para o exercício de práticas democráticas no Brasil. Notamos ainda elementos que apontam para a fragilidade da política estadual frente ao arranjo nacional naquele momento de transição.

Palavras-chave: Conciliação; Transição política; Limites regionais; Ditadura; Paraná.

ABSTRACT

This thesis is the result of an investigation that seeks to highlight singularities of political relations in the state of Paraná perceived in the historical sources researched, covering the period between 1979 and 1985. Between these years, an intense process of political negotiations marked the transfer of power to civilians, ending the Brazilian military dictatorship (1964-1985). This period comprises the final part of a long transition that began in 1974, during which several alternatives were in play, but with a notable predominance of conciliatory practices. Among the different characters, social agents, movements and spheres in which the political struggles and discussions took place, it is worth considering a scale of observation of the process that highlights not only the national summit agreements, but also what concerned the state level. The aim is to understand how themes and transition projects that were disputed and launched at the national level unfolded in the Paraná scenario, taking into account the limits of regional policies. Thus, the thesis we seek to construct is that, seen beyond the major governing centers, the political opening involved configurations and mobilized issues that concerned the slow formation of consensus within the scope of political forces with regional action and including dialogues with regionalist practices. The opening process, although it was designed from above, involved brands, priorities, characteristics and a rhythm that, at a regional/state level, takes on its own configurations and dynamics. To think about these issues and seek to achieve the proposed objectives, work was carried out to collect, systematize and analyze content found in the newspapers *Folha de Londrina*, *Correio de Notícias* and *Diário do Paraná*, all from Paraná. We also analyzed documents produced or collected by the National Information Service (SNI) and speeches recorded in the annals of the Legislative Assembly of the State of Paraná (ALEP) in the period in question. We realized throughout the research that the regional limits of the transition to the New Republic were added to those linked to an arrangement marked by conciliation and the difficulties in breaking with the authoritarian regime, factors that are part of understanding the conditions for the exercise of democratic practices in Brazil. We also noted elements that point to the fragility of state policy in the face of the national arrangement at that time of transition.

Keywords: Conciliation; Political transition; Regional limits; Dictatorship; Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A democracia vem ai. Sorria! 68
Figura 2 – Anistia 93
Figura 3 – A abertura de Figueiredo 116
Figura 4 – Mercadoria do Paraná 244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOPA – Associação Comercial do Paraná

ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

ALN – Ação Libertadora Nacional

AMEPAR – Associação de Municípios do Paraná

AMOP – Associação de Municípios do Oeste do Paraná

AMP – Associação dos Municípios do Paraná

APML – Ação Popular Marxista Leninista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BAMERINDUS – Banco Mercantil e Industrial do Paraná

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIEX – Centro de Informações do Exército

CJP – Comissão Justiça e Paz

CLADH – Comitê Londrinense Pela Anistia e Direitos Humanos

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONAM – Comitê Nacional Pró-Autonomia dos Municípios

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DOI-CODI – Destacamentos de Operação Interna – Centros de Operação e Defesa Interna

FAP – Frente Agrária Paranaense

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMP – Frente de Mobilização Popular

FUNDEPAR – Fundação Educacional do Estado do Paraná

IAPAR – Instituto Agronômico do Paraná

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LSN – Lei de Segurança Nacional

MASTEL – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral

MASTEN – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte

MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste

MASTRECO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário 08 de outubro

MST – Movimento Sem Terra

NDPH – Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POLOP – Política Operária

PP – Partido Popular

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Republicano Progressista

PSD – Partido Social Democrático

PSN – Partido Social Nacionalista

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

TELEPAR – Companhia de Telecomunicações do Paraná

UDN – União Democrática Nacional

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UMP – União Municipalista do Paraná

UNE – União Nacional dos Estudantes

URP – União Republicana Paranaense

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTP – União dos Trabalhadores do Paraná

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 RELAÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO PARANÁ E EMBATES EM TORNO DA LEI DE ANISTIA 44
1.1 DINÂMICA DE FORMAÇÃO DOS QUADROS POLÍTICOS PARANAENSES .. 45
1.2 "NOVOS" TEMPOS, TEMORES, ACORDOS E CONFLITOS 68
1.3 DISCURSOS E DISPUTAS EM TORNO DA ANISTIA 93

2 MUDANÇAS DE PEÇAS NO TABULEIRO POLÍTICO: REFORMULAÇÕES PARTIDÁRIAS E O GOVERNO DO PMDB NO PARANÁ 114
2.1 NOVAS SIGLAS EM CENA: O RETORNO DO PLURIPARTIDARISMO 116
2.1.1 Um pluripartidarismo não tão plural 118
2.1.2 Surgem os "novos" partidos 133
2.2 CORRIDA ELEITORAL DE 1982: O FIM DA HEGEMONIA NEYSTA 140
2.3 ENTRE TRÉGUAS E ENTRAVES: O PMDB ASSUME O PODER 153
2.4 DISSENSOS INTERNOS E REESTRUTURAÇÕES PARTIDÁRIAS 166
2.4.1 PMDB 166
2.4.2 PDS 180
2.4.3 PT, PTB e PDT 188

3 UMA ABERTURA ENTREABERTA: DIRETAS JÁ E A FORMAÇÃO DA NOVA REPÚBLICA 191
3.1 DIRETAS JÁ NO PARANÁ 193
3.2 INDIRETAS À VISTA: A ESCOLHA DO FUTURO PRESIDENTE VIA COLÉGIO ELEITORAL 215
3.3 "O PARANÁ QUER PARTICIPAR" 244

CONSIDERAÇÕES FINAIS 261
REFERÊNCIAS 266

INTRODUÇÃO

"Se um produto é aprovado aqui, tem aceitação em todo o País" (Folha de Londrina, 11 jan. 1984, p. 3). Assim se referiu Álvaro Dias, então senador e presidente do diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Paraná, às mobilizações pelas eleições diretas para a presidência da República realizadas em janeiro de 1984 em Curitiba. No Paraná, considerado então um reduto da oposição peemedebista, o apoio popular à chamada campanha das Diretas Já deveria ser maciço, caso contrário, as manifestações no restante do país tenderiam ao fracasso. Era este, ao menos, o entendimento da cúpula do PMDB ao desencadear a nível nacional a luta nas ruas pelas eleições diretas para presidente da República. O Paraná, como veremos, durante o período de transição política, tornou-se polo oposicionista à ditadura militar imposta ao país (1964-1985). Isso se deu mesmo após anos de aparente domínio político absoluto de um consistente e articulado grupo vinculado diretamente aos governos militares, o qual, de hegemônico, passou a ser duramente contestado e até mesmo ameaçado pelo avanço da oposição no estado.

Diante do complexo quadro das relações entre Estado e sociedade no contexto histórico que envolve a chamada transição democrática no Brasil, este trabalho focaliza as particularidades dos jogos de poder que se desenvolveram no estado do Paraná, tal como o exposto acima. A problemática aqui apresentada gira em torno das dinâmicas que marcaram o período da chamada abertura política, com início em 1979, chegando à transferência do poder para um governo civil em 1985, com um recorte específico para as relações políticas institucionais paranaenses. Destacamos que o processo de transição de regime político pode compreender momentos distintos (Lemos, 2018), sendo que o primeiro deles, no caso brasileiro, compreendeu o anúncio da chamada distensão, em 1974, pelo General-Presidente Ernesto Geisel. Segundo Eliézer Rizzo Oliveira, este primeiro passo foi uma condição para a "recuperação da institucionalidade do aparelho militar, ao custo da retração do seu espaço político e burocrático no Estado" (1993, p. 186). Os próceres do regime autoritário pretendiam controlar e restringir as movimentações políticas, encaminhando sua institucionalização.

Tal período foi marcado pelas medidas de descompressão, e configurou-se como um momento de planejamento, de cálculo dos riscos e de ajustes para que o passo seguinte pudesse ser dado rumo a uma democracia relativa. Na sequência, ainda como parte do processo de transição política, o regime deu passos institucionais que configuraram o que foi chamado de abertura, a partir de 1979, anunciada e delineada sob o governo do General-Presidente João Figueiredo, com desdobramentos até 1985. De sua parte, as diferentes frações, organizações,

movimentos e partidos de oposição, sofreram transformações importantes ao longo do período. As estratégias de combate direto ao regime, incluindo a luta armada, foram cada vez mais perdendo destaque e ganharam corpo as mobilizações eleitorais em torno do partido oposicionista legalizado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao passo em que na base da sociedade os chamados novos movimentos sociais organizavam os setores populares. O partido de sustentação do regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), até então com predomínio quase absoluto, passou a encontrar dificuldades em sua tarefa de legitimar a ditadura. Em 1979, no âmbito da reforma partidária imposta pela ditadura, além do surgimento de outras siglas, aqueles partidos foram renomeados e reconfigurados, como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS).

Este período específico da abertura é o foco da discussão aqui proposta. Os anos em questão foram escolhidos levando-se em conta que compreendem todo o último mandato de um presidente que foi encarregado de conduzir a transição para os civis. Dentre outros eventos ocorridos no período de abertura, tivemos o fim do AI-5, a promulgação da Lei de Anistia, o fim do bipartidarismo, eleições diretas para governadores, as movimentações em torno das Diretas Já, greves operárias, emergência de diversos movimentos sociais e a eleição de um civil para o cargo de chefe do executivo nacional após 21 anos de presidentes militares no comando do país. Embora não seja consenso entre os historiadores[1], a eleição de um presidente civil[2], em 1985, seria o marco institucional decisivo do fim da ditadura.

São nos momentos de transição política que se estabelecem as conexões entre as experiências autoritárias e os processos memoriais, que podem resultar na elaboração de memórias que, em muitos casos, persistem por décadas. Períodos de violência, como a ditadura brasileira, fazem eclodir processos "marcados por narrativas memoriais que forjam as identidades dos envolvidos diretamente nas ações, bem como seus herdeiros culturais e políticos, diretos e indiretos" (Napolitano, 2022, p. 1). Temos então, em nosso recorte (1979-1985), anos de intensas disputas e mudanças políticas que deixaram marcas profundas na

[1] Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014, 2018), por exemplo, a ditadura teria terminado já em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, e o marco final da transição democrática seria a promulgação da Carta Magna, em 1988. Contudo, o que se observa é a continuidade de práticas de cerceamento, repressão e violência por parte dos militares nos anos seguintes à derrubada dos Atos Institucionais, mesmo que em menor nível de intensidade. Já para Renato Lemos (2018), a Constituição de 1988 foi o marco que colocou fim ao regime ditatorial, sendo que o processo de redemocratização do país compreenderia os anos de 1985 a 1990, período marcado pela posse de um presidente civil eleito indiretamente e que termina com a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto.
[2] Eleito por via indireta em janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves, do PMDB, veio a falecer em abril do mesmo ano, tendo sido internado antes mesmo de sua posse. Em seu lugar, assumiu José Sarney, então vice-presidente pelo mesmo partido que Tancredo, que governou o país até o início de 1990.

sociedade brasileira e demarcaram os caminhos que o país percorreria, bem como as memórias elaboradas sobre os anos de arbítrio.

Tendo no horizonte os recortes apresentados, a construção do objeto envolve o processo de abertura ocorrido no Brasil, seja por iniciativa do regime ou como resultado das lutas em oposição ao autoritarismo. Diante disso, neste trabalho toma-se como escala de observação as relações políticas verificadas no período no estado do Paraná. A tese que buscamos construir e sustentar é a de que, vista para além dos grandes centros dirigentes, a abertura política envolveu configurações e mobilizou questões que disseram respeito à formação de um consenso no âmbito de forças políticas com atuação regional. Acreditamos que o processo de abertura, embora tenha sido pensado a partir de cima, não se restringiu às ações da cúpula governamental federal, e envolveu marcas, prioridades, características e um ritmo que, em nível regional/estadual, ganham conformações e dinâmicas próprias. Mais do que apenas complementar uma narrativa consagrada e linear do processo político, a perspectiva aqui adotada contribui para uma visão mais apurada do quadro transicional que foi então montado.

Os limites regionais da transição para a Nova República somaram-se àqueles ligados a um arranjo marcado pela conciliação e pelas dificuldades em romper com o regime autoritário. Ao abordar as dinâmicas da abertura no Paraná, buscamos encontrar e destacar singularidades da política do estado neste período, bem como as formas com que temáticas e processos desencadeados e discutidos em todo o país se desdobraram no cenário paranaense. Considere-se ainda que uma das marcas do processo de transição política ocorrido no Brasil é a frustração das promessas e projetos democráticos (Fico, 2013). Cabe considerar, contudo, que se deve atribuir materialidade a essa frustração. Neste aspecto, os limites da política regional proporcionam uma percepção histórica singular dos alcances limitados dos acordos e consensos construídos em torno da transição política ao final da ditadura militar. No âmbito estadual, as possibilidades de mudanças com a situação deixada pela ditadura apresentavam-se ainda mais limitadas, não apenas pelas restritas oportunidades de intervenção das oposições, mas porque aí as relações políticas e as práticas de poder obedeciam a lógicas, ritmos e dinâmicas próprias. Neste caso, este trabalho resulta de uma investigação que procura explorar tais dimensões no âmbito das estruturas políticas no estado do Paraná no contexto em apreço.

Consideramos ainda que tal abordagem, que pressupõe um jogo de escalas entre perspectivas nacionais e regionais, amplia a possibilidade de explorar questões relevantes para o estudo das relações políticas do período. Lembramos aqui dos apontamentos de Bernard Lepetit (1998), que mobiliza o conceito de sistema de contextos e destaca que em menores escalas, onde se desencadeiam acontecimentos diversos, operam processos muitas vezes

interligados e dependentes, nos quais os atores e grupos sociais estão inscritos. Para o autor, o sistema de contextos "possui um duplo estatuto: resulta da combinação de milhares de situações particulares e ao mesmo tempo dá sentido a todas elas" (Lepetit, 1998, p. 89). A análise de contextos e objetos inseridos nas unidades subnacionais permite compreender redes de relações mais amplas, os quais dão significado aos fatos ocorridos em quadras menores e influenciam no delineamento de seus horizontes. São as diferentes possibilidades e espaços de atuação dos personagens históricos, e consequentemente suas conexões, que definem a complexidade inerente à variação de escala. Assim, investigar o desenrolar das ações nos diferentes estados, não somente no Paraná, tendo em vista o tamanho e diversidade de um país como o Brasil, é um passo para compreender este momento da história que envolveu tantos atores, muitos ainda não conhecidos, e resultou em arranjos que tornam nossas relações políticas e nossa democracia um tanto complexas.

Vale salientar ainda algumas considerações sobre as pretensões de uma análise histórica em uma escala reduzida. Nas palavras de Jacques Revel, o ponto central que se coloca ao abordarmos um fenômeno em proporções menores é a "[...] convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento" (2010, p. 438). Ainda, segundo o autor, os significados históricos e sociais do Estado estão localizados em níveis diversos, sendo que cada um deles apresenta uma leitura distinta do papel das instituições e seus processos, e é a diversidade de interpretações que dá forma à realidade histórica (Revel, 2010). Deste modo, ao abordar o período de abertura política em outros níveis, como nas unidades subnacionais, esperamos obter outras respostas para questões inerentes a este processo no Brasil, assim como lançar novas perguntas sobre o jogo político do período e seus desdobramentos.

Tendo em vista tais horizontes, com base nas fontes investigadas, nosso intuito é o de compreender as dinâmicas próprias do jogo político ditatorial e dos grupos oposicionistas no Paraná, bem como a forma com que a proposta de conciliação se fez presente no quadro político que se desenhava e estruturou as relações políticas durante a abertura no estado. Buscamos investigar os grupos no interior do MDB/PMDB que buscaram se contrapor ao projeto de sociedade que manteve a população alijada da participação na vida pública e em condições precárias, e que lutaram por um projeto de sociedade alternativo por meio da defesa de reformas que garantissem direitos básicos às camadas populares. Refletimos, ainda, sobre como os regionalismos interferiram na política estadual no período em apreço e criou tensões e disputas entre os grupos estabelecidos no poder. Além destes pontos, tentaremos perceber como o

agenciamento da memória foi operacionalizado, com destaque para a indução ao esquecimento das violências cometidas pelos militares durante os anos de ditadura e os argumentos mobilizados para tanto.

Para abordar a problemática em questão, trabalhamos com diferentes fontes, como os arquivos produzidos pelos agentes do Serviço Nacional de informações (SNI), disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), e publicações realizadas na imprensa paranaense, especificamente nos jornais *Folha de Londrina*, *Diário do Paraná* e *Correio de Notícias*, todos com publicações diárias. Analisamos ainda os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), em que constam pronunciamentos dos deputados estaduais, seus requerimentos, proposições e projetos de lei, disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Assembleia[3]. Para fins metodológicos, sem esquecer das motivações e parcialidades de seus produtores, bem como sua capacidade de interferir na atribuição de sentidos ao mundo, enfatizamos que os jornais e documentos do SNI são utilizados como fontes de informações para compreensão do jogo político do período, não constituindo necessariamente nosso objeto de análise. Buscamos acessar narrativas, ações e posicionamentos de pessoas e grupos que atuaram no período, bem como analisar que formas e representações dos movimentos e processos políticos se manifestaram nas fontes. Trata-se, assim, de uma abordagem metodológica que envolve a análise histórica dos conteúdos extraídos de documentos impressos. A leitura e a coleta dos documentos foram guiadas por termos de busca que se solidificaram ao longo do próprio processo de investigação, especialmente aqueles que dizem respeito a conciliação, reconciliação e conflito, consenso e dissenso, ou que ainda envolve temas como anistia, perdão, pacificação, trégua, “revanchismo”, punição, Diretas Já, eleições indiretas, colégio eleitoral, democracia, acordo e suas variações. Além disso, buscamos também dar atenção às informações por meio das quais pudéssemos perceber a repercussão e reações dos políticos paranaenses aos diversos eventos e mudanças que interferiram na política nacional, além de aspectos inerentes à montagem das alianças e dos (des)acordos políticos, por meio da aproximação ou distanciamento entre os diferentes sujeitos e grupos ao longo do período em análise.

Sobre o acesso às fontes, indicamos que o jornal *Folha de Londrina* tem seu acervo disponível para consulta física no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), já os outros dois disponibilizaram suas edições no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira. O *Folha de Londrina*, fundado em 1948 e em circulação

[3] Anais disponíveis para consulta em: http://www.assembleia.pr.leg.br/atividade-parlamentar/diarios-da-assembleia. Acesso em: 10 jul. 2024.

ainda nos dias atuais, é o maior periódico do interior do estado e segundo maior do Paraná, atrás apenas da *Gazeta do Povo*[4], e tem como sede a cidade de Londrina, segundo maior município paranaense. Logo após sua fundação, o *Folha de Londrina* buscou se aproximar das elites regionais do Norte do estado e tornou-se seu representante. No início da década de 1980, após uma mudança no quadro societário e diretivo do *Folha de Londrina*, embora considerado um veículo moderado, o jornal foi classificado pelo próprio SNI como um periódico de linha editorial "acentuadamente esquerdista", isso em razão do caráter contestatório e crítico ao governo federal e estadual assumido pela nova chefia, vinculada ao diretório do PMDB na cidade de Londrina e a movimentos sociais[5]. Por outro lado, Humberto Nogueira (1999) ressalta que se trata de um jornal de caráter moralista e conservador, "porta-voz dos interesses da classe dominante local" (Nogueira, 1999, p. 8).

Tanto o *Diário do Paraná* quanto o *Correio de Notícias* foram fundados e editados na cidade de Curitiba, e circularam principalmente na capital e região metropolitana. O *Diário do Paraná*, contudo, alcançava também cidades do Norte do estado e de Santa Catarina, como Joinville e Florianópolis. Em 1945, quando foi fundado, o periódico esteve ligado aos quadros udenistas, colocando-se em oposição a Getúlio Vargas e ao ex-interventor Manoel Ribas e seus aliados. Nesta primeira fase, circulou até 1947. Em março de 1955 o *Diário do Paraná* volta a circular, agora com uma posição abertamente contrária ao então governador Moysés Lupion, herdeiro político de Manoel Ribas. O jornal compunha a rede dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, vinculados ao ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, e apresentava o seguinte lema: "Jornal da Família Paranaense". Segundo classificação realizada pelo SNI, tratava-se de um jornal de caráter opinativo e tendência moderada em relação a seu posicionamento político (SNI, ACT-ACE 1336, 1981). Encerrou sua circulação em janeiro de 1983.

Já o *Correio de Notícias* foi fundado em maio de 1977, e teve três fases distintas, circulando até 1992. Na primeira delas, circulou de sua fundação até dezembro de 1979. Na segunda e mais curta fase, funcionou entre meados do mês de março e o fim de maio de 1980. Em sua última fase, o jornal circulou de maio de 1984 até dezembro de 1992. O jornal esteve

---

[4] A opção pelos jornais *Correio de Notícias* e *Diário do Paraná* se deu em razão da indisponibilidade de acesso *online* ao jornal *Gazeta do Povo* e pelo fato de que a presente investigação ocorreu durante o período de pandemia de COVID-19, fato que dificultou o acesso aos acervos físicos.

[5] O dossiê produzido pelo SNI refere-se à venda de parte do capital social da empresa, então comandada pelo empresário João Milanez, para membros da família Macarini, que assumiram a direção do jornal. Esta alteração na condução do jornal teria resultado em uma mudança na linha ideológica do *Folha de Londrina*, que passaria a ser de ampla oposição à ditadura, inclusive com demissões de pessoas que não estivessem alinhadas ao novo posicionamento do jornal. Maiores informações disponíveis nos seguintes dossiês: SNI. ACT-ACE 1855. **Arquivo Nacional**, Brasília, 1981. e SNI. ACT-ACE 1404. **Arquivo Nacional**, Brasília, 1981.

ligado a grupos políticos de oposição à ditadura militar, em especial ao MDB e PMDB, apoiando as eleições de José Richa e Álvaro Dias ao governo do estado, já na década de 1980 (Paes, 2021). Em 1980, um dossiê do SNI (ACT-ACE 482, 1980) que abordava os aspectos psicossociais do Paraná e Santa Catarina apontou, no espaço destinados a analisar os meios de comunicação, que o *Correio de Notícias* estaria dando ampla cobertura aos movimentos sociais e às entidades de caráter contestatório que se desenvolveram próximos da capital.

Por meio dos três jornais analisados, temos a cobertura do Norte do estado, que se firmou como polo oposicionista, e da capital e região metropolitana, local que concentrou os acordos políticos. O periódico *Folha de Londrina* foi escolhido por ser o maior do interior, como já destacamos. Os outros dois jornais, da capital, apresentaram-se como possibilidades por cobrirem as ações políticas do país e do estado, além de se encontrarem disponíveis para consulta de modo remoto, já que parte considerável da presente pesquisa esteve imersa no período em que ocorreu a pandemia de COVID-19. Para a análise dos jornais, foi realizada uma leitura mais detida das publicações de capa, dos editoriais e cadernos sobre política, objetivando identificar as temáticas específicas já apontadas e as articulações políticas do período no Paraná.

Buscando direcionar mais precisamente nossas pesquisas junto aos arquivos do SNI, na plataforma do SIAN optamos por uma busca inicial pelo termo “Paraná”, com recorte entre os anos de 1979-1985. O passo seguinte foi ler a descrição presente no campo “Especificação do conteúdo”, no sítio eletrônico do SIAN, e abrir os que fossem de interesse. Buscamos nos documentos do SNI dossiês produzidos pelos departamentos de inteligência do órgão e relatórios informativos que abordaram o andamento dos governos estaduais paranaenses, o comportamento dos parlamentares e os acordos firmados, bem como a repercussão de acontecimentos e medidas do governo federal entre os políticos do estado. Os referidos arquivos foram produzidos, em sua maioria, pela agência de Curitiba, embora alguns que abordaram determinados temas nacionais, como a atuação dos governadores do país e as movimentações em prol da anistia, por exemplo, tenham sido produzidos por unidades localizadas no Rio de Janeiro e Brasília. Muitos dos documentos analisados apresentam em seus anexos atas, panfletos e publicações de jornais sobre os assuntos investigados pelos agentes do SNI, os quais também foram importantes para uma melhor compreensão das discussões realizadas no período.

Recorremos também aos Anais da Assembleia, embora não de modo sistematizado como nos jornais e arquivos do SNI, para analisar como eventos específicos, tanto a nível nacional quanto estadual, repercutiram entre os parlamentares da ALEP. Ainda, acessamos os mesmos quando, por meio dos jornais, ganharam destaque determinadas falas, conflitos e

articulações que ocorreram na casa legislativa paranaense. De modo geral, foram analisadas cerca de 45 atas de sessões legislativas.

Tanto as reportagens dos jornais como os documentos do SNI previamente selecionados foram lidos e tabulados em planilha eletrônica. Ao todo, foram analisados um total de 153 documentos produzidos pelo SNI, entre dossiês e relatórios. Deste montante, parte abordava a atuação de movimentos sociais no Paraná, a posição de veículos da imprensa, acompanhamento de eventos políticos diversos, levantamento de informações sobre ocupantes de cargos públicos, mobilização de setores civis, entre outros assuntos que não foram tratados aqui diretamente e serão investigados em outra oportunidade. Do jornal *Diário do Paraná*, percorremos um total de 1.203 edições, das quais catalogamos 815 publicações. A respeito do *Correio de Notícias*, foram analisadas 715 edições, sendo catalogadas 403 publicações. Já do *Folha de Londrina* foram levantadas 750 edições, das quais registramos 775 publicações. Destacamos que de algumas edições dos referidos jornais registramos mais de uma publicação com temática que pudesse ser aproveitada para a elaboração da pesquisa. No entanto, nem toda edição apresentou material de interesse. Muitas das publicações registradas e analisadas não foram citadas diretamente no presente trabalho, mas destacamos sua contribuição para a construção de noções e percepções sobre as relações políticas paranaenses e suas conexões.

No que se refere ao SNI[6], o órgão tornou-se responsável, durante a ditadura militar, por coletar informações de sujeitos, grupos e quaisquer manifestações suspeitas que pudessem colocar em risco a ordem almejada pelo regime. Tendo sido criado em 1964, ganhou força de atuação especialmente após 1968, quando foram criadas subseções do órgão em todos os ministérios e organizações do governo, assim como nas universidades federais e empresas estatais – as chamadas Divisões de Segurança e Informação (Fico, 2015). Segundo Dreifuss, (1981, p. 422) "o SNI se propôs a tornar-se – e de fato tornou-se – um centro influente na formulação de diretrizes em todas as áreas da vida social, política e militar brasileira". Conforme destaca o autor, o SNI transformou-se em um "superministério", não subordinado ao legislativo, ao judiciário e nem mesmo às Forças Armadas, mas que atendia diretamente ao presidente da República (Dreifuss, 1981). Ancorado nos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, as ações do SNI objetivavam garantir a ordem social e combater qualquer ideologia que se apresentasse estranha aos ditames do governo militar (Neves Jr, 2019). Ao analisar

[6] Conforme dados do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o SNI, criado em junho de 1964, foi idealizado por Golbery do Couto e Silva, e tinha como função: "articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que interessavam à segurança nacional, e seu comandante exercia prerrogativas de ministro de Estado" (Brasil, 2014, p. 117). O órgão de informações só foi extinto em 1990, já sob o governo de Fernando Collor de Melo.

documentos produzidos por órgãos repressores, conforme aponta Mariana Joffily (2012, p. 142), não podemos esquecer que os mesmos estão carregados de "falsidades, distorções, imprecisões e mesmo erros", não sendo portadores da "verdade", mas resultado de uma lógica operacional carregada de interesses e valores próprios, e que, mesmo assim, apresentam evidências que podem nos ajudar a compreender determinado contexto e as relações existentes entre o âmbito público e privado[7].

Ao abordar a mídia como fonte de pesquisa, é preciso destacar, mesmo que brevemente, seu caráter mercadológico e parcial. Enquadrados como parte da indústria cultural, marcada pela profissionalização da imprensa no Brasil a partir dos anos 1950, temos dois mercados que passam a ser atendidos e que fomentam a produção de conteúdo: os anunciantes e os leitores (Taschner, 1992). Podemos dizer que um veículo de imprensa torna-se produto da indústria cultural quando a lógica de produção do mercado capitalista é determinante no seu processo de elaboração. Sendo assim, conforme focaliza Gisela Taschner (1992, p. 118) ao tratar da censura imposta aos meios de comunicação durante a ditadura, "pode-se discutir até que ponto os direitos de cidadania e, especialmente, a liberdade de expressão são importantes para uma imprensa que tem no lucro o seu principal objetivo, ou seja, se o preço a pagar era realmente oneroso". Aqui podemos refletir sobre o quanto os ideais de uma imprensa livre, da "missão jornalística", de democratizar o acesso à informação, interferiram, ou não, na veiculação de notícias e na luta contra a ditadura por parte dos grupos comunicacionais guiados pela bússola monetária.

Durante os anos de ditadura, podemos notar na imprensa uma mudança de posicionamentos conforme o avanço da adesão popular às movimentações sociais a favor do fim do regime militar. Como boa parte do grande empresariado jornalístico havia apoiado o golpe de 1964 e se beneficiado da atuação dos militares (Taschner, 1992), só posteriormente, como se para atender a lógica do seu mercado consumidor, a grande mídia alterou sua postura e passou a apoiar a redemocratização. Não podemos descartar também o impacto da censura sobre o funcionamento e estratégias de atuação dos meios de comunicação durante o período militar, em especial dos jornalistas, e não necessariamente dos empresários do ramo, visto que o endurecimento da repressão neste campo também pode ter suscitado novos engajamentos na luta pelo fim da ditadura.

---

[7] Para uma análise mais detida da lógica de funcionamento e do fluxo de operações do SNI, entre a bibliografia consolidada sobre o assunto destacamos o trabalho de Lucas Figueiredo: FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: a história do serviço secreto de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

Tânia Regina De Luca e Ana Luiza Martins assinalam que, para entender o papel da mídia na sociedade, é preciso partir do pressuposto de que se tratam de empresas que negociam um produto "capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas" (2006, p. 11). Ao escolher um jornal como fonte histórica é preciso "pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos" (Silva; Franco, 2010, p. 5). Nesta seara jornalística, é tarefa necessária problematizar a pretensão dos veículos de comunicação em se colocarem como canais de transmissão neutros e objetivos, visto que a imprensa busca se legitimar como autoridade justamente ao evocar-se como portadora da verdade e mediadora imparcial de informações.

No âmbito mercadológico no qual a imprensa atua, "é ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente" (Gregolin, 2007, p. 16). Outro aspecto histórico e temporal inerente aos meios de comunicação, diz respeito à maneira na qual eles "organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada, simultaneamente, por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente" (Lohn, 2016, p. 61). Enquanto produtora de narrativas carregadas de valores políticos e ideológicos, a imprensa é também parte de um presente carregado de experiências, leituras do passado e de expectativas em relação ao futuro (Luca, 2016), as quais são repassadas aos leitores em cada publicação e vão, junto a outros elementos, contribuir com a formação de novas representações que os situam no tempo. O que temos é um processo simbólico de doutrinação, que se dá por meio da imposição de fatos, apresentados muitas vezes como ordinários e inevitáveis, que acabam por construir e difundir uma narrativa como sendo algo natural, e por isso não passível de questionamentos.

Ressaltamos que a análise das reportagens de um jornal implica na interpretação não somente das narrativas que nele estão presentes, mas também na tentativa de identificar aquilo que não está explícito nas matérias. Neste sentido, conforme aponta Reinaldo Lohn (2013, p. 76), a imprensa jornalística, "ao narrar e atribuir significados, angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido". Sob tal perspectiva, notamos que o jornal acaba por exercer o papel de produção de sentidos passíveis de inscrição na memória social (Ferreira, 2007). Memória essa que pode atribuir diferentes sentidos para as ações do passado, "marcando identidades e espaços que atuam no jogo político do presente"

(Napolitano, 2015, p. 10). Na imprensa, este movimento é operado por meio de estratégias de visibilidade e silenciamento, delimitado por jornalistas e pelo grupo que o financia.

Antes de avançarmos nas discussões, cabe aqui destacar algumas considerações sobre o uso do termo “ditadura militar” ou “governo militar” no decorrer da presente pesquisa. Durante os anos que precederam 1964 o papel e apoio da sociedade civil sedimentou o caminho que levou os militares ao poder (Dreifuss, 1981; Motta, 2006). A deposição do presidente João Goulart por meio de um golpe sabidamente contou com a participação de grupos civis, mas é importante acentuar a liderança de militares (Fico, 2004, 2017). Sob tais aspectos, podemos dizer que se tratou de um golpe de caráter civil-militar, e acrescentar ainda ao termo adjetivos como empresarial, midiático, religioso, entre outros grupos que fomentaram e deram suporte aos militares durante o processo golpista. Ao tratar especificamente dos anos que se seguiram ao golpe, Carlos Fico relata que “sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime” (2004, p. 52), bem como diversos militares passaram a povoar agências governamentais. Ao questionar a ideia de autoritarismo burocrático e a ênfase dada a tal concepção ao referir-se ao governo ditatorial instalado em 1964 no Brasil, João Roberto Martins Filho (1994) defende que o Estado se consolidou neste período justamente pelo avanço das Forças Armadas na nova estrutura de poder e na militarização do próprio Estado. O autor enfatiza ainda a presença de um conjunto de aspectos que incluem projeto, discurso e ideologia militar na condução do país. Sendo assim, o que temos é que, após a tomada do poder pelas Forças Armadas, prevaleceram estratégias e ações do governo ditatorial embasadas por uma lógica advinda do campo militar.

Durante os anos de ditadura, em especial após a edição dos atos institucionais que caçaram diversos mandatos e endureceram a vigilância e punição dos adversários do governo, tivemos o distanciamento de alguns setores e sujeitos que haviam apoiado o golpe e perceberam as reais ambições dos líderes do governo. Podemos apontar, por exemplo, grupos que esperavam uma breve retomada da normalidade democrática após o golpe e que, ao notar o desenrolar dos fatos, passaram a fazer oposição ao regime. Em meio a este grupo temos a Igreja Católica – ao menos alguns setores no seu interior –, e outras figuras políticas civis, como Carlos Lacerda, ex-governador do estado da Guanabara e um dos principais apoiadores e entusiasta do golpe de 1964, que acabou sendo cassado e preso no final do ano de 1968 por se colocar contra o regime militar, especialmente após o Ato Institucional número 2, e ter sido um dos principais articuladores da Frente Ampla – grupo político de oposição ao governo. No estado do Paraná, podemos mencionar a figura de Ivo Arzua, que chegou a ser Ministro da

Agricultura durante o governo do General-Presidente Arthur da Costa e Silva, mas acabou se desfiliando da ARENA em 1974, alegando não concordar com as práticas de violência do estado, tornando-se a partir de então militante a favor de uma nova assembleia nacional constituinte e da revogação do AI-5, documento do qual ele próprio havia sido signatário enquanto ministro, mas que alegava ter sido voto vencido.

Além das questões como as destacadas, a cúpula militar buscou camuflar seu governo com um verniz institucional que contou, segundo Armand Dreifuss (1981), com a participação de diversos civis em seus quadros, muitos saídos do interior do Ipes, que ocuparam cargos ministeriais, técnicos, administrativos, entre outros. Não desconsiderando tais apontamentos e as importantes pesquisas já realizadas sobre a atuação dos civis durante os anos de ditadura, fundamentais para compreender a lógica e o funcionamento do aparelho estatal e suas conexões com a sociedade, entendemos tratar-se de um golpe civil-militar seguido de um governo que se configurou como uma ditadura militar.

Apresentadas as devidas interpretações, enfatizamos que ao voltar nosso olhar ao passado ditatorial do Brasil, de modo especial sobre o cenário paranaense, temos como estímulo e motivação para a pesquisa as inquietações e incômodos que emergem da observação do cenário político brasileiro do início do século XXI. Nos últimos anos, tivemos na arena pública ataques sistemáticos à ordem democrática e o aumento da defesa de princípios políticos moralmente conservadores e autoritários que, embora sejam características da sociedade brasileira de longo prazo, ganham cada vez mais simpatizantes e se mostram uma ameaça à jovem democracia do nosso país. É importante lembrar que os estudos sobre a temática da redemocratização no estado do Paraná mostram-se ainda muito tímidos e pouco explorados, sendo que boa parte das abordagens realizadas concentram-se no eixo Rio-São Paulo, seja sobre as ações do alto comando militar, ou dos movimentos de resistência ao regime que atuaram durante o processo transicional, seja sobre os projetos políticos que se forjaram naquele momento.

Considerando tratar-se de um período que compreende fases de autoritarismo e redemocratização, valem algumas considerações sobre o uso e entendimento do termo democracia e seus respectivos valores. Ao longo do tempo, a democracia foi acionada de modo deturpado por sujeitos e grupos com aspirações autoritárias e conservadoras, como alguns militares brasileiros já fizeram durante o regime militar (Napolitano, 2014) e ainda o fazem. Estes grupos defendem, por exemplo, que democrático seria simplesmente o que se refere aos desejos da maioria, mesmo que estes anseios apontem para restrição de liberdades e fim da pluralidade de pensamentos. Diferente de tais posições, concordando com Rute Baquero e

Marcello Baquero (2007, p. 142), consideramos que “valores democráticos dizem respeito, dentre outros, à tolerância a pontos de vista divergentes e suporte a políticas democráticas”. Ao tratar de uma democracia representativa como a brasileira, é preciso que o Estado reconheça alguns direitos fundamentais, como “[...] os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc.” (Bobbio, 1998, p. 323). Desta forma, “não pode existir Democracia senão onde forem reconhecidos alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo” (Bobbio, 1998, p. 324). Assim, partimos do princípio de que todo governo democrático deve, necessariamente, se opor ao despotismo e toda forma de autoritarismo, prevalecendo medidas que garantam a livre participação popular e suas liberdades, bem como garanta os direitos humanos básicos para uma vida digna.

Além de tais perspectivas que fomentam a presente pesquisa, compreendendo os anos de 1979 a 1985 como um período constituinte do espaço de experiência de parte da sociedade contemporânea que se encontra ativa, entendemos que este recorte temporal no qual nos dispomos aqui a trabalhar pode ser tomado como objeto da chamada História do Tempo Presente. Esta abordagem histórica busca incorporar uma nova postura metodológica diante dos questionamentos que a historiografia tradicional tem recebido. Nas palavras de Dosse, trata-se de uma “nova concepção de operação historiográfica” (2012, p. 10), em que, entre outras características, apresenta abundantes possibilidades de fontes de pesquisa, com destaque para a imprensa, imagens, entrevistas e os arquivos privados. Assim, ao abordar a imprensa como fonte, temos também um espaço privilegiado de registros, em especial no que diz respeito à História do Tempo Presente.

Ao tratar da História do Tempo Presente, Fico (2012, p. 44) aponta que a mesma é marcada pela “pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”. De modo análogo, Marcos Napolitano (2015, p.10) salienta, ao tratar das memórias sobre o regime militar brasileiro, que “história e memória se confundem e entram em choque ao falar sobre um mesmo passado, sobretudo quando há processos políticos que ainda estão em jogo e quando muitos dos protagonistas de ontem ainda estão vivos e atuantes”. Dito de outra forma, trata-se de uma história escrita sob o olhar da memória. Como exemplo, é comum escutarmos pessoas evocando suas experiências pessoais e proferindo falas como: “eu vivi durante a ditadura e não foi tão ruim assim”, “só bandido foi preso ou morto”, “naquela época havia mais disciplina”, “os militares impunham mais segurança à sociedade”, “não havia corrupção na ditadura”. A respeito deste ponto, destacamos o caso das pesquisas

sobre a ditadura militar, em que, frequentemente, historiadores são confrontados por tentar mostrar a truculência com que os militares agiram, seus abusos, privilégios e impunidade.

Impressões e manifestações públicas como as mencionadas, entre outras tantas possíveis, indicam como os militares atuaram não apenas por meio da repressão, mas também da construção simbólica de determinadas memórias sobre o regime militar, inibindo informações e construindo mitos que perduram no tempo. Tendo em conta esta questão ligada às memórias, vale aqui algumas ponderações, como a do historiador Enzo Traverso, de que a "memória *singulariza* a história" (2012, p. 26, grifo do autor). Já Michael Pollak (1992, p. 204) destaca que "a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória". Ao tratar a memória como um fenômeno construído, o autor afirma que "o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização" (Pollak, 1992, p. 204). Ou seja, ela nem sempre respeita a cronologia ou considera as racionalizações de cunho mais amplo, global, colocando-se, em alguns casos, indiferente às narrativas que analisam o conjunto. Temos colocado aqui a importância de uma história que busca captar as transformações que as percepções memoriais sofreram ao longo do tempo, não como algo concebido no vazio, mas fruto de disputas, interesses e valores diversos, que estão em constante mutação. Dessa maneira, investigar o processo de transição política pode contribuir para o entendimento de como determinadas lembranças se fixaram na memória social e porquê outros elementos caíram no esquecimento.

Aqui, nos inserimos enquanto sujeitos sociais e históricos, motivados pelo desejo em compreender como a sociedade brasileira chegou ao atual estágio. Ao abordar a história escrita no contexto do pós-Segunda Guerra até a década de 80, Chaveau e Tétart (1999) apontam para uma questão considerada vetor central naquele momento e própria da História do Tempo Presente: a demanda social. Somos impulsionados pelos problemas e as diversas perguntas que nós, enquanto historiadores do tempo presente, estamos permeados, bem como nossos incômodos e angústias em relação ao futuro, os quais ficam expressos em nossas pesquisas.

Também nesta direção se encontram as reflexões de Bédarida (1998, p. 145), que nos indica algo importante, ao afirmar que ao explorar o tempo presente, a "expertise" do historiador e sua "responsabilidade social" devem caminhar "lado a lado". Percebamos que não se trata apenas de abordar um recorte cronológico que implique na presença viva de testemunhos. A História do Tempo Presente vai além. Mais do que nunca, mesmo que os historiadores de outras áreas tenham também tais preocupações, há um desejo explícito em

atender a problemas sociais vigentes, a lidar com feridas abertas e, muitas vezes, ainda não tratadas, apenas escondidas ou maquiadas. Na esteira do que sugere Napolitano, afirmamos que, se a neutralidade do historiador já se mostrou insustentável e foi refutada pela disciplina em todas as suas áreas, "no caso do estudo de temas contemporâneos, sobretudo aqueles classificados como 'história do tempo presente', o historiador é parte de uma memória social em disputa" (2015, p. 11). A partir de tal entendimento, pensamos que o caso das ações e do legado deixado pelos militares durante a ditadura são um exemplo desta memória ainda em construção. Memória esta que foi envolvida pela naturalização de uma herança de impunidade, violência e de ataques constantes à democracia.

Para refletir sobre o papel desempenhado pelos militares e suas pretensões de atuação no campo político, embora suas funções estejam ligadas à segurança nacional, bem como o espaço que ocupam no imaginário da sociedade brasileira até os dias atuais, mostra-se pertinente uma breve reflexão sobre aspectos inerentes à formação doutrinária dos mesmos. Já durante o governo de Getúlio Vargas, a atuação militar ganhou notoriedade devido a aproximação de militares com o governo[8]. Ainda durante o Estado Novo "os militares se consolidaram como atores políticos, assumindo, pelo lado político, a garantia da base social das elites tradicionais, e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente" (Carvalho, 1999, p. 72). O que se viu nos anos que se seguiram ao governo Vargas foi uma ampliação da participação militar na política, a começar pelas eleições de 1945, em que os dois principais candidatos eram militares: o General Eurico Gaspar Dutra, do PDS, eleito como presidente e apoiado por Getúlio, e o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN. Como podemos observar, tanto na base do governo getulista quanto na oposição havia militares em busca do poder[9]. Apoiados por parte considerável da sociedade civil, em especial de grupos que compunham a elite econômica do país, os militares passaram a protagonizar episódios[10]

---

[8] Tal aproximação foi representada pelo papel desempenhado pelo General Góis Monteiro e o predomínio do pensamento intervencionista por parte das instituições militares, que julgavam que a elas "caberia a liderança na formulação e implementação da política nacional" (Carvalho, 1999, p. 62). Góis iniciou sua participação no governo de Getúlio Vargas com a patente de tenente-coronel, ascendendo rapidamente ao cargo de general – em março de 1931 já havia sido promovido. Exerceu um papel importante na formulação de uma nova concepção sobre o papel do exército na política. Para mais informações sobre a relação entre as Forças Armadas e o governo de Vargas ver: CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. *In*: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 55-81.

[9] Sobre a formação dos militares, Martins Filho (2012) alega que o militarismo brasileiro recebeu considerável influência francesa, e não somente das doutrinas estadunidenses. Segundo o autor, no campo militar, os franceses, a partir do final da década de 1950, deixaram uma herança que acabou por inspirar os militares brasileiros a acreditarem que eram responsáveis pela construção da nação. A teoria francesa, vale destacar, teria caído em terreno fértil, em uma sociedade que ansiava pela maior presença dos valores militares, e teria fomentado a ação militar.

[10] Como exemplo deste projeto que se desenhava, apontamos a tentativa dos militares, junto à UDN, de minar o segundo governo de Getúlio Vargas, reeleito em 1950, e tirá-lo do poder – o que resultou no suicídio de Vargas,

que deixavam cada vez mais explícitas suas ambições políticas. Estes episódios resultaram, como sabemos, em um golpe de estado e 21 anos de arbitrariedades.

Corroborando com tal discussão, Celso Castro (2008, p. 125), no que diz respeito ao processo de formação dos militares, aponta que "a mensagem que se transmite é a de que, em geral, os militares são não apenas diferentes dos civis, mas também melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos". Ou seja, temos aqui um elemento que pode colaborar para a compreensão dos motivos pelos quais tanto os próprios oficiais como parte da sociedade brasileira creem, ainda hoje, que os militares são os bastiões da moralidade e da honestidade, como se os mesmos, por sua disciplina e rigidez, próprias da formação nos quartéis, possuíssem as condições necessárias para conduzir o país de maneira adequada.

Conforme colocado por José Roberto Martins Filho (2019, p. 119), o exercício do poder após 1964 envolveu diferentes crises ao longo da ditadura, compreendendo, entre outros aspectos, a disputa entre os generais no comando, que desejavam a "institucionalização da Revolução (*sic*)", e os setores que queriam a imposição de um "regime dos militares", a partir dos quartéis. A formatação de um regime autoritário com feições institucionais envolveu intervenções em que os militares pretendiam redesenhar o Estado à luz de sua pretensão de superioridade sobre o conjunto da sociedade. Tais ideais buscaram a consolidação do regime autoritário por meio da elaboração de uma nova Constituição, em 1967, da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional, tudo isso durante o governo de Castelo Branco (Martins Filho, 2019). Embasados em tais pressupostos e com objetivo de institucionalizar o regime, os militares que idealizaram o arranjo transicional, seguidores da linha castelista, procuraram a cumplicidade de diferentes setores políticos liberal-conservadores, a qual foi conseguida por meio de algumas concessões e da ampliação do diálogo com tais grupos.

Ao abordar o papel e atuação dos militares, nota-se ainda que, na interpretação dos próprios militares, tanto em 1935 como em 1964, teriam sido eles os responsáveis por livrar o Brasil do "vírus psicossocial" que nos rondava – e para alguns ainda ronda –, sob a figura do tão demonizado comunismo (Castro, 2008). Desde então, há um elogio e apelo salvacionista na direção dos militares, ou mesmo uma autorreferência vinda dos próprios quartéis, que ganha espaço em momentos de crises econômica, política, institucional e de representatividade. A emergência de tais cenários faz com que a sociedade, ou ao menos parte dela, aponte sempre

em 1954. Houve também as tentativas de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, e de impedir que João Goulart, então vice-presidente, assumisse a presidência, quando Jânio Quadros renunciou, em 1961, situação que quase gerou uma guerra civil no Brasil.

para a busca de um tipo “salvador”, seja ele um indivíduo ou grupo, dentre os quais os militares e seus agentes figuram de modo recorrente nos últimos anos.

Mesmo antes de se instalarem no poder, o que se via era a autoproclamação de heroísmo por parte dos militares. A partir de 1964, houve no Brasil uma reconhecida tentativa de atribuir às Forças Armadas também a função de “guardiões” da democracia e dos valores liberais. Mesmo que cenas de violência e repressão tivessem sido executadas sob ordens ou chancela do governo federal desde momentos iniciais do golpe de 1964, parte da ala militar defendia a ideia de que era preciso manter uma aparência de normalidade democrática em meio a práticas notadamente autoritárias. De acordo com Vasconcelos, após o golpe, nota-se uma articulação política, em especial dos militares que seguiam a linha castelista, “baseada na crença de que, para se manter, o regime precisava de legitimidade junto a uma parcela significativa da sociedade e, em busca disto, tentava associar a sua ação a alguns princípios democráticos” (2013, p. 342). Como exemplo da presença mútua da pretensa preservação de princípios liberais e do autoritarismo, no que tange à manutenção do funcionamento do Congresso Nacional no regime militar, temos a tentativa de estabelecer um diálogo em busca da aprovação dos parlamentares no que diz respeito às ações do executivo, de modo a conferir maior legitimidade ao governo (Vasconcelos, 2013). Sobre a continuidade do funcionamento do sistema jurídico, Lemos aponta como a sua manutenção deu ares de legalidade e respaldo para ações autoritárias, com características próximas à da “normalidade republicana” (Lemos, 2004, p. 416). Assim, uma “fachada democrática” foi instalada para dar respaldo às ações militares, fato que acabou contribuindo para camuflar a truculência e arbitrariedades cometidas.

Neste sentido, conforme aponta Hélgio Trindade (1985), é possível perceber a presença de uma “lógica liberal”, apesar da centralização das decisões no poder executivo, que buscou a manutenção e funcionamento de algumas instituições de representação, mesmo que de forma um tanto limitada e controlada. Nas reflexões do autor, o surgimento do autoritarismo no Brasil estaria, desde sua concepção, atrelado ao liberalismo, sendo o primeiro um instrumento para implantação e edificação do último, uma forma de “hibridismo institucionalizado” (Trindade, 1985, p. 50). Esta ligação, que deveria ocorrer de modo transitório até a consolidação do liberalismo no Estado brasileiro, se estendeu por um longo período, e pode ser notada desde a independência até os dias atuais, não se restringindo aos períodos reconhecidos como ditatoriais.

Na esteira do pensamento liberal-autoritário, tivemos uma transição política embasada em um projeto que objetivava ocorrer de forma “lenta, gradual e segura”. Arquitetada e desencadeada pelos generais Ernesto Geisel, presidente de 1974 a 1979, e Golbery Couto e

Silva, então chefe da Casa Civil, a distensão já se encontrava no horizonte dos militares membros da linha "castelista", ou "moderados", e estava em rota de colisão com o projeto de poder dos membros da chamada "linha dura" das Forças Armadas[11]. Assim, "castelistas" e "linha dura" disputavam propostas de governo que divergiam, entre outras coisas, sobre o quanto de democracia deveria ser preservado no interior do regime militar, além do "cronograma de devolução do poder aos civis" (Vasconcelos, 2013, p. 334). Para alguns militares "moderados" e seus aliados que defendiam uma linha política mais próxima do liberalismo, o aumento das práticas autoritárias impostas pelo AI-5 representava um exagero e tornou-se alvo de críticas. Mesmo os que defendiam o fim dos atos institucionais, contudo, não desejavam uma democracia plena, mas o retorno ao arranjo político elaborado por Castelo Branco (Motta, 2021).

Assim, quanto aos setores identificados como contrapostos à "linha dura", é preciso destacar o aspecto autoritário existente entre os tais "moderados", que tiveram maior protagonismo na elaboração da proposta de abertura política. Após o anúncio da proposta de Geisel, o que se viu foi o fortalecimento da oposição, consolidada no resultado eleitoral de 1974, e o crescimento de manifestações de diversos setores da sociedade civil em favor da ampliação de direitos e da redemocratização. Ditando os limites do processo, em um discurso realizado em agosto de 1975, o então presidente Geisel afirmou que, mesmo sob a pressão dos grupos de oposição, não colocaria fim no AI-5, não revogaria o Decreto-Lei 477[12], não revisaria a Lei de Segurança Nacional, não promulgaria a anistia e não reduziria as prerrogativas do poder executivo (Napolitano, 2019). Além do "gradualismo" como estratégia, o governo deixava explícito seu objetivo de manter os instrumentos excepcionais e seu potencial repressivo, que garantiriam a segurança rumo ao caminho traçado. A promessa de redução da repressão não era válida para todos os grupos e pessoas localizadas na oposição, mas focava nos aliados defensores de princípios liberais e na oposição moderada. O que se viu neste período, de acordo com Renato Lemos (2018, p. 207), foi uma estratégia de "equilibrismo", em que, para garantir o ritmo e gradualismo esperado, "o governo, ao mesmo tempo em que

[11] Em oposição à forma com que o presidente Marechal Humberto Castelo Branco, de linha "moderada", conduzia o país, tivemos o surgimento de militares que almejavam uma ação repressiva e autoritária mais efetiva, os quais ficaram conhecidos como "linha dura". Estes militares defendiam uma maior centralização de poder no executivo e o recrudescimento do autoritarismo, com o uso sistemático da violência para eliminar a subversão e a corrupção que diziam assolar os governos civis. Teriam sido os militares da "linha dura", por exemplo, que pressionaram o governo a publicar o AI-5, institucionalizando a violência e práticas repressivas, persecutórias, de tortura, desaparecimentos e mortes (Antunes; Ridenti, 2007).

[12] O Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, proibiu manifestações de caráter político e quaisquer atividades consideradas subversivas em estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, e estabeleceu punição a professores, alunos e funcionários que estimulassem ou participassem de tais atos.

enfraquecia a oposição militar, recorria ao arsenal de instrumentos ditatoriais de segurança, em especial os atos institucionais, contra setores da oposição resistentes ao seu projeto". Com isso, a forma gradualista pensada durante a distensão "inseria-se nas tradições da cultura política dominante no Brasil, permitindo uma acomodação das forças em disputa para evitar choques graves, que poderiam colocar em risco o sistema de dominação e a ordem econômica" (Motta, 2021, p. 254).

Sobre o processo de distensão, Bolívar Lamounier (1985) destaca três pontos centrais para entender sua origem e funcionamento. O primeiro, diz que o mesmo não teria sido determinado, ao menos não inicialmente, por pressões da sociedade civil organizada. Em segundo, que ele não teria sido desencadeado por um grupo de militares rebeldes, populistas ou nacionalistas, mas pela própria cúpula militar, tendo Geisel ao centro, "fortemente identificado com a organização e a hierarquia militares" (Lamounier, 1985, p. 126). O terceiro ponto diz respeito a como os resultados eleitorais de 1974 foram fundamentais para a formação de uma oposição significativa, bem como a pressão das eleições acabaram por reforçar o projeto de liberalização controlada, que encontrava resistência frente a setores militares e civis contrários à abertura.

Já para Rodrigo Patto Sá Motta (2021), a distensão iniciada por Geisel teria tido como um dos seus pontos centrais a fraqueza da oposição, que havia sido dizimada – tanto na tentativa de luta armada quanto na sua articulação institucional, em razão dos mecanismos de controle e repressão impostos pela ditadura. Segundo o autor, sem uma oposição que colocasse em risco o sistema ditatorial, o poder militar sentiu-se seguro para colocar em prática o projeto de distensão, "pois o governo partiria de uma posição dominante e, portanto, teria força para definir o ritmo e os objetivos" (Motta, 2021, p. 248). Renato Lemos (2018) assegura que os militares pensaram o processo de descompressão ainda durante o auge econômico e político do regime, marcado pelo clima de otimismo resultante do chamado "milagre econômico"[13], antes mesmo que problemas financeiros internacionais, com destaque para a crise do petróleo, apresentassem sinais de que eclodiriam.

Atrelado ao projeto que resultou na abertura política, um ponto chave da nossa abordagem refere-se à ideia e prática da conciliação. Ao refletirmos sobre a presença e

[13] Durante o período da ditadura em que ocorreu o denominado "milagre econômico", entre o final do governo do General-Presidente Arthur da Costa e Silva e boa parte do governo do General-Presidente Emílio Médici, tivemos altos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no país, acompanhado de industrialização acelerada e queda na inflação. Contudo, é preciso observar também o aumento da dívida externa, da concentração de renda no país e um acentuado arrocho salarial. Maiores detalhes sobre o período disponíveis em: NAPOLITANO, Marcos. Nunca fomos tão felizes: o milagre econômico e seus limites. In: _____. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2019. p. 147-172.

influência desta ideia, orquestrada pelos militares e operada por meio da indução ao esquecimento e pelos acordos para solução de conflitos, buscaremos analisar como tal noção contribuiu para estruturar o processo de transição política, que ocorreu no Brasil de modo negociado, constituindo uma estratégia de sobrevivência de alguns núcleos de poder (Lemos, 2002). Como tentamos evidenciar, a busca pela conciliação permeou também a lógica política na escala paranaense, apesar da resistência de alguns núcleos, que deram origem a uma cultura política com características próprias, embora não radicalmente oposta àquela praticada pelos grupos que capitanearam a transição a nível nacional.

Considerando as devidas ressalvas, utilizamos em nossa abordagem o termo conciliação, embora o termo reconciliação apareça em colocações dos políticos no período em tela, conforme percebemos junto às fontes, e também em algumas discussões bibliográficas aqui abordadas. Reconciliar visa ainda reaproximar, reunificar pessoas, grupos ou coisas que, por algum motivo, foram separadas, bem como encerrar um ciclo de violência e conflitos e evitar que novos atritos ocorram no futuro (Antonio, 2013), o que não foi necessariamente pautado durante a transição por todos os membros da cúpula governista. Logo, falar em reconciliar implica na ideia de que, um dia, nossa sociedade esteve "conciliada", e que, durante o período final da ditadura, houve uma prévia negociação e um acordo bilateral entre sociedade civil e Estado. O uso do termo reconciliação mostrou-se mais presente nos discursos dos defensores de tal posição durante a transição, já que tentaram resgatar um suposto passado pacífico e cordial para justificar as tentativas de impor o esquecimento das violências cometidas pelo Estado. Todavia, sabemos que o Brasil é um país historicamente marcado pela violência, pelas desigualdades sociais, econômicas, étnicas e de gênero, pelo racismo, pela exclusão e conflitos políticos, ou seja, por divisões que se dão de diversas formas e por diferentes motivos. Sabemos também que o "acordo", na verdade, foi muito mais uma imposição dos grupos dominantes, com pouco espaço para negociação, por isso do uso do termo conciliação e não reconciliação.

Ao refletir sobre a transição negociada, destacamos a parte inicial do título da presente tese: "conciliação rima com traição". A frase foi proferida em 1984 pelo então senador Álvaro Dias (PMDB-PR), quando o mesmo foi questionado sobre a participação dos políticos do seu partido nas votações do colégio eleitoral para escolher, de forma indireta, o futuro presidente (Folha de Londrina, 14 abr. 1984, p. 3). A noção presente na frase é de que a negociação de cúpulas entre as elites políticas, incluindo aqui membros do próprio PMDB, e os militares no poder, foi uma traição à população que havia ocupado as ruas para exigir eleições diretas para presidente e acreditou nas promessas proferidas por políticos que participaram das negociações

com membros do governo ditatorial. Conciliar, neste contexto e da forma com que foi operacionalizada, implicou em manter as decisões políticas centralizadas e a população e boa parte da própria classe política apartadas de possibilidades reais de interferir nos rumos que o país tomaria. Logo, durante a abertura, entendemos que a busca por conciliação implicou em agir na contramão dos valores democráticos que a própria cúpula política dizia defender. Ou seja, publicamente, um discurso falacioso, muitas vezes, de defesa da democracia era defendido, enquanto nos bastidores o desenrolar das negociações indicavam para a manutenção da estrutura política elitista e um tanto autoritária que persistiu. Embora o termo conciliar possa nos remeter a negociar, dialogar e outros correlatos, aqui ele é entendido dentro de uma dinâmica que limitou e excluiu, com o intuito de privilegiar determinados grupos e, logo, trair o povo que acreditou em falsas promessas de democratização.

José Honório Rodrigues, em uma das proposições pioneiras sobre a questão da conciliação na historiografia, afirma que "a conciliação foi sempre minoritária, feita pelo grupo dominante entre si, com pequenas e mínimas concessões à grande maioria brasileira" (1982, p. 13). Seguindo nesta mesma linha, Motta indica ainda que a estratégia conciliatória encontra maior sustentação "quando o jogo político não inclui segmentos subalternos" (2013, p. 18), ou seja, quando se trata de arranjos entre membros das elites sociais e econômicas. Em meio a este tabuleiro de negociações, nos vemos imersos em uma cultura política que mescla elementos autoritários e liberais, revestidos por um fino véu de democracia, em um Estado controlado por grupos que nunca tiveram pretensões de fazer valer valores democráticos.

Podemos estabelecer relação entre os ideais conciliatórios e como eles se fizeram presentes durante a transição política iniciada na década de 1970 com as discussões levantadas por Marcos Nobre (2013) sobre o papel do MDB/PMDB no período. Em suas análises sobre a atuação do partido a nível nacional durante o processo de transição, Nobre aponta que o PMDB teria sido marcado por seu apoio a um tipo de blindagem política contra mudanças de maior teor que atendessem às expectativas das novas forças que surgiram no período, como movimentos e associações populares. A transição política ocorreu em um contexto de alterações significativas nos paradigmas sociais e políticos que haviam sustentado alguns dos consensos nacionais desde, pelo menos, 1930. Um desses paradigmas foi o desenvolvimentismo, com forte presença do Estado na articulação das estratégias econômicas. Contudo, a crise do Estado, especialmente no que diz respeito à redução do ritmo das atividades econômicas e a mudança da base tecnológica entre as décadas de 1970 e 1980, impôs dificuldades à manutenção do consenso desenvolvimentista. A partir daí, pressões dos movimentos sociais por ampliação dos serviços públicos para garantir o acesso à cidadania pelos mais pobres foram reprimidas pelas

ações articuladas pelos setores empresariais e políticos que pretendiam a redução do papel do Estado e sua privatização, conforme uma racionalidade neoliberal. Incapaz de conformar um novo consenso, o "pemedebismo" (Nobre, 2013, p. 9) compõe uma maioria política em busca da preservação das estruturas existentes para a Nova República, combinadas com uma incapacidade de dar vazão institucional aos grandes conflitos sociais do período.

Ao longo das décadas que se seguiram, é possível sugerir a expressão de uma cultura política de baixo teor democrático, marcada por acordos para preservação de um sistema político elitista, a qual abarcou também parlamentares de diferentes partidos, após o retorno do pluripartidarismo, tendo sido praticada desde então pelo grupo político conhecido como "centrão". Como resultado, teríamos o que o Marcos Nobre denomina de "imobilismo em movimento" (2013), ou seja, uma série de ações políticas que objetivam manter intacta a estrutura de poder, mas incapaz de formar um consenso em torno de mudanças e intervenções sociais de grande impacto. Com tais apontamentos em tela, buscamos também aqui compreender como o "imobilismo em movimento" se manifestou e se constituiu na esfera estadual, refletindo sobre processos históricos em que tais aspectos se fizeram presentes e contribuíram para evitar rupturas com o modelo político herdado da ditadura.

Por mais que tratemos aqui da questão da conciliação em um período recente da nossa história, esta prática de condução política não é própria do período de transição que aqui analisamos. No período imperial, como exemplo, tivemos a materialização da ideia de conciliação com a criação do Gabinete da Conciliação (1853-1857)[14], inicialmente embasado no ideal de moderação, que partiu do Estado para gerir tensões entre grupos políticos adversários, com o intuito de encampar um determinado projeto de sociedade (Ferraz, 2013). Assim como já apontaram outros autores que abordaram a temática da conciliação na história brasileira (Rodrigues, 1982; Ferraz, 2013; Motta, 2014)[15], podemos dizer que trata-se de uma marca geral da cultura política brasileira que se manifesta no longo prazo, a qual se apresentou durante o regime militar[16] e, inclusive, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que não tinha como objetivo julgar ou punir, mas tentar estabelecer as pazes entre o

[14] O gabinete foi liderado pelo marquês do Paraná, durante o segundo reinado, e buscava colocar em prática um projeto que tinha o intuito de reduzir os antagonismos entre conservadores e liberais, bem como conter o avanço destes últimos e garantir o retorno dos conservadores ao poder (Ferraz, 2013; Rodrigues, 1982).

[15] Assim como a conciliação, outros traços gerais da cultura política brasileira se fazem marcantes e podem ser percebidos em momentos distintos da história do país, tais como o patrimonialismo, o personalismo e o clientelismo (Carvalho, 1997; Motta, 2013). Embora não sejam nosso foco de análise na presente investigação, destacamos que, em maior ou menor grau, estes elementos podem ser percebidos também durante a ditadura instalada em 1964.

[16] Rodrigo Patto Sá Motta (2013) busca evidenciar em suas pesquisas que, para além da natureza autoritária e da grande disposição à violência por parte do regime militar, tendências conciliatórias se manifestaram durante os anos de ditadura no Brasil.

Estado, a história e a memória, sendo uma de suas premissas a necessidade de promoção da conciliação nacional[17].

Ao abordar a questão da conciliação durante o período de transição política no Brasil, destacamos que a mesma não deve ser entendida como uma ação isolada, mas um processo que continua em andamento[18]. Ao refletir sobre as condições e divergência em torno do que seria conciliar, Elizabeth Lira, que aqui utiliza o termo reconciliação, afirma:

> Para unos, la paz (y la reconciliación) depende de la supresión de los conflictos, empezando una "cuenta nueva", sin historia ni pasado. Para otros, la paz (y la reconcíliacíón) depende de procesos complejos de reconocímiento, asumiendo las responsabilidades, y creando condiciones para lograr una relación sin deudas pendientes, o ai menos, con el compromiso de esclarecer y resolver lo pendiente consensuando soluciones aceptables para todos o casi todos. Ésta ha sido y sigue siendo una disputa cuyo desarrollo está en proceso, puesto que no hay consenso explícito en el "bien" para el presente y el futuro que trae consigo repasar el passado. (2004, p. 158 *apud* Vinyes, 2009, p. 24).

Como percebemos, a noção de conciliação pode variar na forma como é pensada e deve ser implementada. Pode ser ela operacionalizada como uma maneira de acobertar determinados acontecimentos, ocasião em que, na maior parte das vezes, aqueles que se encontram no controle das ações desejam que algo seja esquecido. Neste caso, o desejo é que o passado não seja utilizado como semente geradora de novos embates, ponto defendido principalmente por aqueles que temem a punição por atos cometidos, pelos que temem reações radicais daqueles que possam sofrer algum tipo de represália, como os militares, ou, em alguns casos, por aqueles que não desejam reviver traumas que, no plano individual, já consideram superados. De outro lado, temos a busca por reconhecimento das vítimas e das violências praticadas por instituições públicas, bem como a posterior responsabilização de quem cometeu algum tipo de crime. Este ponto reforça uma tentativa de reparar um passado de impunidade e garantir o cumprimento da justiça, elemento fundamental para a conquista do Estado Democrático e do reestabelecimento da confiança cívica, em especial por parte das vítimas (Antonio, 2013).

---

[17] As discussões sobre conciliação ganharam maior espaço no campo historiográfico, bem como na área jurídica e no ambiente público de modo geral, após a criação da CNV, em 2011, e voltam ao debate sempre que pedidos de revisão da Lei de Anistia de 1979 são realizados, que processos ligados a crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro estejam em andamento nos tribunais, ou mesmo quando militares se colocam como agentes políticos e interferem diretamente no processo democrático.

[18] Gustavo Miranda Antonio (2013) defende a ideia de que a conciliação brasileira teve início apenas em meados da década de 1990, com a criação do programa de reparações e com o reconhecimento por parte do Estado brasileiro de sua responsabilidade no cometimento de crimes contra os Direitos Humanos, mas que não é possível estabelecer um ponto final que enfatizaria um sentido absoluto de harmonia que colocaria fim ao debate.

No Brasil, durante a transição política, a conciliação tomou corpo por meio da Lei de Anistia de 1979. A princípio, de acordo com Gustavo Miranda Antonio, a anistia se apresentou como uma estratégia de imposição do esquecimento, "onde o Estado, fazendo uso da promessa de um processo de redemocratização lento e gradual, procurou passar uma borracha sobre os crimes cometidos durante a ditadura (especialmente aqueles cometidos pelos agentes estatais)" (2013, p. 83). A impunidade, vale ressaltar, não é a proteção ocasional entre colegas, "mas um sistema que só podia ser ativado pelo Estado e a partir do poder da administração do Estado" (Vinyes, 2015, p. 225). O caso da abertura e redemocratização brasileira é marcado, utilizando das palavras de Jeanne Marie Gagnebin (2010), por uma "reconciliação extorquida", onde a noção de conciliação foi utilizada como parte de um discurso legitimador, que se deu por meio do processo de anistia, e teve como objetivo afastar a efetividade da justiça no momento da transição. Para praticar tal "extorsão", o medo foi um forte capital para barganhas políticas, o qual se manifestava tanto pelo temor do retorno da intensa violência praticada pelo Estado, quanto pelo receio em relação aos contornos imprevisíveis que a democracia poderia ganhar (Bauer, 2014).

Para Caroline Bauer, o processo de transição, baseado no ideal de conciliação, "[...] teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio" (2014, p. 124), fatores utilizados como mecanismos para garantir que os militares e as elites alinhadas ao poder permanecessem na dianteira deste processo. Em meio à dinâmica que resultou em certa interdição do passado repressivo, a historiadora aponta que havia entre alguns políticos, como o mineiro Tancredo Neves, membro do grupo político mais numeroso que fazia oposição ao regime, primeiro presidente civil eleito após 21 anos de ditadura e um dos principais articuladores da abertura política, o medo de que a "argentinização"[19] atingisse o Brasil (Bauer, 2014, p. 125). Em outras palavras, que os militares culpados por diversos crimes de violação dos Direitos Humanos fossem punidos. Sabe-se que em torno de Tancredo Neves um numeroso e influente setor de opositores "moderados" formatou uma prática oposicionista que seria predominante nas negociações com a ditadura.

Tratando do caso da transição democrática na Espanha, o historiador Ricard Vinyes (2015) operou como chave analítica o termo "ideologia da reconciliação", utilizado em

[19] O termo "argentinização", também chamado de "síndrome de Alfonsín", em referência ao então presidente da Argentina, Raul Alfonsín, um civil que estava liderando a transição política daquele país, trata de possíveis movimentações por parte do Estado, de membros da esquerda e das vítimas da violência repressora da ditadura que pudessem resultar em punição aos militares brasileiros (Bauer, 2014). Isto pois, na Argentina, durante o período de redemocratização, vários militares foram julgados, condenados e presos por seus crimes cometidos durante os anos de ditadura.

referência às ações tomadas pelo Estado que tiveram e tem como base a equiparação da violência cometida por agentes estatais em períodos autoritários com aquelas praticadas pelos grupos que atuaram na resistência. Tal ideologia pode ser pensada com novos contornos em solo brasileiro, já que o próprio termo "reconciliação", como já abordamos anteriormente, busca construir uma leitura do passado que apresenta uma história pacífica do nosso país, sem desigualdades e de cultura democrática sólida. Desta forma, há um incentivo ao esquecimento recíproco e ao perdão, movimento que também podemos perceber no caso da transição brasileira. Ao buscar definir as implicações da "ideologia da reconciliação", Vinyes (2015, p. 227) afirma:

> longe de assentar-se na realidade, pretende criá-la, ou, no máximo, evitá-la. É um instrumento de assimilação, sua vocação é devorar qualquer elemento antagônico e expandir as certezas absolutas que se sustenta por meio de ritos e símbolos que, mais que uma história (uma verdade provisória), comemoram uma memória tranquilizadora, em geral, a memória de um êxito conseguido após sofrimento e vontade. Ainda que amiúde o sofrimento e a vontade não acabem em êxito. Seus sujeitos são heróis ou vítimas, ou as duas coisas resolvidas em uma só, posto que às vezes a vítima é identificada como herói e ao revés. A ideologia não tem capacidade de diálogo porque não nasce para isso, e a memória única ou "boa memória", tampouco.

Para o autor, a "ideologia da reconciliação", longe de ser um projeto político de conciliação, considerado o ideal a ser buscado, tenta camuflar as tentativas de silenciar determinados acontecimentos e forjar a construção de uma "memória oficial", tendo em vista a acomodação de grupos ligados ao poder, monopolizando o direito de escolha do que deve ou não ser lembrado e substituindo a memória pública. Em suas reflexões sobre a permanência de memórias traumáticas por meio da literatura e na ineficácia do Estado em barrar a presença de tais lembranças, a pesquisadora Beatriz Sarlo (2005) refere-se a tal processo como uma "reconciliação amnésica". Em tal conjuntura, esquecimento, silenciamento e equiparação são termos instrumentalizados para a criação de uma "boa memória", que complementa o esquecimento jurídico promovido pela anistia, a "impunidade equitativa".

Vinyes aponta ainda que a "ideologia da reconciliação" se diferencia do "projeto de reconciliação", visto que "um projeto é algo que surge do conflito histórico e da necessidade de resolvê-lo do modo mais satisfatório para todos, ainda que não agrade a todos, pelo que requer discussão, negociação, acordo relativo e uma decisão majoritariamente partilhada" (2015, p. 227). Segundo João Batista Teófilo Silva (2021b, p. 41), tal ideologia teria como objetivo "manter o passado distante da discussão pública, quando um efetivo projeto político de reconciliação deveria ser marcado pela adoção de mecanismos que objetivassem sanar os

conflitos do passado em busca de um efetivo apaziguamento". No Brasil, mesmo que a ação de movimentos sociais tenha influenciado os rumos que a abertura política tomou, não tivemos a busca pela resolução compartilhada de problemas, mas um projeto que tinha como meta preservar as condições de dominação política. A proposta de conciliação seria, assim, uma estratégia para contornar as contradições entre membros de uma minoria no poder. Mesmo que algumas medidas de reparação e políticas de memória tenham sido implementadas, na busca por uma possível pacificação das divergências com as oposições, a "ideologia da reconciliação" tratou de limitar seu alcance e impedir que a dimensão da justiça avançasse (Silva, 2021b). Logo, ao nos referirmos no presente texto a conciliação, enquanto propostas e projetos políticos dos grupos que dirigiram a última transição brasileira, estamos tratando de ações embasadas na "ideologia da reconciliação", tal como sugerido por Vinyes (2015).

Entre as consequências deste deslocamento político ancorado na defesa da conciliação, que ocorreu de modo pactuado, sem gerar grandes rupturas, tivemos o impedimento da efetivação da justiça de transição[20] e a obstrução do desvelamento das violências ditatoriais, que resultou na não reparação das vítimas da ditadura e na não punição dos militares perpetradores de crimes contra os Direitos Humanos. Como proposto por Ruti G. Teitel (2003, p. 69), entendemos a justiça de transição como "a concepção de justiça associada com períodos de transformação política, caracterizada por respostas legais no confronto com irregularidades dos regimes repressivos antecessores". Tal processo implica em punições aos que agiram contra os Direitos Humanos, trazer a verdade ao público, reparar vítimas, reformar instituições que se apresentem ligadas às violações de direitos, bem como promover a pacificação (Silva, 2021b). Para Berber Bevernage (2018), a distinção entre justiça de transição e a justiça comum, como a criminal e a social, ocorre pelo fato de que o contexto de transição política acaba por criar uma série de restrições que tornam muito difícil o uso do repertório de justiça "ortodoxo". Para o autor, "esse é especialmente o caso quando as transições não seguem um claro corte entre um regime militar e uma sucessão democrática mas, ao contrário, resulta de uma revolução negociada ou de acordos baseados em antigas e novas forças" (Bevernage, 2018, p. 38). Este seria o caso da transição brasileira.

[20] Há um intenso debate sobre a questão do estabelecimento da justiça em tempos de transição e do estabelecimento de uma política de "perdão e esquecimento". Bevernage aborda os impasses na procura por equilíbrio entre a busca por responsabilização e a conciliação voltada exclusivamente ao futuro, e coloca o seguinte dilema: "reparar a injustiça histórica e, assim, abrir o risco de contestação social, desestabilização e retorno da violência; ou objetivar um presente e um futuro democrático e pacífico em prejuízo das vítimas de um passado sombrio?" (2018, p. 39). Consideramos, contudo, um erro a imposição de projetos que objetivaram estabelecer uma suposta paz que tem como base a supressão de memórias, o que beneficiou e ainda beneficia os perpetradores de violências.

É preciso destacar aqui, visando o não apagamento do papel das oposições no jogo transitório, que grupos políticos de oposição ao regime militar, incluindo as esquerdas, não em sua totalidade e guardadas as devidas ressalvas e sua heterogeneidade, acabaram por aderir à tendência conciliatória durante a abertura política. Como lembra Marcos Napolitano (2022), desde o final dos anos 1970 a intensa mobilização social em torno de pautas econômicas e sociais, mesmo no interior das esquerdas do país, acabou deixando em segundo plano as lutas por verdade, justiça e reparação. No contexto da abertura, tanto comunistas como a Nova Esquerda, que ganhou expressão em meio aos movimentos civis e operários, em especial com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), se empolgaram com a possibilidade de (re)ocupar os espaços políticos no período posterior a 1979, embora nem todos estivessem dispostos a aceitar as condições de negociação colocadas pelos militares no poder.

Desta forma, mesmo concordando que a transição tenha ocorrido pelo "alto", é preciso pensar nas reivindicações e respectivo impacto da atuação dos movimentos sociais, dos sindicatos, da sociedade civil organizada, das pastorais religiosas, das mobilizações das Diretas Já, entre outros elementos que se fizeram presentes no período, e interferiram nas decisões tomadas pelos militares. De acordo com Leonardo Avritzer (1995, p. 2), "a democracia é em geral alcançada através de um processo longo de negociação, no qual são criadas garantias institucionais recíprocas entre governo e oposição". Além destes apontamentos, considerando a proporção continental brasileira e sua diversidade cultural e social, é preciso também colocar em pauta como o processo de transição foi marcado pelas especificidades de cada localidade do país, dada a conjuntura política própria de cada região.

Ao problematizar as teorias da transição democrática, Avritzer (1995) questiona a distância entre as mudanças na política institucional, e a capacidade dos atores políticos em compreender e incorporar os princípios que a nova ordem política propunha. Segundo as teorias tradicionais, o que caracterizaria os processos de democratização seria a ausência do veto à ação política, sem levar em conta a adoção e internalização dos valores democráticos pelos atores políticos (Avritzer, 1995). Um dos limites das teorias tradicionais que abordam períodos de democratização se refere à "sua incapacidade de entender a internalização ou não pelos atores políticos de uma normatividade democrática, devido à insuficiente problematização sobre o papel a ser desempenhado pelos atores políticos não-democráticos após a completude do processo de transição" (Avritzer, 1995, p. 1). Tal questionamento se refere à necessidade de compreender as mudanças na cultura política que deveriam ocorrer durante e após o processo de redemocratização, e que não se completam de modo automático após a retirada das restrições

às ações políticas, mas compreende um processo de longa duração, e perpassa ainda a continuidade de práticas não democráticas após a transição.

Como alternativa para este viés ortodoxo de análise das transições, Karina Kuschnir (2005) destaca que a antropologia, em suas abordagens, buscou ampliar as fronteiras da política para além das ações do Estado. Sendo assim, ao pensar o projeto de ruptura institucionalizado, seria preciso refletir sobre como ocorreu na prática a transição, ou seja, entender como este processo afetou os comportamentos políticos. Entre o projeto de distensão "lento, gradual e seguro", por exemplo, há uma distância considerável em relação às práticas políticas operadas pelos diversos sujeitos envolvidos na transição, distância maior ainda se pensarmos na sociedade de modo geral.

Consonante com tais perspectivas, sublinhamos que a transição não pode ser reduzida às alterações desencadeadas pelos militares nos campos políticos institucionais e burocráticos. Ao ser colocado em prática, "o processo de reforma do regime ditatorial-militar tende a superar (para o bem ou para o mal) o projeto original" (Codato, 2005, p. 90). Embora com objetivos bem delineados, o que se percebe é que a teoria se distanciou da prática ao ser aplicada às dinâmicas sociais e políticas. Durante a abertura, o alcance e força das oposições acabaram por forçar os militares a fazer concessões e acelerar ou diminuir o ritmo da transição, bem como aceitar a presença pública de seus adversários políticos e se mostrar mais flexíveis às suas demandas.

Codato (2005) opera a ideia de que o processo distensionista teria estabelecido ao menos três arranjos: novas relações entre políticos e militares; uma redefinição das relações de forças entre as classes sociais, que acarretou contradições entre o governo militar e o empresariado; novas relações entre militares e as classes sociais, com crescimento dos movimentos sociais, das greves de trabalhadores e protestos de profissionais da classe média, como advogados e jornalistas, em uma demonstração, ao menos aparente, do ressurgimento da sociedade civil. Apesar destas mudanças nas relações, o fato é que a participação popular continuou restrita e controlada, não apresentando perigo à soberania militar e ao projeto de sociedade voltado para o capital. Sob a tutela militar, o empresariado buscou garantir a continuidade de seus privilégios e também se valeu da "ideologia da reconciliação" (Vinyes, 2015) durante a transição. O apagamento da participação civil e do papel do empresariado no golpe e durante os anos do regime (Reis, 2010), assim como os benefícios que o grande capital recebeu ao longo da

ditadura e que permaneceram após a nova Constituição, são páginas da nossa história que ficaram por tempos apagadas para não macular a imagem da elite econômica[21].

Em consequência de todo este cenário e seus desdobramentos, construiu-se significados de democracia um tanto enviesados e restritivos – como a ideia de que o direito ao voto direto é garantia de democracia. Como resultado de toda esta movimentação, tivemos uma transição que não necessariamente nos conduziu a uma democracia, por mais que assim denominamos nossa política. O entulho autoritário presente nas instituições do Estado, um sistema representativo que limita e afasta as pessoas da política, a dificuldade de acesso a direitos básicos, bem como as características patrimonialistas presentes na política brasileira há séculos, são entraves que tem impedido que boa parte da população do nosso país possa enxergar na democracia um instrumento de solução e melhora nas condições sociais em que vivem.

As discussões suscitadas pela documentação pesquisada possibilitam compreender as limitações regionais do processo transicional. Uma limitação que pode ser pensada em dois sentidos: um deles a partir do alcance dos arranjos transicionais gestados a nível nacional e como eles esbarram, em dados momentos, nas articulações políticas existentes em nível estadual. O outro sentido se dá ao refletirmos em como os desejos e projetos de sociedade pensados no estado do Paraná sucumbiram frente ao grande projeto de conciliação articulado entre as elites políticas, econômicas e os militares. Estes limites vão resultar em um sentimento de frustração que permeou toda a transição para a Nova República e se manifesta ainda hoje quando nos deparamos com retrocessos democráticos e na não efetivação de direitos básicos que acreditamos fundamentais para a dignidade humana.

Na tentativa de compreender a dinâmica política que estruturou o processo de abertura no estado do Paraná, dividimos a presente investigação em três capítulos. Em todas as partes da discussão proposta, tendo em vista a tese apresentada, almejamos articular as reflexões para pensar as relações entre o projeto pensado a nível nacional e seus desdobramentos na escala estadual. No primeiro capítulo, buscamos traçar, em linhas gerais, um panorama do quadro político paranaense no período inicial da abertura e de como se constituíram, com foco nos grupos políticos que disputavam o poder institucional e buscavam disseminar seus projetos no espaço público. Nesta primeira parte, apresentaremos os principais tensionamentos e disputas existentes no interior dos partidos políticos com maior expressão no estado no primeiro

[21] Sobre o papel do empresariado durante o golpe, a ditadura e a transição, ver, por exemplo, os trabalhos de René Armand Dreifuss: *1964*: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe (1981); *O jogo da direita na Nova República* (1989), e os trabalhos desenvolvidos pelo *Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil*, disponíveis na página: https://gtedb.ufrrj.br/. Acesso em: 15 ago. 2024.

momento da abertura. Abordamos ainda neste capítulo as estratégias de ação adotadas para evidenciação pública de temas discutidos a nível nacional e utilizadas, em especial, pela oposição representada pelo MDB. Debates em torno da anistia ocupam a última parte do primeiro capitulo, onde tentamos demonstrar como se construiu parte da memória a respeito da truculência ocorrida durante a ditadura e de que modo os militares saíram impunes do período de arbítrio. Refletimos sobre a importância que a pauta da anistia recebeu durante a abertura, sendo instrumentalizada a favor de uma almejada pacificação e esquecimento, tornando-se alvo de barganhas e considerada ponto decisivo para o desenrolar do processo de conciliação. Temos aqui como foco a premissa de que, a nível estadual, os interesses e discrepâncias entre os atores em jogo geravam dissonâncias em relação aos fluxos e alinhamentos políticos desenhados e esperados a nível nacional.

Para o segundo capítulo, refletimos sobre como mudanças na legislação partidária, em especial com o retorno do pluripartidarismo, suscitaram novos acordos e evidenciaram conflitos já existentes. Analisamos ainda nesta parte do texto como as eleições de 1982 alterou o panorama político paranaense e colocou o principal partido de oposição à ditadura no poder no estado, exigindo novas posturas, nem sempre coerentes, por parte de seus líderes e filiados. Apontamos ainda possíveis causas para o fracasso eleitoral do grupo neysta, que por mais de duas décadas apresentou-se como a grande força política paranaense.

Buscamos compreender aspectos do governo do PMDB a partir de 1983 e seu comportamento frente ao poder executivo federal, ainda nas mãos dos militares, que pregavam uma suposta “pacificação”. Neste ponto, refletimos sobre discursos a respeito do processo transitório rumo à democracia, em especial no que tange à busca dos militares pela conciliação e suas implicações, assim como o temor pelo suposto “revanchismo”, não só por parte dos agentes da ditadura como dos demais atores políticos que temiam um retrocesso na abertura política. Esta reflexão está pautada na ideia de que a transição ocorreu seguindo uma lógica de manutenção de posições e privilégios que era parte do projeto conciliatório, o qual, ao longo da abertura, mesmo que indiretamente, acabou recebendo adesão de por boa parte dos políticos paranaenses. Neste segundo capítulo analisamos ainda o processo de reestruturação pelo qual passaram os partidos políticos a nível estadual após a chegada do PMDB no governo, bem como desafios e possibilidades que os mesmos encontraram a partir desta fase da abertura.

No terceiro e último capítulo analisamos mais detidamente como se desenvolveu no Paraná o movimento Diretas Já e as discussões a respeito da sucessão presidencial. Neste cenário, temos os grupos liberais conservadores com maior espaço e controle sobre a política no estado, o que fica expresso por meio das alianças realizadas para garantir apoio para a

candidatura de Tancredo Neves, as quais, como veremos, não foram aceitas sem questionamentos ou resistências, embora pouco espaço restasse para negociações e criação de alternativas. Na última parte do texto investigamos os esforços dos paranaenses para integrar o governo que se formava na Nova República e como a constituição da nova equipe que governaria o país evidenciou o continuísmo político.

1 RELAÇÕES POLÍTICAS NO ESTADO DO PARANÁ E EMBATES EM TORNO DA LEI DE ANISTIA

Para melhor compreender o que estava em jogo na política paranaense durante a abertura, momento de mudanças diversas, consideramos importante conhecer um pouco mais a história política do estado e como estavam configurados os grupos políticos que se encontravam em disputa durante aqueles anos. Os elementos que marcaram a constituição do quadro político de 1979, que consideramos como o ano inicial da abertura, se fizeram presentes durante toda a transição política, acrescidos então de novos componentes que entram em choque no momento de reconstrução política, em que projetos de sociedade estavam sendo elaborados e confrontados, refletindo as diversas perspectivas em disputa no Brasil. Tal como afirma Reinhart Koselleck (2014, p. 246), aos que se interessam em compreender o tempo presente, é preciso buscar conhecer as estruturas enraizadas em outros períodos, bem como a existência de "constelações repetíveis, efeitos de longo prazo, presencialidades de atitudes arcaicas, regularidades em sequência de eventos – e só a história pode informar o historiador contemporâneo sobre sua atualidade". Buscamos, com isso, compreender como a manutenção de famílias e grupos políticos na dianteira dos governos paranaenses, bem como os demais componentes das instituições de poder no estado, demonstram certa continuidade de padrões surgidos ao longo da ditadura e até mesmo em períodos anteriores.

Observando tais premissas, dividimos o presente capítulo em três partes. Propomo-nos na primeira delas a apresentar alguns elementos e grupos que configuraram o panorama político do estado do Paraná durante os anos iniciais de abertura política. Apresentamos algumas das principais figuras políticas da época e tentamos também compreender a participação de políticos paranaenses na dinâmica do período ditatorial e suas relações com os militares, bem como os quadros eleitorais dos anos da ditadura, chegando assim até o pleito de 1978, ano em que também o último governador indicado pelos militares foi escolhido. Na segunda parte do capítulo, refletimos sobre as perspectivas que se formaram com o fim do AI-5, que deixou de vigorar a partir de janeiro de 1979, e apresentamos aspectos do jogo político institucional que se desenvolveram, bem como novas estratégias de atuação da oposição peemedebista, que passou a ter maior liberdade, mesmo que suas ações fossem ainda limitadas. Como veremos, temos uma tentativa oposicionista de levar a público suas bandeiras e evidenciar o papel do governo ditatorial sobre a crise pela qual passava o país.

Já na terceira e última parte deste capítulo, objetivamos compreender quais foram as narrativas que se colocaram em disputa em torno da questão da anistia entre os políticos no

Paraná. Por meio dos discursos dos parlamentares, buscamos analisar as relações entre o posicionamento dos políticos e a temática do esquecimento e do silenciamento das ações repressoras perpetradas pelo Estado, bem como a maneira com que a ideia de pacificação defendida pelos militares permeou também os que se colocaram como opositores ao regime no estado. Analisamos ainda como a anistia contribuiu com o processo de conciliação e tornou-se uma justificativa legal para barrar ações da justiça de transição. Em meio a este cenário de mudanças que abrangia todo o país, no estado do Paraná grupos políticos se articulavam e uma forte oposição se formava, catalisando os descontentes e mobilizando interesses próprios.

1.1 DINÂMICA DE FORMAÇÃO DOS QUADROS POLÍTICOS PARANAENSES

No Paraná, nos fins da década de 1970, havia uma forte concentração de poder político nas mãos de poucos e pequenos grupos organizados em oligarquias regionais, pertencentes e alinhados às elites econômicas. Este sistema de poder, desde o surgimento do estado, em 1853, foi marcado muitas vezes pelo personalismo, paternalismo e coronelismo – o que se observa também em diversas outras regiões do país e em períodos bastante recentes, embora com novas configurações. A questão a ser destacada é que, mesmo com algumas mudanças no quadro político do estado, temos redes políticas familiares que remontam ao período colonial, com considerável capital político e econômico, ocupando cargos entre o alto funcionalismo público e nas diversas instâncias da política representativa, tanto a nível estadual como federal. Mesmo que novos nomes tenham ingressado na arena pública do estado a partir da década de 1950, consideramos que houve um processo de "modernização conservadora", "um caráter continuísta que não rompeu com os antigos padrões de dominação política e econômica vigentes" (Granato; Oliveira, 2020, p. 50).

Tendo em conta as conexões de longo prazo, cabe aqui conhecer alguns aspectos que dizem respeito especificamente à política paranaense no momento inicial da abertura, bem como seus agentes e suas relações com a cúpula militar durante os anos de ditadura. No Paraná, em 15 de março de 1979, na mesma data em que o General-Presidente João Batista Figueiredo assumia a presidência da República, o último governador escolhido pelos militares para dirigir o estado também era empossado. Tratava-se de um velho conhecido da política estadual: Ney Aminthas de Barros Braga. Como afirmou a cientista política Luzia Helena Herrmann de Oliveira (1998, p. 48), "a Arena confundia-se no estado com Ney Braga e com o regime militar". Tendo em vista o apoio recebido e sua íntima relação com os militares, tanto na articulação do golpe quanto posteriormente, no estado do Paraná merece destaque sua trajetória.

O político ingressou na vida pública com apoio de seu ex-cunhado, o então governador Bento Munhoz da Rocha Neto[22]. Braga foi militar, chegando ao cargo de major do exército, e foi chefe de polícia no Paraná, nomeado por Munhoz da Rocha, o qual também o apoiou e o incentivou a concorrer ao cargo de prefeito de Curitiba, para o qual foi eleito em 1954, pelo Partido Libertador (PL), e permaneceu na função até 1958. No ano de 1957, após romper com seu ex-cunhado, em razão do seu desejo em concorrer à Câmara Federal e não encontrar espaço no PL, migrou para o Partido Democrata Cristão (PDC), tornando-se presidente do partido no estado, pelo qual foi eleito deputado federal em 1958[23]. Enquanto deputado, afirmou seu papel de oposição ao então governador Moysés Lupion[24], o qual atacava constantemente por imoralidade administrativa.

O tema da corrupção e da imoralidade foi bastante acionado durante sua campanha rumo ao cargo de governador do Paraná, em 1960, enquanto ainda exercia seu mandato de deputado. Alinhado a Jânio Quadros, que concorria à presidência e havia sido seu amigo de infância, além de ter sido apoiado a nível nacional pelo PDC, Ney fez uso de símbolos difundidos pela campanha de Jânio, como o slogan "tostão contra o milhão", a vassoura como representante da "limpeza" que iria promover contra a corrupção, além de afirmar em seus comícios que "quem era Ney era Jânio, e quem era Jânio era Ney" (Kunhavalik, 2004b, p. 278). Mesmo com tal aproximação por parte do candidato paranaense, Jânio não apoiou a candidatura de Ney, e apenas teria alegado que apoiaria no estado quem o apoiasse. A posição ambígua do então candidato à presidência se deu por conta do apoio que recebeu de setores do PTB paranaense, partido com grande capital político naquele momento e o mais cotado para eleger o governador

[22] Além de terem sido cunhados, havia uma outra ligação entre os dois políticos. O pai de Bento Munhoz da Rocha, ex-governador paranaense Caetano Munhoz da Rocha, teve como sua terceira esposa uma tia de Ney Braga, Sylvia Braga, irmã de seu pai. Bento Munhoz era filho do primeiro casamento de Caetano (Kunhavalik, 2004a, p. 145).

[23] Em março de 1963 Ney Braga foi eleito presidente nacional do PDC.

[24] Moysés Lupion foi um rico empresário e amigo do ex-interventor Manoel Ribas. Após a morte de Ribas, em 1946, Lupion mobilizou seu capital econômico para chegar ao governo estadual. Adquiriu veículos de imprensa, como jornais impressos e emissoras de rádio, para que atuassem a favor de sua campanha nas eleições de janeiro de 1947. As articulações de Lupion acabaram por fragmentar tanto o PSD quanto o PTB, em que parte apoiava Lupion e outra desejava outros nomes para o executivo estadual. A ala lupionista do PSD articulou uma grande coalizão, incluindo o PTB, a UDN e o PRP, bem como a cooptação dos diretórios pessedistas do interior do estado. A estratégia foi frutífera, Lupion foi lançado para concorrer ao governo e venceu Bento Munhoz da Rocha Neto, do PR, seu principal opositor. Durante os anos de pluripartidarismo (1945-1965), tivemos no Paraná dois grandes grupos, conforme aponta Batistella (2015a): os lupionistas, apoiados pela maior parte do PSD e uma ala do PTB, e os antilupionistas, que englobava, principalmente políticos da UDN, PTB, PR, PRP e PDC. Em 1950, Ângelo Ferrari Lopes, apoiado por Lupion para o cargo de governador, foi derrotado por Munhoz da Rocha, que recebeu apoio da UDN, PRP, PL e PST. Já em 1955, Moysés Lupion venceu novamente as eleições para o governo, apoiado pela coligação PSD/PDC/PTN, pleito em que Mário Batista de Barros, do PTB, foi seu principal oponente. Permaneceu no cargo até janeiro de 1961, quando Ney Braga assumiu seu primeiro mandato.

no pleito em questão. Neste cenário, a campanha de Ney Braga só ganhou força após a morte de Abilon de Souza Naves (1959), do PTB[25].

A partir de então, temos a consolidação do grupo político chamado 'neysta', sob o comando de Ney Braga, no interior do qual se formaram alguns dos principais nomes da política paranaense das últimas décadas e que permaneceu hegemônico até as eleições de 1982. Ao chegar ao governo, investiu pesado na publicização de sua figura como um "líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador e, sobretudo, católico fervoroso" (Magalhães, 2017, p. 69). Apesar, ou em razão, da relativa popularização de seu nome, ao longo de sua trajetória, contudo, Braga acumulou vitórias e conflitos, especialmente com seus aliados. De acordo com Barry Ames (2003, p. 150), "observadores relatam que ele era muito controlador e jamais consentiu na independência de seus protegidos". Nomes como José Richa, Paulo Pimentel e Jayme Canet, apadrinhados por Braga, acabaram por afastar-se do mesmo em razão de divergências intransponíveis entre eles.

Ao tratar das eleições de 1960 no Paraná, Márcia da Silva *et al* (2020) destacam que a eleição de Braga marcou o retorno das famílias tradicionais ao poder, ou seja, das velhas oligarquias paranaenses, as quais iniciaram uma disputa política ainda com Getúlio Vargas e seus aliados no estado, representados pela figura de Manoel Ribas[26], responsável pela fundação do PSD paranaense. Para além das antigas oligarquias rurais, a elite paranaense se encontrava envolvida em atividades diversificadas na década de 1950, e Ney Braga também "passa a representar os interesses da burguesia comercial e industrial" (Kunhavalik, 2004b, p. 272). Neste sentido, Ricardo Costa de Oliveira (2007, p. 154) aponta para o fato de que Ney Braga "representava a modernização conservadora das elites tradicionais paranaenses", e seria um fruto social deste meio.

Inicialmente, a principal oposição encontrada por Ney foi o grupo político ligado ao PSD, onde encontrava-se o ex-interventor Ribas e seus apoiadores. Posteriormente, esta oposição estendeu-se ao PTB, que se tornou um dos partidos com maior capital político no estado entre o final da década de 1940 e o golpe de 1964. Sobre a força do PTB em meados da

---

[25] Abilon de Souza Naves faleceu após sofrer um infarto fulminante durante um jantar oferecido em sua homenagem, em 12 de dezembro de 1959. Seu sucessor, Nelson Maculan, fico em segundo nas eleições governamentais, com 30,9% dos votos, sendo derrotado por Ney Braga, que contabilizou 35,3% da votação. Em terceiro tivemos Plínio Costa, do PSD, com 26,8% dos votos (IPARDES, 1989, p. 11).

[26] Manoel Ribas era paranaense de nascimento, herdeiro de famílias tradicionais, vinculado à elite rural dos Campos Gerais (Oliveira, 1997), que se mudou com 24 anos para Santa Maria, Rio Grande do Sul, e lá permaneceu por 35 anos, retornando ao Paraná para chefiar o estado. Ribas permaneceu no cargo até a queda de Getúlio Vargas, em 1945. O interventor paranaense se destacou na cena pública pelo trabalho realizado frente à Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e, posteriormente, na prefeitura de Santa Maria (Granato; Oliveira, 2020).

década de 1960 no Paraná, Ames (2001, p. 149) sugere que, “antes do golpe militar, o antigo PTB dominava quase completamente a política estadual. Não fosse o golpe, o partido teria controlado a maioria da representação parlamentar do estado após as eleições de 1964”.

Ao assumir o executivo paranaense, Ney Braga aproximou-se da bancada do PTB na ALEP, tendo em vista a garantia de aliados em seu governo e a forte oposição feita pelos parlamentares pertencentes ou alinhados ao PSD. Para as eleições de 1962 ao Senado, Ney articulou uma aliança eleitoral que uniu PDC, PTB, UDN e PTN, e apoiou a candidatura de Amaury Silva, do PTB, e Adolpho de Oliveira Franco, da UDN (Batistella, 2015b). Os dois candidatos sagraram-se vencedores, derrotando dois nomes de peso da oposição e velhos conhecidos da política paranaense: Bento Munhoz da Rocha (PR) e Moysés Lupion (PSD).

A nível nacional, face à renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, Ney Braga, que havia apoiado sua candidatura, defendeu seu retorno à presidência e se colocou contra a posse de João Goulart, mas, de acordo com Kunhavalik (2004b), apresentou posição dúbia e não declarou abertamente seu apoio aos ministros militares que já ambicionavam o poder. Diferente da posição de Ney, houve no Paraná forte apoio popular, por parte de estudantes e membros do PTB, ao então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que liderou a campanha pela legalidade, em que defendia a posse de Jango. Após este episódio que acirrou ainda mais as tensões na política nacional, e antes de aderir ao projeto golpista, Ney Braga chegou a estabelecer relações estáveis com o então presidente deposto João Goulart, apoiando o retorno do presidencialismo e algumas reformas de base, desde que alinhadas com a doutrina social cristã. Com o passar do tempo, tendo em vista, entre outros motivos, as preferências do executivo federal a políticos ligados ao PTB na nomeação de cargos, o governador paranaense teria ficado descontente e se aproximado ainda mais dos governadores conspiradores, com os quais já havia estreitado laços para apoiar a permanência de Jânio na presidência (Batistella, 2016).

Às vésperas do golpe, no Paraná, o então governador do estado, Ney Braga, mostrou-se como um apoiador ferrenho da ditadura, e fez parte do grupo de políticos conspiradores. Como aponta Alessandro Batistella (2015b, p. 283), “embora a participação de Ney Braga seja pouco mencionada, o governador paranaense esteve envolvido direta e ‘silenciosamente’ no golpe”. Dreifuss alega que o governador do Paraná “era discretamente a favor do plano, preferindo não dar apoio abertamente” (1981, p. 389). Em contato constante com os governadores Magalhães Pinto (Minas Gerais), Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Braga teve papel importante nas negociações de acordos e conquista de apoiadores ao golpe. Assim como ocorreu em outros estados, o golpe foi

endossado por governadores que, como Ney Braga, autorizou as polícias civil e militar a prender sujeitos considerados subversivos ou que colocassem em risco o andamento do processo golpista.

Após ganhar notoriedade política a nível nacional por apoiar o golpe de 1964 e ser um dos principais articuladores do processo, Ney Braga foi escolhido pelo Marechal-Presidente Castelo Branco para liderar a pasta do Ministério da Agricultura, em 1965. Permaneceu como ministro até agosto de 1966, quando deixou o cargo para se dedicar às eleições ao senado, que concorreu e venceu em novembro do mesmo ano. Atuou como senador até 1974, quando foi convidado novamente a assumir um ministério, desta vez o da educação, após pedido feito pelo General-Presidente Ernesto Geisel. Como Ministro da Educação, trabalhou até maio de 1978. Em novembro do mesmo ano, foi eleito para seu segundo mandato como governador, desta vez por meio de votação indireta, e voltou ao posto em março de 1979, onde permaneceu até 1982, quando foi substituído por José Richa, seu ex-aliado político.

Junto aos políticos que, como Ney Braga, desejavam a destituição do então presidente João Goulart (PTB), os militares tiveram papel central. Tendo seu ciclo iniciado no final de março de 1964, a ditadura militar brasileira se estabeleceu a partir de um golpe perpetrado pelos militares e parte da sociedade civil, que tiveram no anticomunismo o elemento de aglutinação dos diferentes grupos adversários do governo de Goulart. Jango, como era conhecido o presidente, era considerado herdeiro político de Getúlio Vargas, e acusado de manter ao seu redor figuras que supostamente apresentavam ligações com a esquerda comunista. O fato do Brasil ter iniciado uma política externa independente em plena Guerra Fria, reatado relações com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e se aproximado de Cuba, que havia passado por uma revolução socialista recentemente (1959), acabou por aumentar o temor entre grupos de direita conservadores (Motta, 2006). Além disso, os Estados Unidos da América (EUA)[27] tiveram papel importante na construção do projeto golpista, buscando garantir sua hegemonia e do capitalismo sobre o Brasil e a América Latina, uma área considerada de risco, um terreno fértil para as teorias de cunho socializantes, em razão dos altos índices de pobreza que assolavam o continente e das lutas que se acentuavam no campo, como das ligas camponesas no nordeste brasileiro e as reivindicações pela reforma agrária (Ferreira, 2004). Dialogando com tais movimentos, no Paraná também houve articulação, desde a década

[27] Sobre a participação dos EUA no processo golpista, ver a obra de Carlos Fico, que aborda com detalhes a operação *Brother Sam*. Ver: FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. *In*: FICO, Carlos *et al* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 53-76

de 1940, em torno de ligas camponesas[28], as quais se aproximaram dos sindicatos dos trabalhadores rurais a partir de meados dos anos 1950.

Em nível estadual, o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais do Norte paranaense foi fundado em 1956, na cidade de Londrina, seguido pelos órgãos fundados em Nova Fátima, Centenário do Sul, Maringá e Mandaguari (Priori *et al*, 2012). Os sindicatos tiveram ampla penetração e adesão entre os trabalhadores rurais do Norte paranaense, motivados pela precária situação em que viviam e pela ausência de mecanismos que garantiam o cumprimento de seus direitos junto aos grandes produtores rurais. O funcionamento dos sindicatos era incentivado, mesmo que clandestinamente, pelo PCB, que havia sido posto na ilegalidade em 1948, e sofria constantes ataques de parlamentares paranaenses que defendiam interesses dos latifundiários e a bandeira anticomunista.

Merece menção ainda a Frente Agrária Paranaense (FAP), fundada em agosto de 1961 e articulada por bispos católicos da região Norte do estado, com o intuito de combater o ideário comunista. Priori *et al* (2012, p. 179) apontam que o objetivo do da FAP era "competir com o Partido Comunista na estruturação de sindicatos e associações de trabalhadores rurais", se colocando, por exemplo, contra posições consideradas mais radicais para o período, como a reforma agrária, além de se posicionar contra o governo de João Goulart. O movimento ganhou adesão e apoio dos grandes proprietários de terras, que incentivavam a filiação de seus empregados à FAP, com o intuito de afastá-los dos sindicatos, considerados centros de subversão. A FAP exerceu suas atividades até o final de 1968, tendo em vista que os sindicatos controlados por grupos ligados aos comunistas passaram a ser desarticulados logo após o golpe de 1964. Com a publicação do AI-5, a mobilização da FAP chegava ao fim, já que o Estado havia criminalizado toda e qualquer expressão das ideologias taxadas como ameaças à moral e à propriedade privada, vistas como base da família cristã.

A nível nacional, no campo político institucional, tivemos intenso movimento em torno da Frente de Mobilização Popular (FMP), fundada no início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, e que teve papel ativo nas lutas que resultaram no golpe de 1964. A FMP tinha como mote a defesa de uma política econômica nacionalista, com medidas de valorização do trabalhador e em favor das reformas[29]. Entre os grupos que se articulavam na esquerda,

---

[28] Sobre as lutas travadas no meio rural paranaense, destacamos a revolta camponesa de Porecatu, ocorrida entre o final de 1948 e julho de 1951, e a revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná, em 1957. Maiores detalhes em: PRIORI, Angelo *et al*. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

[29] Entre as reformas de base defendidas estavam: reforma bancária; reforma fiscal; reforma administrativa; reforma urbana; reforma agrária – uma das reformas que gerava maior discussão e atritos com seus adversários; reforma universitária. Defendiam também a extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB, assim como o fim do imperialismo (Ferreira, 2004).

salientamos que diferentes projetos de ação se apresentavam. O movimento conseguiu reunir grupos de esquerda de ideologias diversas e simpatizantes das propostas reformistas, inclusive diversos militares, em sua maioria sargentos – estima-se que, dos 40 mil sargentos do país, 22 mil seriam brizolistas, que se denominavam o "povo em armas" (Ferreira, 2004, p. 187). O PCB naquele momento, por exemplo, tinha optado por uma aliança com o PTB e um caminho democrático para se alcançar o socialismo. Já o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) era a favor de uma maior presença do Estado na economia, de empresas estatais e um controle do capital estrangeiro. A União Nacional dos Estudantes (UNE), por sua vez, defendia a união operário-estudantil-camponesa e a luta pela revolução. O que podemos observar é que, apesar da heterogeneidade da esquerda, havia uma movimentação em andamento que não pode ser ignorada.

Por parte da direita, mobilizações de diversos tons se formaram. No âmbito parlamentar, ainda na gestão de Jânio Quadros, foi estruturada a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que reuniu políticos que se apresentavam contra o comunismo (Motta, 2006). Sob alegação de que a família, a religião e a propriedade estariam sob ameaça, grupos civis, religiosos e empresariais passaram a se mobilizar já na segunda metade da década de 1950, e se proliferaram organizações anticomunistas em todo o país. Neste processo, as mulheres foram amplamente acionadas, isso porque, conforme apontou Motta (2006, p. 133), a participação feminina carregava um valor simbólico importante ao movimento, "representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa, em resumo, a família". O resultado foi a formação de movimentos, ligas e campanhas femininas em todo o país, que tinham em comum a bandeira anticomunista, e protagonizaram a já conhecida "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", que ocorreu em várias cidades brasileiras. Na cidade de Curitiba, a movimentação foi rebatizada de "Marcha a favor do ensino livre", com um aceno às liberdades individuais e aos valores liberais, diferente das demais capitais, em que o apelo religioso, de cunho conservador, esteve presente de modo mais incisivo nas passeatas (Codato; Oliveira, 2004), embora bispos paranaenses, como os vinculados à FAP, tenham demonstrado abertamente seu apoio aos militares.

Operando com a mesma justificativa, dois importantes complexos centralizaram ações e produziram materiais que tinham como objetivos desmoralizar e demonizar o comunismo diante da sociedade civil. São eles o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Juntos, os institutos deram suporte político, ideológico e econômico ao golpe (Dreifuss, 1981). A atuação de ambos buscava dar destaque ao "perigo vermelho" e à influência do comunismo internacional, por meio de revistas, manifestos, filmes, realização de palestras, além do financiamento de campanhas eleitorais em apoio a candidatos

anticomunistas[30]. Também objetivavam dar destaque às ideias liberais e democráticas, com foco nas supostas vantagens do liberalismo contra o comunismo e o estatismo (Motta, 2006).

Em meio a este complexo jogo de forças, em março de 1964 as tensões se acirraram, e o "desfecho" se aproximava. Entre os empresários, havia um posicionamento contra o poder de decisão do CGT, entre os militares, contra a ocupação de cargos federais por pessoas consideradas comunistas, entre políticos do PSD, o temor das greves de trabalhadores e as invasões de terras no interior do país, entre os conservadores, o temor da derrota nas eleições de 1965 (Ferreira, 2004). Em comum, todos temiam a perda de privilégios com a implantação das reformas. Após o comício da Central do Brasil, no dia 13, João Goulart oficializou sua opção a favor das reformas, despertando a reação direta dos grupos de oposição. Entre 25 e 27 de março ocorreu a Revolta dos Marinheiros, com apoio e participação da esquerda e dos marinheiros de baixa patente que apoiavam as reformas de base. Em 30 de março, João Goulart faria seu último discurso como presidente, na posse da diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, fato visto como uma afronta à alta oficialidade militar e um incentivo à indisciplina nas Forças Armadas.

No dia 31 de março, partindo de Minas Gerais, tiveram início as ações militares que resultaram no processo golpista, com apoio da Embaixada dos Estados Unidos da América e de civis nos diversos estados brasileiros, pretensamente unidos às Forças Armadas em favor do que seria o restabelecimento da ordem no país. Com aval do judiciário, o Congresso declarou a vacância do cargo de presidente da República no dia 1º de abril, mesmo com o presidente em território nacional, quando Jango deixou Brasília e rumou para Porto Alegre. Houve ainda uma tentativa de organizar a resistência ao golpe, com Brizola e alguns generais do Rio Grande do Sul, que tentaram convencer Jango a permanecer no país e lutar, bem como em alguns outros estados, mas de modo tímido e sem oferecer risco aos conspiradores, que conseguiram arregimentar grande apoio dos quarteis de boa parte do país. No Paraná, o Coronel Alcides Amaral Barcellos, filiado ao PTB, que comandava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), até tentou organizar um movimento de resistência, mas acabou sendo preso. Outros petebistas paranaenses, incluindo alguns deputados estaduais, lançaram um manifesto onde denunciavam o golpe e clamavam o povo a apoiar João Goulart, mas acabaram rapidamente reprimidos e alguns dos que distribuíam o manifesto em praça pública foram presos (Batistella, 2015c). Sem reação imediata das esquerdas e de Goulart, que temia uma guerra civil, os militares se instalaram no poder, onde permaneceram até 1985.

[30] De acordo com Dreifuss (1981), no Paraná a rede IPES/IBAD teve como base os membros da Associação Comercial do Paraná (ACOPA) e grandes proprietários de terras.

Uma das primeiras ações arbitrárias dos golpistas foi a assinatura do primeiro Ato Institucional (AI), em 9 de abril de 1964. O ato dava poderes ao governo para cassar mandatos, suspender direitos políticos, afastar funcionários públicos vistos como ameaças à segurança nacional, limitou o poder do Congresso Nacional e promoveu maior centralização de poder no chefe do executivo, bem como estabeleceu eleições indiretas para a presidência, que já no dia 11 de abril elegeu o Marechal Humberto Castelo Branco para o cargo, ocupado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, desde a deposição de João Goulart. Como resultado, tivemos a cassação do mandato de diversos políticos de oposição ao golpe e alinhados de Jango. De acordo com Alessandro Batistella (2015b, p. 293):

> a primeira fase de cassações no Paraná alvejou, sobretudo, os deputados que imprimiam forte oposição ao governador Ney Braga – caracterizando-se, assim, como revanchismo político e pessoal. Posteriormente, durante os anos da ditadura militar, inúmeros outros parlamentares e cidadãos paranaenses tiveram seus mandatos e direitos políticos cassados.

Naquele primeiro momento, políticos tiveram seus mandatos cassados e cidadãos tiveram seus direitos políticos anulados pelo AI-1 em todo o Brasil. Do estado do Paraná, destacamos a cassação de Moysés Lupion, inimigo político declarado de Ney Braga e então suplente de deputado federal pelo PSD, acusado de corrupção, e do senador e vice-presidente do PTB no Paraná, Amaury de Oliveira Silva, que havia sido Ministro do Trabalho durante o governo de João Goulart. Dias depois, uma nova lista de cassação de mandatos e direitos políticos foi divulgada pelo governo militar. Desta vez, entre os paranaenses tivemos o deputado federal João Simões, do PSD, o tenente-coronel Humberto Molinaro, os deputados estaduais Waldemar Daros e Walter Pecoits, além dos prefeitos Brasílio Abud, de Paranaguá, e Benedito Lúcio Machado, de Santo Antônio da Platina, todos estes filiados ao PTB. Já no mês de junho de 1964, novos deputados estaduais paranaenses foram cassados: Leon Naves Barcelos e Luiz Alberto Dalcanale, ambos petebistas, e Almir Moreira Passos, deputado nacionalista da UDN. Entre os políticos cassados, o perfil observado é o de forte oposição a Ney Braga, chegando a alguns casos a desavenças pessoais, como no caso de Dalcanale (Batistella, 2015b). Além dos nomes mencionados, outros prefeitos e vereadores do interior paranaense, especialmente do PTB, também foram atingidos pelas cassações e retirada de direitos políticos.

Já sob a tutela militar, o sucessor de Ney Braga no governo do estado foi um de seus herdeiros políticos, Paulo Pimentel, eleito pelo PTN em 1965. Pimentel, então secretário da agricultura no Paraná, era ligado a grandes proprietários de terras do Norte do estado e tinha

fortes vinculações com udenistas daquela região (Kunhavalik, 2004b). Contudo, por seus vínculos com Ney Braga, formou a coligação PTN, PDC e PL, e teve como principal adversário Bento Munhoz da Rocha Neto, que contou com apoio da coligação formada por PR, PSP, PTB, PRP e PST. A UDN e o PSD ficaram divididos e optaram por não apoiar oficialmente nenhum candidato, devido às divergências de opiniões dentro dos respectivos partidos e pelo fato dos candidatos a vice-governador serem filiados ao PSD - Plínio Franco Ferreira da Costa concorreu ao lado de Pimentel e Rafael Resende junto a Bento Munhoz. O resultado das eleições demonstra uma disputa considerável entre as forças políticas do período, sendo que Pimentel recebeu 51,1% dos votos, contra 45,1% de Bento Munhoz da Rocha Neto, e os votos brancos e nulos chegaram a 3,8% (IPARDES, 1989, p. 11).

Os militares, após o resultado das eleições de 1965, observando a derrota de alguns de seus apoiadores em estados estratégicos, como Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Carlos Lacerda (Guanabara), e temendo que isso pudesse atrapalhar o andamento do governo golpista, decretaram, em 27 de outubro de 1965, o AI-2. Um dos feitos mais importantes para os rumos da política durante a ditadura foi a instauração, pelo AI-2, do bipartidarismo, que extinguiu todos os partidos políticos existentes no país e buscou controlar as ações da oposição. A partir de então, tivemos a criação de dois partidos: a ARENA, partido de sustentação do governo, e o MDB, de oposição consentida. Na prática, os oposicionistas tinham pouco poder de reação face o governo militar, que poderia fechar o Congresso, cassar mandatos e retirar direitos políticos, conforme já apontado. A manutenção de um partido de oposição "domesticado" objetivava também dar um ar de legalidade democrática à ditadura brasileira, que tentou camuflar os elementos autoritários presentes no regime, sem colocar em risco sua posição de controle sobre o processo político. O AI-2 ainda cancelou as eleições presidenciais previstas para o ano de 1966, e estabeleceu eleições indiretas para o executivo federal.

A partir do final de 1965, em razão do bipartidarismo estabelecido pelo AI-2 e das diretrizes que os atos complementares requeriam (como o Ato Complementar AC-4 e o Ato Complementar AC-26), os políticos com mandatos ativos naquele momento tiveram que optar pelo ingresso na ARENA ou no MDB. A nível nacional, tivemos um maior ingresso dos deputados federais e senadores na ARENA, sobretudo daqueles filiados ao PSD e à UDN, sendo que estes últimos, em sua grande maioria, apoiaram ampla e abertamente o golpe, e tornaram-se os mais influentes dentro do partido situacionista. A maior adesão ao partido situacionista já era esperada pelo governo, que almejava legitimar sua atuação por meio de uma base de apoio – dos 409 deputados federais, 257 ingressaram na ARENA, contra 149 que aderiram ao MDB e 3 que optaram por não se filiar a nenhum partido. O MDB teve em sua composição uma

maioria de políticos ligados ao PTB e outra grande parcela oriunda também do PSD, partido que apresentava o maior número de parlamentares em 1965 – 121 no total, sendo que 78 ingressaram na ARENA e 43 no MDB. É considerável também o número de petebistas que se tornaram arenistas – 38, de um total de 116 deputados então filiados ao PTB (Kinzo, 1988). No Senado, tivemos médias parecidas, sendo que, dos 65 senadores, 44 ingressaram na ARENA e 21 no MDB.

Especificamente no estado do Paraná, os números reunidos pelo historiador Alessandro Batistella (2020) também apontam para um movimento de maior adesão ao partido governista e articulações que objetivavam a sobrevivência no cenário político um tanto hostil que surgia. No Senado, das 3 cadeiras ocupadas por paranaenses, 2 ficaram com arenistas e 1 com o MDB. Já na Câmara Federal, dos 25 deputados, 17 alinharam-se à ARENA, e 8 ao MDB – sendo 7 oriundos do PTB e 1 do PDC. Na ALEP, dos 45 deputados estaduais, 38 integraram-se à ARENA, 2 não se filiaram a nenhum partido e apenas 5 ao MDB. Para a Assembleia Legislativa, todos os 5 emedebistas eram ex-petebistas, contudo, destacamos que o PTB possuía 12 cadeiras, sendo que 7 de seus integrantes acabaram migrando para a ARENA. As filiações apontam o forte apoio que o partido de posição, logo também o governo, recebeu no estado, fruto das articulações e influência de Ney Braga e do governador Paulo Pimentel, bem como pela intensa repressão desencadeada desde 1964 contra os oposicionistas.

Esta diversidade de origens partidárias, tanto na ARENA quanto no MDB, é um indicativo de como as relações políticas se constituíram de maneiras diversas e complexas, em vários casos em escalas locais. Para o colunista Moraes Neto, do jornal *Correio de Notícias* (2 fev. 1979, p. 5), os partidos políticos que existiram no Brasil teriam origem nas projeções de líderes regionais, e, "mesmo os chamados grandes partidos de então (antes de 64) não mantinham uma unidade operacional, ou de ação política, em todos os Estados, ao estilo do que era determinado pela direção nacional", o que acarretou certo trânsito por vias múltiplas entre os políticos do período, que não se viam na obrigação de manterem-se conectados a um ou outro partido. O colunista ainda advertiu que "o PSD gaúcho não era o mesmo que o PSD paulista ou mineiro, da mesma forma que a UDN carioca não era a mesma que a UDN mato-grossense, ou, então, o PTB paranaense não detinha qualquer afinidade ideológica (?) (*sic*) com o PTB piauiense" (Correio de Notícias, 2 fev. 1979, p. 5). Sob o olhar de Maria Kinzo, este processo seria não apenas uma consequência espontânea da forma artificial que o bipartidarismo foi imposto, mas "refletia a falta de clareza no caráter ideológico e representativo dos antigos partidos políticos" (1988, p. 32). Temos, assim, várias adesões por conveniência

política, fruto de acordos formalizados, muitas das vezes, a nível regional, que visavam a manutenção da vida pública, e não necessariamente implicavam em identificação ideológica.

Um primeiro teste para este novo sistema bipartidário foram as eleições parlamentares de novembro de 1966. Neste pleito, para o senado e para as casas legislativas, a ARENA conseguiu aproveitar a influência política dos quadros dos antigos PSD e UDN, de onde saiu a maior parte de sua base aliada, e da estrutura por eles montada, mostrando-se hegemônica no cenário público naquele momento. No Paraná, o resultado foi bastante positivo para o partido governista, que elegeu Ney Braga para o senado com ampla margem de votos sobre os dois concorrentes do MDB, e juntou-se a outros dois senadores arenistas do estado. Para a Câmara Federal, a ARENA elegeu 20 parlamentares contra apenas 5 da oposição. Já para a ALEP foram 37 arenistas e 8 emedebistas eleitos (IPARDES, 1989). O sucesso eleitoral da ARENA se repetiu a nível federal, onde o partido garantiu ampla base de apoio[31]. Os números explicitam a predominância e articulação do partido do governo no Paraná nestes primeiros anos de bipartidarismo, em que o MDB apresentava dificuldades para se organizar e conquistar a confiança da população.

Após as mudanças que transformaram a estrutura política no Brasil, limitando expressivamente a atuação da oposição, e com o resultado favorável ao partido governista nas eleições de 1966, uma ala militar acreditava ser necessário o endurecimento ainda maior das práticas de vigilância e punição a seus inimigos políticos. Até 1968, tais arbitrariedades eram realizadas sem o respaldo direto das leis vigentes, mas com a conivência do poder executivo. Já a partir de dezembro do mesmo ano, tivemos a institucionalização da violência com a promulgação do AI-5. O ano de 1968 foi marcante em diversos aspectos, não só no Brasil, mas no mundo, em especial em razão da Revolução Cultural que agitou a juventude de vários locais do globo. No Brasil, destacamos duas grandes movimentações por parte dos trabalhadores: as greves de metalúrgicos de Contagem, região de Minas Gerais, e de Osasco, região de São Paulo, organizadas por grupos de esquerda ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Tivemos também em 1968, em um processo de resistência ao governo autoritário instalado em 1964, várias manifestações estudantis, as quais foram duramente reprimidas pela ação militar e resultaram na morte de estudantes, gerando grande comoção nacional e ampliando as adesões à resistência (Antunes; Ridenti, 2007).

Conforme as manifestações e a resistência aumentavam, crescia também a insatisfação de grupos militares em relação ao contexto político do período, em especial dos adeptos da

[31] A ARENA conseguiu eleger 18 senadores e 277 deputados federais. O MDB garantiu 4 vagas para o senado e 132 para a Câmara Federal (Kinzo, 1988).

chamada “linha dura” (Vasconcelos, 2013), que já haviam se colocado contra a forma com que o Marechal-Presidente Humberto Castelo Branco e seus apoiadores – os “castelistas” – conduziam o governo, e defendiam uma maior centralização de poder no executivo e o recrudescimento do autoritarismo no combate aos opositores do regime. Uma das interpretações em torno do AI-5 é que se trata de um “golpe dentro do golpe” (Antunes; Ridenti, 2007, p. 87), arquitetado pelo grupo que desejava radicalizar as ações repressivas por meio do Estado. Sobre este período, Carlos Fico salienta que o AI-5 foi elaborado e amplamente apoiado pela chamada “linha dura”, que defendia o uso da violência sob a justificativa de que o Brasil só conseguiria o desenvolvimento almejado se “eliminasse a subversão e a corrupção que eles entendiam marcar, sobretudo, os políticos civis” (2015, p. 67). Em meio a este contexto de tensão, vale destacar o episódio envolvendo o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, que teria sido o estopim para o governo do então General-Presidente Arthur da Costa e Silva decretar o AI-5. Em linhas gerais, o discurso do deputado, realizado no início de setembro de 1968, pedia o boicote às manifestações do dia 7 de setembro e solicitava que as mulheres não namorassem militares que apoiassem o governo ou que se mantivessem neutros. Após a fala do deputado, a “linha dura”, que se dizia extremamente ofendida, passou a pressionar o governo a tomar atitudes mais incisivas no combate a tais posicionamentos. Vale enfatizar que o endurecimento do regime era algo almejado por este setor desde os momentos iniciais da ditadura.

Pressionado pelo setor mais radical entre os militares, Costa e Silva acabou por requerer a abertura de processo para a posterior cassação dos direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves e também do deputado Hermano Alves, do MDB da Guanabara – este último processado por ter criticado o governo em artigos publicados no jornal *Correio da Manhã*. Após intensas discussões e polêmicas por conta do requerimento, o processo foi encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 12 de dezembro de 1968 para votação, sendo negado por 216 votos contra, 141 a favor e 15 abstenções. Com o fracasso na tentativa de cassar os deputados considerados subversivos e intimidar os demais, o executivo federal editou, já no dia 13 dezembro de 1968, o AI-5 e o Ato Suplementar número 38, dando ares de legalidade e respaldo jurídico para ações autoritárias, com características próximas à da “normalidade republicana” (Lemos, 2004). Com tais medidas, o governo, que “passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc.” (Antunes; Ridenti, 2007, p. 87), colocou o congresso e as assembleias legislativas estaduais em recesso por prazo indeterminado.

Entre as interpretações sobre o que teria motivado a elaboração do AI-5, uma delas refere-se à reação dos militares na tentativa de conter os grupos de esquerda. O endurecimento do regime teria então ocorrido para conter os movimentos que estariam se articulando, como a Guerrilha do Araguaia e do Caparaó[32], que atuaram no campo, e organizações revolucionárias, algumas com maior ação no meio urbano, como a ALN, PCBR, MR-8, POLOP, VPR, entre outras menores, articuladas em diferentes locais do país. Demonstrando como esta forma de pensar o AI-5 ganhou força, forma um tanto controversa, em 1988, o próprio Márcio Moreira Alves afirmou, quando era subsecretário de relações internacionais do governador Moreira Franco (RJ), em relato ao *Folha de Londrina*, que "o golpe perpetrado pelo ato institucional foi uma reação à intensificação da VPR e ALN" (13 dez. 1988, p. 4), grupos de esquerda armados e organizados na luta contra a ditadura no Brasil. Sobre a intensificação dos movimentos revolucionários, a historiadora Maria Paula Araújo (2008, p. 269) destaca que "a luta armada no Brasil pode ser vista como o resultado da repressão de imensas energias juvenis brotadas ao longo das manifestações de 1968 e subitamente cortadas em 1969, com o AI-5". Ao contrário da versão apresentada pelo deputado, Maria Paula aponta para o fato de que a opção pelo ingresso nas frentes armadas, mesmo sendo algo que já vinha sendo discutido pelas forças de esquerda desde o início da década de 1960, tanto no Brasil como na América Latina, foi agudizada após o AI-5 entre os jovens universitários, ao passo que, "coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada" (Araújo, 2008, p. 270).

Ao tratar das resistências no estado do Paraná, vale ressaltar a atração que os movimentos de luta pela terra exerceram sobre os guerrilheiros que atuavam na resistência à ditadura em outros locais do país. Em razão da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, no Sudoeste do estado, tivemos intensa atuação do movimento dos posseiros, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), que depois tornou-se parte do Movimento Sem Terra (MST), bem como a atuação da Comissão Pastoral da Terra junto aos desabrigados pelas inundações causadas pelas obras da usina. Sobre a atuação dos movimentos de resistência, tivemos o grupo MR-8[33] desenvolvendo atividades no interior do

[32] A Guerrilha do Araguaia foi organizada por militantes do PCdoB, em território do atual estado do Tocantins, a partir de 1967, e desmobilizada em ação violenta do exército brasileiro, em 1973, que resultou em aproximadamente 70 mortos. A Guerrilha do Caparaó foi articulada pelo MNR a partir de 1966, na Serra do Caparaó, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e desarticulada em 1967, quando suas ações foram descobertas pela Polícia Militar mineira, após denúncia da população local, prendendo 16 guerrilheiros (Priori *et al*, 2012). Ambos os grupos objetivavam treinar militarmente seus guerrilheiros, bem como integrar-se à população camponesa e receber seu apoio, visando um processo revolucionário posterior.

[33] Destacamos que a linha e forma de atuação do MR-8 se alterou ao longo da ditadura. Formado por dissidentes do PCB do Rio de Janeiro em 1964, que não concordavam com a ideia de "revolução por via pacífica", defendida

estado. Segundo dossiê do SNI, membros desta organização pretendiam desenvolver movimentos de guerrilha na região Sudoeste paranaense, mas, em 1969, “os mesmos foram indiciados em IPM. Na época considerou-se o MR-8 totalmente desmantelado no estado” (SNI, ACT-ACE 1184, 1981, p. 3). Contudo, o movimento continuaria na ativa, mesmo com suas atividades reduzidas, e teria buscado outras vias de atuação.

No início da década de 1980, o MR-8 estaria dirigindo suas ações para o meio estudantil, com foco no meio universitário, como no caso da eleição para a União Paranaense dos Estudantes, em que teria apoiado a chapa “Viração”, bem como na eleição do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná. Além disso, o SNI relatou que, em 1982, tanto o MR-8 quanto o PCB, ala prestista, e setores católicos da esquerda, teriam o “compromisso político de trabalharem juntos dentro do PMDB, em favor da candidatura do senador José Richa ao governo do estado e do dep. Álvaro Dias ao senado” (SNI, ACT-ACE 1184, 1981, p. 4). O acompanhamento feito pelo SNI à ação destes grupos aponta para a sobrevivência política dos mesmos, e demonstra ainda que estes movimentos, apesar da intensa perseguição que sofreram, continuaram buscando alternativas de atuação.

Uma outra característica dos movimentos de resistência, ou que lutavam pela revolução social, como aponta Carla Silva (2021a), seria a crença de que o processo de mudança começaria no campo. Porém, cabe destacar que estes grupos “tinham uma visão do campo que era muito distinta da realidade do próprio campo” (Silva, 2021a, p. 15). Ou seja, a luta pela terra dos camponeses não necessariamente visava a revolução, mas, em vários casos, unicamente a garantia do direito sobre a terra. Mesmo assim, por exemplo, o grupo VAR-Palmares teria criado um grupo tático, em 1969, na cidade de Nova Aurora, e o MR-8 buscou se estabelecer no Oeste do estado acreditando que ali existiria uma guerrilha rural, ou então que apresentava as condições para que a luta armada viesse a ocorrer. A historiadora destaca ainda o fato da tríplice fronteira existente no estado ter se tornado um corredor de militantes de várias regiões do país, bem como um local de conexões com militantes argentinos e paraguaios, além de ser um canal de ligação até o Chile, Uruguai e outros países da América do Sul.

Em meio ao cenário de recrudescimento da violência e da repressão, tivemos em 1970 novas eleições parlamentares, ocasião em que a ARENA manteve sua hegemonia nas casas

---

pelo partido, no período inicial de sua existência tinha como foco e estratégia a atuação por meio das guerrilhas rurais e urbanas. Contudo, já em meados de 1969 o grupo foi fortemente perseguido e quase extinto pelas forças repressoras do Estado. Durante a década de 1970 houve uma reformulação do movimento, que passou a atuar por vias institucionais, e membros do MR-8 integraram-se ao MDB (Herler, 2015).

legislativas[34]. Para o senado, a ARENA paranaense conseguiu as duas vagas em disputa. Para o legislativo federal, conquistou 19 cadeiras, contra 4 do MDB, e 38 vagas para o legislativo estadual, contra apenas 9 da oposição (IPARDES, 1989). Assim como ocorreu em 1966, o apoio vindo das urnas e, consequentemente, dos deputados e senadores eleitos, davam sustentação e legitimidade às ações dos governos federal e estadual, que tinham naquele momento controle praticamente total sobre as instituições políticas e outras áreas que sobre elas pudessem influenciar.

Eleitos os novos senadores e deputados, no ano seguinte, 1971, para o cargo de governador paranaense, tivemos o início do mandato do primeiro chefe do executivo estadual indicado pelos militares e que teve seu nome homologado pelos membros da ALEP. Na ocasião, o nome escolhido foi Haroldo Leon Peres[35]. O primeiro governador do estado indicado ao cargo após o golpe de 1964 teve seu mandato marcado pela sua renúncia, em razão de suposto envolvimento em um esquema para recebimento de propina. Oito meses após assumir o cargo, o Palácio Iguaçu divulgou uma nota oficial informando que o então governador do estado do Paraná havia deixado o cargo. A renúncia teria ocorrido com a finalidade de evitar sua cassação e exposição pública do caso.

Integrando o grupo liderado por Ney Braga no Paraná, Leon Peres atuou no âmbito da conspiração civil-militar que derrubou o presidente João Goulart e impôs a ditadura militar. Posteriormente, com o fim da UDN e implementação do bipartidarismo, passou a figurar no quadro político da ARENA, partido de sustentação do regime militar. Em 1966 foi eleito pela ARENA para o cargo de deputado federal do Paraná e passou a atuar como vice-líder do partido no Congresso Nacional, ainda durante a presidência de Costa e Silva. Já durante o governo do General-Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1970, Leon Peres foi encarregado de percorrer os estados brasileiros para levantar nomes de potenciais candidatos da ARENA ao cargo de governador para a gestão 1971-1975. Na lista de possíveis nomes para o estado do Paraná, o seu figurava como um deles.

Mesmo antes da votação que referendaria seu nome para ocupar o executivo paranaense, Leon Peres deu início a um rastro de descontentamento gerado junto a outros políticos,

---

[34] No pleito de 1970, 41 vagas do senado foram conquistadas por arenistas, enquanto o MDB garantiu 5 cadeiras. A ARENA elegeu ainda 223 deputados federais, já o MDB conseguiu eleger 87 (Kinzo, 1988).

[35] Haroldo Leon Peres nasceu na cidade do Rio de Janeiro, onde iniciou o curso de direito, pela Faculdade Nacional de Direito, e mudou-se para o Paraná em 1951, estabelecendo-se na cidade de Maringá, onde adquiriu uma propriedade rural e concluiu seu curso superior, então pela Faculdade de Direito de Maringá. Em Maringá, exerceu o ofício de advogado, professor de direito e iniciou sua vida política ao ingressar na antiga UDN, sigla pela qual foi eleito para o cargo de deputado estadual pela primeira vez em 1958, ocasião em que tornou-se também líder do seu partido na ALEP. Em 1962 foi reeleito deputado estadual e ocupou o papel de líder do governo na câmara, em razão das alianças que seu partido havia estabelecido com o então governador Ney Braga, do PDC.

contrários à sua nomeação. Entre eles, destacamos nomes de peso da política paranaense, como o próprio Ney Braga e Paulo Pimentel, que esperavam que o cargo ficasse entre eles e foram surpreendidos com a nomeação de um terceiro (Guilherme, 2015). Pimentel, em especial, que precedeu Peres no governo do estado, protagonizou diversos conflitos com o governador, mesmo antes de sua posse, com trocas de insultos e acusações mútuas, frutos de diferenças ideológicas e disputas no interior da ARENA paranaense. Em meio a tal cenário, Haroldo Leon Peres teve seu nome aprovado pelos membros da ALEP em outubro de 1970, e assumiu o cargo em março de 1971. Tomou como lema de seu governo a frase "A revolução que chega ao Paraná", colocando-se como legítimo representante da "revolução", o que gerou certa ojeriza entre políticos do estado que também haviam atuado em prol do golpe. Com discursos efusivos e inflamados, apresentava uma postura moralista e se colocava contra a corrupção e a subversão, com duras críticas aos governos de Ney Braga e, principalmente, de Pimentel.

Após assumir como governador, em 15 de março de 1971, envolveu-se rapidamente em atritos com outros órgãos do estado. Nos jornais do país, que veicularam reportagens sobre sua renúncia, os motivos que levaram o governador a deixar o cargo estariam ligados a um descompasso entre suas ações e as demais instituições públicas, como com o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, além de alguns meios empresariais e veículos de imprensa, em especial os ligados a seus adversários políticos. Em nome da moralidade administrativa, o governador teria passado a atacar os desembargadores do estado, alegando que seus altos salários seriam desproporcionais às funções desempenhadas, bem como se negado a pagar saldos devidos a empreiteiras, alegando necessidade de garantir a estabilidade financeira do Paraná.

Contra a liberdade de imprensa, já restrita no período, autorizou a invasão policial de estúdios da TV Iguaçu, pertencente a Paulo Pimentel, que também era dono de canais de rádio e jornais impressos, para que roteiros de programas e conteúdos considerados inadequados fossem apreendidos e censurados. Ordenou ainda a proibição da veiculação de críticas a seu governo por parte da imprensa paranaense, alegando que tais publicações colocariam em risco a "harmonia" no estado, e poderiam prejudicar os "elevados objetivos do Presidente da República"[36]. A instabilidade política gerada pelas desavenças entre Leon Peres e Pimentel ligou o alerta entre os militares, conforme aponta relatório produzido pelo SNI em agosto de

[36] Consta em dossiê do SNI que seria objetivo do governador paranaense uma censura de maior abrangência aos meios de comunicação do Paraná, proibindo até mesmo a circulação de notícias sobre assaltos, roubos, fugas de presos, entre outros, alegando que tais informações gerariam um clima de insegurança entre a população (SNI, ACT-ACE 3048 1/2, 1972, p. 15).

1971, onde consta que tais desentendimentos estariam acarretando um desgaste desnecessário à administração estadual e, de modo indireto, aos ideais da "Revolução de 64" (SNI, ACT-ACE 3048 1/2, 1972).

Em 23 de novembro de 1971, pouco mais de oito meses após assumir o cargo, Leon Peres anunciou sua controversa renúncia. Como sabido posteriormente, além da insatisfação de diversos setores para com o governo estadual, fator predominante nas narrativas da imprensa do período, um ponto de tensão, pouco explorado e que merece destaque, foi o envolvimento do então governador em um escândalo de corrupção. No caso em questão, pessoas de confiança do governador – seu irmão, Murillo Leon Peres, representante do estado do Paraná no Rio de Janeiro, e seu chefe de gabinete, Jerônimo Thomé da Silva –, teriam pedido propina ao empresário Cecílio do Rego Almeida, dono da empreiteira C. R. Almeida, no valor de 4% do montante total que a empresa receberia. A propina foi exigida para que valores pendentes de pagamento, referente à construção da Ferrovia Central do Paraná, ligando as cidades de Apucarana e Ponta Grossa, fossem liberados a favor da empreiteira – em torno de 70 milhões de cruzeiros. Após o assédio dos membros do governo paranaense, o empresário Cecílio do Rego Almeida teria feito uma denúncia ao SNI, informando a tentativa de suborno[37]. A denúncia resultou na deflagração da operação "Erva-Mate", que passou a investigar o caso e confirmou a tentativa de suborno.

O mesmo dossiê elaborado pelo SNI aponta o que seriam movimentações financeiras suspeitas por parte do ex-governador. Apenas três dias após sua posse, Leon Peres, sua esposa e filha, teriam comprado lotes de terras na cidade de Matelândia, Paraná. A aquisição teria sido realizada por meio de uma negociação envolvendo o presidente e um diretor do Instituto Brasileiro do Café (IBC) – Mario Penteado de Faria e João Batista Ribeiro Junior, respectivamente – em um esquema em que os envolvidos buscavam beneficiar-se de financiamento concedido via projetos junto ao IBC. Além do acesso a informações privilegiadas a respeito da liberação de verbas para o plantio de café que seriam destinadas exatamente para a região em que se localizavam as terras adquiridas por Peres, outro ponto levantado pelo dossiê foi o fato de que as propriedades rurais lá situadas, segundo apontavam dados técnicos, não seriam propícias para tal cultivo, em razão da recorrência de geadas. Apesar do levantamento dessas informações e da confirmação do pedido de propina, como relatado, os envolvidos não chegaram a ser punidos, e os casos mantiveram-se distantes do conhecimento público por algum tempo.

---

[37] Maiores detalhes sobre o esquema de corrupção envolvendo o governo de Haroldo Leon Peres disponíveis em: SNI. ACT-ACE 3048. **Arquivo Nacional**, Brasília, 1972.

Envolvido em um clima de insatisfação por parte dos chefes militares, que alegavam a inabilidade política de Leon Peres, bem como o desagrado de seus companheiros de partido, de membros de instituições estaduais e da imprensa, os indícios de seu envolvimento em casos de corrupção tornaram insustentável a permanência do governador paranaense na direção do estado. Contrariado, alegando que se trataria de um complô de seus adversários políticos que desejavam tirá-lo do cargo, em 23 de novembro Leon Peres aceitou renunciar, até mesmo para evitar maiores sanções e punições, e transmitiu suas funções para seu vice, Pedro Viriato Parigot de Souza, que permaneceu no cargo até seu falecimento, em fevereiro de 1973. Em seu lugar assumiu temporariamente João Mansur, então presidente do legislativo estadual. Insistindo na afirmativa de que sua queda foi arquitetada por seus adversários, Leon Peres tentou regressar à vida política durante o período de abertura, mais especificamente em julho de 1982, e chegou a contar com apoio de alguns políticos paranaenses, mas teve sua filiação ao PMDB negada, em razão do escândalo de corrupção que o acompanhava.

Estes acontecimentos ocorridos durante a ditadura, em um governo liderado por um político que sempre demonstrou seu apreço à "revolução", não circularam na imprensa no período da renúncia do então governador. Os militares trataram de censurar a imprensa, e chegaram a recolher uma edição da revista *Veja*, que relatava o caso envolvendo pedidos de propina no governo paranaense (Guilherme, 2015). O temor dos militares tinha em vista o impacto negativo que um caso como esse poderia causar à reputação do governo militar, em especial pelo fato de os governadores serem escolhidos pelo executivo nacional, e não mais por eleições diretas, como havia sido até o mandato anterior ao de Leon Peres. Sobre o assunto, a nota emitida pelo Palácio Iguaçu alegou que as razões da renúncia por parte do governador se deram "em virtude de notórias dificuldades e divergências enfrentadas na direção do Estado, as quais não conseguiu superar" (Jornal do Brasil, 23 nov. 1971, p. 1), sem citar o caso de corrupção no qual estaria envolvido. Além de tais elementos, foi frequente a narrativa de que Leon Peres teria um temperamento difícil, o que dificultara sua permanência no cargo.

Tal episódio da política paranaense, além de emblemático e complexo, apresenta de modo sintético as tensões e disputas por poder ocorridas durante o regime autoritário no estado do Paraná. É sintomática ainda a disputa entre os quadros da ARENA no estado e o jogo político que se desenhava, com acordos e rupturas, baseados em interesses tanto pessoais quanto dos grupos que se formaram, sem esquecer das prerrogativas ditadas pelos chefes do governo militar. A censura imposta à imprensa dá o tom de como o controle sobre a circulação de informações foi instrumentalizado na tentativa de construir uma utopia segundo a qual o projeto de país pensado pelos militares no poder recebia ampla aderência e apoio popular.

Terminado o mandato tampão de João Mansur, no pleito indireto, realizado em agosto de 1973, foram referendados os nomes dos arenistas Emílio Hoffmann para governador e Jayme Canet para vice, os quais foram indicados por membros do próprio partido no estado e aprovados pelo General-Presidente Emílio Médici (Kunhavalik, 2004b). Nas duas votações para governador realizadas na ALEP, os deputados do MDB ou votaram em branco ou abstiveram-se, em protesto às eleições indiretas.

Transcorridos dez anos de ditadura militar, em meio às arbitrariedades na busca pela "ordem" e combate ao "vírus" do comunismo, e passados os anos do chamado "milagre econômico", que ocorreu entre 1968 e 1973, ocorreram as eleições de 1974, sob o comando do General-Presidente Ernesto Geisel. O resultado do pleito como um todo apontava para a decadência da hegemonia do partido governista, já que o MDB passou a ter 44% das cadeiras no congresso e 30% no senado. As eleições para o senado representaram uma renovação de um terço das vagas, e o MDB conquistou 16 das 22 em disputa, o que configurou uma derrota constrangedora para o governo. No Paraná, esta tendência se confirmou, sendo que o MDB conseguiu eleger seu candidato ao senado, Francisco Leite Chagas, que disputou a vaga com João Mansur, deputado estadual arenista que presidia a ALEP e que contou com apoio de Ney Braga (Batistella, 2021a). No legislativo estadual, o MDB conseguiu 25 cadeiras, triplicando sua bancada, mas, ainda assim, a ARENA permaneceu com maioria, totalizando 29 deputados eleitos. Para a Câmara Federal, foram eleitos 15 emedebistas e 15 arenistas, mostrando o equilíbrio de forças no estado (IPARDES, 1989). Vale destacar que quatro anos antes, no pleito de 1970, a soma dos votos brancos e nulos superaram a quantidade de votos recebidos pelo MDB no estado, para os cargos de deputado federal, estadual e para o senado.

O ano de 1974 evidenciou ainda intensos conflitos no interior da ARENA no Paraná, delineando dois grupos que disputariam a liderança do partido, os quais tinham, de um lado, Paulo Pimentel, e do outro o preferido dos militares, Ney Braga. Antigos aliados, os dois iniciaram suas desavenças políticas ainda durante o governo de Castelo Branco, por ocasião da escolha do sucessor do então presidente da República. Ney Braga, um dos nomes cogitados para o carto de presidente, era aliado ao grupo "castelista", enquanto Pimentel se aproximou da chamada "linha dura", que apoiou Costa e Silva no processo que o conduziu ao executivo nacional (Kunhavalik, 2004b). Acirrando ainda mais as disputas entre os dois líderes, tivemos discordâncias na indicação de nomes ao governo estadual, já que Braga indicou Jayme Canet para o cargo, antigo desafeto político de Pimentel, fato que desagradou também outros políticos arenistas que sonhavam com a indicação, como Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, que tinha apoio da maioria dos arenistas paranaenses.

Em maio de 1974, o então líder do partido governista no país, senador Petrônio Portella, visitou Curitiba para realizar uma consulta junto aos membros do diretório arenista sobre a indicação do próximo governador e vice-governador do estado. O resultado da votação foi o apoio da maioria a Francisco Accioly, sendo que o indicado de Ney Braga, Jayme Canet, ficou apenas na quinta colocação. Contudo, prevaleceu a indicação e prestígio de Ney Braga, então Ministro da Educação, junto aos generais, e o nome de Canet foi o escolhido pelo General-Presidente Ernesto Geisel para o executivo estadual, tendo sido João Mansur nomeado como vice, selando as desavenças já existentes no interior da ARENA.

Após a posse dos eleitos em 1974, mesmo com minoria no congresso e no senado, a quantidade de cadeiras ocupadas por parlamentares emedebistas na Câmara dos Deputados lhes dava a possibilidade de barrar a tramitação de projetos, emendas constitucionais, assim como convocar CPIs. Após ter um projeto de emenda constitucional que propunha reformar o sistema judiciário rejeitado no Congresso em fins de 1976, negando negociar com o MDB e valendo-se das prerrogativas do AI-5, Ernesto Geisel baixou o Ato Complementar 102, que fechou mais uma vez o Congresso. Com o legislativo colocado em recesso, o governo pôde implementar uma série de medidas políticas e econômicas sem a aprovação do legislativo, as quais ficaram conhecidas como “Pacote de Abril”, em 1977.

Entre outras coisas, o pacote instituiu eleições indiretas para um terço do senado – criando os chamados “senadores biônicos”, que aumentou a participação política de estados menos populosos, onde a ARENA era mais votada –, manteve as eleições indiretas para governadores, ampliou o período de mandato presidencial de quatro para seis anos, restringiu as propagandas eleitorais no rádio e na TV, ampliando a abrangência da Lei Falcão (6.339/1976), que impedia que os candidatos discursassem em rede nacional, e derrubou a obrigatoriedade de aprovação por dois terços dos votos do Congresso a projetos de emendas constitucionais, que passou para maioria simples (Napolitano, 2019). Vale destacar que isso tudo ocorreu em meio ao processo de descompressão, anunciado pelo então presidente, Geisel, que assegurou que colocaria o país nos trilhos para a retomada da democracia.

Por conta da influência de Braga junto ao governo federal, o presidente do país responsabilizou Paulo Pimentel pela derrota da ARENA no Paraná nas eleições de 1974 e pela crise no interior do partido. Como forma de punir Pimentel, os governos federal e estadual tomaram uma série de medidas que objetivaram atingir seus meios de comunicação e limitar sua capacidade de influência na política paranaense. Sobre este episódio, o ex-governador concedeu uma entrevista à rádio Cidade, de Curitiba, em janeiro de 1981, em que comentou:

> o ex-presidente Geisel, por quem quer que seja ou por mais alguém que eu não sei que o estimulou nisso, mandou executar uma política de trucidamento. Ele determinou que eu fosse liquidado como político e empresário, em 15 dias. O ex-governador Jayme Canet foi encarregado da posição de carrasco, foi o executor da sentença de morte. E executou a sentença com mais disposição, com mais realismo que o próprio rei. (SNI, ACT-ACE 720, 1981, p. 2-3).

Na ocasião, o governo federal cassou a concessão da rádio Iguaçu, uma das líderes de audiência da região metropolitana de Curitiba, e solicitou à Rede Globo de Televisão que transferisse os direitos de transmissão de sua programação para outro grupo. A Globo então rompeu o contrato com as TVs Iguaçu e Tibagi, de propriedade de Pimentel, e os direitos foram transferidos para a TV Paranaense, cujos donos eram também proprietários do jornal *Gazeta do Povo* e fundadores da Rede Paranaense de Comunicação (RPC). Pressionado pelo General Golbery do Couto e Silva, em 1976 viu-se também obrigado a vender a TV Coroados de Londrina. No Paraná, o governador Jayme Canet cortou os veículos de Pimentel da mídia oficial, barrando o repasse de verbas públicas, e proibiu o Banco do Estado de conceder empréstimos às empresas do ex-governador, conforme aponta Vanderlei Rebelo (2004). Diante da perseguição e restrições impostas pelos governos federal e estadual, Paulo Pimentel enfrentou problemas financeiros, mas ainda assim intensificou os ataques a seus adversários por meio de seus canais de comunicação (Rebelo, 2004).

Além da perseguição a seus desafetos políticos, mesmo com o processo de distensão já em curso, uma série de ações repressivas ainda puderam ser observadas, como os desdobramentos da Operação Radar, iniciada em 1973 sob o comando do Centro de Informações do Exército (CIEX), articulado com o DOI-CODI, que tinha como finalidade a desarticulação comunista no país (Souza, 2016). No Paraná, por exemplo, foi desencadeada em 1975 a Operação Marumbi, que prendeu 100 pessoas e indiciou 65 (Brunelo, 2009). Os presos eram acusados por terem relações ou pertencerem ao PCB, ilegal no país desde 1947, e que tais sujeitos estariam tentando rearticular o partido no país e agir por vias institucionais, com ligações estreitas com o MDB, visto que a resistência armada havia sido desarticulada. Segundo Leandro Brunello (2009), um dos propósitos dos militares seria apresentar ligações entre os comunistas e o MDB, numa tentativa de descredibilizar o partido de oposição, que havia saído das eleições de 1974 com grande prestígio. O resultado negativo da ARENA nas eleições de 1974 provocou um recuo na distensão, que a partir dali seguiu trajeto pendular, com retrocessos e avanços. De acordo com Motta (2021), houve intensificação das ações contra os comunistas no Brasil, visto que parte de seus membros tinham optado naquele momento pela luta democrática via instituições liberais, aproximando-se do MDB. Com isso, tivemos o aumento

sistemático de perseguições, desaparecimentos e mortes de comunistas e suspeitos de envolvimento com o partido. As medidas apresentadas são indicativos de que, mesmo em meio ao processo de distensão, o governo militar ampliou sua tutela política e continuou a promover arbitrariedades, dando indícios de como a abertura deveria seguir à risca a cartilha dos quartéis.

Após a imposição das reformas políticas pelo governo, anunciadas em 1976, em 1978 ocorreram novas eleições para governadores, senadores e deputados estaduais e federais. Para governador, Ney Braga foi indicado ao cargo e eleito indiretamente pela ALEP, assim como Affonso Alves de Camargo Neto[38], da ARENA, foi eleito "senador biônico". Para concorrer nas eleições diretas ao senado, o partido ainda lançou Odilon Túlio Vargas, em meio a tensões e conflitos de interesses no interior do partido, que acabou derrotado pelo candidato José Richa, do MDB. Para o Congresso Nacional, a ARENA paranaense elegeu 19 deputados, contra 15 do MDB, enquanto que para o legislativo estadual foram eleitos 34 arenistas e 24 emedebistas, garantindo maioria da situação durante o governo de Ney Braga (Batistella, 2021a).

No contexto federal, a ARENA conseguiu eleger 15 senadores contra 8 do MDB, além dos "senadores biônicos", que representavam um terço das cadeiras. Para o Congresso Nacional, o partido da situação conseguiu 55% das vagas. Segundo Maria Kinzo (1988), mesmo a ARENA garantindo maioria numérica de políticos eleitos em 1978, o MDB mostrou mais uma vez sua força política, já que, em número total de votos no país, recebeu maior quantidade que o partido adversário. No estado do Paraná, embora o senador emedebista tenha saído vitorioso, este padrão de votação não se repetiu, e os votos totais destinados à ARENA superaram os do partido de oposição (IPARDES, 1989)[39]. Assim como ocorreu em todo o país, no Paraná, como analisou Oliveira (1998), foram as áreas mais urbanizadas que passaram a se mostrar abertamente oposicionistas, enquanto as demais regiões permaneceram fiéis ao governo.

---

[38] Affonso era membro de uma oligarquia política que remontava à Primeira República. Seu avô, Affonso Alves de Camargo, havia sido deputado estadual, federal, senador e ocupou o cargo de presidente do estado por dois mandatos – equivalente ao posto atual de governador. Foi deposto em 1930 por apoiadores de Vargas.

[39] O montante total de votos destinados ao MDB no Paraná nas eleições de 1978, somando os cargos de senador (1.147.634), deputado federal (924.464) e estadual (912.987), foi de 2.985.085. Já os candidatos da ARENA receberam o total de 3.549.772 (senado: 1.080.823; Congresso Nacional: 1.211.773; ALEP: 1.257.176), superando em 564.687 o total de votos do MDB (IPARDES, 1989).

1.2 “NOVOS” TEMPOS, TEMORES, ACORDOS E CONFLITOS

Figura 1 – A democracia vem ai. Sorria!

Fonte: Diário do Paraná, 21 jan. 1979, p. 2.

A charge acima, publicada no início de 1979, de autoria de Douglas Mayer, veio acompanhada de uma reportagem sobre a formação do “primeiro escalão” da equipe que comporia o governo do último presidente da ditadura militar brasileira, o General-Presidente João Batista Figueiredo. No dia seguinte, a manchete do mesmo jornal seria: “Figueiredo jura que o Brasil terá democracia” (Diário do Paraná, 20 jan. 1979, p. 1), publicada cerca de dois meses antes da posse do futuro presidente. Narrativas deste teor, na direção da abertura democrática, eram publicadas com certa apreensão e, ao mesmo tempo, entusiasmo pela imprensa. A ironia da charge está justamente na desconfiança quanto aos atos do governo rumo à democracia, em razão das limitações que ainda existiam no período e da postura ainda duvidosa dos militares. Um sorriso forçado, como que por obrigação, demonstra a tentativa ainda tímida em acreditar que a democracia haveria de chegar, num sentido quase religioso.

Na mesma página em que foi publicada a charge, constava ainda que o futuro presidente teria reafirmado seu compromisso em fazer do Brasil uma democracia, dando continuidade ao projeto de abertura iniciado com Ernesto Geisel. Refletindo sobre as condições impostas pelo governo para que se efetivasse a abertura, o colunista Samuel Guimarães da Costa, do *Correio de Notícias* (9 out. 1979, p. 2), relatou:

> A abertura política pode ser um grande projeto político, mas talvez não venha a ser um projeto exatamente democrático. Como poderá ser isso, perguntarão os que leem esta coluna, intrigados e perplexos, diante de prognósticos tão sombrios? Ocorre que isso pode acontecer se a abertura for apenas a procura de um alto grau de suporte ao sistema político fora das Forças Armadas,

> mediante uma solução demasiadamente moderada, de mera transação, entre as elites dirigentes e insistentes, visando reforçar a posição das classes e impedir o ingresso das classes populares, representadas pelos trabalhadores das cidades, dos campos, na cena política.

As indagações de Samuel Costa vão ao encontro das reflexões de Leonardo Avritzer (1995), destacadas na introdução, no que tange à incorporação dos ideais democráticos e seus limites, bem como sobre como a abertura deveria, e deve, ser pensada a partir não somente da mudança na estrutura de funcionamento das instituições políticas, mas, entre outras coisas, da participação efetiva da população na formulação de diretrizes que regem a ordem econômica, social, cultural, etc. Como destacou o colunista, o governo buscou criar garantias para que aquele modelo político centralizado e excludente continuasse a existir mesmo quando as Forças Armadas não mais estivessem à frente do Governo. Tais formas de pensar a política no Brasil, presentes durante o período de transição, acabaram por construir uma democracia limitada e restrita, excluindo posições que se afastassem da estrutura esperada por seus articuladores.

Lembramos que o processo de distensão, nas palavras de Motta, tinha como propósito "antes institucionalizar a ditadura e garantir sua estabilidade do que democratizar o país" (2021, p. 253). Ainda no interior de tal arranjo, a abertura do General-Presidente Figueiredo pressupunha que garantias e liberdades civis não seriam contraditórias em relação ao regime imposto em 1964, o que se torna patente na seguinte declaração quanto a seus planos: "para que possamos institucionalizar, em termos duradouros, o regime republicano e representativo, com o qual a revolução está indissoluvelmente comprometida" (Diário do Paraná, 20 jan. 1979, p. 1). O regime militar instalado em 1964 era caracterizado, segundo termo de Carlos Fico (2021, p. 45), por uma "moldura institucional", em que conviviam de forma eficiente constituições e legislação excepcional, em especial os atos institucionais. Por seu turno, a institucionalização do regime visava justamente inserir na constituição mecanismos arbitrários semelhantes aos atos institucionais e outros instrumentos de cerceamento, controle e punição (Fico, 2021).

Para despertar a esperança no povo, o então futuro presidente buscou ressaltar o compromisso da "revolução", como era e é chamado pelos apoiadores da ditadura o golpe de 1964, que teria como finalidade última, segundo ele, a democracia. Sobre isso também falou o General Antonio Bandeira, ex-chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército, e então comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, ao ser questionado sobre a possibilidade de reversão do processo de abertura:

> Eu acredito na maturidade do povo brasileiro, que pode conviver num regime inteiramente democrático, objetivo da revolução (*sic*). A abertura que o

> governo está fazendo, é o prosseguimento do roteiro da revolução (*sic*), que foi democrática. Nós estamos atingindo um dos estágios da revolução. (Diário do Paraná, 19 jan. 1979, p. 2).

A abertura aparecia, portanto, como mais uma etapa da "revolução", sendo tomada como uma iniciativa democrática. Neste sentido, tivemos durante o processo de transição, metaforizando Carlos Fico, uma moldura transicional, em que se buscava por meio da institucionalização conciliar a manutenção dos princípios dos golpistas de março e uma suposta defesa da democracia, tal como prometida pelos que assumiram o poder em 1964 (Fico, 2021, p. 45). No interior de tal moldura transicional formou-se uma paisagem política complexa, configurada a partir das relações entre militares, políticos de posição, dissidentes do governo e da oposição, bem como setores civis, a qual envolveu também o apoio e disputas de forças regionais para garantir uma transição sem rupturas ou traumas.

Houve, ainda, uma tentativa de valorizar o papel assumido pelos militares e justificar os anos de exceção, demonstrando como suas ações, sem mencionar todo o arbítrio, teriam sido frutos de um projeto que sempre teve a democracia como objetivo. Uma estratégia discursiva que acabou por subverter os valores democráticos e tentou apagar do passado militar os rastros deixados justamente pela ausência de democracia, a qual se ancorou na justificativa de luta contra o comunismo, a subversão e a favor de certo tipo de moralidade. O deputado estadual Renato Bernardi, do MDB de Maringá, em discurso na ALEP, levanta tal questão ao afirmar que o fim do AI-5 era, "indiscutivelmente, um avanço que se pretende atribuir como uma concessão do Poder Central e hoje sente-se que a Democracia está menos distante do que esteve ontem" (Correio de Notícias, 5 jan. 1979, p. 4). Mesmo com o reconhecimento público do deputado, o que temos é um conjunto de ações políticas colocadas publicamente como uma "graça concedida" pelas Forças Armadas que, ao devolver a democracia ao país, se colocam como sua guardiã, e não parte deste sistema, mas sua tutora.

Ao pensar sobre o tema, por exemplo, o ex-deputado estadual pelo Paraná, Aníbal Khury, em entrevista concedida ao jornal *Diário do Paraná* sobre a revogação do AI-5, afirmou que "o sistema é como um polvo: cortado um tentáculo, aparecem outros 10" (Diário do Paraná, 31 dez. 1978, p. 5). Para Khury, cassado e afastado da vida política por 10 anos pelo AI-5 em 1969, quando era filiado ao partido ARENA, embora tivesse sido extinto, o AI-5 poderia ressurgir a qualquer momento, tal como a ave mitológica Fênix. Por isso, defendia o estado de alerta e prontidão a todos os políticos. As metáforas utilizadas pelo político que sofreu diretamente os efeitos do AI-5, referem-se ao temor de que os militares pudessem, a qualquer momento, retroceder quanto aos passos iniciais dados rumo à abertura política.

Numa publicação escrita pelo jornalista Cezar Saldanha no jornal *Diário do Paraná* (3 jan. 1979, p. 3), com o título "As perspectivas políticas para 1979", foi dito que sob a ótica da transição, acreditava-se que o governo se manteria no poder por mais alguns anos, frustrando momentaneamente os empolgados com a abertura. Já o governo, sem a maioria no congresso e sem dispositivos como o AI-5, teria dificuldades para governar. O autor da matéria acreditava que crises sérias poderiam ocorrer em razão deste cenário, como algo próximo da crise de 1968 que resultou no AI-5. O MDB, como oposição fortalecida, tenderia à radicalização, visto que o governo militar estaria sendo considerado fragilizado, e uma nova "revolução", desta vez contra o executivo, liderada por grupos de centro-esquerda, era uma possibilidade não descartada pelo jornalista. Especulava-se em 1979 sobre a possibilidade do MDB, em razão da possível extinção do partido, entregar denúncias a organismos internacionais que apontassem para os crimes cometidos durante os anos de ditadura (Diário do Paraná, 22 ago. 1979, p. 2), o que aumentava o receio por parte dos militares de que seus diversos crimes de violação dos Direitos Humanos recebessem a devida punição.

Ao analisar o cenário, nota-se no discurso do editorial do *Diário do Paraná*, logo nos momentos iniciais da abertura, a defesa da perspectiva de que o não radicalismo de setores de oposição ao governo facilitariam o progresso da transição, em especial por parte de políticos do MDB dispostos a dialogar com o presidente e seus representantes. Segundo o jornal, o diálogo a que estariam dispostos os políticos emedebistas seria uma demonstração do amadurecimento democrático no qual o país estaria passando, fazendo assim bom uso da sua liberdade. Assim, "os radicalismos, até certo ponto inevitáveis em todas as sociedades, devem ficar para trás como motivação maior do processo político nacional" (Diário do Paraná, 12 jan. 1979, p. 2). De modo análogo, o jornal *Correio de Notícias* publicou em uma de suas colunas, redigida pelo jornalista Moraes Neto, que o comportamento dos políticos e civis que desejam o retorno da democracia "jamais poderá ser levado a extremos de tomada de contas, contestação ou busca de responsabilidades no período posterior a 64. Se ocorreram erros ou não, nessa fase, eles terão de ser absolvidos" (3 fev. 1979, p. 5). Em favor da institucionalização da democracia, colocada como bem almejado a qualquer custo, toda mágoa deveria ser deixada de lado. Indo além, qualquer reivindicação mais incisiva, qualquer expressão de descontentamento com a forma com que tentavam construir um regime político democrático, algo inerente à própria democracia, deveria ser contido e substituído pelo consentimento. Uma posição conciliatória, de não contestação dos governos anteriores, era colocada como elemento não apenas possível, mas necessário para pôr fim aos anos de ditadura, sem ao menos aventar outras saídas viáveis e mais justas.

Perante as novas possibilidades políticas, uma certa efusão de expectativas pairava sobre qual seria a postura do novo presidente e, embora com algum receio, o fim do AI-5, ocorrido a partir do primeiro dia do ano de 1979, foi um ponto comemorado pelos que ansiavam pelo retorno da normalidade democrática, ainda que relativa. No último dia do ano de 1978, o *Diário do Paraná* publicou o seguinte a respeito da queda do AI-5: "o Brasil ingressa no chamado Estado de Direito, que não será igual àquele assegurado até 1964, pela Constituição de 1946, pois que o regime disporá de medidas de emergência capazes de estabelecer eventualmente a exceção, quando julgar necessário" (31 dez. 1978, p. 4). Assim, o ato mais cruel da ditadura chegaria ao fim, mas mecanismos de interdição eram mantidos, e poderiam ser acionados caso os rumos políticos e sociais não seguissem a bússola militar.

As referidas medidas foram asseguradas por meio da Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978, que extinguiu o AI-5, impôs o fim da censura prévia para rádio e TV, garantiu o reestabelecimento do *habeas corpus*, a revogação das penas de morte, prisões perpétuas, restauração da independência do poder judiciário, entre outras coisas. Contudo, foram mantidas e incorporadas algumas "salvaguardas para a defesa do Estado" (Codato, 2005, p. 99), destinadas à manutenção de poderes discricionários por parte do executivo, sem necessidade do uso dos atos de exceção, institucionalizando, assim, o regime. Tais mecanismos seriam a "reserva de força" (Lemos, 2018) que garantiria aos militares a possibilidade legal de intervir, numa demonstração do caráter limitado que o novo quadro político deveria assumir. Foi incluído, por exemplo, o "estado de emergência", que poderia ser decretado pelo presidente sem necessidade de consulta prévia ao Congresso. As atividades sindicais e dos movimentos estudantis continuavam limitadas, bem como a anistia e o retorno do pluripartidarismo só viriam a ser promulgados em 1979, já sob o governo Figueiredo. A imunidade parlamentar também não foi totalmente reestabelecida, e os parlamentares ainda poderiam ser processados em casos de crimes contra a "segurança nacional", embora o presidente já não pudesse mais cassar mandatos nem suspender direitos políticos (Codato, 2005).

Sobre este cenário de direitos ainda parciais, o jornal *Diário do Paraná* publicou a manchete "Fim do AI-5 reinicia democracia", acompanhada do seguinte texto:

> O Brasil entra no ano de 1979 recomeçando a viver o clima de democracia com o fim do Ato Institucional nº 5 e toda a legislação excepcional. O presidente da República não mais tem poderes para fechar o Congresso, cassar mandatos de deputados, demitir ou aposentar funcionários. No entanto, questões vitais, como a censura, a alternância no poder, a formação de novos partidos políticos, o instrumental de segurança e a participação dos estudantes na política, além da liberdade sindical, continuam inalteráveis. Parlamentares

> dos dois partidos saudaram, ontem, o fim do AI-5, observando, no entanto, que é apenas o começo do processo de redemocratização no país. (Diário do Paraná, 31 dez. 1978, p. 1).

Com uma mistura de entusiasmo e desconfiança, empolgação e incertezas, o jornal paranaense aponta o tom dos sentimentos políticos que permeavam a classe política paranaense entre o final de 1978 e início de 1979. Naquele momento, novos horizontes se desenhavam, em especial por parte daqueles que ansiavam pela abertura política. Expectativas diversas pairavam sobre o ano que se iniciaria, motivadas, entre outras coisas, pelo fim do AI-5, que ampliava o espaço de ação política, e pela posse dos novos senadores, do novo governador e do novo presidente da República. Como afirmou o líder da bancada emedebista na ALEP no final da década de 1970, deputado Nilso Romeu Sguarezi, a queda do AI-5 estava para os parlamentares "na razão direta em que esteve a censura para a imprensa" (Diário do Paraná, 3 jan. 1979, p. 3), já que garantiria maiores oportunidades aos membros das casas legislativas. Além destes pontos que já eram sabidos e aguardados, muito se falava também sobre a promulgação da Lei de Anistia, que viria a ocorrer em agosto de 1979, bem como o consequente retorno dos exilados e libertação dos presos políticos, além da possibilidade do fim do bipartidarismo.

Criticando a proposta de abertura do governo, o então emedebista e deputado estadual paranaense Adalberto Daros sublinhou que só seria possível falar em redemocratização quando questões ligadas às liberdades públicas tivessem solução. O parlamentar destacou que a abertura só seria alcançada "assim que as condições para a democracia, que são uma anistia ampla e irrestrita, livre manifestação do pensamento e de organização política e cultural, e eleições diretas e secretas para os cargos executivos, estiverem no prato do dia" (Correio de Notícias, 22 fev. 1979, p. 4). Sobre este mesmo contexto, o companheiro de casa legislativa de Daros pelo MDB, Maurício Fruet, relatou que a situação do país não era de tranquilidade, pois, embora extinto o AI-5,

> continuam existindo 26 milhões de menores abandonados; injusta distribuição de renda. Caiu o AI-5, sem ter preservado o valor da moeda nacional, sem que se haja efetuado a reforma agrária, – sem ter valorizado o trabalho como fonte geradora de riqueza nacional, sem ter reformulado a efetiva execução da previdência nacional e sem a solução do sistema educacional brasileiro. (Correio de Notícias, 3 jan. 1979, p. 4).

Da mesma forma, o líder emedebista Nilso Sguarezi, embora apresentasse certo fervor com o início da abertura, relatou: "buscamos a reforma do poder, sem eleições indiretas, salvaguardas, lei Falcão. A queda do AI-5 não diminui o impacto pela volta ao Estado de

Direito: pelo contrário, põe mais força nessa heroica jornada" (Correio de Notícias, 3 jan. 1979, p. 4). Percebe-se nos discursos uma maior liberdade para abordar problemas sociais e tecer críticas ao governo, sem o temor que se tinha durante a vigência do AI-5. Em todos os relatos dos deputados nota-se uma disposição a continuar na luta pela conquista de direitos que ainda se encontravam distantes, ao menos discursivamente e em público.

Com as novas disposições, pautas que eram destaque entre os movimentos populares no período anterior ao golpe começavam a retornar à cena pública de modo mais contundente, como a reforma agrária e a valorização do trabalhador, visto que estiveram sufocadas durante o período de maior arbítrio e tratava-se de problemas que se agravaram no decorrer da década de 1970. Como apontam as publicações apresentadas, o fim do AI-5 foi compreendido como início, mas não como a efetivação do processo democrático, visto que o sistema ainda apresentava restrições e a sociedade, em especial as camadas populares, ansiava por mudanças. Além disso, mesmo que a total retirada das restrições políticas tivesse ocorrido, sabemos que ela não é garantidora da democracia, e que um sistema democrático implica, entre outros elementos, em uma maior e mais efetiva participação popular na política.

Em meio à agitação que se deu em razão da queda do AI-5, a disputa para a constituição da nova mesa diretiva da ALEP para o biênio 1979-1980 ganhou espaço na mídia, e deu uma amostra dos embates e conflitos existentes no interior de cada partido, bem como os acordos estabelecidos para garantir posições na nova diretoria. Na transição do governo de Jayme Canet para Ney Braga, a composição da mesa da casa legislativa paranaense ganhou relevância em razão das mudanças políticas daquele início de ano, da liberdade de ação que o governador teria em meio ao processo de abertura, bem como das expectativas a respeito da forma com que o MDB atuaria, agora que a oposição gozava de maiores possibilidades. Na opinião do então deputado estadual Deni Lineu Schwartz (MDB), do Sudoeste do Paraná, as ações do seu partido no legislativo naquele momento de "democracia relativa", deveriam ser consideradas as mais importantes "para os destinos da representação oposicionista nesta fase crítica da política paranaense e brasileira" (Correio de Notícias, 13 jan. 1979, p. 4). Logo, as posições no interior da mesa diretiva garantiriam ainda maiores chances de barganha e capital político aos sujeitos e grupos dela participantes.

Por estas questões, tendo em vista também as aspirações pessoais de cada político, nota-se intensa disputa pelos cargos, tanto por parte dos deputados mais antigos, que desejavam manter seu capital, como dos novos deputados, que desejavam demarcar suas posições. Tanto ARENA quanto MDB apresentaram alta taxa de renovação no pleito de 1978, o que implicou em novos tensionamentos internos em ambos os partidos. Foram eleitos 12 novos deputados

em cada uma das siglas, o que representou uma renovação de 41,37% de todo o legislativo, considerando que houve um aumento de cadeiras na ALEP, que passou de 54 em 1974 para 58 em 1978. A alta taxa de renovação seria resultado, como hipótese levantada por Barry Ames (2003), da baixa credibilidade que a política como profissão e vocação teria no estado, fator ocasionado, segundo o autor, pelo desinteresse político que acompanhava boa parte dos imigrantes que ocuparam o estado, os quais apresentavam fracos vínculos individuais com membros da classe política, ou aqueles que desejavam dela participar.

No interior da ARENA houve intensa disputa para concorrer à vaga de 1º secretário, já que o cargo de presidente já estaria garantido para Fabiano Braga Cortes. As disputas evidenciaram a existência de dois grupos entre os arenistas no Paraná naquele momento, sendo que um deles lançou para o cargo o deputado Augusto Carneiro e outro Basílio Zanusso, sendo este último o vitorioso nas eleições internas do partido, com 20 votos contra 12. Além deste caso, por decisão da bancada arenista, pressionados pelos 12 novos deputados, foi indicado o nome do também novato Tércio Albuquerque, para a 1º vice-presidência, cargo que, até 3 dias antes das eleições, era dado como certo para o arenista Gilberto Carvalho, reeleito em 1978. Nas prévias realizadas entre os arenistas, 18 deputados apoiaram Tércio, enquanto 14 optaram por Gilberto, sendo um voto em branco e uma ausência. Segundo o colunista Sérgio Egg, do *Correio de Notícias* (31 jan. 1979, p. 4), além de ter sido uma surpresa, o apoio ao novato Tércio teria sido considerado por Gilberto Carvalho uma traição dos seus companheiros de partido, e o mesmo declarou que, a partir daquele momento, faria parte da bancada independente da ARENA na ALEP. As disputas intrapartidárias assinalam fissuras no interior da ARENA no Paraná que contribuíram com a falta de unidade e perda de força do partido no estado.

Em meio aos acordos firmados, ao MDB restou os cargos referentes à 2ª vice-presidência e a 2º e 4º secretarias. As disputas no interior do MDB também foram agitadas, com intensas campanhas políticas para conquistar os votos necessários nas prévias que decidiram os pleiteantes às vagas em questão para a mesa. No MDB, as divisões apontaram para uma fragmentação ligada às regiões de origem dos deputados. O fator regional se apresentou, desta forma, como mais um elemento com forte influência na política do estado, especialmente em razão do crescimento de cidades do Norte e Oeste, que passaram a formar seus próprios quadros e desejavam ampliar sua independência em relação à capital e região. Segundo publicação do jornal *Diário do Paraná* (1 fev. 1979, p. 3), “três cidades formaram senão grupamentos de interesses afins, pelo menos eventuais alianças debaixo das asas de algum deputado federal ou de diretórios. São elas Londrina, Curitiba e Maringá”. Além destas cidades, o jornal já havia destacado sobre a formação do chamado “grupo sudoeste”, que se constituiu na corrida para a

mesa diretiva. No início do mesmo ano, o grupo teria atuado para tentar eleger um de seus representantes para presidir o diretório regional do partido no Paraná, mas as conjunturas futuras acabaram mesclando as chapas por conveniência política (Correio de Notícias, 16 fev. 1979, p. 3).

Ao abordar a questão do regionalismo, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (1997), define o espaço regional como uma construção abstrata, que surge por meio da reunião de atores coletivos. Para a autora, trata-se de um espaço "formado por um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados por seus agentes, que conferem à região uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses" (Viscardi, 1997, p. 96). Considerando que a influência das ligações regionais mostra aqui um ponto marcante das disputas internas do MDB e, posteriormente, do PMDB, tal definição torna-se útil para pensarmos nos diferentes posicionamentos e interesses que permearam as ações políticas na ALEP e em outros âmbitos estaduais no período estudado.

Como indicou Barry Ames, no Paraná os intensos e distintos "fluxos migratórios provenientes de outros estados e outros países criam sub-regiões que têm orientações políticas próprias" (2003, p. 168). Tais orientações ficaram evidentes nos embates entre a cúpula emedebista a nível estadual e os distintos grupos regionais. A questão dos regionalismos acabou por delinear as linhas de ação dos partidos no estado e suas relações com as bases, de modo especial no MDB/PMDB, fator que escapa, muitas vezes, das leituras feitas a partir das análises dos programas pensados a níveis nacionais.

Na disputa para a mesa da ALEP, dois deputados federais pelo MDB do Paraná, Osvaldo Macedo e Maurício Fruet, estariam intervindo nas negociações para eleger seus aliados (Diário do Paraná, 1 fev. 1979, p. 3). O interesse de políticos de outras casas refletia a importância que as posições na mesa adquiriram no interior do legislativo e para as futuras negociações entre membros do partido. Luzia Oliveira (1998), em suas análises, aponta que os setores mais conservadores da política paranaense abrigaram-se na ARENA, diferente do que ocorreu em outros estados, o que fez com que as divisões internas do MDB não fossem percebidas no Paraná com a nitidez de outros locais do país. Podemos notar que as diferenças internas do MDB foram marcadas por disputas por espaço e poder político, e não necessariamente evidencia-se conflitos ideológicos, ao menos não neste período inicial da abertura. Tais divisões tornaram-se mais latentes com o retorno do pluripartidarismo, como veremos.

Efetuadas as eleições para a mesa diretiva, no dia primeiro de fevereiro de 1979, por ter a maioria no legislativo estadual, a ARENA ficou com um maior número de cargos e com a presidência da casa. As eleições para a mesa, na verdade, apenas formalizaram as decisões já

tomadas no interior de cada partido, onde, de fato, ocorreram as disputas. Para presidente da ALEP, a ARENA elegeu Fabiano Braga Cortes, para 1º secretário o eleito foi Basílio Zanusso, na 1º vice-presidência foi homologada a eleição de Tércio Albuquerque, e a 4º secretaria ficou sob responsabilidade de Fuad Nacli, todos estes da ARENA. Já o MDB confirmou Nelson Buffara na 2º vice-presidência, que pertencia ao grupo de Antonio Facci, Domicio Scaramella para a 2º secretaria, da ala de Deni Schwartz, que uniu forças com Waldyr para derrotar Antonio Facci nas prévias do partido, e Tadeu Lúcio Machado como 4º secretário, deputado novato da ala de Waldyr Pugliesi.

Após a realização das eleições internas, já se especulava sobre seus significados para o pleito ao cargo de governador que se realizou em 1982. Em meio à ARENA, tais discussões não se mostraram evidentes, tendo em vista a centralização das decisões na figura de Ney Braga e da ingerência do governo federal sobre o partido. Já no MDB, ficou explícito que Álvaro Dias, então deputado federal, e José Richa, então senador, ambicionavam concorrer ao governo do estado. O jornal *Diário do Paraná* (28 jan. 1979, p. 3) destacou que as eleições para a mesa foram uma vitória de Richa, pelo fato de que deputados que receberam apoio de Álvaro durante as eleições no ano anterior tiveram suas candidaturas anuladas pelo partido em favor de outros nomes, como foi o caso de Antonio Facci e Antono Del Ciel. Tanto Richa quanto Álvaro, no entanto, já indicavam que assumiriam o protagonismo do partido em meio à abertura.

Outro momento de disputas, desta vez no interior do MDB, ocorreu em razão da convenção que escolheu o novo presidente do partido no Paraná, mesmo que rondada pelo fantasma da extinção da sigla imposta pela reforma partidária. Para suceder o deputado federal Euclides Scalco, dois nomes foram lançados: Álvaro Dias, com a chapa "MDB de pé", e Sebastião Rodrigues de Souza Júnior, com a chapa "Oposição", ambos deputados federais, o primeiro do Norte do estado e o segundo do Sudoeste, locais em que a oposição paranaense apresentava maior adesão, conforme destacou o jornal *Diário do Paraná* (14 out. 1979, p. 2). Mesmo encabeçadas por políticos de regiões distintas, o regionalismo não teria sido fator de grande relevância naquele momento, e ambas as chapas foram formadas por membros com origens em diferentes locais do estado.

Os dois candidatos à presidência da sigla eram membros da corrente proveniente dos chamados "autênticos" do MDB[40] (Correio de Notícias, 7 e 8 out. 1979, p. 3). Embora nem

[40] Segundo Maria Kinzo, o MDB dividiu-se em dois grandes grupos, que se diferenciavam quanto à maneira na qual seus membros defendiam a forma de desempenhar seu papel de oposição. O primeiro grupo seria dos "moderados", que constituiu maioria dentro do partido, e compreendia tanto aqueles que acreditavam na moderação como estratégia de oposição, quanto os que "simplesmente desejavam estar o mais próximo possível do governo". O segundo grupo compreendia os "radicais", que defendiam um papel oposicionista mais agressivo

todos os “autênticos” apresentassem um mesmo viés ideológico, o grupo se notabilizou pelo seu compromisso com a democratização e as críticas à ditadura, além de fazer oposição aos “moderados” do MDB, ou “fisiológicos”, que agiam em tom conciliatório, muitas vezes com agendas próprias e interesses extrapartidários (Nader, 1998; Pecoraro, 2019). Como se nota, na formação da cúpula do partido oposicionista no Paraná, na fase inicial da abertura, parecia prevalecer a presença de políticos que se colocavam com maior intransigência frente ao governo ditatorial. Ou seja, temos aqui um MDB combativo e que pregava mudanças consideráveis nas condutas do Estado, diferente do que defendiam os liberais conservadores. As posturas e pautas apresentadas por diversos políticos do MDB/PMDB do Paraná durante os anos de abertura aqui investigados, embora não sejam características gerais, enfatizam uma série de reivindicações que ambicionavam significativas transformações sociais, distante ainda do “imobilismo em movimento” (Nobre, 2013), que abrangeria futuramente quase todas as ações do partido, a nível nacional e estadual, mesmo com resistências internas.

Na ocasião da disputa interna do MDB, Álvaro Dias foi apoiado pelo grupo liderado pelo senador José Richa, enquanto Sebastião recebeu apoio do ex-deputado federal José Alencar Furtado[41]. Ambos os “padrinhos” políticos, Richa e Furtado, considerados “gurus” e “carismáticos partidários”, ambicionavam concorrer ao cargo de governador em 1982 (Diário do Paraná, 14 out. 1979, p. 2). As disputas para a presidência do MDB do Paraná foram acirradas, e o resultado das eleições apertado, sendo Sebastião Rodrigues de Souza Júnior o vitorioso, com 223 votos, contra 214 de Álvaro Dias.

Na busca por garantir a unidade dentro do partido, os dois “cabeças de chapa” e seus “padrinhos” assinaram um documento afirmando que, independente do resultado da convenção, os propósitos e a luta pela redemocratização continuariam (Diário do Paraná, 16 out. 1979, p. 3). As disputas pela direção do partido evidenciaram que a corrida eleitoral de 1982 havia começado anos antes, e deram indícios do que estaria por vir. Ainda, o acirramento das votações, tanto para a mesa da Assembleia quanto para a direção do partido, além de evidenciar

---

contra o governo, e foram chamados de diferentes formas pelo governo no decorrer da ditadura: “*grupo dos imaturos*, em 1967, *grupo autêntico*, em 1971, *grupo neo-autêntico*, em 1975, e *tendência popular* em 1979” (Kinzo, 1988, p. 57, grifos da autora).

[41] José Alencar Furtado teve seu mandato cassado pela ditadura em 1977, após um discurso por ele proferido na televisão denunciando violações contra os Direitos Humanos cometidos pela ditadura. Ele foi um dos fundadores do grupo dos “autênticos” do MDB, formado a partir de 1971. Mesmo tendo sido formado anteriormente e com um número maior de políticos, o grupo ganhou expressão na ocasião em que 23 deputados federais, entre eles Alencar Furtado, assinaram o documento da “Anticandidatura” de Ulysses Guimarães, em janeiro de 1973, quando este último, após não cumprir o acordo com os “autênticos”, compareceu à sessão na Câmara Federal na condição de candidato à presidência, na votação que referendou o General Ernesto Geisel como presidente. Os “autênticos” do MDB denunciavam no documento assinado a farsa da votação, em razão da ausência do povo brasileiro, e deixaram explícito seu descontentamento com a cúpula do partido (Nader, 1998, p. 15).

as tensões no interior dos partidos e a ausência de consenso entre os parlamentares, aponta para a formação de blocos intrapartidários, bem como proporciona um panorama, ainda que em escala reduzida, da dinâmica e das relações políticas no período inicial da abertura, em curso naquele período.

Para refletir sobre as ações políticas a partir do novo contexto que se alvorava e como resultado do contato com as fontes abordadas, elaboramos três categorias para pensar nas orientações políticas e ideológicas daqueles que participaram do processo transitório no Paraná, por vias partidárias institucionais, durante o período de abertura. As referidas categorias são: os pseudodemocratas, os liberais conservadores e os democratas reformistas. Por meio delas, buscamos um melhor enquadramento dos sujeitos e grupos aqui analisados, bem como o delineamento de suas linhas de ação frente as novas dinâmicas surgidas a partir do fim da legislação repressiva e posteriormente, como veremos, após a promulgação da Lei de Anistia, o retorno do pluripartidarismo e a movimentação em torno das Diretas Já. Cada categoria apresenta características que delinearam culturas políticas específicas, as quais, em alguns casos, podem ter seus traços perceptíveis de modo concomitante, uma vez que não possuem balizas fixas. Um mesmo sujeito pode, ainda, alterar seu posicionamento e ser enquadrado em uma categoria diferente em distintos contextos.

A primeira categoria, dos pseudodemocratas, compreende principalmente os membros do partido do regime autoritário, desde 1979 renomeado sob a sigla PDS, que apoiaram os militares e seguiram piamente as orientações da cúpula de seu partido, evidenciando-se o viés autoritário. A mudança da sigla do partido de sustentação do regime, de ARENA para PDS, ocorreu no âmbito da reforma política imposta pelo regime naquele ano, a qual visou fundamentalmente estimular a organização de novos partidos e dividir a oposição. Tal mudança objetivava, ainda, apresentar para o eleitorado um “novo” partido, teoricamente afastado das heranças dos anos ditatoriais (Freire, 2014, 300-301). Isso também abriu a oportunidade para que políticos muito comprometidos com a ditadura pudessem movimentar-se em um quadro partidário mais amplo e fragmentado, reduzindo potenciais danos de sua atuação pregressa em um momento em que perdiam prestígio popular. Esses mesmos grupos de políticos, ainda que ressaltando discursivamente seus supostos compromissos com o retorno da democracia, entendiam o autoritarismo como prática legítima para manutenção dos rumos traçados. Desta forma, a categoria dos pseudodemocratas é marcada pela limitação à participação popular no espaço público e ação política centralizada e restrita às instituições. A ampliação da participação popular poderia vir a ser defendida a depender das circunstâncias, desde que controlada e que se adaptasse aos projetos de sociedade da elite dominante. Em razão destes pontos fizemos a

opção pelo uso do prefixo “pseudo”, tendo em vista as declarações e posicionamentos públicos a favor da democracia que se mostraram um tanto limitados, frágeis, contraditórios e inconsistentes. Após as eleições de 1982, porém, esses posicionamentos se retraíram, ao menos publicamente.

Já a categoria dos liberais conservadores representa aqueles que se colocavam como defensores da democracia e de transformações restritas, com críticas ao governo central mas apoiando sempre que possível a conciliação como prática. Trata-se dos políticos que podemos chamar de “moderados” do MDB/PMDB, que se aproximaram de forma mais profunda do viés conciliatório em torno de Tancredo Neves e de princípios liberais burgueses. O caráter conciliatório desta categoria se observa em dois sentidos: o primeiro em tentar abarcar e responder demandas dos diferentes grupos sociais, ainda que parcialmente, sem levantar bandeiras que pudessem alterar de forma mais contundente os campos político, econômico e social, o segundo em evitar o confronto com os militares no que diz respeito à evidenciação do passado de violência da ditadura. Podemos ainda enquadrar os liberais conservadores como praticantes do “imobilismo em movimento” proposto por Marcos Nobre (2013), o que pode ser melhor identificado após as eleições de 1982, quando o PMDB passa a ampliar sua participação no cenário nacional, e na medida em que o contato com o governo militar se aprofundava.

Por último, os democratas reformistas compreendem principalmente os seguidores da linha de pensamento ligado ao mencionado grupo “autêntico” do MDB e posteriormente à “Tendência Popular”, já pelo PMDB. Esta categoria engloba aqueles que buscaram reformas mais profundas, em especial no campo social, numa tentativa de reduzir as desigualdades econômicas e garantir o acesso mínimo dos grupos marginalizados à participação política e direitos sociais. Tal grupo, que apresentava um viés nacionalista, desejava uma maior valorização do capital interno, denunciando o entreguismo às multinacionais. Não se trata, porém, de uma categoria de viés revolucionário, e sim, como dito anteriormente, reformista. Com exceção de parte dos democratas reformistas, os demais políticos apresentaram um posicionamento francamente conciliatório, defendendo publicamente o esquecimento do arbítrio dos anos de ditadura para construção da Nova República, bem como a realização de acordos interpartidários com antigos adversários.

Destacamos que as categorias apresentadas não são as únicas possíveis, tendo em vista posicionamentos específicos que podem escapar às definições aqui elaboradas. Tampouco elas se restringem aos grupos aqui analisados, podendo ser identificados em movimentos que atuaram fora do campo institucional. No entanto, em linhas gerais, elas englobam boa parte dos

posicionamentos políticos identificados e ajudam a compreender o contexto em tela, sendo abordadas também como instrumento de análise nos demais capítulos deste trabalho[42].

Ao pensar nas categorias apresentadas e nas discussões sobre a atuação da classe política, vislumbrando contribuir com o debate sobre o processo de transição, buscaremos apresentar e mobilizar o conceito de cultura política. Tal discussão nos oportuniza uma perspectiva de análise que compreende uma maior pluralidade de experiências. Para Berstein (2009), cultura política pode ser entendida como um sistema de representações que se mostra de grande valia para explicar os atos e comportamentos políticos, já que objetiva compreender como determinados grupos interpretam a realidade. Definindo o termo, o autor afirma que "os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político" (Berstein, 2009, p. 31). Já para Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227), cultura política é entendida como um "conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores". As explanações apresentadas proporcionam a expansão da ideia do que pode ser entendido como político, e nos direciona a refletir sobre sua presença nas mais diversas práticas, camadas sociais, espaços e relações, abrindo um leque de possibilidades para se pensar tais questões.

Na perspectiva de Berstein (2009), enquanto sistema de representações, as culturas políticas podem compreender ainda elementos religiosos, militares – como podemos inferir que ocorreu e ocorre no Brasil, em que a moralidade cristã e a defesa do militarismo se mostram presentes e atuantes sob as percepções políticas individuais e coletivas –, educacionais, estéticas, morais, entre outros possíveis. Outro elemento que pode constituir uma cultura política são as sociabilidades, aqui compreendidas como relações pessoais de afeto, amizade ou mesmo rivalidade, inseridas em uma estrutura de relações que não estão ligadas com instituições formais, mas se dão a partir de uma rede de contatos que estão mais próximos do campo da intimidade e do privado (Gontijo, 2005). Para evitar equívocos, é preciso salientar que as sociabilidades podem existir de modo isolado das culturas políticas, podendo motivar comportamentos políticos sem necessariamente se conectar a um conjunto de valores e significados mais amplos, coletivos.

---

[42] Para não incorrer no risco de interpretações equivocadas, em razão da quantidade insuficiente de informações encontradas sobre alguns nomes citados ao longo do presente trabalho nas fontes e na historiografia analisadas, nem todos foram enquadrados nas categorias criadas.

Ao trabalhar com cultura política enquanto conceito analítico, destacamos que em uma mesma sociedade coexistem diversas visões e posicionamentos quanto às representações elaboradas, a depender das experiências, grau de formação, interesses e outros fatores, específico de cada grupo e realidade social, podendo o conceito ser trabalhado no plural, com a ideia de que há culturas. No entanto, é importante lembrar que, caso a difusão dos valores partilhados por uma determinada cultura política seja suficientemente ampla, "[...] poderá surgir uma cultura política dominante que − em suas relações hierárquicas, em uma mesma sociedade, com culturas políticas diferentes − poderá ser fator de modificação destas últimas" (Cardoso, 2011, p. 51). Tal fator não impede, porém, que a cultura dominante receba influência de outras, já que não são imutáveis e se transformam em razão da incidência de diversos elementos, como as respostas que devem dar a problemas que surgem em determinadas conjunturas e a traumas que afetam uma sociedade e ressignificam suas experiências e perspectivas (Cardoso, 2011). Sendo assim, entre as três categorias criadas, buscaremos também refletir sobre qual se mostrou predominante e qual, no âmbito estadual, veio a sofrer de forma mais efetiva o impacto dos acordos, tensões e mudanças que ocorreram no período da abertura.

Com o olhar voltado novamente para o quadro brasileiro, em que a sociedade se apresenta ideologicamente polarizada, outra questão passível de ser analisada é a suposta presença de distintas culturas políticas, delimitadas e opostas. Ao abordar o período de abertura democrática, é possível buscar elementos que persistem na longa duração e que fazem parte deste passado compartilhado que compõe a cultura política no presente, como o caso da conciliação abordada na introdução. Além disso, a análise da dinâmica política paranaense, em contraste com o cenário nacional, pode contribuir para construção de uma noção de como nas unidades subnacionais se desenvolveram as relações políticas e como elas podem estar relacionadas a uma cultura política mais abrangente, ou então, se constituíram de modo particular, descoladas do quadro dominante da época.

As diferenças entre os grupos políticos que aqui buscamos delinear, para além de notar-se durante as disputas por cargos, marcaram os anos iniciais da abertura com sérias e intensas desavenças na ALEP, com deputados adversários chegando a vias de fato em alguns casos. Em meio às brigas internas, a Mesa Executiva criou o que chamou de Comissão de Pacificação para apontar caminhos mais harmoniosos nos trabalhos da casa. A comissão, criada de forma não oficial, teve como motivação as tensões e conflitos que aumentaram por conta do clima de frustração que se abateu sobre parte dos parlamentares, que passaram a criticar de forma mais intensa o governo federal e exigir a intensificação de ações voltadas para a abertura, além de incentivar as pressões populares (Diário do Paraná, 5 abr. 1979, p. 3). Em maio de 1980, foi

solicitado aos parlamentares que não ocupassem os espaços do legislativo na posse armas de fogo, pelo temor de que os atritos chegassem a pontos incontroláveis (Diário do Paraná, 5 maio 1980, p. 3). Os debates de temas de abrangência nacional, como podemos notar, passaram a mediar as discussões em nível estadual no contexto da abertura. Cada movimento do governo federal foi acompanhado de perto e seus efeitos debatidos pelos membros da ALEP. Conforme colocado pelo *Diário do Paraná* (5 abr. 1979, p. 3),

> da parte do MDB, aproveitando os espaços da "abertura política", os pronunciamentos têm sido veementes, mas sem encontrar ainda formulações de soma e de fiscalização governamental. Da parte da ARENA, a reiterada defesa das intenções do governo, sem levar em conta uma realidade prometida - da "abertura" - e ante a veemência do recuo às posições de 1964, com a posição de "patrulha ideológica".

Temos nos relatos sobre ambos os partidos uma situação de imobilidade frente à abertura, indicativo das limitações regionais apresentadas pela moldura transicional brasileira. Os assuntos de âmbito nacional ocuparam espaços no legislativo estadual, mas as iniciativas continuaram partindo do próprio governo federal, sem muitos espaços para proposições concretas por parte dos parlamentares, mesmo para os membros da ARENA. Tal fato gerou descontentamentos tanto por parte da posição como da oposição, o que ficou expresso em alguns pronunciamentos de arenistas durante as discussões sobre a reformulação partidária, conforme discutimos na primeira parte do capítulo 2. Contudo, ocorreu que, com maior liberdade para se expressar, seria possível maior pressão política e incentivo às ações civis, o que poderia influenciar na opinião pública e na velocidade dos acontecimentos, que continuaram ainda centralizados. Com uma nova roupagem, um contexto de vigilância e disputas ideológicas ganhou novamente espaço nos debates. Os que se colocassem de forma contrária ao governo eram tidos como inimigos da nação e contra a "pacificação da família brasileira", como gostavam de bradar os pseudodemocratas. Com maior liberdade de fala da oposição, temos também um malabarismo arenista para tentar sustentar as promessas do governo e justificar a "revolução" e todos os anos de exceção, que seriam, segundo eles, compensados com o "futuro democrático".

A limitação das ações políticas por parte do poder legislativo, porém, parece ser um fato reconhecido pelos próprios parlamentares, o que fica expresso na manifestação do deputado do MDB Deni Schwartz, um democrata reformista, em pronunciamento feito na ALEP em resposta ao arenista Quielse Crisóstomo, um pseudodemocrata que dizia não existir uma ditadura no país, sob o argumento de que, caso isso fosse real, não existiria o poder legislativo e eles não

estariam lá. Em resposta, Deni afirmou o seguinte a respeito do funcionamento do parlamento: "nós deveríamos reconhecer a ineficiência, a ineficácia destas quatro paredes e de todo o nosso vozerio. Na verdade, os Parlamentos estão abertos meramente como fachada, porque não decidem e não opinam, apenas referendam ou criticam" (Anais da Assembleia, 22 nov. 1979, p. 6). Diante deste reconhecido quadro de imobilidade, vias alternativas de ação acabaram sendo buscadas no período.

Instigados por toda esta conjuntura, em maio de 1979, dois deputados, um federal e um estadual, e mais quatro vereadores[43] emedebistas de Curitiba, enquadrados como democratas reformistas, divulgaram o manifesto "Ao povo do Paraná", que tinha como objetivo definir a posição daqueles que o assinaram a respeito do contexto político do país. Mesmo que o documento não tenha repercutido de modo acentuado no meio político, é válido para pensarmos nas pequenas articulações que buscavam se manifestar no meio público de forma autônoma frente aos temas nacionais. No trecho introdutório do documento, consta uma certa inconformidade com o que chamaram de "mistificação" criada pelo governo para "preencher o tempo e enganar a Nação, até que entenda existir condições apropriadas para a imposição de normas tendentes à perpetuação do grupo político dominante" (Correio de Notícias, 11 maio 1979, p. 3). Percebe-se certa inquietude acompanhada de impaciência com a demora na viabilização das propostas prometidas pelo governo em relação à abertura, o qual agiu para garantir que ela viria de forma "lenta", como projetado. Este movimento "místico" estaria sustentado na ideia que comentamos anteriormente, de um futuro glorioso que estaria por vir, em seu tempo próprio, e que naquele presente restaria o aguardo silencioso e paciente, mesmo que custoso, tal como sustentado pela "ideologia da reconciliação" (Vinyes, 2015).

Os subscritos no manifesto pediram a união da oposição para exigir a aceleração das reformas que levariam o país à democracia. Eles justificaram a criação do documento alegando que, "sentindo a insegurança das bases do Movimento Democrático Brasileiro e a intranquilidade do povo acerca das metas do nosso Partido, colocamos, a seguir, os pontos básicos das nossas aspirações" (Correio de Notícias, 11 maio 1979, p. 3). Na sequência, apresentaram oito pontos e discorreram rapidamente sobre cada um, quais eram: 1 – Assembleia Nacional Constituinte; 2 – Anistia; 3 – Eleições; 4 – Lei Falcão; 5 – União Nacional dos Estudantes; 6 – Sindicalismo; 7 – Educação; 8 – Programa partidário. As propostas para cada ponto não destoavam do que já vinha sendo exigido por grande parte do partido de oposição. O manifesto pode ser entendido ainda como uma ação isolada de políticos que desejavam

[43] Assinaram o manifesto os seguintes políticos: Amadeo Mio Geara, deputado federal, Nestor Batista, deputado estadual, e os vereadores curitibanos Adhail Sprenger Passos, Everaldo Silva, Cleiton Caldeira e Ítalo Tanaka.

aproveitar a oportunidade para se capitalizar junto aos eleitores. Contudo, uma outra interpretação possível é que se trata de uma demonstração da existência de dissonâncias de membros do MDB em relação as formas de ação do partido. Entre os pontos de divergência internas, destacamos as críticas por conta do seu contato considerado ineficiente com as bases e as críticas recebidas pelo aparente imobilismo do partido, já que parte de seus membros exigiam maior mobilização e posições mais firmes contra o governo. O documento publicado era, assim, uma tentativa de dar satisfação ao povo, que, conforme os elaboradores do manifesto, esperava não só a ação do governo para efetivação da abertura, mas também iniciativas da oposição. O quadro transicional, no entanto, limitava as iniciativas tomadas a nível estadual.

Uma disputa simbólica, mas representativa entre os partidos na ALEP no período, ocorreu por meio dos votos de congratulações, de solidariedade, de regozijo, de protesto, concessão de títulos de cidadãos honorários, entre outros. As ações dos deputados paranaenses, em especial do MDB, posteriormente PMDB, mostram que os mesmos traziam para o debate estadual lutas que estavam ocorrendo em outros locais do país e eram representativas das bandeiras defendidas pelos opositores ao regime em âmbito nacional. Este tipo de proposição, como sabemos, não era exclusividade do período em estudo, mostrando-se recorrente até os dias atuais. Porém, por tratar-se de um momento de restrições ao trabalho legislativo, se apresentou como uma das poucas possibilidades de atuação institucional por parte da oposição.

A estratégia, ao que parece, mesmo que de modo não sistemático, era levantar, por meio das propostas, debates sobre temas como tortura, anistia, Direitos Humanos, eleições diretas, direitos dos trabalhadores, entre outros. Com isso, criavam uma forma de demonstrar o protagonismo do MDB frente a tais pautas e enfraquecer a ARENA, evidenciando mais uma vez sua condição de meros consentidores das decisões do governo ditatorial, ou então, demonstrar as dissensões existentes no interior do partido. Os pedidos também eram uma forma de expor as posições dos políticos da ARENA, induzidos a se posicionar sobre temas polêmicos. Eles, que por vezes defendiam a abertura, acabavam votando contra ações consideradas relevantes para que a mesma se consolidasse, o que poderia gerar desconfiança da população em relação às suas intenções de investir nas mudanças aguardadas. Na sequência, apresentamos alguns exemplos de requerimentos enviados para votação na ALEP e como desencadearam discussões diversas. Não é nosso objetivo aprofundar a discussão de cada uma das pautas apresentadas nos pedidos, mas refletir sobre como eles proporcionaram debates e disputas que revelam características e estratégias da política estadual naquele momento.

O deputado emedebista Waldyr Pugliesi enviou o pedido de um voto de regozijo ao advogado Eduardo Seabra Fagundes por razão da sua eleição à presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No dia seguinte à aprovação do voto, Pugliesi, um democrata reformista convicto, afirmou que Seabra seria mais um brasileiro "que se soma a outros como Evaristo Arns, como os homens da Associação Brasileira de Imprensa, como líderes que estão, por todo este país, a clamar por essa anistia ampla, geral e irrestrita" (Anais da Assembleia, 6 abr. 1979, p. 6). Nomes e instituições foram acionados para demonstrar a extensão da luta pelo fim da ditadura e de como a democracia seria um desejo da nação, não somente do MDB.

Uma intensa discussão se deu por conta do título de Cidadão Honorário proposto por um deputado do PTB, já após o fim do bipartidarismo, em abril de 1980, ao Papa João Paulo II. Os deputados do PDS temeram que a concessão pudesse obrigar a Assembleia a conceder também o título a Brizola, que estava retornando ao Brasil, visto que o título a ele havia sido aprovado pela ALEP em 1963. Para ganhar tempo, os deputados do PDS pediram uma série de informações, alegando que era preciso verificar se o religioso era mesmo um cidadão digno de receber a honraria. Solicitaram, na ocasião, inclusive o currículo do Papa, que foi a eles entregue. A situação gerou uma forte reação popular e da Igreja Católica, que publicou um editorial em seu semanário *Voz do Paraná*, onde a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou duramente os deputados pedessistas do Paraná, aumentando o desgaste do partido no estado. O próprio Papa, contudo, já teria se manifestado e afirmado que não iria receber o título, e os parlamentares do PDS boicotaram a apreciação da proposta (Correio de Notícias, 19 abr. 1980, p. 3).

Uma outra votação expôs as divergências existentes entre os parlamentares do PDS na ALEP. Um requerimento proposto por Darcy Deitos, do PMDB, pediu o envio de expediente ao presidente João Figueiredo solicitando a demissão dos ministros do Planejamento e da Agricultura, Delfim Neto e Amaury Stábile, respectivamente. A justificativa para o pedido teria como base as medidas consideradas indevidas pelos ministérios, e que não atendiam às necessidades de seus setores específicos e nem da população, além de afirmar que os desacertos dos ministros levariam "fatalmente a nação ao abismo" (Diário do Paraná, 29 abr. 1980, p. 4). Após a votação ser adiada algumas vezes por falta de quórum, o requerimento recebeu voto favorável de boa parte dos deputados do PDS presentes na plenária e por toda a bancada da oposição. Apenas três membros da situação presentes foram contra o requerimento.

O resultado da votação aponta para uma quebra de sintonia entre legislativo estadual e executivo federal, que também pode ser interpretado como uma forma dos deputados

pedessistas manifestarem sua insatisfação com os rumos adotados pelo governo. O voto a favor da matéria defendida pelo partido de oposição está ligado a uma questão econômica que dizia respeito às negociações da soja produzida no país. Medidas tomadas pelo governo estavam afetando o bolso de diversos produtores rurais paranaenses, muitos deles base de apoio do PDS no estado. Na justificativa do motivo de seu voto alinhado ao PMDB, por exemplo, o deputado Gabriel Manoel (PDS) destacou, referindo-se especificamente a Delfim Neto:

> este homem que esperou vir o fluxo da soja dos Estados Unidos e das outras Nações, produtoras, para soltar e para dirimir os destinos do nosso produto que estava estacionado. E nós, olhando como meros telespectadores, vendo os produtores sofrendo na carne o desgaste, a dilapidação dos homens que trabalham e que mourejam a nossa terra. (Anais da Assembleia, 24 abr. 1980, p. 11).

Na fala em destaque, o deputado demonstra seu desagrado em relação às medidas econômicas tomadas pelo ministro, destacando o sofrimento e consequências sofridas pelos agricultores, que compunham parte considerável do eleitorado paranaense. Não se tratava, no entanto, de mudanças nos alicerces da política econômica do país, mas de alterações pontuais no que se referia à comercialização da soja. Assim, temos o voto de um pseudodemocrata orientado pela sua atenção direta ao eleitorado, ao demonstrar um suposto desejo por mudanças em apoio às causas que favorecessem os produtores, mesmo que isso fosse em desencontro daquilo que o partido orientava.

Um outro projeto, novamente para concessão de título de Cidadão Honorário, foi proposto pelo deputado arenista Jurandir Messias, da cidade de Pitanga, para o desembargador Cláudio Nunes do Nascimento. O projeto honorífico foi proposto em 1978, quando o desembargador ainda ocupava o cargo de juiz, tendo atuado em várias comarcas do Paraná. O MDB da ALEP, contudo, votou contra o projeto. A ação da oposição foi vista como vingança, já que o deputado arenista Jurandir Messias, dias antes, havia feito uma intervenção que não permitiu que a bancada do MDB aprovasse um voto de solidariedade ao deputado paraguaio Domingo Laino, preso em Assunção por tecer críticas ao governo ditatorial de seu país em uma visita que fez a Curitiba[44] (Correio de Notícias, 21 set. 1979, p. 3).

---

[44] A prisão de Domingo Laino mobilizou emedebistas da ALEP, sendo que os deputados Waldyr Pugliesi, Fiori Luiz, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Gernote Kirinus, Deni Schwartz e Nelson Friedrich foram ao Paraguai tentar contato com o deputado paraguaio e negociar sua soltura. Em setembro de 1979, um manifesto com 114 assinaturas de parlamentares emedebistas de todos os estados brasileiros foi divulgado pelo líder do partido na Câmara Federal, exigindo a libertação de Laino (Correio de Notícias, 29 set. 1979, p. 3).

Colocando em discussão novamente a ditadura paraguaia, a bancada do PMDB pediu voto de protesto às homenagens que seriam destinadas ao então ditador paraguaio Alfredo Stroessner, na cidade de Guaratuba, litoral do Paraná. Segundo justificativa do requerimento, por ocasião da visita do ditador do Paraguai à cidade, uma praça receberia seu nome. O requerimento denunciava que a homenagem seria destinada ao "chefe de um regime político terrorista, anti-democrático e corrupto" (Anais da Assembleia, 28 abr. 1980, p. 4). Defendendo o voto de protesto de sua bancada, Nelton Friedrich, um dos democratas reformistas mais ativos, declarou:

> Todos os órgãos internacionais ligados ou a anistia internacional, a Comissão Especial de Direitos Humanos da ONU, como o próprio Departamento de Direitos Humanos da OEA têm seguidamente se manifestado, de maneira veemente, contra as atitudes de Sua Excelência, o Presidente Alfredo Stroessner na condução daquele País, com 25 anos de Estado de Sítio. Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um País como o nosso que se pretende um dos líderes democráticos do Ocidente, e que se fala tanto agora na abertura política, fazer homenagem desta espécie a quem a todo o instante tripudiado e amassado (*sic*) a toda a perspectiva democrática daquele país. [...] Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, homenagear Alfredo Stroessner é homenagear a ditadura, homenagear Alfredo Stroessner é agredir as consciências libertárias da América Latina e do Terceiro Mundo. Porque lá está um dos maiores redutos do sul deste mundo, onde se praticam as maiores arbitrariedades, violências e todo o tipo de agressão humana (Anais da Assembleia, 7 maio. 1980, p. 18).

O requerimento só foi levado para votação no dia 7 de maio de 1980, e acabou sendo rejeitado por 20 votos contra 14. Os votos do PDS, majoritários na rejeição do requerimento, revelam, se não o apoio, a indiferença em relação a uma discussão envolvendo um dos notórios ditadores do continente. Na ocasião, a cerimônia oficial em homenagem ao ditador paraguaio contou com a presença do então governador e pseudodemocrata Ney Braga. A referida praça da cidade de Guaratuba até hoje mantém o nome em homenagem a Stroessner, apesar de tentativas de mudança. Apesar do resultado da votação, a proposta em questão, bem como a solidariedade de parlamentares do MDB destinada ao deputado paraguaio, apontada anteriormente, levantou debates sobre Direitos Humanos e valores democráticos, além de sinalizar como discussões internacionais também tiveram lugar no legislativo paranaense.

Buscando valorizar a luta pelas eleições diretas, um voto de louvor e solidariedade foi proposto pelo deputado do MDB Nelton Friedrich à emenda protocolada pelo senador cearense Mauro Benevides, que reestabeleceria o voto direto para prefeito nas capitais. O voto foi rejeitado por todos os parlamentares da ARENA e aprovado pela bancada do MDB. O deputado

arenista Airton Cordeiro, tentando justificar o voto contrário, disse ser a favor das eleições diretas, “mas não com o radicalismo existente no projeto do senador oposicionista” (Correio de Notícias, 3 abr. 1979, p. 4). Friedrich então criticou os arenistas, alegando que durante a campanha diziam lutar pela redemocratização. No entanto, após assumirem seus cargos, se colocaram contra o voto de apoio e ainda continuavam a afirmar para a imprensa que eram favoráveis às eleições diretas.

Em novo requerimento, o deputado Waldyr Pugliesi propôs o regozijo à Câmara Municipal de São Paulo por ter derrubado o veto do prefeito Olavo Setubal a um projeto que atribuía o nome de Wladimir Herzog a uma rua da cidade, em uma demonstração de “altivez e amor à democracia” (Anais da Assembleia, 27 mar. 1979, p. 3). A proposta de Pugliesi, que justificou seu pedido por meio de críticas à ditadura instalada em 1964 e defendeu a anistia, não foi bem aceita pelos arenistas. Questionando o emedebista, Jurandir Messias respondeu:

> O regime brasileiro talvez seja um dos mais aprimorados do universo, porque aqui temos toda a liberdade de ação, pensamento e gestos: o que nos falta é a coerência, é o entendimento de que a anistia não pode ser assim tão violenta e rápida quanto quer o MDB. As Forças Armadas deveriam fechar este Poder e administrar esta Nação, independentemente do Poder Legislativo, com mais segurança e garantia, para que nossos filhos, no dia de amanhã, não voltem novamente a sofrer as consequências por que nós estamos passando. (Correio de Notícias, 29 mar. 1979, p. 4).

Vale destacar que, segundo o jornal *Correio de Notícias*, esta parte da fala do deputado que se refere às Forças Armadas foi retirada das notas taquigráficas, e, conforme verificado nos anais do dia 27 de março de 1979, realmente não consta. O medo expresso na fala em questão, que justificaria o fim do legislativo, conforme consta nos Anais da Assembleia (27 mar. 1979, p. 26), era de que pessoas consideradas então subversivas, como Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião e outros exilados, que Jurandir chamou de “mal-feitores”, retornassem e causassem desordem. Como resultado, tivemos um deputado defendendo o fim do cargo para o qual foi eleito e da casa onde deveria trabalhar pelo povo. O requerimento de Pugliesi acabou rejeitado pela ARENA, mas repercutiu em razão da incoerência da fala do deputado arenista, que se apresentou abertamente antidemocrática.

No mês de março de 1979, durante as greves de metalúrgicos que movimentaram a região do ABC paulista, a bancada da ARENA se retirou do plenário da ALEP para que a votação da proposição do deputado do MDB Darcy Deitos não fosse realizada por falta de quórum. O requerimento de Deitos pedia um voto de solidariedade aos metalúrgicos de Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo, cujo sindicato estaria sob intervenção da polícia

militar por decisão do Ministério do Trabalho (Anais da Assembleia, 23 mar. 1979, p. 12). Anteriormente, em meados do mesmo mês, o deputado já havia pedido voto de solidariedade aos metalúrgicos e a professores do Rio de Janeiro, que também estavam em greve, e o mesmo foi rejeitado pelos arenistas em votação (Anais da Assembleia, 14 mar. 1979, p. 10).

No ano seguinte, no mês de abril, três requerimentos de mesmo teor foram enviados para a ALEP em apoio aos metalúrgicos grevistas de São Paulo. Fato curioso foi que um deles foi de iniciativa de um deputado do PDS. Os deputados Nelton Friedrich, do PMDB, e Lázaro Dumont, do PDS – este último um pseudodemocrata –, requereram a libertação dos líderes sindicais da região do ABC paulista, presos durante a realização de uma greve. Friedrich e Dumont solicitaram que fosse enviado expediente aos Ministros do Trabalho e da Justiça, requerendo a imediata recondução dos sindicalistas a seus trabalhos (Anais da Assembleia, 22 abr. 1980, p. 2; 23 abr. 1980, p. 1). De acordo com o deputado arenista, o direito de greve era uma pauta presente no programa do PDS, e que, "no momento, quando o Governo brasileiro está empenhado no restabelecimento das liberdades democráticas no País, não seria necessário afirmar o quanto este ato representaria para a consolidação do regime no Brasil" (Anais da Assembleia, 23 abr. 1980, p. 1). Os dois requerimentos foram fundidos e votados em conjunto, e contou com manifestações de apoio de outros arenistas, sendo aprovado pela ALEP por unanimidade.

Apesar de sair em defesa dos sindicalistas, é preciso destacar da fala de Lázaro Dumont que ele parece compreender a concessão de direitos aos trabalhadores grevistas como uma estratégia para manutenção do poder nas mãos do grupo que liderava o país. Tal posição se mostra alinhada ao que indicou Rodrigo Patto Sá Motta, ao afirmar que a abertura defendida pelos militares visava "garantir mais estabilidade e maior duração ao regime autoritário, ainda que em versão menos severa em comparação com o quadro anterior" (2021, p. 273). Para os pseudodemocratas, como se nota, a garantia de direitos deveria limitar-se à garantia também de consolidação do regime, não de efetivação da democracia.

Um outro requerimento, enviado pelo peemedebista Lineu Turra, solicitou envio de telex ao presidente da República, apelando para que o mesmo interviesse "pessoal e diretamente, junto a empresários e trabalhadores paulistas, a fim de que se torne viável a reabertura das conversações entre essas duas classes em conflito e, com isso, seja recobrada a paz social e a tranquilidade das famílias" (Anais da Assembleia, 24 abr. 1980, p. 2). Ao discutir sobre o pedido, o deputado do PDS Erondy Silvério manifestou seu apoio ao oposicionista e justificou dizendo: "a greve tomou um rumo perigoso para o País. Aliás, está exatamente nos planos de uma ala radical que se serve dos operários, para tentar derrubar o Governo" (Anais

da Assembleia, 8 maio 1980, p. 17). A votação do requerimento de Lineu Turra foi adiada várias vezes, e só foi votada no dia 8 de maio, sendo aprovada por todos os presentes.

Nota-se assim uma aproximação em torno de determinadas pautas, mas não em sua totalidade e nem pelos mesmos motivos. Os membros do partido de sustentação do governo federal se colocaram contra as prisões, mas se posicionaram contrariamente a outros votos em solidariedade a grupos ou instituições que contribuíram e fomentaram a realização de greves, como já apresentado anteriormente. De acordo com os argumentos dos membros do PDS, as greves estariam estimulando o radicalismo, daí a necessidade de intervenção e resolução do problema, para que a escalada de ações não aumentasse. Aqui se nota como a concessão de direitos estava estritamente ligada à questão da conciliação como ação pragmática, não de busca de melhorias das condições da classe trabalhadora.

Contribuindo com a afirmativa, em maio de 1980, o deputado estadual Fidelcino Tolentino (PMDB), outro democrata reformista, requereu que fosse transcrito nos anais da casa a solidariedade dispensada pelos bispos do Paraná aos metalúrgicos de São Paulo. No estado de São Paulo, a Igreja Católica atuou arrecadando alimentos e dinheiro aos trabalhadores e colocou suas dependências à disposição para realização de reuniões da classe. A CNBB também havia lançado uma nota oficial em apoio aos operários, e o clero paranaense enviou um telegrama ao bispo da região em greve em apoio ao papel desempenhado pela igreja. O pedido de Tolentino acabou rejeitado – 20 votos contrários e 10 favoráveis (Anais da Assembleia, 7 maio 1980, p. 20). No entender dos deputados que rejeitaram o apoio à igreja, o papel da instituição, ao apoiar as ações grevistas, não estaria fomentando a pacificação almejada, logo, não contribuiria com o projeto de conciliação.

Sobre as ações dos grevistas, os deputados emedebistas Gernote Kirinus e Nelton Miguel Friedrich requereram manifestação de regozijo à Igreja Católica paulista. A justificativa do requerimento afirmava que o regozijo à Igreja devia-se à “grandiosidade com que tem se conduzido em relação ao episódio dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo” (Anais da Assembleia, 27 mar. 1979, p. 10). Gernote Kirinus, um democrata reformista, também pediu voto de solidariedade ao Comitê Pró-Anistia de Curitiba, que realizaria um ato público de apoio aos grevistas do ABC paulista. O pedido foi aprovado, com vários apartes de ambos os partidos.

Para além das discussões sobre o movimento grevista ou sobre a anistia, que se desenrolaram por conta do voto ser destinado a um comitê que lutava pela sua ampliação, o deputado estadual arenista Ivo Thomazoni levantou, durante os debates, um outro ponto que envolvia a posição do MDB durante as votações. Segundo ele:

> Vejo o MDB acatando sempre as diretrizes que emanam da sua direção nacional. [...] E por que então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocar nós todos da ARENA em situação de constrangimento tamanho? É problema político-partidário, volto a dizer, de economia da bancada. A bancada que passe um telex a quem bem entender, dizendo que defende o que está ali no requerimento posto, com os nossos aplausos. Mas nunca com o nosso apoio. Porque, se o MDB acata as diretrizes emanadas das lideranças nacionais, não poder ser diferente com os homens que compõem a bancada da ARENA, sob pena, Sr. Presidente, de estarmos adotando dois pesos e duas medidas. (Anais da Assembleia, 27 mar. 1979, p. 23).

Thomazoni afirmou ainda ser a favor da anistia, mas não ampla, e favorável às eleições diretas, mas algumas votações realizadas, por seu compromisso com o partido e seus dirigentes, acabavam por obrigá-lo a votar de forma que nem sempre estaria de acordo. Após esta fala, afirmou que iria se retirar do plenário para não ter que votar uma matéria daquela natureza, referindo-se ao voto de solidariedade ao Comitê Pró-Anistia, mas disse que ficaria caso o líder do seu partido e de sua bancada assim o orientasse. Além da obediência, o que Thomazoni expressou foi também seu desconforto ao tornar público seu posicionamento e seus tensionamentos em relação às decisões do partido, para o qual se mostrava fiel. Referindo-se ao cumprimento das orientações do partido, o deputado buscou evidenciar como os parlamentares do MDB também assim faziam, e reclamava que somente os arenistas eram julgados por tal prática. Ele não argumentou, contudo, que em muitos casos, seguir as orientações da ARENA era se colocar na contramão da abertura democrática que o próprio governo dizia ter dado início.

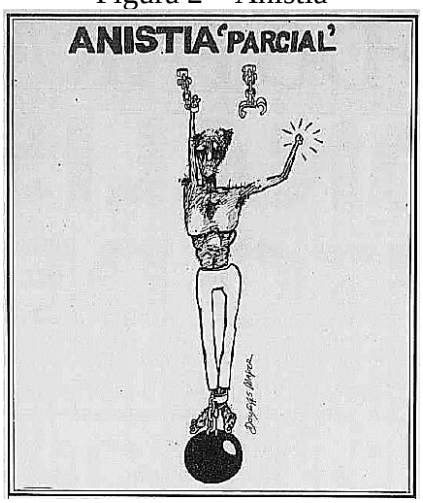
Mesmo que os requerimentos não afetassem de modo direto a vida da população paranaense, os debates que dela se desprenderam tinham potencial para mobilizar opiniões e dar visibilidade aos grupos políticos da ALEP, tanto por posições consideradas positivas quanto negativas. Dentro das restritas possibilidades de atuação dos deputados naquele momento inicial da abertura, os requerimentos estiveram entre os instrumentos políticos possíveis dentro do sistema ditatorial, utilizados especialmente pela oposição. Vale lembrar que os requerimentos e propostas destacadas são apenas uma amostra do montante enviado para votação durante o período inicial da abertura. Com as votações de matérias de forte apelo popular naquele momento, a oposição conseguia evidenciar certas incoerências entre o discurso e a prática do grupo que era base do governo, em especial dos pseudodemocratas.

Temos ainda determinadas aproximações e distanciamentos entre os grupos políticos formados na ALEP, uma evidência possível de que o jogo político que se desenvolveu esteve envolto por oportunismos, conveniências, pragmatismos e descontentamentos. Ainda, em alguns casos, em meio ao calor das discussões, deputados arenistas externaram seu real

desapreço à democracia e interesse na manutenção do sistema vigente. Mesmo que boa parte dos requerimentos tenham sido rejeitados, deram subsídios para que a oposição demarcasse seus espaços e apresentasse suas bandeiras.

1.3 DISCURSOS E DISPUTAS EM TORNO DA ANISTIA

Figura 2 – Anistia



Fonte: Diário do Paraná, 25 jan. 1979, p. 2.

Em meio às mudanças no panorama político observadas a partir do início de 1979, um tema ocupava as páginas da imprensa e o debate público de modo geral: a anistia. Desde meados da década de 1970 o tema ganhou força e forma por meio de movimentos como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)[45], de 1978, e do Movimento Negro Unificado (MNU), também de 1978 (Lima, 2023). Na política paranaense, como mencionado, a anistia também ganhou espaço, gerando inúmeras discussões. Os debates e desdobramentos que surgiram a partir do tema da anistia entre os políticos paranaenses apontam para os sentidos que se formaram sobre o passado repressivo do Brasil e como este foi ressignificado em meio a uma transição marcada pela conciliação e autoritarismo.

O foco do debate, desde que as discussões sobre anistia começaram, girou em torno do quão abrangente ela seria, como aponta a charge acima, publicada ainda durante o governo Geisel. Uma anistia parcial, como o chargista Douglas Mayer indica, não impactaria a situação

[45] No Paraná, identificamos a existência do "CBA seção Paraná", com sede em Curitiba, fundado em março de 1979, e do "Comitê Londrinense Pela Anistia e Direitos Humanos" (CLADH), fundado em julho de 1978 (Correio de Notícias, 9 mar. 1979, p. 15; SNI, ACT-ACE 1322, 1981). Embora não sejam o foco direto das nossas análises, destacamos que ambos os movimentos promoveram reuniões, palestras, debates e manifestações públicas junto à comunidade civil com o objetivo de conscientizar a população e pressionar os parlamentares e o governo para garantir uma anistia ampla, geral e irrestrita.

dos presos políticos, tal como se esperava, e pouco mudaria no jogo político. O projeto de anistia promulgado, conforme destacou Marcos Napolitano (2015, p. 18), foi amparado em parâmetros "forjados e limitados pelas políticas do regime militar sancionada pelos seus beneficiários civis no processo de transição política". Para que os grilhões da repressão deixassem de existir e os sinais de democracia pudessem surgir, era preciso uma anistia maior que aquela oferecida pelo projeto do governo.

Para além de um desejo dos grupos de oposição, que pressionaram o governo por uma anistia ampla, geral e irrestrita, o ato pode ser interpretado também como parte do processo de conciliação arquitetada pela cúpula das Forças Armadas e aqueles que compunham seu governo. A anistia, contudo, como aponta Edson Luís de Almeida Teles (2007), não era um objetivo presente inicialmente no projeto distensionista de Geisel, mas acabou tornando-se parte da agenda do governo ditatorial após pressões dos movimentos sociais e organismos defensores dos Direitos Humanos, tanto a nível nacional como internacional[46]. Antes ainda de ser promulgada, como sugere a publicação do jornal *Diário do Paraná* (27 jan. 1979, p. 4), a anistia ganhava um delineamento preciso:

> [...] o ponto de partida para o entendimento que o novo presidente da República preconizou, a partir do discurso que fez logo depois de sua eleição pelo Congresso Nacional, a 15 de setembro último. Será também o principal trunfo de negociação com que contará o governo para executar a chamada política de mão estendida, que não significará um governo de coalizão, mas de conciliação, ou seja, de boa vontade de ambas as partes.

É possível notar que o governo militar fez uso da anistia de pelo menos três modos: como peça de barganha no jogo das negociações da abertura, já que o próprio presidente esperava a "boa vontade" da oposição; como garantia de que nenhum agente militar que cometeu crimes fosse punido; e como instrumento de imposição do esquecimento à toda crueldade imposta pelos quartéis durante a ditadura. Ao falar sobre a anistia, o próprio Figueiredo teria afirmado, antes mesmo de assumir como presidente, que "o que precisamos mesmo é esquecer o passado. Vamos mesmo esquecer quem é de direita ou de esquerda" (Diário do Paraná, 20 jan. 1979, p. 5). Este esquecimento era parte de uma "política de anestesiamento", como apontou o historiador Enrique Serra Padrós (2004, p. 8), que teve como efeito "a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo", objetivando a apatia da

[46] Durante a elaboração das primeiras propostas de reformas políticas com vistas para a abertura, o governo discutia, no máximo, a possibilidade de revisão de penas para presos políticos e banidos (Teles, 2007, p. 41).

sociedade civil diante dos graves problemas sociais e políticos do país, além, é nítido, de esquivar os militares das suas responsabilidades.

Este tom pacífico em torno da anistia naquele momento, por parte do governo, tão distinto dos discursos bélicos que se observaram nos anos anteriores, esconde o objetivo de estabelecer um diálogo seletivo com a sociedade civil e de conter a "radicalidade" nos cursos da transição. Busca ainda manter os privilégios do grupo que ocupava o poder e promover um processo de esquecimento das memórias traumáticas e dos exageros cometidos. Contra qualquer espécie de oposição mais enfática ao governo, o então governador do Paraná, Ney Braga, condenou os ânimos mais exaltados durante a abertura e destacou o seguinte: "acredito na política de reconciliação, pelo menos entre os homens de boa vontade" (Correio de Notícias, 8 fev. 1979, p. 4). Assim como observado anteriormente, o governador paranaense creditou aos homens "bons" a aceitação pacífica da conciliação. Esse tipo de colocação acaba por contribuir, ainda que indiretamente, com a formação da ideia, que persiste até hoje, de que toda e qualquer exigência por mudanças mais enfáticas, por mínima e justa que seja, é fruto da ação de pessoas consideradas baderneiras, desordeiras e outras adjetivações deste sentido.

Em direção parecida, nota-se em texto do editorial do *Diário do Paraná* a defesa da perspectiva de que o não radicalismo de setores de oposição ao governo facilitaria o progresso da abertura, em especial por parte de políticos do MDB, dispostos a dialogar com o presidente e seus representantes. Segundo o jornal, o diálogo a que estariam dispostos os políticos emedebistas seria uma demonstração do amadurecimento democrático pelo qual o país estaria passando, fazendo assim bom uso da sua liberdade:

> Felizmente, como o provou no ano passado, o povo brasileiro e os seus representantes políticos mais lúcidos sabem muito bem que a proposta de conciliação nacional significa uma renúncia a hostilidades e a procura de soluções de alto nível, capazes de beneficiar a todo o país, numa quadra particularmente destacada de sua história. É um convite à soma, inclusive à soma de sugestões e de propostas capazes de ajudarem o aperfeiçoamento do regime e a solução dos ainda pendentes problemas econômicos e sociais que desafiam as administrações públicas. [...] Os radicalismos, até certo ponto inevitáveis em todas as sociedades, devem ficar para trás como motivação maior do processo político nacional. (Diário do Paraná, 12 jan. 1979, p. 2).

De modo análogo, o jornal *Correio de Notícias* publicou em uma de suas colunas, redigida pelo jornalista Moraes Neto, que o comportamento dos políticos e civis que desejam o retorno da democracia "jamais poderá ser levado a extremos de tomada de contas, contestação ou busca de responsabilidades no período posterior a 64. Se ocorreram erros ou não, nessa fase, eles terão de ser absorvidos" (3 fev. 1979, p. 5). Como podemos notar, a renúncia às hostilidades

e aos radicalismos são colocados como uma meta, considerada uma obrigação e condição para que a transição se consolidasse.

Para refletir sobre tais perspectivas, vale as colocações de Jeanne Gagnebin, ao indicar que “a anistia configura sempre uma política de sobrevivência imediata, às vezes realmente necessária, mas não pode pretender ser uma política definitiva de regulamento da memória histórica” (2010, p. 180). Sendo assim, segundo a autora, teríamos um processo que visaria garantir um mínimo de convivência entre grupos da chamada “elite” nacional que estariam em disputa. Nesta empreitada, porém, a anistia brasileira seria o elemento chave para justificar a imposição da “política de anestesiamento”, da consequente amnésia coletiva e daria acesso ao discurso conciliatório que buscou barrar qualquer forma de punição aos militares, perpetuando-se no longo prazo como basilar para o não tratamento das violências do passado.

Um ponto a ser destacado ao tratar da anistia diz respeito às pressões sobre o regime autoritário devido às denúncias de violações e violências e que foram discutidas no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). O julgamento do país em tal organismo poderia resultar na imposição de sanções e no isolamento diplomático, político e econômico do Brasil. Conforme lembra João Roriz, desde o governo Geisel houve grande preocupação com os desdobramentos da temática dos Direitos Humanos, já que se tratava de uma discussão que poderia municiar a oposição, “tanto pela esquerda, enquadrando suas demandas, quanto pela direita, confirmando que o governo recuava dos propósitos originais do regime” (2021, p. 112-113). É perceptível que as denúncias em órgãos internacionais afetavam diretamente o controle do processo político, agravando tensões internas e dificultando relações externas. A anistia poderia, então, encerrar tais discussões, ao estabelecer o esquecimento como uma de suas metas.

Na esteira conciliatória, o líder do MDB na ALEP, Nilso Sguarezi, um liberal conservador que em alguns momentos se aproximou da linha democrata reformista, destacou que a anistia deveria ser entendida como “desarmamento de espírito e de conciliação nacional. Anistia como cumprimento de uma tradição histórica que esta Nação não pode prescindir no atual momento histórico. Anistia, enfim, para que seja a pá de cal no obscurantismo a que todos se viram envolvidos” (Diário do Paraná, 7 mar. 1979, p. 3). O deputado de oposição não aborda a questão da justiça, muito menos da reparação às vítimas da ditadura, mas, ao reconhecer a fase de terror pela qual passou o país, defende que as feridas abertas sejam deixadas no passado. Sobre a anistia, Sguarezi afirmou ainda:

> é a forma solene e jurídica de propiciar novamente o reencontro da Sociedade com o Estado, efetivando um desarmamento espiritual de que não pode abrir mão o povo brasileiro, para vencer a gama de dificuldades que está enfrentando. A anistia pois, terá o condão de não só levar ao esquecimento o obscurantismo dos últimos anos, mas principalmente, materializar uma nova quadra da vida política desta Nação. Ademais, anistiar não é perdoar como se poderia erroneamente supor, mas é praticar um ato de grandeza e de soberania - verdadeira alavanca para o futuro de paz que se busca e deseja. (Correio de Notícias, 8 mar. 1979, p. 4).

A justificativa para o perdão, no caso acima, está voltada para o futuro, e toda e qualquer ação cometida no passado deveria ser relevada em razão do projeto maior que se apresentava – projeto este que girava em torno da democracia. Ao abordar a função da anistia, sabemos que se trata de um mecanismo que pode funcionar momentaneamente, como uma força terapêutica de resultado instantâneo. Porém, por mais que a "graça anistiante" possa engendrar um silenciamento coletivo a respeito de determinados acontecimentos, ela não é eficaz na cura das feridas e dos traumas sofridos pelas vítimas de determinados crimes, sendo trazidas à tona de forma recorrente. A anistia não é capaz de barrar estas memórias a respeito de um passado traumático, elas sempre lutarão para serem reconhecidas e lembradas (Gagnebin, 2010).

Também em defesa da anistia, um editorial de junho de 1979 do *Correio de Notícias* (16 jun. 1979, p. 1) frisou, em tom de acusação e denúncia:

> Toda uma vasta legislação revolucionária há que ser revista, a partir da anistia que, por si mesma, pressupõe o arquivamento de milhares de processos. Eles hoje entulham nossos tribunais, como a maior prova documental de uma fase punitiva, que dividiu a família brasileira e levou o pânico e o terror para o interior de muitos lares. O Brasil terá que se livrar das lembranças desse período de paixão e intolerância políticas, mesmo porque anistia significa esquecimento. Esquecimento e perdão não só para os que foram réus de crimes políticos e, no geral, vítimas indefesas de acusadores frenéticos, mas até mesmo para seus algozes que agiram ao arrepio das leis e das mais elementares normas processuais, permitindo que os torturadores - que são de todos os regimes - agissem impunemente ou até estimulados pela complacência das autoridades.

No excerto acima é flagrante o reconhecimento que se tem dos crimes e abusos cometidos pelo Estado e a defesa do esquecimento como mecanismo para construção do futuro. Este esquecimento defendido tanto pelo deputado Nilso Sguarezi quanto pelo periódico, contudo, teve como resultado "o anestesiamento da sociedade consagrando a impunidade" (Padrós, 2004, p. 8). Como se nota, posicionamentos como estes indicam que a anistia, além de ampla, geral e irrestrita, deveria também ser recíproca aos agentes do Estado. O perdão a

torturadores e a desmemoria eram entendidas como um mal necessário, e outras alternativas foram colocadas como impraticáveis naquele contexto, por medo ou conveniência.

Um dos pontos levantados como forma de justificar o esquecimento que o projeto militar de anistia defendia foi a crença no seu potencial de colaborar para a união da "família brasileira". A recorrência à ideia de nação enquanto família, a qual precisava manter-se unida e precisava esquecer os ressentimentos passados, já havia sido pautada em contextos anteriores, durante os debates sobre a anistia de 1945, ainda no Governo Vargas, e foi uma das marcas da transição política que levou ao fim o Estado Novo (Rodeghero, 2014). As principais integrantes do MFPA, como sua líder Therezinha Zerbine, mobilizavam também o argumento de que o Brasil apresentava uma tradição de anistiamento e pacificação que garantiram a conciliação nacional ao longo de sua história, como a promovida por Duque de Caxias durante o período imperial e também por Getúlio Vargas, considerado um pacificador (Rodeghero, 2009). Nota-se, com isso, como a dimensão da "pacificação da família brasileira" tornou-se parte de uma tradição política, de conciliação para preservação de interesses, acionada e disseminada pelas elites por meio de acordos intraclasse, que intentam difundir a ideia de que os brasileiros são cordiais e ordeiros por inclinação "natural".

A partir de meados da década de 1970, integrantes do MFPA explicitaram em seus documentos a importância da pacificação. O movimento entendia o país "como uma grande família, a qual se encontrava dividida pelas discordâncias políticas, bipartida em vencedores e em vencidos" (Rodeghero, 2009, p. 133). Como forma de sanar tal problema, era preciso, por meio da anistia, possibilitar o retorno dos exilados e a liberação dos presos políticos, o que tornaria possível a reconstituição literal das famílias desmembradas. A noção de anistia como elemento de pacificação da família brasileira pode ser interpretada ainda por um viés que buscou enfatizar o papel do governo militar sobre o processo, numa tentativa de colocar essa família, referindo-se à nação, na condição de tutelada e subserviente ao "provedor do lar", ou "chefe da casa", que seria representado pelo presidente da República – considerando aqui uma estrutura familiar tradicional cristã, baseada no patriarcado e na heteronormatividade.

As discussões a respeito do quanto do passado ressente deveria ser preservado perpassaram as fileiras dos movimentos que lideraram as lutas pela anistia desde meados da década de 1970, não havendo consenso sobre o tema entre os militantes. Como apontou a historiadora Heloísa Greco (2003), os debates que envolveram a questão da anistia incorporaram tanto a questão dos Direitos Humanos quanto o direito à memória como pontos centrais para a construção da cidadania. A pesquisadora levanta alguns pontos de tensão que perpassaram o MFPA e os CBAs. Inicialmente, defendia-se uma ideia de anistia arraigada à

noção de amnésia, principalmente entre os integrantes da MFPA, a qual permitiria o retorno à normalidade democrática. É preciso destacar, contudo, conforme nos aponta Carla Simone Rodeghero (2009), que o MFPA, em seus documentos, reivindicava anistia aos que foram atingidos por atos de exceção, e não o perdão aos que cometeram crimes em nome do Estado, tampouco pregavam reciprocidade aqueles que agiram em seu nome.

É válido lembrar que uma anistia ampla, geral e irrestrita não necessariamente compreendia a ideia de pacificação da família brasileira, tal como defendido pelo governo. Como aponta Rodeghero (2014, p. 73), temos um deslocamento de sentido já entre 1975 e 1979 no que tange a tal concepção no interior dos movimentos pró-anistia, como os CBAs, quando "o Brasil passou a ser representado com uma coletividade de cidadãos que demandam seus direitos e não como uma família, ou como filhos em busca da clemência paterna". Esta percepção de que a medida seria um ato de benevolência governamental, segundo a autora, passou por transformações quando a sociedade intensificou sua participação nas lutas pela anistia, mas continuo sendo utilizada como elemento da estratégia propagandística do governo.

Com a popularização do movimento e intensificação da participação de familiares de mortos e desaparecidos nos CBAs, uma dimensão diferente, agora de rememoração, passou a ser defendida (Greco, 2003). Esta última perspectiva, considerada mais radical, caso se concretizasse preservaria a lembrança tanto das lutas de resistência como da opressão estatal. Um outro sentido apresentado por Lucas Monteiro Oliveira (2014) é direcionado aos exilados, para quem a anistia representava uma outra conquista: o retorno para casa e a retomada de laços afetivos, políticos e profissionais. Ao mesmo tempo, o retorno de líderes políticos exilados, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, era vantajoso para o governo, que apostava na fragmentação do MDB. As tensões a respeito dos sentidos da anistia permearam toda a disputa entre os militares e os movimentos que almejavam uma maior presença do passado. Como resultado, tivemos a criação de uma "memória do consenso", como trabalhado por Teles (2007)[47], que acabou por definir o que poderia ou não ser lembrado e construiu entendimentos limitados sobre a ditadura e a própria democracia.

Contribuindo com tais discussões, vale novamente as colocações de Gagnebin, para quem a anistia implica na imposição do esquecimento, assim, "impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar"

[47] Para Edson Teles, a "memória do consenso" é uma posição intermediária, uma explicação negociada do passado que surgiu a partir do embate entre a memória dos militares e a posição dos movimentos de Direitos Humanos que lutaram pela anistia. Trata-se de uma memória que reconhece os crimes do Estado enquanto excessos e questiona a amplitude da repressão, ao mesmo tempo em que busca impor uma "política do silêncio" (2007, p. 22).

(2010, p. 179). Já no entender de Daniel Aarão Reis, este não lembrar que orbita em torno da Lei de Anistia no Brasil apresenta três formas distintas: “o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973” (2010, p. 173). Os pontos levantados pelo autor indicam como a anistia suscitou um acordo de paz com o passado com o intuito de evitar desgastes futuros. Tal fato implicou em não criminalizar os torturadores e assassinos e em não denunciar a parcela da sociedade civil que participou e financiou o golpe, que, por conta da forte pressão popular contra os militares durante as mobilizações pela redemocratização, não desejava ter sua figura atrelada a eles, de modo especial o empresariado. Por último, a anistia resultou também em não trazer a público os objetivos dos grupos de esquerda, que apresentavam propostas de sociedade que colocavam em risco a hegemonia capitalista e que poderiam representar um temor de que articulações fossem retomadas e ganhassem força, suscitando uma maior penetração de camadas populares na elaboração de políticas de Estado, algo combatido pelos militares e seus confrades.

A respeito desta temática, vale enfatizar algumas contribuições de Paul Ricoeur (2014), em especial no que diz respeito à anistia e sua relação com o esquecimento e o perdão, elementos importantes para as reflexões que nos dispomos a realizar. O referido autor afirma que a anistia, considerada como processo de esquecimento institucional, “toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido” (Ricoeur, 2014, p. 460). A exemplo do que apresenta Ricoeur (2014) ao rememorar um decreto ateniense, no Brasil também podemos falar da “instauração de um imaginário cívico”, em que até mesmo o assassinato de familiares deveria ser esquecido em nome da conciliação democrática. Este esquecimento operou no Brasil diretamente ligado à Lei de Anistia, que acabou por produzir uma amnésia institucional. A anistia consiste, deste modo, na obliteração dos acontecimentos da memória coletiva, ela “[..] põe um fim a todos os processos em andamento e suspende todas as ações judiciais” (Ricoeur, 2014, p. 462). Há uma contradição ao pensarmos nas leis de anistia, visto que implicam em uma ideia de perdão, contudo, a “[...] questão do perdão se coloca onde há acusação, condenação e castigo” (Ricoeur, 2014, p. 459), porém, nenhum destes momentos ocorre quando há a chamada “graça anistiante”. A anistia implica desta forma em um processo de perdão judicial, mesmo onde não há julgamento, o que não significa, na prática, o perdão e nem mesmo o esquecimento por parte das vítimas.

Um ponto debatido no período e que dizia respeito à anistia refere-se à abrangência do projeto, que também perdoou os militares por seus atos criminosos. O assunto aparece com

menor recorrência nas publicações dos jornais e nas falas dos políticos, mesmo os de oposição. Em editorial do *Correio de Notícias* (6 fev. 1979, p. 1), temos uma crítica ao caráter de "mão-dupla" do projeto de anistia, onde o periódico enfatizou o seguinte: "é sabido que todos que exerceram poderes ilimitados não estão inclinados a abrir mão deles com facilidade, a menos que tenham a certeza de que sobreviverão quando seu país ingressar no regime democrático". Esta certeza não chegou a ser seriamente ameaçada, visto que foram contidos movimentos caracterizados como "revanchistas" e o discurso público catalisado e mobilizado em favor da conciliação imposta pelo governo, onde se buscou deixar os rancores para trás – por mais justificáveis e justos que fossem –, relevando todo o arbítrio em nome de um suposto futuro de paz, mas também de esquecimento.

Destacamos que o uso do termo "revanchismo", condenado em diversas falas aqui analisadas, refere-se à busca por justiça e reparação por parte das vítimas do autoritarismo. O termo, contudo, foi utilizado para desqualificar a luta dos grupos de oposição e descredibilizar narrativas que defendiam a devida punição aos perpetradores da violência que atuaram por meio dos órgãos do Estado. Os considerados "revanchistas" eram por vezes tachados de vingativos e agarrados a um passado que não deveria ser resgatado. A rejeição ao que chamavam de "revanchismo" esteve por vezes ancorada na ideia de que toda a violência cometida, ou os "excessos", como denominaram para tentar amenizar as narrativas, era entendida pelos militares como um serviço prestado à nação na luta contra a subversão, e por isso não deveria ser submetida às punições (Motta, 2021).

Discutindo sobre o tema no plenário da ALEP, o deputado Fidelcino Tolentino (MDB), ao pedir reparação pelos atos truculentos do governo, afirmou:

> Eu tenho visto constantemente, ou algumas vezes faço esse reparo, de que algumas pessoas envolvidas nesses episódios de repressão estariam temerosas de que haveria o reverso para poder julgá-los. E que bom se isso acontecesse; se acontecesse até para consagrar a justiça daqueles que muitas vezes praticaram atos por determinação de superiores hierárquicos. E é preciso não se esquecer que muitos inocentes morreram, dos quais faz parte Miguel Fiel Filho, Herzog e tantos outros. [...] E quando o MDB fala em "Ampla e Irrestrita" é porque não há conciliação nacional, sem que os nacionais todos se agrupem, através de suas ideologias, para formar as correntes de pensamento e formar os Partidos políticos, que serão os cânones adequados para que o Parlamento possa se fazer representar, ou que o povo se faça representar no Parlamento. (Anais da Assembleia, 27 mar. 1979, p. 22).

Tolentino defende a punição aos militares envolvidos, e apresenta uma questão em que indica que os que cometeram crimes a mando de pessoas que ocupavam cargos elevados teriam

uma “culpa menor”, por isso a ideia de “consagrar a justiça”. Os julgamentos, contudo, não ocorreram, e nem os do “alto” nem os de “baixo” tiveram seus atos punidos. A noção de conciliação é aqui também acionada para defender uma maior abrangência da anistia, mas desta vez para elencar que seria preciso trazer à cena os diversos polos ideológicos para que o povo pudesse ser, de fato, representado, o que ocorreria por meio dos partidos políticos.

Procurando um caminho que se apresentasse com um tom mais moderado em relação às ações militares, o líder da bancada da ARENA na ALEP, Erondy Silvério, em pronunciamento na plenária da casa legislativa, argumentou:

> Nós estamos ao lado daqueles que foram cassados sem julgamento prévio, que foram banidos da vida pública do País, apenas porque alguns homens do Poder o desejavam; nós conhecemos a injustiça de muitas e muitas cassações. Mas também não esquecemos os nomes dos nossos compatriotas, mortos, traiçoeira e covardemente no cumprimento do seu dever, por atos de terrorismo, que nós sabemos, engendrados e executados por quem? Exatamente por alguns homens que hoje, a oposição pretende endeusar neste País, e não se leve este nosso pronunciamento, à conta do reacionarismo que não temos; nós somos democratas por excelência. E eu acho que toda esta Casa o é. Apenas nós queremos repetir mais uma vez que a verdade é como uma vidraça, cada um limpa o seu lado, cada um conta sua verdade. E nós da bancada da ARENA jamais poderemos aceitar que se tente colocar a revolução brasileira (*sic*) no banco dos réus. Nós não vamos aceitar isto, nesta Casa. (Anais da Assembleia, 27 mar. 1979, p. 22).

Ao defender uma anistia restrita tanto para os militares quanto para os que atuaram na resistência, o deputado lança desconfiança sobre os relatos de tortura, numa tentativa de descredibilizar estas acusações e relativizar a violência. Ele direciona seu discurso para a ação de grupos e sujeitos que se encontravam na resistência clandestina, na luta contra a ditadura instalada, desqualificando seus esforços, mas se esquiva de citar as violações de direitos cometidas pelo Estado e as restritas possibilidades de ação política existentes. Apesar de reconhecer algumas injustiças cometidas durante a ditadura, ele tenta direcioná-las para algumas pessoas que agiram por desejo próprio. Sob esta ótica, a violência teria sido fruto de ações inconsequentes de alguns militares que cometeram “excessos”, numa tentativa de desvencilhar os “revolucionários” de tais práticas. Para o deputado, não se trata, assim, de responsabilizar os governos militares, mas os indivíduos que teriam tomado decisões incorretas.

Dias após a fala acima, Silvério se pronunciou novamente no legislativo e disse ser contra a nivelação dos crimes que a oposição desejava englobar pela anistia. Para ele, “se alguém matou, roubou, cometeu violência, deve ser punido. Seja da esquerda, da direita, do alto ou de baixo. Não admito, me rebelo, não entendo anistia a malfeitor. Seja malfeitor da Arena,

seja do MDB, seja malfeitor fardado, seja corrupto do passado, seja corrupto de hoje" (Anais da Assembleia, 5 abr. 1979, p. 14). O ato de anistiar, para o deputado, teria limites circunscritos:

> oferecer a políticos, líderes sindicais, intelectuais, artistas e outros que se viram envolvidos em processos por participação em organizações não violentas de oposição ao movimento revolucionário ou por integrarem o governo deposto. Anistia é permitir o retorno de centenas de brasileiros pacíficos, ao lugar que nunca deveriam ter deixado: sua Pátria!. (Anais da Assembleia, 5 abr. 1979, p. 14).

A posição do deputado arenista destoa do que se nota nos posicionamentos de seus colegas de bancada. Suas afirmações procuram confundir a ação de forças de resistência ao regime com aqueles que cometeram crimes sob a chancela do governo. Há implícita uma ideia específica de que somente os brasileiros "pacíficos" poderiam ser agraciados, ou seja, aqueles que não representavam uma ameaça à ordem que se esperava, que consideravam ter menos inclinações para assumir posições políticas contestatórias ao regime.

Outra ideia que se apresenta indiretamente nos posicionamentos como o exposto, é a de que os sujeitos que se envolveram na luta armada, como as guerrilhas, ou que cometeram sequestros e outras ações chamadas de terroristas, não deveriam ser considerados prisioneiros políticos, mas julgados na justiça comum. Logo, tanto para os militares e suas bases como por uma parte da oposição liberal conservadora, que fazia coro ao regime, a anistia não deveria contemplá-los. Como nota Lucas Pedretti Lima (2023), estas divergências surgiram em meio às discussões sobre o caráter "irrestrito" da anistia, sendo que no interior dos próprios movimentos pró-anistia havia amplos debates sobre o que poderia ser qualificado como ato político e, assim, ser contemplado pela anistia[48].

As posições do deputado arenista Erondy Silvério acenam a distintos grupos dentro da quadra política e acabam por buscar também a conciliação, ao criar critérios para definir quem poderia retornar ao país e participar da vida pública. Erondy se mostrava ainda contra o maniqueísmo que dizia existir naquele momento, e criticou os que consideravam que, de um lado, estaria "o povo sofrido, os patriotas e os filiados do MDB", contra os "os militares usurpadores, os governantes corruptos, o capital internacional espoliativo, e os políticos da ARENA" (Anais da Assembleia, 5 abr. 1979, p. 14). O que temos na fala do parlamentar paranaense é uma tentativa de se afastar daquela imagem negativa que os grupos de oposição

[48] O MNU, por exemplo, defendia a ideia de que a anistia deveria se estender aos presos ditos comuns, que em sua maioria eram e ainda são compostos pela população negra, que se encontrava em tal situação por consequência de questões raciais, socioeconômica e também políticas. Esta posição, no entanto, era minoritária e não encontrou sustentação nem entre os setores mais à esquerda dos CBAs (Lima, 2023).

atribuíam ao governo militar e suas bases, argumentando que estaria ao lado dos que desejavam a reconstrução da nação, e que a divisão não contribuiria com tal projeto. Para se colocar como parte da luta encabeçada pela oposição, em prol dos valores democráticos, nota-se uma preocupação em tentar integrar seu partido a outras frentes e desvincular-se da ideia de subserviência e apoio irrestrito ao governo. Para além da ausência de democracia, o país estava imerso em problemas econômicos que afetavam profundamente a vida de boa parte da população e o governo se mostrou inábil para sanar tal crise, o que afetava diretamente a imagem da ARENA.

Condenando as práticas autoritárias e buscando ampliar a abrangência da anistia, alguns deputados emedebistas se manifestaram colocando como ponto de discussão a intensa repressão e violência do governo e sua responsabilidade sobre a ação daqueles que cometeram crimes que não foram incluídos no projeto. O deputado estadual Nestor Baptista (MDB do Paraná), ao criticar o projeto de anistia, enfatizou que o clima de violência foi criado "pelo regime que estimulou a situação em que vivemos" (Correio de Notícias, 21 jun. 1979, p. 4). Já o deputado federal pelo MDB do Paraná e vice-líder do partido na Câmara, Oswaldo Macedo, pediu anistia também aos mortos e reclamou os corpos das vítimas da ditadura. Justificando seu pedido, Macedo lembrou das mortes ocorridas durante a vigência da ditadura:

> por se opor ao governo instalado no país a partir de 1964, e os que mataram fizeram-no em defesa da ordem então estabelecida e em defesa dos detentores do poder em nome dessa mesma ordem. [...] pois os grandes organizadores, coordenadores e executores dessa repressão, com prisões, torturas e assassinatos foram os órgãos ainda hoje existentes, conhecidos apenas pelas siglas DOI-CODI. (Correio de Notícias, 18 maio 1980, p. 3).

O deputado reivindicou a devolução dos corpos dos desaparecidos da ditadura que estariam sepultados como indigentes, ou teriam sido lançados ao mar por agentes da repressão, para que suas famílias pudessem dar a eles um funeral digno. O parlamentar utilizou como exemplo o caso do jovem estudante paranaense da cidade de Apucarana, Antonio dos Três Reis de Oliveira, ex-membro da ALN, que foi metralhado por agentes da segurança Pública de São Paulo, em 1970, e seu corpo nunca foi encontrado. Legalmente, contudo, estas pessoas ainda eram consideradas vivas, pois se enquadrariam no grupo de "mortos sem corpos, ou mortos sem sepultura" (Correio de Notícias, 18 maio 1980, p. 3).

O recebimento destes corpos por meio de uma ação do Estado implica também, para além de uma questão moral, uma questão psicológica e emocional, se pensarmos nas famílias, e de respeito à vida das vítimas, no reconhecimento da ação do próprio Estado como

responsável pelas mortes, algo que a Lei de Anistia não objetivava. Ao tratar dos mortos e desaparecidos, a Lei de Anistia propunha apenas que os familiares de vítimas desaparecidas a mais de um ano poderiam, caso entrassem com requerimento, receber uma declaração de ausência, mas sem abordar a questão da responsabilização do Estado pelos casos (Greco, 2003, p. 297). Podemos considerar, assim, que este ponto da proposta de anistia estava sustentado na lógica do esquecimento, e que suscitou a formulação de memórias distorcidas sobre o papel do Estado no período, as quais corroboravam com o projeto de conciliação desejado pelo governo.

Outro ponto levantado por Macedo refere-se à permanência das estruturas repressivas já em meio à abertura, visto que os sistemas de vigilância e repressão continuaram agindo, mesmo que em desaceleração. Sob a ótica militar, era preciso manter o controle sobre as ações dos grupos políticos e movimentos sociais naquele momento de grandes mudanças, bem como agir para influenciar na opinião pública, seja a favor do governo ou contra grupos contrários, em especial aos que apresentassem propostas alternativas à ordem vigente, tanto no campo político como econômico.

Sobre uma das tentativas de investigar os crimes que partiram do Estado, houve o esforço de um pequeno grupo de emedebistas que buscaram criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)[49] que apuraria os casos de tortura e outras violações contra os Direitos Humanos. A proposta de criação da CPI foi articulada pelo então senador paulista Orestes Quércia, do MDB, mas a ideia não foi bem recebida por parlamentares da ARENA e por parte do próprio MDB. Sobre o assunto, o *Correio de Notícia* (11 mar. 1979, p. 8) noticiou que um "destacado dirigente" da ARENA no Congresso Nacional, sem citar o nome, teria dito que "o MDB, que faz da anistia ampla, geral e irrestrita sua principal bandeira de luta política, teria que ter bom senso para não partir para o confronto". Aqui, temos uma pauta defendida pela oposição, que seria a anistia ampla, acionada também para justificar a ampliação do seu alcance aos agentes do Estado e assim evitar as investigações. A fala em questão coloca em lados

[49] A "CPI das Torturas", como ficou conhecida, chegou a ser aprovada pelo MDB em 10 de maio de 1979, no Congresso Nacional, por 69 votos a favor e 57 contra, surpreendendo muitos parlamentares, inclusive do próprio MDB. Durante a sessão de votação, compareceram dois ex-presos políticos vítimas da ditadura que relataram no plenário as torturas que sofreram – ambos também tiveram parentes fatalmente vitimados pelo terrorismo de Estado, além da mãe de um estudante que teria sido torturado e morto em São Paulo pelo Doi-Codi, em 1974. Apesar da mobilização, um artifício arenista tornou a oficialização da CPI inviável por longo tempo. Para barrar a criação da comissão, os arenistas solicitaram a criação de uma quinta CPI, destinada a investigar a indústria farmacêutica, para a qual já havia um requerimento datado do mês de março, pronto para ser levado a votação, caso o MDB aprovasse a CPI das torturas, tal como ocorreu. A Constituição só permitia o funcionamento de 5 CPIs simultaneamente, logo, a da tortura foi barrada (Correio de Notícias, 11 maio 1979, p. 8). Em nota, o MDB alegou que as CPIs eram instrumentos de investigação e fiscalização, cabendo principalmente à oposição usufruir de tal artifício, e não teria lógica que a situação criasse comissões que investigariam ações do próprio governo – a ARENA tinha 4 das 5 CPIs possíveis naquele momento.

opostos a criação da CPI e a anistia, visto que a comissão que apuraria os casos de tortura teria o objetivo de "resolver" o passado – algo entendido como negativo pelos militares –, ao passo que a anistia buscaria "esquecer" o passado. O embate sobre estes dois pontos se mostra um tanto complexo e já gerou diversos debates sobre o assunto, conforme breve discussão realizada na introdução da presente pesquisa.

Mais uma vez, a questão do confronto foi colocada como uma irresponsabilidade da oposição, que escolheria um caminho que poderia barrar o desenvolvimento da abertura. Ao comentar sobre a CPI, o então senador e futuro governador paranaense José Richa (MDB), que revelou-se um liberal conservador ao longo de seu mandato na chefia do estado, apesar de ter assinado um manifesto pedindo a instalação da comissão, disse que aquele momento não era oportuno para tais investigações, já que Figueiredo havia acabado de assumir e teria prometido democratizar o país, e que "qualquer atitude radical por parte da oposição poderá comprometer a abertura prometida" (Correio de Notícias, 20 mar. 1979, p. 4). Algumas lideranças políticas do grupo chamado na época de "neo-moderados" do MDB estariam tentando barrar a criação da CPI, entre eles o deputado federal Álvaro Dias, democrata reformista que em muitos momentos flertou com os liberais conservadores. Segundo Dias, a CPI, na prática, não funcionaria efetivamente, e a oposição correria o risco de desmoralização caso as atividades não obtivessem os resultados esperados, o que poderia, ainda, fortalecer o governo (Correio de Notícias, 11 mar. 1979, p. 8). A oposição, naquele momento, teria tão somente o papel de não gerar desagravos ao governo. As tramas, pressões e reivindicações políticas, tão comuns em ambientes que se desejam democráticos, deveriam ali ser suprimidas.

Para auxiliar nos trabalhos que a "CPI das Torturas" desenvolveria, foram criadas subcomissões estaduais, que serviriam de subsidio para os trabalhos da comissão do Congresso Nacional, e deveria levantar a situação dos Direitos Humanos nos estados. No Paraná, a subcomissão foi composta por três deputados estaduais, um representante da Comissão Justiça e Paz (CJP) e outro da Comissão de Anistia. A subcomissão estadual atuaria "mobilizando as Dioceses do interior do estado, cabendo aos deputados do MDB o trabalho nos diretórios municipais" (Correio de Notícias, 28 abr. 1979, p. 4). O grupo deveria atuar na conscientização da população, em especial nas pequenas cidades, a respeito das diversas formas de violações de Direitos Humanos, como invasão a domicílio e prisões arbitrárias. Mesmo que não resultasse em condenações, os trabalhos da CPI tinham um potencial de mobilização a nível nacional, que poderia rivalizar com a desmemoria defendida pelo governo.

Em um dos poucos acenos identificados nos jornais em sentido favorável à instalação da CPI, o deputado federal Waldmir Belinati, do MDB paranaense, afirmou, condenando a proposta da anistia e em defesa da criação da CPI, respectivamente:

> O projeto do governo é injusto, desumano e antidemocrático na medida em que, ao mesmo tempo em que concede anistia ampla, geral e irrestrita aos que, abusando da autoridade de que se achavam investidos como agentes dos órgãos de segurança, sequestraram, torturaram e mataram suspeitos de crimes contra a segurança nacional, restringe essa mesma anistia aos que, sem terem a responsabilidade decorrente do exercício do poder cometeram delitos, destes só são amparados os que foram condenados ainda por decisão transitada em julgado. [...] É certo que poderemos até não ter condições de apurar e de responsabilizar criminalmente os responsáveis pelas violações e torturas, mas evitaremos, ao rompermos o silêncio e a omissão, a conivência com as injustiças perpetradas pelo regime. (Diário do Paraná, 22 ago. 1979, p. 2).

A injustiça apontada por Belinati refere-se tanto à impunidade quanto à equiparação dos crimes cometidos pelo Estado e pelos indivíduos que atuaram na resistência ao regime, considerados então terroristas pelo governo. O deputado sugeriu que a CPI teria a capacidade de quebrar o silêncio a respeito deste passado repressivo e que isso seria, por si próprio, também uma forma de reparação. O reconhecimento do arbítrio poderia implicar, ao menos, em uma justa memória, algo que foi impossibilitado pela lei de anistia e a conciliação, tal como foram impostas. A postura do deputado se aproxima daquela encampada pelos CBAs, ou seja, contra a anistia recíproca que implicaria no silenciamento das memórias repressivas. Revela ainda que as polêmicas sobre a Lei de Anistia que se desdobraram a nível federal repercutiram na imprensa paranaense, e é mais um exemplo de que a posição dos políticos do MDB não era unânime a respeito dos sentidos do perdão institucional e sua abrangência.

Ao reconhecer a existência dos crimes praticados em nome do Estado e não se posicionar pela punição aos responsáveis, temos uma atitude de conivência por parte dos políticos, como apontado no excerto acima. Este consentimento operado mediante o silêncio, vale lembrar, foi fomentado em partes pelo medo que permeou o processo de abertura e das promessas de um futuro melhor, além da esperança de manutenção de posições e privilégios por parte de alguns poucos. Parte do Movimento pela Anistia, como destacou Motta (2021), defendeu o julgamento de agentes repressivos, mas tais ações não se mostraram viáveis devido ao tímido apoio político recebido e o fato dos militares se encontrarem no comando do Estado naquele momento. Ainda, logo após a aprovação da anistia, o direcionamento dos esforços parlamentares foi outro, visto que o governo passou a trabalhar na elaboração do projeto de

reforma partidária que colocaria fim ao bipartidarismo, aprovado em novembro de 1979, e o tema ganhou espaço tanto na imprensa quanto nas instituições representativas.

No lado oposto a Belinati, o governador paranaense afirmava, em entrevista dada no dia 31 de março de 1979, não acreditar nos casos de tortura no país, que nunca ficou sabendo de casos concretos, e que no Paraná isso nunca tinha acontecido. Rebatendo a fala de Ney Braga, o oposicionista membro do legislativo estadual Waldyr Pugliesi, em um pronunciamento no plenário relembrou o caso do ex-deputado paranaense Walter Pecoits, que ganhou na justiça o direito a uma indenização por ter sido torturado e ter um olho vasado pela polícia em 1964, quando o próprio Ney era o governador do estado. Pugliesi concluiu sua fala com a seguinte provocação: "sonha o Sr. Ney Braga com os pés no chão, ou, pelo contrário, não quer ver as evidências por conveniência própria, para não se colocar em confronto com aqueles que são mais poderosos ainda do que ele" (Correio de Notícias, 5 abr. 1979, p. 3). A negação das evidências chama a atenção, bem como a coragem do ex-governador em ignorar a existência de atos sobre os quais naquele momento surgiam provas cada vez mais sólidas de que ocorreram de forma sistemática.

Em resposta à fala de Pugliesi, o membro da ALEP pela ARENA, Erondy Silvério, afirmou sobre as disputas por uma anistia ampla que, "quem defende a anistia a assaltantes de bancos, a criminosos, a assassinos covardes e traiçoeiros, é vermelho, é comunista" (Diário do Paraná, 5 abr. 1979, p. 3). Silvério, contudo, não argumentou contra as colocações do deputado emedebista, mas recorreu à batalha ideológica representada pela luta contra o comunismo. A prática, tão perceptível na política do país, foi mais uma vez acionada e, assim como em 1964, podemos pensar em como sua presença torna-se recorrente em momentos de tensão. As associações forçadas entre os "vermelhos" e aquilo que é ruim foi mais uma tentativa, entre tantas ao longo da história brasileira, de desqualificar, de forma leviana, os que buscavam por justiça, sem, contudo, apresentar dados sustentáveis a favor de suas pautas ou questionamentos.

O que percebemos é que a anistia, tal como foi concebida, gerou problemas que vão além da impunidade e da injustiça, e geraram ainda a falta de memória – ou de uma "justa memória" (Pereira, 2015) – das gerações futuras em relação à truculência com que operaram os militares. Logo, implica a impossibilidade de acessar fatos que permitiriam elaborar determinadas lembranças. Tal processo constitui o que Padrós (2004) denominou de desmemoria, considerada por ele um aspecto central das ditaduras latino-americanas. Segundo o historiador, "desmemoria é sinônimo de silêncio ou apagamento da memória; mas também o é do silêncio e do apagamento da própria história" (Padrós, 2004, p. 2). Neste sentido, o trabalho

com as fontes aponta como o ideal de conciliação acabou por interditar a memória coletiva e individual sobre as violações dos Direitos Humanos.

Ocorreu que o perdão induzido, operado inicialmente por meio da Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6.683)[50], não anistiou os chamados "crimes de sangue", que compreendem sequestros e atos considerados terrorismo, assaltos e atentados pessoais. No dia seguinte à aprovação da anistia, na ALEP, tivemos um pedido de congratulações aos democratas que aprovaram a lei. O deputado emedebista que requereu o pedido, Nelton Friedrich, em sua fala defendendo a aprovação do mesmo, destacou que, apesar da intensa mobilização de diversos setores da sociedade civil organizada,

> não foi possível sensibilizar o Governo. Assim mesmo, não foi possível sensibilizar a maioria numérica do Congresso Nacional. Por que? Porque este projeto saiu dos laboratórios do Planalto já definido. Porque foi mais uma demonstração de força do regime, em vez de atender a consciência, a conclamação nacional; este Governo impôs um projeto, demonstrando, mais uma vez, a sua pretensão de forças; pois, no instante em que disse e pregou que na essência esse projeto não seria alterado, ele definiu que estava demonstrando que era autoritário e arbitrário, que estava querendo, mais uma vez, dar a expressão máxima e a medida da sua força à sociedade brasileira. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também queremos tirar fatos novos da votação de ontem. Apesar desta demonstração de força, apesar dos mecanismos de controle do Governo sob sua maioria partidária, mesmo assim, tão somente cinco votos distanciaram a Anistia que a Nação exige e aquela que o Planalto pretende conceder. E, por esta razão, se três (*sic*) Deputados tivessem ousado, como tantos outros ousaram em dar demonstração prática de democracia e de liberdade, nós teríamos hoje a anistia como a Nação precisava e precisa. Apenas e não somente cinco votos distanciaram, e isto tem outra prova que é preciso aqui destacar, Sr. Presidente: o véu de subserviência está começando a ser retirado desta maioria parlamentar apenas e tão somente, numérica. (Anais da Assembleia, 23 ago. 1979, p. 10).

As colocações de Friedrich apontam para um duplo entendimento a respeito do projeto de anistia aprovado. Em primeiro lugar, destacamos que o deputado salientou a ausência de diálogo, tão defendido naquele momento, durante a elaboração do projeto de anistia. Mesmo com toda a mobilização popular em torno da causa, o governo se mostrou irredutível no que se referia ao caráter irrestrito. Este aspecto foi explorado para argumentar contra a forma de atuação do governo que pretendia alcançar a democracia, como tanto anunciado. Na prática,

---

[50] A Lei de Anistia foi aprovada pelo Congresso Nacional em 22 de agosto de 1979 e sancionada pelo presidente em exercício, General João Figueiredo, no dia 28 do mesmo mês. A votação evidenciou a existência de algumas fissuras no interior da ARENA. A proposta de substitutivo do deputado Djalma Marinho, da ARENA do Rio Grande do Norte, que alterava o projeto do governo e ampliava a concessão da anistia, foi rejeitada por 206 votos contra 201, sendo que 15 arenistas votaram a favor da proposta, alinhados à bancada do MDB, nenhum deles do Paraná.

contudo, mostrava-se autoritário na condução das negociações. Em segundo, o resultado da votação foi entendido por alguns, como para Friedrich, como uma derrota para o regime, que "acabou sendo arranhado na sua substância" (Anais da Assembleia, 23 ago. 1979, p. 2). Isso em razão da pouca margem de votos que impossibilitou uma anistia mais ampla, o que demonstrou a existência de dissidentes no interior da ARENA, os quais se aproximaram da oposição na disputa em questão, e que, como se supunha, estariam dispostos a quebrar o pacto de lealdade inconteste com o governo militar. Tais interpretações estiveram presentes também no interior dos movimentos que atuaram pela anistia. Se para alguns a anistia alcançada foi considerada uma vitória, fruto de reivindicações iniciadas há anos, para outros ela representava a perpetuação das estruturas de dominação da ditadura (Oliveira, 2014).

Com a promulgação da anistia, em 28 de agosto, foi a vez de um arenista manifestar seu contentamento e defender o governo. O deputado Quielse Crisóstomo propôs um voto de aplauso ao então presidente do país pela sanção do projeto de anistia, com apoio de outros sete parlamentares do partido, e justificou a comenda com o seguinte texto:

> A Nação se reconcilia com o Projeto de Anistia aprovado pela maioria do Congresso e sancionada pelo Presidente Figueiredo. As promessas estão sendo todas cumpridas. Resta-nos agora participarmos do atual processo democratizante, levando à frente bandeiras construtivas. Muitas vezes sonhamos com algo impossível e não aceitamos aquilo que é possível. O Projeto de Anistia aí está aprovado, muitos dos punidos estarão voltando para participarem dos destinos da nossa Pátria sem revanchismo, é o que esperamos. (Anais da Assembleia, 29 ago. 1979, p. 1).

O voto foi aprovado somente no dia 13 de setembro, sem espaço para maiores discussões por parte da oposição. O texto acima, contudo, reforça a ideia de uma conciliação operada por meio da anistia e do combate ao que entendiam por "revanchismo". Temos uma disputa de narrativas em torno da aprovação da anistia, se compararmos os pedidos de votos dos requerimentos dos adversários Nelton Friedrich e Quielse Crisóstomo. O primeiro busca dar maior protagonismo aos deputados votantes e seu papel na aprovação do projeto, destacando a pequena margem que garantiu a vitória do governo e a ampla articulação da oposição. Já para o deputado arenista, temos uma intervenção em favor da ação do presidente, ao se reafirmar que a aprovação da anistia seria mais um passo dado no caminho da abertura, mais uma concessão feita ao povo por aquele que iria "presentear" a nação com democracia.

Na opinião do governador arenista do Paraná, Ney Braga, sobre a aprovação do projeto de anistia, tal ato teria sido um gesto do Congresso na direção daquilo que o presidente prometeu: "estender a mão a todas as correntes de opinião do País, buscando a conciliação

nacional" (Correio de Notícias, 24 ago. 1979, p. 3). Lembrando que, mesmo com a anistia e o fim do bipartidarismo, partidos comunistas continuaram na clandestinidade e só foram retornar para a legalidade em 1985, ou seja, nem todas as correntes de opinião, como afirmou o governador, foram contempladas pela conciliação, que, pode se dizer, era um projeto parcial e unilateral.

Nos meses que se seguiram, o governo revisou processos e concedeu indulto a vários dos acusados de crimes não incluídos na Lei de Anistia. O ato de indultar, contudo, não implica perdão, somente a extinção da obrigação de cumprimento da pena por meio de uma concessão do Estado. Com isso, o governo acalmaria os setores da direita que não aceitavam o perdão às ações por ele consideradas "terrorismo", bem como atenderia os grupos de oposição que exigiam uma anistia ampla (Motta, 2021). Sobre este tema, Carlos Fico (2010) levanta a hipótese de que o não anistiamento dos chamados "crimes de sangue" foi uma estratégia para encobrir o que, para os militares, era mais importante, a autoanistia, o perdão aos "crimes conexos", evitando assim o "problema do revanchismo". Para Fico, enquanto esforços foram deslocados na luta por uma anistia mais ampla, que incluísse um rol maior de condenados, o debate sobre o perdão aos torturadores ficou às margens das discussões, tendo sido aprovado com facilidade. Ao final, o que prevaleceu foi o desenho da anistia proposto pelos militares.

De modo centralizado e com uma participação muito restrita de demais segmentos políticos, o projeto de anistia foi concebido como uma "benesse" do governo ditatorial à sociedade, com a finalidade de melhorar sua imagem publicamente. O próprio Ministro da Justiça na época, Petrônio Portella, enfatizou que o projeto de anistia seria elaborado pelo governo, que determinaria como e quando seria concedida, e que poucos seriam ouvidos para dar sugestões, fossem políticos ou órgãos de classe (Correio de Notícias, 31 maio 1979, p. 4). Os atores estabelecidos no governo incorporaram a temática da anistia, oriunda da oposição, e buscaram capitalizar a pauta afirmando que o projeto aprovado reafirmava a "marcha firme e tranquila" do país no caminho da democracia (Oliveira, 2014, p. 102). Os parlamentares da oposição, por questões pragmáticas, acabaram por apoiar a anistia do governo, mesmo com várias críticas a sua limitação e à autoanistia aos torturadores.

Sobre tal ponto, Napolitano salienta que, "se a Lei da Anistia era falha, o realismo político aconselhava as forças de oposição a aceitarem os termos da ditadura, ainda forte e com capacidade de ação política e vigor repressivo" (2022, p. 6). Em meio a tal processo, tanto entre os políticos paranaenses quanto a nível nacional, podemos notar que o sentido da anistia enquanto rememoração encontrou menor eco entre parlamentares, onde prevaleceu o sentido inicial de "esquecimento e pacificação da família" (Oliveira, 2014, p. 88). Mesmo com

evidentes divergências entre emedebistas e arenistas, como observamos, e diferentes entendimentos sobre o projeto de anistia dentro de cada partido, podemos notar sentidos em comum em meio ao campo político no Paraná, o que não se restringe a tal estado: pretensões à conciliação e apaziguamento, com disputas mais ligadas ao modo de estabelecê-la. Ou seja, no campo político, a urgência por mais espaços de ação política ditou a dinâmica de como deveria se dar o perdão institucional, pouco atento às elaborações dos traumas da ditadura de maneira pública. Assim, com a anistia o que temos é uma concessão calculada de espaços e direitos políticos, orientada por um discurso que colocou o imobilismo como condição para garantir o futuro democrático, ou quase.

Apesar de toda a luta por parte das vítimas da ditadura e das ações dos grupos defensores dos Direitos Humanos para impedir o silenciamento dos abusos cometidos durante este período da nossa história recente, a ausência de uma memória coletiva que destaca a violência cometida pelos agentes estatais tem barrado a efetivação da justiça de transição. A ausência de punição tem sido utilizada, no presente, por negacionistas e revisionistas, como justificativa para uma série de condutas, discursos e uma ideologia repressiva que permanece atuante e que dá voz a uma determinada "comunidade de memória", conforme aponta Matheus Pereira (2015, p. 884), que sustenta posicionamentos autoritários e lembra com saudosismo o período em que os militares estiveram no poder. Trata-se de uma evidência de como a proposta de conciliação e esquecimento induzido se mostrou eficiente, assim como da importância de abordar publicamente este tema em suas diversas esferas e escalas. As percepções sobre o passado, muitas vezes, são elaboradas a partir de experiências próximas, as quais podem reproduzir grandes narrativas, como foi o caso da anistia brasileira e seus entendimentos pelos políticos do Paraná, que demonstraram, em sua maioria, uma inclinação a aceitar o projeto de apaziguamento e perdão que gerou uma memória restrita sobre a ditadura.

Embora liderada pelos militares e sua base de apoio no Congresso, a noção de anistia enquanto esquecimento, especialmente após sua promulgação, foi sustentada também por parte da oposição à ditadura, pela imprensa, por autoridades civis e entre parlamentares paranaenses, como vimos. Estes diferentes grupos consideravam as discussões sobre o tema já findadas, e que a questão da tortura não deveria ser revista em razão do caráter recíproco da anistia, tal como entendida por eles (Rodeghero, 2009). Além de não haver perdão, e muito menos justiça, podemos inferir que as feridas do período ditatorial são remexidas constantemente pelo autoritarismo que continuou a vigorar na sociedade brasileira, seja pela violência desmedida do Estado, com as práticas policiais truculentas, seja pela exaltação pública de torturadores, tratados por alguns adeptos da barbárie como "heróis".

A anistia teve ainda papel importante por garantir que a moldura transicional mantivesse seu formato e os militares ao centro ao não macular a imagem das Forças Armadas publicamente. Em nível regional, como percebemos, a possibilidade de alterar a leitura sobre o passado repressivo da ditadura mostrou-se um tanto limitada e sem grande expressão. Tais discussões sobre a preservação das memórias e das punições aos militares perderam espaço, mesmo entre os democratas reformistas, para discussões que envolviam o retorno dos políticos a posições em que pudessem tomar ações mais efetivas junto à sociedade e seu eleitorado.

2 MUDANÇAS DE PEÇAS NO TABULEIRO POLÍTICO: REFORMULAÇÕES PARTIDÁRIAS E O GOVERNO DO PMDB NO PARANÁ

Ao mesmo tempo em que as discussões sobre anistia eram realizadas, a reformulação partidária passou a invadir as páginas dos jornais. Após anos de bipartidarismo, sem que a oposição ocupasse cargos importantes nos executivos estaduais pelo país, teríamos um novo quadro político após as eleições de 1982, quando novos governadores agiriam sem a tutela militar, ao menos não direta e abertamente. Porém, apesar da maior participação das oposições nos debates públicos e da formação de novos grupos políticos, Adriano Codato (2005, p. 99) observa que "a longevidade da tríade Arena-PDS-PFL na cena política não nos deixa esquecer que não houve uma verdadeira substituição dos grupos ligados à ditadura, mas uma reacomodação no universo das elites", respaldadas nas Forças Armadas, que, mesmo passando para o fundo do palco, continuaram com forte influência e poderes elevados. Tendo em vista tal contexto, entre outras coisas, esperamos observar como os grupos políticos paranaenses se (re)acomodaram com as mudanças partidárias e que rumo tomou a abertura em escala estadual após a vitória eleitoral do PMDB em 1982.

Com o crescimento da força do MDB no país, expresso nas eleições de 1974 e 1978, a ditadura precisava se rearticular para manter o controle da abertura. Sem instrumentos de controle como o AI-5, buscou ampliar o diálogo com setores "moderados" do MDB e propôs o fim do bipartidarismo como forma de tentar enfraquecer o grupo oposicionista. O que os responsáveis pelo regime autoritário não esperavam, contudo, era o amplo apoio recebido pelo principal partido oposicionista e o sucesso do mesmo na corrida eleitoral de 1982, tal como ocorreu no Paraná, fato que, mais uma vez, fez com que os militares no governo e seu partido de sustentação tivessem que recalcular a rota do processo de transição. Na escala estadual, o PMDB paranaense, ao lidar com poder real e as responsabilidades que o voto popular destina a seus representantes, passou por diversos embates internos e também se reorganizou. As demais forças políticas do estado, da mesma forma, passaram por transformações, em especial o grupo neysta que esteve no poder por tanto tempo, credenciado pelos ditadores do país, e após 1982 se encontrava na oposição a nível estadual e com minoria na ALEP.

Na tentativa de compreender um pouco mais o contexto brevemente delineado acima, o objetivo do capítulo 2 será refletir sobre os desdobramentos políticos no Paraná de ações do governo a nível federal e as relações políticas que se estabeleceram no estado a partir de então. Trata-se de pensar a transição por uma "via partidária", tal como sugeriu Américo Freire (2014, p. 289). Analisamos ainda como a conciliação afetou projeções de futuro, em especial por parte

dos peemedebistas democratas reformistas, bem como estreitou relações entre antigos adversários. Para tanto, dividimos o capítulo em quatro eixos. No primeiro deles analisamos os impactos do fim do bipartidarismo sobre os partidos então existentes e o posicionamento de políticos do estado a respeito da reformulação partidária imposta pelo governo federal. Já no segundo momento, discorremos sobre a maneira como as novas agremiações se estabeleceram no Paraná com o retorno do pluripartidarismo. Além disso, apresentamos algumas características das eleições de 1982, ocasião em que a hegemonia do partido governista foi fortemente abalada e uma frente oposicionista se formou, colocando o próprio governo militar sob alerta.

Na terceira parte do capítulo analisamos as relações entre governo estadual e federal, visto que naquele momento a presidência da República não contava mais com apoio dos governadores dos maiores estados do país. Observamos as mudanças de comportamento por parte do governo militar diante desta nova conjuntura, na tentativa de evitar o confronto direto, e como o novo governador oposicionista, José Richa, reagiu. A questão do possível "revanchismo" por parte dos políticos de oposição volta a ser discutida neste momento. Na quarta e última parte do capítulo buscamos perceber como o PMDB paranaense passou a se organizar após sua chegada ao poder no estado, refletindo sobre seus desafios e oportunidades. De forma parecida, analisamos também como os demais partidos políticos em atuação no Paraná tiveram que repensar suas estratégias de mobilização. Neste momento, pensamos ainda como, apesar das pressões vindas de fora do estado, as relações e a dinâmica internas interferiram na transformação do cenário paranaense, que passou a ter no PMDB o novo grupo hegemônico da política estadual.

2.1 NOVAS SIGLAS EM CENA: O RETORNO DO PLURIPARTIDARISMO

Figura 3 – A abertura de Figueiredo

Fonte: Diário do Paraná, 28 nov. 1981, p. 2.

Passados três meses da posse de Ney Braga, em junho de 1979, o então governador relatou à imprensa, às vésperas de uma viagem que faria para Brasília, a respeito das propostas políticas que levaria ao General-Presidente João Figueiredo. No que tange à reforma política, tema amplamente debatido naquele momento e requerido por políticos de diferentes posições que aguardavam pelo fim do bipartidarismo, o então governador relatou ser "favorável à reformulação partidária e à extinção da Arena e do MDB" (Correio De Notícias, 19 jun. 1979, p. 3). Braga considerava que a criação de quatro novos partidos seria suficiente para abarcar as correntes ideológicas que existiam no Brasil. O então governador alegou que no Brasil o pensamento político estaria caracterizado por apenas dois posicionamentos: o socialista, que defendia a ampliação da ação do Estado em todos os setores, e o democrático, que respeitava os plenos direitos da propriedade privada.

Ney Braga fez uma ressalva a respeito do socialismo, alegando que, como doutrina política, não seria a solução para o país, e relatou: "não admito socialismo nem nenhum 'ismo' de esquerda ou de direita como soluções. Onde existem, eles não resolveram problema algum" (Correio de Notícias, 19 jun. 1979, p. 3). Diante desta dualidade, defendeu a democracia cristã como modelo político ideal para o caso brasileiro, entendida, em linhas gerais, como uma doutrina que aliaria a justiça social à garantia de liberdades individuais e desenvolvimento econômico, tendo como base o pensamento cristão e o repúdio à desordem. Ainda de acordo com Ney Braga, a democracia cristã seria a posição dos governos "revolucionários" e tratava-se de uma "solução mista", em que se aceitava a participação estatal em diversas iniciativas,

mas sem excesso de estatização (Correio de Notícias, 19 jun. 1979, p. 3), mesmo com a ampliação da presença do Estado durante a ditadura.

Em outra ocasião, afirmou o governador que sua posição era a seguinte: "pela defesa intransigente das liberdades básicas do indivíduo, para o aperfeiçoamento da democracia. Defendemos, em toda amplitude, a liberdade de credo, de expressão, de associação. Não aceitamos luta de classes nem autoritarismo" (Diário do Paraná, 23 out. 1979, p. 2). As falas do ex-governador, enquanto pseudodemocrata que se mostrava, expressam uma certa limitação dos ideais de democracia, a começar pela não aceitação de uma vertente ideológica, no caso, o socialismo, não dando espaço para a pluralidade de posicionamentos, e negando a luta de classes, que existe independente da "aceitação" de um grupo político. Temos, ainda, um político que contribuiu com a formação do governo autoritário, sendo ele próprio parte desta estrutura, mas que dizia ser contra o arbítrio e a favor da liberdade e da justiça social, as quais foram tolhidas durante os anos de ditadura.

Sobre as posições de Ney Braga, vale lembrar que o governador havia sido um dos criadores do antigo PDC no Paraná e presidente nacional do partido, tornando-se um dos principais nomes da agremiação no país. No início de 1979, especulava-se sobre o desejo e as articulações de Ney Braga para reviver o PDC[51], que estaria, assim como outros líderes políticos, tentando reunir velhos companheiros (Correio de Notícias, 3 fev. 1979, p. 5). Após ter afirmado que, com o fim do bipartidarismo, passariam a existir apenas quatro partidos, nas suas palavras, "o meu e os outros três" (Diário do Paraná, 19 jun. 1979, p. 2), o que não se confirmou, Ney Braga acabou ingressando no PDS após o fim da ARENA.

Tendo em vista os entendimentos do ex-governador sobre as posições políticas no período, que refletem, ao menos em partes, a proposta dos militares no poder, a participação política continuaria restrita, tal como sugere a charge acima, com esforços contínuos do governo federal, nem sempre profícuos, para que ela tivesse o "tamanho" adequado a seus objetivos. A abertura, como apresentada pelo chargista Douglas Mayer, estaria ligada ao processo eleitoral, já que o tamanho da urna e, logo, seu peso sobre o processo transicional, deveria ser cuidadosamente calculada. Como lembra Américo Freire, as reformas político-partidárias de

[51] Embora o PDC brasileiro não tenha voltado a existir naquele momento, a tentativa de reviver o partido contou com apoio internacional, visto que a Democracia Cristã Alemã buscou aproximar-se de ex-membros do partido para difundir seus ideais e com intuito de participar da reorganização partidária brasileira. A tentativa dos democratas cristãos alemães se materializou com a visita do diretor de política internacional do partido, Lother Kraft, que explicitou que o então senador Franco Montoro (MDB), membro atuante do ex-PDC, seria o principal nome para difusão dos princípios da democracia cristã no Brasil. O objetivo inicial, contudo, seria aproximar-se de um partido de centro para formar uma espécie de "embrião" que poderia dar origem ao PDC posteriormente (Diário do Paraná, 31 maio 1979, p. 3).

iniciativa dos governos militares se deram em torno da "adaptação do sistema liberal-democrático dos partidos aos seus objetivos políticos, fossem esses objetivos circunstanciais ou estratégicos" (2014, p. 293). Com isso, buscaram garantir uma base sólida de sustentação ao regime que objetivavam institucionalizar e manter afastadas as forças políticas consideradas "ameaças".

No entanto, o momento de reformulações partidárias ensejou debates sobre quais linhas ideológicas e quais práticas políticas os partidos que se originaram pretendiam ou deveriam seguir, mesmo que as propostas não encontrassem aderência precisa, dados os limites da moldura transicional e do projeto conciliatório. No interior de tais balizas, situavam-se e conviviam, acomodando-se, tanto os arranjos governamentais quanto diferentes grupos e posturas políticas, tais como as apontadas anteriormente. Neste aspecto, o alcance das negociações assim delineadas era limitado, restringindo a diversidade de projetos possíveis e a participação de forças que não se ajustavam às regras do jogo político.

2.1.1 Um pluripartidarismo não tão plural

De início, para uma melhor e mais aprofundada discussão sobre o processo de reformulação partidária, ressaltamos que os partidos[52] políticos constituem, tal como sugere Maria do Socorro Sousa Braga (2010), subsistemas cruciais do sistema político. Estes subsistemas "se diferenciam de acordo com a estrutura de competição partidária e pelo seu relacionamento com o processo de formação do governo" (Braga, 2010, p. 46). Logo, podemos refletir sobre como as diferentes relações de ARENA e MDB com os governos militares, em especial neste momento de reformas políticas, acabaram por delimitar as formas e linhas de atuação que teriam os futuros partidos que deles se desdobraram. Os partidos, vale destacar, são peças essenciais das democracias modernas. Contudo, embora entendidos como elementos necessários, eles não são suficientes para garantir a existência da democracia – ARENA e posteriormente PDS são exemplos diretos de como um partido pode, inclusive, agir na contramão dos valores democráticos.

[52] A cientista política Maria do Socorro Sousa Braga apresenta os partidos políticos como "organizações que competem em eleições para ocupar o governo e o legislativo, atuam em diferentes frentes, desenvolvendo relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários e, ainda, disputam com outras associações pela canalização de interesses dos diversos grupos que conformam a sociedade civil" (2010, p. 49). Neste sentido, tal como proposto por Serge Berstein (2003), o partido político torna-se lugar de "mediação política", onde se elaboram discursos que visam traduzir, de forma nem sempre precisa, os problemas da sociedade em determinados contextos, bem como buscar soluções para os mesmos.

Ao pensar na proximidade dos partidos com o governo, destacamos que nas unidades subnacionais, como no Paraná, os efeitos dos conflitos internos na ARENA continuavam sendo acompanhados pelo radar da cúpula militar que comandava o país. No início de 1979, na tentativa de cessar com as desavenças e fortalecer a base governista, o então futuro presidente, General Figueiredo, buscou mediar as tensões entre Ney Braga e o deputado federal Paulo Pimentel, que lideravam os principais e mais fortes grupos políticos arenistas no Paraná. Figueiredo teria solicitado a Pimentel, um pseudodemocrata fisiológico, na primeira semana de fevereiro de 1979, que se reaproximasse do futuro governador paranaense, que assumiu seu mandato em março do mesmo ano, "visando, com isso, a reunificação do Partido governista, para, desta maneira, enfrentar o MDB" (Diário do Paraná, 10 fev. 1979, p. 3), que se encontrava, naquele momento em franca ascensão no estado.

Desta forma, a ARENA poderia manter grandes chances de fazer o sucessor de Ney no próximo pleito. De acordo com Batistella, a Ney Braga caberia "liderar o processo de organização do 'ARENÃO' no Paraná, usando do seu prestígio e da sua influência política para aglutinar todas as alas da ARENA em um novo partido alinhado com o regime" (2021b, p. 149). O "ARENÃO" teria como objetivo manter unidos os políticos arenistas e garantir a continuidade do apoio de suas bases, localizadas naquele momento nos pequenos e médios municípios e ligados aos produtores rurais, bem como o apoio da classe empresarial, que em razão da crise econômica buscava alternativas. Os trabalhos de Ney já miravam o fim do bipartidarismo e as eleições de 1982, numa explícita demonstração de organização e preocupação do governo com os rumos que a política poderia tomar com o fortalecimento das oposições.

Apesar da tentativa, o reatamento com Pimentel, ainda que breve, não foi bem aceito por todos os aliados de Ney Braga, e o então prefeito nomeado para a capital, Saul Raiz, teria renunciado ao cargo por não aceitar o estreitamento dos laços com Pimentel. A razão apresentada pelo então prefeito para sua saída foi a de que ele teria recebido uma proposta para trabalhar na iniciativa privada. No entanto, se especulava na imprensa que o real motivo seria o histórico de atritos com Pimentel e o fato de que os veículos de comunicação do ex-governador atacavam constantemente a administração do prefeito de Curitiba e de Jayme Canet, seu aliado político, que também acabaria por afastar-se de Ney Braga (Diário do Paraná, 10 fev. 1979, p. 3). Com a saída de Saul, que já havia sido convidado para continuar como prefeito de Curitiba por mais um mandato, quem assumiu o executivo da capital foi Jaime Lerner, que permaneceu no cargo até o início de 1983. Lerner já havia ocupado o cargo entre 1971 e 1975, ocasião em que foi indicado pelo então governador Haroldo Leon Peres.

Atrelado a estes horizontes, os esforços do governo federal foram no sentido de tentar reverter a imagem negativa que havia se criado em torno de si e da sua base política, representada pela ARENA, causada especialmente pela crise econômica que assolava o país e pela pressão de diversos setores civis pelo retorno da democracia. As representações públicas ligadas à ARENA ainda durante sua existência, sobretudo a forma como parte da imprensa e seus adversários buscavam retratar o partido, apontavam para o mesmo como uma entidade subserviente e adesista aos militares no executivo nacional (Grinberg, 2004). Tal entendimento pode ser percebido entre os próprios arenistas, como foi o caso do deputado estadual paranaense Dácio Leonel, que afirmou na tribuna da Assembleia que estava "cansado de participar de um partido subserviente, que só diz amém, igual vaquinha de presépio" (Correio de Notícias, 9 out. 1979, p. 3). Como apontou a historiadora Lucia Grinberg (2004), a agremiação ficou conhecida, de modo jocoso, como "partido do sim, senhor"[53], por endossar no congresso, em muitos casos, atos antidemocráticos, arbitrários e medidas que ameaçavam a dignidade da população. Tal pecha permeou também a ARENA paranaense, como podemos notar na fala de Dácio Leonel, já que seus integrantes se encontravam, de um lado, acusados de submissão irrestrita, e de outro, percebiam sua imobilidade política diante da centralização do poder encampada no estado pelo governador Ney Braga, o que gerou várias dissidências a partir do retorno do pluripartidarismo.

Sobre extinção dos partidos, o deputado federal paranaense Sebastião Rodrigues, um democrata reformista, enquanto ainda era candidato à presidência do MDB no estado, relatou que, "tendo vergonha de sua legenda, Arena, o governo pretende sua extinção, como se a simples troca de nome implicasse também mudanças de personalidade. [...] Assim, pretende extinguir a Arena por vergonha e o MDB por medo" (Correio de Notícias, 6 out. 1979, p. 3). A solução do governo seria então extinguir os dois partidos existentes, por meio de uma reforma partidária, buscando fragmentar a oposição em várias facções e criar uma nova sigla, o PDS, que se afastasse, ao menos simbolicamente, da imagem do antigo partido e pudesse ser entendido como um "recomeço", um "novo rumo" que o grupo que se encontrava no poder daria ao país.

Ao tentar alterar sua própria percepção junto à sociedade, por meio de um novo partido, e alegando que tais mudanças seriam um avanço rumo à democracia prometida, o governo buscava ainda suplantar projetos de sociedade oposicionistas que se colocavam como

[53] Lucia Grinberg (2004) busca destacar a ideia de que a imagem da ARENA como somente um partido adesista e subordinado aos militares é uma construção, uma memória que se criou sobre o partido. Entre seus argumentos, a autora afirma que o partido nem sempre foi submisso, visto que em vários momentos parlamentares da ARENA divergiram do governo federal. Tais argumentos, no entanto, não eximem a ARENA de seu papel no suporte e consentimento a várias ações arbitrárias do governo brasileiro durante a ditadura.

alternativas para os problemas do período. Se os problemas econômicos seriam superados a partir do retorno da democracia, o presidente militar colocava-se como seu tutor, como protagonista de tal processo. Centralizando as ações, promoveu por meio do governo e dentro daquilo que era aceitável para sua base de apoio, algumas mudanças pautadas pelas oposições e parte da população, como o retorno do pluripartidarismo. Isso se deu, entre outras coisas, pois a implantação dos valores democráticos estava arraigada às promessas e esperanças de melhoria nas condições de vida da população em seus diversos setores, o que gerava maior pressão sobre os articuladores da ditadura, já que a dignidade humana se encontrava cada vez mais ameaçada pela crise que assolava o país.

Algumas colocações de políticos paranaenses, mesmo feitas após o estabelecimento da reforma partidária, demonstram como a democracia era apresentada como solução para os problemas econômicos brasileiros. Como exemplo, o ex-deputado federal cassado pelo AI-5, o democrata reformista Léo de Almeida Neves, cogitado para concorrer ao governo estadual pelo PMDB em 1982, enfatizou que o fracasso no combate à inflação, o aumento da dívida externa e a péssima distribuição de renda no país seriam resolvidos com democracia (Diário do Paraná, 30 jan. 1981, p. 3). De forma análoga, o então deputado federal Álvaro Dias (PMDB) comentou que “somente um Governo eleito democraticamente, com respaldo, efetivamente popular, terá condições de adotar as medidas corajosas exigidas pela angustiante conjuntura econômica” (Diário do Paraná, 25 jan. 1981, p. 3). A crítica feita é direcionada às relações do governo brasileiro com o “selvagem capitalismo internacional”, com o qual estaria comprometido. Para mudar tal situação, defendeu o deputado paranaense que uma maioria parlamentar fosse formada pela oposição, para que então a legislação pudesse ser alterada e as transações dos grupos econômicos estrangeiros fossem reguladas, controlando as remessas de lucros para o exterior. Como se nota, opositores do regime, ao menos os aqui considerados democratas reformistas, defendiam que o retorno da normalidade institucional e partidária deveria ser a base para mudanças amplas na vida da população, algo não necessariamente desejado pelos que pretendiam manter seus privilégios e *status* junto ao Estado.

Percebendo as mudanças e anseios da população durante o período de abertura, no interior do maior partido de oposição do país, assim como empenhou-se o governo com o PDS, também houve uma tentativa de recolocar-se no cenário político com uma nova postura junto à sociedade. Colocando-se como alternativa política em meio à reformulação partidária, alguns democratas reformistas, numa tentativa de aproximar-se das bases populares, formaram, sob iniciativa de políticos militantes do PMDB, o grupo chamado “Tendência Popular”. No Paraná, ele constituiu-se inicialmente na cidade de Londrina, onde manteve, segundo dossiê do SNI,

reuniões semanais com trabalhadores, membros de associações de bairros e estudantes, além de um programa radiofônico diário denominado "Jornal do Povo", na Rádio Londrina, dirigido especificamente à população de baixa renda da periferia da cidade. O grupo londrinense foi formado por professores, estudantes, jornalistas, comerciantes, operários e sindicalistas, e teria sido financiado no Paraná pelos seguintes deputados federais do PMDB: Oswaldo Evangelista de Macedo, que teria comprado integralmente o horário na Rádio Londrina para realização do programa, Álvaro Dias e Hélio Moacir de Souza Duque, todos democratas reformistas. O movimento estaria sendo organizado também em Maringá, no início do ano 1980, por um membro da executiva municipal do partido na cidade (ACT-ACE 13270 1/2, 1980).

Em setembro de 1980, representantes da "Tendência Popular" de Londrina, Maringá, Cambé, Paranavaí e Curitiba reuniram-se para organizar o "Dia Nacional de Luta pela Constituinte", que foi realizado em 15 de novembro daquele ano. Os representantes paranaenses propuseram lançar uma campanha a nível nacional pela constituinte, por meio da organização de "Comitês de Luta" que atraíssem os demais partidos de oposição e outras forças não partidárias[54]. O tema da constituinte mostrou-se uma das principais bandeiras do partido naquele momento, sendo que nas convenções municipais, realizadas em 205 cidades (Batistella, 2021b), o lema era "contra a fome e a carestia, pela Constituinte", e a chapa única lançada para eleger os membros da executiva estadual foi intitulada "Assembleia Nacional Constituinte".

Surgido no interior do PMDB, a "Tendência Popular" foi articulada em diversos estados do país desde o início de 1980. Ceará, Bahia, Alagoas e São Paulo teriam os núcleos mais fortes naquele momento. De acordo com documento do próprio grupo anexado a um dossiê do SNI (ACT-ACE 13270 1/2, 1980, p. 9), o mesmo seria caracterizado como "um agrupamento de militantes do PMDB, comprometidos com o seu programa e seus estatutos, que se articulam em função de uma prática política vinculada às classes populares". O documento propunha ainda uma mudança na filosofia política que estruturaria a própria ação partidária, alegando que:

> Todo o programa proposto ao debate dos militantes do PMDB projeta essa mudança de qualidade: quer-se agora um partido que se enraíze nos movimentos sociais, que assegure a militância popular e que se defina, diante de qualquer política concreta, pela defesa dos interesses das grandes maiorias da população. O projeto programático, aliás, consagra essa opção com muita clareza: o PMDB quer identificar-se com "as lutas e os interesses sociais,

[54] Foi possível identificar no dossiê do SNI a fundação de apenas dois comitês, sendo um deles no Paraná, na região de Londrina, e outro no Rio Grande do Norte (SNI, ACT-ACE 13270 2/2, 1980, p. 29-34). Contudo, movimentos reivindicando a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte ocorreram em todo o território nacional.

> políticos e econômicos da grande massa dos marginalizados e dos assalariados, desde os trabalhadores rurais sob todas as formas e os trabalhadores urbanos, até os empregados dos escritórios e das empresas, os servidores públicos, os estudantes, os técnicos e os profissionais", bem como, também, quer ver-se identificado com "as reivindicações dos pequenos empresários e proprietários e dos que são esmagados pelo grande capital". (SNI, ACT-ACE 13270 1/2, 1980, p. 9-10).

O grupo "Tendência Popular" foi a tentativa de uma ala do PMDB, em especial de uma parcela dos identificados como "autênticos", de tornar o partido uma organização que agregasse as massas, de modo a não limitar a ação política à atividade parlamentar, mas que introduzisse as camadas menos favorecidas nas atividades do partido e agisse juntamente com movimentos sociais. As bandeiras de luta elencadas pelo grupo foram as seguintes: liberdade sindical, reforma agrária, reforma tributária, afirmação da soberania nacional, democratização da política de alocação e controle de recursos, reordenamento das prioridades da ação econômica e social. Além disso, o grupo defendeu a ampliação da anistia e o fim de todo e qualquer mecanismo repressivo, bem como o voto como única fonte de poder legítimo. Por tratar-se de uma luta que agregava interesses de classes diferentes, o "Tendência Popular" seria uma frente capaz de casar a luta democrática com a luta popular, principal foco do grupo. O grupo ainda destacava a necessidade de união das oposições, que seria fragmentada pelo pluripartidarismo. Neste sentido, alegavam que o regime havia obtido uma importante vitória, pois teriam conseguido a atomização da oposição com a restauração do pluripartidarismo.

Um dos membros da "Tendência Popular" no Paraná, deputado Oswaldo Macedo, reiterou que "pretender colaborar na solução da crise em que vive o regime é contribuir para sua permanência". Ele não concordava com a ideia de um governo de conciliação nacional, nem de uma "constituinte com João", como parte do PDS e alguns membros do próprio PMDB defendiam, mas acreditava que a Assembleia Constituinte seria o verdadeiro local e momento de conciliação e pacificação. O deputado afirmou que o regime era "pano velho que não merece remendo" (Correio de Notícias, 13 abr. 1980, p. 3). Para ele, a crise pela qual passava o Brasil naquele momento, seria uma crise do regime. A crise do país seria outra, "mais antiga, com a maioria da sua população faminta, desempregada e desesperada" (Correio de Notícias, 13 abr. 1980, p. 3). O momento, contudo, deveria ser aproveitado pela oposição para realizar as mudanças almejadas na estrutura política do país, de modo algum para garantir sua estabilização, tampouco continuidade. Para tanto, uma nova constituição, elaborada fora do controle militar, seria a garantia fundamental para a transição. De acordo com a posição de Macedo, o poder, "a miúdo e por inteiro", deveria ficar nas mãos da oposição. Tal postura

poderia ser considerada radical para o período, por não concordar com as reformas que visavam garantir a institucionalização do regime, ou mudanças que poucos avanços, ou nada, representavam sentido à democracia, mas se colocava como resistência, e entendia que o abalo gerado pela crise econômica deveria ser aproveitado pela oposição para conseguir apoio às pautas por ela defendidas.

A respeito da reformulação partidária, Oswaldo Macedo dizia ser contra a fusão dos partidos de oposição. Segundo ele, tal ato seria inviável pois geraria tumulto e confusão, o que favoreceria o governo. Defendia, contudo, que os partidos de oposição, que se articulavam no início de 1980, deveriam "manter o diálogo e estabelecer alianças, organizando-se e se fortalecendo" (Correio de Notícias, 13 abr. 1980, p. 3), tal como propunha o programa da "Tendência Popular". O parlamentar afirmava que, com o fracasso do regime militar e seus tecnocratas, caberia a cada partido se fortalecer junto a suas bases e se preparar para assumir suas responsabilidades.

O grupo "Tendência Popular", como podemos analisar, apresentava um projeto de sociedade alternativo para aquele momento de crise e mudanças. A atuação do grupo no Paraná revela ainda que existia uma ala do PMDB articulada na defesa de uma noção de democracia mais ampla e, consequentemente, de melhorias nas condições de vida da população menos favorecida. Neste sentido, apesar de não receber ampla adesão, a "Tendência Popular" focalizava tais aspirações e dava orientações práticas de como atuar, afastando-se do "pemedebismo" e, logo, do "imobilismo em movimento", que passou a permear boa parte das ações do PMDB.

No entanto, vale a reflexão de que, entre a crise do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, encampada pelos tecnocratas, e a força da política conciliatória, defendida tanto pelos militares quanto pelos demais membros da elite política e econômica, pouco espaço restava para projetos de sociedade alternativos, como do grupo peemedebista. A política conciliatória, deste modo, conseguiu, durante o período de transição, barrar a realização de reformas mais profundas, já que pregava o entendimento e a trégua, a pacificação e o diálogo entre facções distintas, sem ameaçar a ordem burguesa vigente. Apesar de posteriormente ter se construído uma estratégia de intervenção socioeconômica marcada pelo que Marcos Nobre denomina de social-desenvolvimentista[55], em especial após a Constituição de 1988, tais

[55] Segundo Marcos Nobre (2013), o social-desenvolvimentismo seria o delineamento de um consenso político ligado internamente à democracia e que não aceita padrões de desigualdade indecentes, as quais passam para o centro da arena política como ponto de disputa fundamental. Para o autor, "esse modelo de sociedade não pertence, portanto, a um único governo ou partido, mas é um projeto coletivo, gestado durante a longa transição para a

características tomaram forma mais evidente somente a partir do governo Lula, em 2003. Entretanto, tal modelo não alijou nenhum grupo do poder e nem mesmo conseguiu alterar a estrutura de poder que vigora no Brasil há muito tempo, além de ser objeto de tensionamento entre os diferentes espectros políticos do país.

A preocupação com as camadas populares neste momento de reformulação política ficou expressa também em falas de deputados peemedebistas em reuniões voltadas para a definição dos rumos do partido no Paraná, quando do fim do bipartidarismo. Em discussão realizada na ALEP no fim de dezembro de 1979, o deputado estadual José Tavares, ao abordar as brigas internas da agremiação, afirmou que "o partido precisa dar menos atenção aos seus problemas internos e se preocupar mais com a situação do país" (Diário do Paraná, 28 dez. 1979, p. 3). A mesma ideia era defendida pelo deputado federal Euclides Scalco, da bancada paranaense, que alegou: "ao povo não interessa como formar o partido. [...] Temos que solucionar logo os nossos problemas para nos dedicarmos ao atendimento dos reclamos populares, nossa precípua obrigação". Scalco defendeu ainda que as dissensões internas não deveriam ser expostas publicamente, e que os membros do PMDB não deveriam se ater somente a problemas de ordem regional, destacando aos seus colegas de partido que, "ou nós temos um projeto nacional, para encontrar uma saída para a crise que ai está ou não seremos dignos de ser representantes do povo" (Diário do Paraná, 28 dez. 1979, p. 3). Um novo sentido para o fazer político, como se percebe, foi algo que ocupou os debates parlamentares e colocava-se como necessidade, questionando, inclusive, os objetivos dos políticos em atuação. Naquele momento de crise, encontrar uma saída para os problemas econômicos seria um caminho para o êxito político, muito além das negociações entre membros de um mesmo partido, ao menos era essa a percepção de parte dos parlamentares paranaenses.

No mesmo dia em que a reforma partidária foi aprovada pelo Congresso Nacional, na ALEP tivemos manifestações de emedebistas questionando as intenções do governo e suas consequências para o sistema partidário. O deputado Fiori Luiz, um democrata reformista do então recém extinto MDB, declarou que seu partido havia sido assassinado, que as aspirações populares foram fuziladas, desta vez "sem quarteladas, mas canetadas", e acrescentou:

> A classe política brasileira mordeu a isca da ratoeira. Neste ano de 79, nas tribunas e na imprensa, os debates foram conduzidos para aquele caminho, estrategicamente determinado, no intuito evidente de desviar a atenção dos problemas sócio-econômicos. [...] Mas esse governo militar, ditatorial, não pode e nem deve subestimar a capacidade de um povo, a sua luta, a sua

---

democracia" (Nobre, 2013, p. 9). Vale destacar que, segundo Nobre, há um descompasso entre o modelo de sociedade social-desenvolvimentista e a cultura política que domina o sistema político institucional brasileiro.

> resistência, a sua indolência, até. Matar o MDB o governo pode, mas matar a fome do povo, não. Os estômagos roncam, numa estranha sinfonia. E o gemido da fome já deve ter entrado mansamente pelos gabinetes de Brasília, num aviso, num sinal de advertência. Os problemas sociais aumentam a tensão. A atmosfera fica excitada, e aos poucos, os milhões de brasileiros deixam de olhar para o chão, levantando a cabeça e lançando um desafio, contra a submissão, contra a humilhação e a subordinação, e aí o processo se desencadeia, de forma improrrogável. Se o governo pensa desviar a atenção com os atos de casuísmo, engana-se. A população brasileira faz mágicas para subsistir à uma inflação que, só este ano, já chegou aos sessenta e sete por cento. E aos milhares, os trabalhadores vão saindo às ruas, exigindo – através do legítimo direito da greve –, aumentos de salário. Para cada soldado do pelotão de choque da polícia, os operários se multiplicam, provando que contra a força, há resistência sim. (Anais da Assembleia, 22 nov. 1979, p. 2).

Além de apontar para o autoritarismo das ações políticas, uma estratégia dos deputados paranaenses para demonstrar a ineficácia das ações do governo, neste caso, sobre a reforma partidária, foi ressaltar a presença e amplitude da crise econômica que maltratava parcela considerável da população do país. A mudança na organização dos partidos seria, para Fiori Luiz, uma "cortina de fumaça" que objetivava tirar o foco dos problemas reais dos brasileiros, os quais afetavam negativamente a imagem do governo. Dívida externa cada vez maior, altos índices de desemprego, fome, inflação, declínio das políticas de desenvolvimento nacional, péssimas condições de moradia, tudo isso afetava diretamente a sociedade brasileira e foi tema recorrente nas discussões políticas.

Presente na fala de deputados paranaenses da oposição, aparecia também a severa dependência, subserviência e entreguismo econômico ao capital estrangeiro, em especial aos Estados Unidos da América (EUA), entendido como uma das causas dos problemas vivenciados no Brasil. Tecendo críticas à política econômica do governo, o deputado federal Maurício Fruet, já pelo PMDB, afirmou que "a política econômica do Governo é a da oferta e da procura: oferta das nossas riquezas às multinacionais e procura de novas riquezas para continuar ofertando" (Folha de Londrina, 20 jan. 1983, p. 3). Trazendo estes raciocínios para a ALEP, Deni Schwartz (MDB) sublinhou:

> Na verdade, não se quer reforma; na verdade não se quer democratizar. A grande verdade, Srs. Deputados, é que se quer encobrir o sol com a peneira, encobrir o fato de que estamos com 100 milhões de famintos neste País. Esta é a grande verdade. [...] Srs. Deputados, e o momento é mais sério, quando vemos e temos em nossas mãos, o boletim oficial, o boletim do IPARDES, que prova que neste Estado do Paraná, nestes últimos meses, não meses de ano de seca, como foi o ano passado, que justificou tudo, mas, nestes últimos meses nós tivemos um decréscimo da oferta de trabalho; tivemos uma agricultura que não vai melhorar muito, nós temos em mãos, Srs. Deputados, documento que é oficial por ser de um órgão oficial, a provar que nos últimos

> meses a construção civil liderou o número de falências. Então, o problema é sério. O problema é mais sério do que discutirmos uma reforma partidária de araque. (Anais da Assembleia, 22 nov. 1979, p. 5).

Nos relatos acima, para além do pesar pelo fim do MDB, observamos uma narrativa que visa demonstrar que aquelas medidas aprovadas não seriam suficientes para barrar a escalada de lutas que estavam ocorrendo, muito menos para conter os anseios de uma população que aguardava por mudanças. Temas que extrapolavam os limites estaduais, como os movimentos de trabalhadores, que desde o fim da década de 1970 organizaram diversas greves no país, foram lembrados de forma recorrente para reforçar a ideia de que o povo estaria inconformado. O objetivo da discussão era demonstrar que a agenda democrática compreendia garantias que iam além do voto direto, e deveria assegurar direitos básicos para a vida humana. Deste modo, a recorrência a pautas ligadas à pobreza e à miséria, fomentada de modo especial por parte dos democratas reformistas, era também uma forma de justificar e demonstrar a importância da luta pelo fim da ditadura, que ganhava, com isso, novos contornos, como o de classe, e possivelmente maior adesão.

Embora não seja necessariamente o foco da presente pesquisa, destacamos que a questão dos problemas econômicos foi amplamente debatida durante toda abertura e permeia boa parte das discussões do período, provocando e interferindo nas ações políticas, visto que no início da década de 1980 os problemas socioeconômicos se acentuaram. Ligado a isso, cabe sublinhar que a conciliação enquanto elemento da cultura política brasileira acaba também por não reconhecer os problemas econômicos e sociais, servindo assim "à manutenção da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução" (Motta, 2014, p. 22). Por conseguinte, conciliar significava relegar o momento de calamidades geradas pelas políticas econômicas do período ditatorial. Entre parlamentares paranaenses, no entanto, nota-se que as mudanças partidárias propostas pelo governo eram entendidas como insuficientes e em nada alteravam a realidade vivida pela população do país, a qual deveria ser a principal beneficiária das ações políticas.

Além da questão econômica pautada nos debates sobre a legislação partidária, um dos principais questionamentos, tanto da oposição como da base governista, seria em razão da artificialidade com que os novos partidos seriam criados. O pseudodemocrata e deputado estadual pela ARENA paranaense Erondy Silvério, mesmo afirmando que as mudanças partidárias seriam mais um passo na abertura política, se colocou contra a extinção dos partidos e destacou que a reforma proposta "no seu bojo encerra vícios de origem que leva a classe

política a crer que o Governo tem a firme intenção de permanecer no poder" (Correio de Notícias, 20 out. 1979, p. 2). Corroborando com tal afirmativa, seu adversário de partido, o deputado estadual emedebista Renato Bernardi, um democrata reformista, destacou que a nova roupagem do governo mudou a imagem que a presidência apresenta à nação, mas "não mudaram os métodos e não mudou a aparelhagem autoritária do sistema. O autoritarismo procura, como toda autocracia, a perpetuação no Poder, não importando a metodologia utilizada" (Anais da Assembleia, 13 set. 1979, p. 5). Percebe-se que parlamentares de ambos os partidos estavam insatisfeitos por perceberem que a movimentação do governo objetivava, na verdade, garantir sua sobrevivência, o que restringiria suas capacidades de atuação. Sobre as tensões levantadas pelos deputados sobre o retorno ao pluripartidarismo, Motta (1999) lembra que a medida foi uma tentativa de reciclar e prolongar o regime, diminuindo os conflitos políticos por meio de uma concessão de cunho democrático, reduzindo assim as pressões sobre o próprio Estado. O que os articuladores do regime pareciam não perceber era o descontentamento existente no interior de seu próprio partido.

A forma como se daria a perpetuação dos militares no poder, segundo Renato Bernardi, seguiria as seguintes prerrogativas:

> esta decantada reformulação partidária nada mais é do que a criação de um monopartidarismo do lado oficial, objetivando a eleição presidencial de 85, com o que esta aliança econômico-tenocrata-militar poderia permanecer mandando no País, até o ano de 1991. E em contrapartida, o Estado autoritário pretende o pluripartidarismo, mas apenas no nosso meio, no nosso campo, no campo das oposições nacionais, congregadas pela sociedade civil. Então, parece-me que é fundamental para todos os democratas conscientes desse País, a criação de um grande movimento que exija fundamentalmente a volta do País ao Estado Pleno de Direito, e o pluripartidarismo, a reformulação partidária, seriam consequência imediata da redemocratização, e não o inverso. Coloca-se o pluripartidarismo como pré-requisito para a normalidade democrática. E parece que o fundamental hoje, é desarmar o Estado autoritário; desarmado este Estado autoritário, então sim, todos os segmentos da sociedade civil poderão formar fileiras em torno da ideologia que deverá presidir cada partido. (Anais da Assembleia, 8 out. 1979, p. 7).

O deputado argumentou ainda sobre como seria imprescindível acabar com o autoritarismo para, então, dar sequência nas mudanças que colocariam o país nos trilhos da democracia. Sob vigência de um Estado centralizador e autoritário, as reformas seriam ineficazes e estariam longe de abarcar a pluralidade de vertentes ideológicas existentes. Da forma como foi imposta, a reforma pretendia um pluripartidarismo artificial, controlado e com

objetivo específico de debilitar a oposição, quando deveria ser um processo natural, fruto da diversidade de uma sociedade democrática.

Para o deputado Gernote Kirinus (MDB), por exemplo, a reformulação partidária deveria surgir a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte, a qual acabaria também com outros instrumentos antidemocráticos que limitavam a atuação política (Anais da Assembleia, 9 out. 1979, p. 14). Tais argumentos eram por vezes acompanhados da afirmação de que a criação dos partidos não poderia ocorrer de cima para baixo, o que inverteria a lógica da redemocratização, como seria o caso, mas deveriam surgir das bases. O resultado deste processo seria o surgimento de "donos dos partidos" e de agremiações imaturas, carentes de ideologias e distantes da realidade social, já que os responsáveis pela organização das novas siglas foram os próprios parlamentares ativos, fato que não ampliou diretamente a participação popular, apenas implicou em novos arranjos.

Sobre a criação de novos partidos, dentro da própria ARENA paranaense tivemos manifestações de desaprovação do projeto de reforma defendido pela agremiação. O deputado federal Norton Macedo, por exemplo, posicionou-se contrariamente à existência de apenas um partido da situação, o "ARENÃO", destacando que a medida não teria os efeitos imaginados. Norton, um pseudodemocrata que se tornou no ano seguinte o primeiro presidente do PDS no Paraná, disse: "não encontrei ninguém defendendo a antidemocrática tese do Partido único na área do Governo, fundada na ingênua esperança de que a Oposição se pulverize", e continuou, afirmando que o "Partidão" seria a continuação da "atual farsa bipartidária, com a agravante de que jogará para os quadros da Oposição muitas lideranças atualmente solidárias com o Governo Federal, mas sufocadas ou posicionadas com desconforto em seus Estados" (Diário do Paraná, 7 set. 1979, p. 2). Em níveis locais, este pluripartidarismo restrito significaria uma mobilidade um tanto limitada, que obrigaria os descontentes a formar com adversários caso desejassem, de fato, mudar de posição na cena política estadual, o que poderia soar um tanto incoerente junto ao eleitorado.

Nas análises do deputado estadual arenista José Domingos Teixeira, a reforma político-partidária deveria possibilitar dois partidos de apoio ao governo, e não apenas um. Nesse caso, segundo ele, "não haverá reforma, mas tão somente uma mudança institucional, uma mudança de fachada, e não uma mudança de responsabilidade" (Correio de Notícias, 7 e 8 out. 1979, p. 3). Defendia ainda José Domingos que a existência de outro partido daria maior liberdade para críticas necessárias por parte dos parlamentares. A forma como foi apresentada a reformulação partidária parecia gerar incômodo aos deputados arenistas do Paraná, já que os mesmos, a nível local, deveriam justificar as ações do governo do qual eram base de sustentação, e seriam os

mesmos que receberiam as críticas e ataques de seus adversários, bem como os questionamentos da população, de quem eram representantes políticos.

Nesta mesma linha de argumentação, o presidente do Diretório Regional da ARENA no Paraná, o senador "biônico" Affonso Alves de Camargo Neto, um liberal conservador forjado entre pseudodemocratas que deixou a agremiação logo que o pluripartidarismo foi restabelecido, justificou sua saída alegando que o partido era artificial e obedecia estrategicamente o governo, e que "a reformulação partidária tem de ser feita com liberdade, com os partidos ficando acima das pessoas" (Correio de Notícias, 16 out. 1979, p. 2). As falas dos arenistas expõem um não alinhamento de parte do grupo situacionista em relação aos rumos ensejados pelo governo e pelas lideranças do partido, além do desejo de maior liberdade e, ainda que de modo relativo e um tanto restrito, de defesa da democracia.

Isso se deu em razão, entre outros motivos, das dissidências pessoais e ideológicas existentes no interior da ARENA, que resultou no desejo de criação de mais uma agremiação. Os arenistas que se manifestavam contra a reforma partidária de iniciativa do governo criticavam, não o retorno do pluripartidarismo, mas a possibilidade de criação de apenas um partido de situação. Na configuração desenhada pelo regime, continuariam obrigados a conviver com seus desafetos. No Paraná, tal situação ficou visível com a impossibilidade de convivência no mesmo partido de figuras como Paulo Pimentel, Affonso Camargo e Jayme Canet. Diferente de parte do antigo MDB, que temia a fragmentação, conforme já exposto, os situacionistas desejavam justamente uma diversificação partidária vinculada ao poder constituído. Tais colocações possibilitam ainda reflexões sobre como a abertura política esteve pautada também entre as fileiras do próprio partido de sustentação do governo, não se restringindo à oposição, embora os motivos, objetivos e os ideais de democracia pudessem ser um tanto distintos.

A crítica elaborada pelo arenista Leônidas Chaves, da ALEP, traz outros aspectos sobre a reformulação então pretendida pelo governo. O parlamentar defende a ideia de que o bipartidarismo não era incompatível com a democracia, mas se adequava melhor em sociedades em que as disparidades sociais e econômicas eram pequenas. Para ele,

> num regime realmente democrático, não se compreende nem a existência do partido único, que pode encorajar a tirania de um grupo no exercício do poder, nem a multiplicidade excessiva de agremiações, sujeita a conduzir ao caos político, já que o governo para poder governar é obrigado a buscar maioria parlamentar mediante as coligações mais extravagantes. [...] Mas se antes, a Revolução de 64 (*sic*), ao adotar o bipartidarismo, teve como uma de suas preocupações não ideologizar o processo político, a verdade é que essa cautela

> acabou por conduzir ao perigo oposto a que o bipartidarismo pode levar numa sociedade, como a nossa, que ainda não alcançou a maturidade das democracias mais desenvolvidas do mundo. Isto é, ao perigo da representação puramente plebiscitária e maniqueísta do "sim" e do "não", transformando cada pleito não numa eleição entre Governo e Oposição, mas numa contestação crescente do regime, que ameaça de radicalização intensa a escolha de seus representantes. (Anais da Assembleia, 9 out. 1979, p. 13-14).

No entender de Chaves, neste cenário de bipartidarismo, a oposição tenderia a lançar a nação contra o Governo, e este, em reação, apelaria para uma legislação casuística e imposição de restrições ao processo eleitoral, que afastaria a participação popular. A definição do número de partidos seria, desta forma, uma das premissas básicas da reformulação partidária, ou seja, um dado essencial à efetivação do próprio pluripartidarismo. Para Leônidas Chaves, essa seria a explicação do porquê,

> quando o regime se abre, é preciso que abra também o leque de seu sistema partidário, a fim de oferecer várias opções alternativas para as diferentes correntes de opinião que queiram apoiar o Governo, ou divergir dele, sem porém partir para contestação do regime e do próprio Estado. Em tais condições, é impossível impedir que correntes de conteúdo ideológico possam também se manifestar, à luz do sol da liberdade, sem precisarem se infiltrar em outras agremiações menos radicais e mais moderadas, agindo na sombra e, principalmente, mediante atitudes dúplices, contaminando a autenticidade do processo político-partidário, para não dizer do próprio sistema representativo. (Anais da Assembleia, 9 out. 1979, p. 14).

O posicionamento contra o bipartidarismo, no caso de Leônidas Chaves, está abertamente ancorado na defesa da permanência do governo militar. Ou seja, a reacomodação das forças políticas em diversos partidos seria a garantia da continuidade e legitimidade do poder dos "revolucionários". A existência por vias legais de partidos considerados radicais que atuavam na clandestinidade, como o PCB, seria uma forma de preservar o sistema e, assim, assegurar um maior controle governamental. A formação de mais de um partido de sustentação também é defendida como uma forma de fortalecer Figueiredo, "pois não é absurdo imaginar que seu governo possa amanhã sofrer os efeitos negativos de divisões internas, de divergências e antagonismos insuperáveis, se todos os que o apoiam tiverem que viver, a contra gosto, numa mesma agremiação" (Anais da Assembleia, 9 out. 1979, p. 14), como insistiu Leônidas. Na visão do parlamentar, no âmbito estadual paranaense um segundo partido se localizaria em uma posição mais distante dos governos locais, tendo em conta a centralização política de Ney Braga, e sua existência seria mais benéfica em escala federal.

Além destes pontos, o deputado federal paranaense Hamilton Vilela de Magalhães, um arenista "não-alinhado" com o governo no que se referia à criação de apenas um partido, expôs um outro problema ligado a projetos político-partidários que divergiam em razão das posições que a ARENA ocupava nas diferentes regiões do país, o que gerava ruídos entre a cúpula do partido e seus membros. Nas palavras do parlamentar, ao se referir à tentativa dos líderes arenistas em garantir a criação do "ARENÃO", a sigla única "ganha para Sarney as melhores posições políticas no Nordeste. A mesma coisa, no entanto, longe está de acontecer no Sul, onde a Oposição se faz forte e as condições para a disputa do voto na boca de urna são completamente diferentes" (Correio de Notícias, 14 set. 1979, p. 2). Ou seja, é explícita que a realidade política de cada região impactava de modos distintos nas ações que deveriam ser tomadas, e que a visão do presidente do partido naquele momento, o senador maranhense José Sarney, seria limitada ao seu local de atuação, já que no Nordeste a ARENA vinha obtendo melhores resultados eleitorais que a oposição nos últimos pleitos. Além de Sarney, outro líder da ARENA no período era o então Ministro da Justiça Petrônio Portella, do estado do Piauí, que antes de assumir como ministro, em fevereiro de 1979, era presidente do senado, e veio a falecer em janeiro de 1980. Tanto Sarney como Portella eram defensores do partido único.

Havia ainda o temor de que, com apenas um partido, as divisões internas, bem como os antagonismos insuperáveis, pudessem desarticular o partido. Na opinião do deputado estadual Leônidas Chaves (ARENA), depois da "fase revolucionária", o partido deveria seguir os caminhos da democracia (Correio de Notícias, 10 out. 1979, p. 3). Neste sentido, podemos extrair da fala dos deputados arenistas que os mesmos desejavam um outro partido em que fosse possível agir e manifestar suas inquietações e projetos, o que demonstra que mesmo entre a base de apoio dos militares havia um determinado desejo por mudanças, sobretudo de maior possibilidade de atuação política.

A tentativa de fragmentar a oposição, na verdade, resultou na divisão da base aliada do governo no Paraná, ao passo que o MDB não apresentou defecções consideráveis. Nos dizeres publicados no *Diário do Paraná* sobre a fragmentação da ARENA no estado, "essa variedade de pontos de vista, de ajustamento partidário, de posturas pessoais, tem, no entanto, um denominador comum: afirmam impulsos liberais, construtivos, confiança no povo e em instituições democráticas" (13 set. 1979, p. 2). Essa "base inquieta" arenista, contudo, defendia que era preciso manter amplo diálogo com o governo e não colocar em risco o projeto de abertura em curso, além de legitimar as reformas propostas e contorna-las de aspectos liberais. Confiar, neste caso, significava aguardar que os militares ditassem em que condições e em que momento o povo e as instituições poderiam, de algum modo, participar da vida pública.

Outro ponto que vale destacar é a relevância que grupos civis e religiosos tiveram na luta por uma abertura democrática e na contestação ao regime. Deni Schwartz, na continuidade de sua fala sobre a reforma, menciona:

> Nesta madrugada extinguiram o MDB. Mas, está ai a aparecer e quero ver extinguir a Ordem dos Advogados do Brasil. Como extinguirão os poderosos deste País a CNBB e as igrejas? Como extinguirão os poderosos deste País os movimentos pelos índios (*sic*), as associações de bairros? Como extinguirão os poderosos deste País, esse verdadeiro complexo de oposições que às margens dos Partidos, à margem dos políticos, está se formando neste País?. (Anais da Assembleia, 22 nov. 1979, p. 5).

Mais uma vez, buscou-se mostrar como a marcha rumo à abertura contou com outros atores, extrapolando os prédios públicos. As mobilizações civis estavam ocorrendo em diversas frentes, em vários casos sem alinhamento direto com algum partido. Mesmo assim, todos estes empreendimentos ampliavam a pressão sobre o governo e davam suporte para as posições defendidas pela oposição, que passou a se agrupar em torno do MDB, posteriormente PMDB.

Tanto as manifestações dos deputados quanto a formação da "Tendência Popular" acabam por expor como, naquele momento de reposicionamento, houve certa tensão e disputas pela formulação de diretrizes que deveriam ser base de ação para os partidos. Além disso, evidencia que parte dos atores políticos atuava em vistas de uma ação partidária orientada por questões de nível nacional, enquanto outros se voltavam para atender especificamente suas demandas regionais ou locais, o que poderia muitas vezes estar desalinhado do que pregavam os próprios partidos. Durante o período inicial da abertura temos, ao menos entre os democratas reformistas do MDB/PMDB do Paraná, posicionamentos que ainda preconizavam mudanças de maior amplitude e que compreendiam a redemocratização como uma força capaz de promover melhorias reais na condição de vida da população. Podemos dizer que temos uma atuação da oposição, ao menos neste primeiro momento, não totalmente marcada pelo "imobilismo em movimento".

2.1.2 Surgem os "novos" partidos

Com toda a expectativa por mudanças políticas e cientes da notória força da oposição, nota-se a preocupação do executivo federal em articular sua base para garantir que, após as reformas planejadas, com foco no retorno do pluripartidarismo, o governo continuasse com maioria de apoiadores, com poder decisório dentro das casas legislativas e no governo dos

estados. Tais circunstâncias, porém, fizeram com que a criação do Partido Independente, também chamado inicialmente de Partido Democrático (PD), mas que tomou forma com a denominação de Partido Popular (PP), fosse vista com simpatia por membros da ARENA não alinhados ao governo no que dizia respeito à criação de apenas uma nova sigla governista. A nova sigla atraiu também alguns "moderados" do MDB, e daria origem a uma agremiação que apresentava um esboço de como a conciliação seria mobilizada entre as elites políticas para garantir a posse de um presidente civil no futuro e a efetivação de uma transição "segura".

O PP passou a ser articulado a nível nacional pelos mineiros Tancredo Neves (MDB) e Magalhães Pinto (ARENA), mas acabou não se tornando um partido abertamente aliado ao governo, como se especulava inicialmente, e sim de oposição, situado na centro-direita (Napolitano, 2019). No Paraná, o partido contou com apoio e liderança principalmente de arenistas descontentes. O parlamentar Augusto Carneiro, vice-líder da ARENA na ALEP afirmou, por exemplo, em 1979, que se filiaria ao Partido Independente caso não estivesse ocupando um cargo político, pois a agremiação primaria pela liberdade de ação. Já o deputado estadual Ruben Valduga (ARENA) destacou: "o Partido Independente deve surgir, se fortalecer, desenvolver suas teses e também prestar apoio ao governo" (Correio de Notícias, 7 e 8 out. 1979, p. 3). A fundação do partido no Paraná ficou a cargo do ex-governador Jayme Canet, que se recusou a integrar o mesmo partido que Paulo Pimentel (inicialmente PDS, depois PTB e novamente PDS), e optou pelo ingresso no PP. Canet, que ao sair da ARENA se mostrou um liberal conservador, acabou contribuindo com a organização do novo partido no estado junto do senador "biônico" Affonso Alves de Camargo Neto, e o partido recebeu a adesão de emedebistas da ala moderada e alguns dissidentes arenistas. Como se nota, a estrutura do partido a nível estadual foi organizada por dois nomes diretamente conectados à ditadura, os quais buscaram acomodações pessoalmente mais vantajosas, tendo como objetivos suas aspirações políticas.

A formação do PP nos apresenta indícios de como, no Paraná, algumas articulações acabaram por afastar grupos políticos do núcleo comandado por Ney Braga. Francisco Magalhães Filho (1999) levanta a hipótese de que um dos pontos principais que contribuíram para o afastamento de algumas figuras políticas do grupo neysta foi o fato de que o então governador estaria vinculado ao grande capital nacional e internacional. Em contrapartida, Jayme Canet representava a burguesia local e "reunia grande parte dos capitais locais, principalmente em setores onde o grande capital ainda não havia entrado ou apenas começava a fazê-lo, e que incluía empresários de setores como o industrial, o grande e médio comércio, a construção civil e a engenharia de obras" (Magalhães Filho, 1999, p. 172). Tal cenário teria

sido ainda uma das razões que levaram o PMDB a ganhar força no estado, em especial nas cidades mais ao norte, em que grupos empresarias estavam em plena expansão. Ou seja, os interesses regionalistas no estado deram sustentação ao novo partido que se formava com objetivo de obter apoio futuro para seus negócios.

Apesar da formação da nova sigla, no âmbito estadual, conforme afirmou um de seus articuladores, o deputado estadual ex-arenista João Elísio Ferraz de Campos, o PP seria de total apoio ao governo estadual, representado por Ney Braga. Já a nível federal, o deputado ressaltou que o partido seria independente, e poderiam concordar ou não com o central (Diário do Paraná, 21 nov. 1979, p. 3). A posição levantada por João Elísio aponta para um arranjo particular que tentou ser feito no estado, onde o alinhamento e fidelidade a um líder local poderia superar suas íntimas relações com o governo federal, com o qual o novo partido não havia prometido apoio. No entanto, não podemos descartar o fato de que a liderança de Ney Braga acabou por sufocar a emergência e liberdade de alguns nomes. Além disso, as desavenças e disputas intrapartidárias, como as travadas entre Canet e Pimentel, influenciaram nas decisões de participar de um novo partido.

Como veremos, PP e PMDB se fundiram em dezembro de 1981, levando para dentro do maior partido de oposição representantes da velha estrutura autoritária. O PP, conforme aponta Rafael Mucinhato (2015), foi resultado da reunião de membros das classes dominantes e das articulações de forças liberais-conservadoras, por isso mesmo, considerado uma alternativa real de poder, por ser aceitável pelo regime militar. Tratava-se de uma agremiação "centrista e pragmática, propensa ao diálogo com outras forças políticas, mas diretamente interessada em manter aberta a interlocução com o governo" (Freire, 2014, p. 301). Membros da cúpula do governo militar, por sua vez, apoiaram a criação do partido por considerá-lo como "oposição confiável", a qual poderia dividir as forças oposicionistas nos estados (Mucinhato, 2015). Embora com breve existência, o PP conseguiu reunir nomes que buscaram, no interior do projeto conciliatório que configurou a moldura transicional, representar publicamente algumas proposições de mudanças em relação ao regime autoritário.

Em meio a tais condições, o PP contou no Paraná, inicialmente, com a filiação de 4 deputados federais, sendo 3 oriundos da ARENA e 1 do MDB. O mesmo número de deputados estaduais ingressou na sigla, e as origens foram idênticas: 1 emedebista e 3 arenistas. Sob o comando de Jayme Canet, o partido conseguiu organizar-se e fundar 242 diretórios no estado até 1981, já mirando as eleições de 1982. Na convenção realizada em março de 1981, foi eleito o deputado federal Luiz Carlos Borges da Silveira para presidir o partido (Batistella, 2021b).

Além do PDS e do PP, foram criados os seguintes partidos: PMDB, que agregou boa parte dos antigos emedebistas e dissidentes da ARENA; Partido dos Trabalhadores (PT), com origem nos movimentos operários e liderado a nível nacional pelo metalúrgico e sindicalista Luís Inácio Lula da Silva; Partido Democrático Trabalhista (PDT), organizado por Leonel Brizola, que havia retornado do exílio em Portugal em setembro de 1979; PTB, que foi refundado em meio a disputas judiciais, travadas entre Brizola e Ivete Vargas, ex-deputada federal por São Paulo, cassada pelo AI-5, e sobrinha-neta do ex-presidente Getúlio Vargas, que exigia o direito de comandar a antiga sigla.

Após a criação dos novos partidos, as agremiações que tiveram maior adesão no Paraná foram PDS e PMDB, respectivamente. Para o primeiro deles migrou a maior parcela dos remanescentes do partido de sustentação do governo, além de alguns antigos emedebistas. Três deputados federais e três estaduais da ARENA não se filiaram ao PDS, e migraram para o PP de Jayme Canet. Contudo, três deputados estaduais e um federal que pertenciam ao MDB optaram por ingressar no PDS, balanceando as perdas iniciais. Observa-se a continuidade da força da base governista no Paraná, organizada por Ney Braga, que conseguiu cooptar a maioria dos prefeitos e boa parte dos vereadores paranaenses, garantindo assim, conforme apontou a pesquisa de Batistella (2021b), o controle político de 90% das cidades do estado. Em algumas importantes cidades ocorreram algumas surpresas, como em Londrina, em que o prefeito Antônio Belinati[56] ingressou no PDS, e a Câmara municipal, que era composta por maioria emedebista, com 12 vereadores, contra 9 arenistas, viu a situação se inverter após a reforma partidária, ficando então o PDS com 12 cadeiras contra 9 do PMDB (Correio de Notícias, 12 dez. 1979, p. 3).

O primeiro presidente da Comissão estadual do PDS foi Norton Macedo, deputado federal, que assumiu provisoriamente o cargo em fevereiro de 1980, por indicação de Ney Braga, assim como os outros 10 nomes escolhidos para compor a comissão provisória. Em novembro do mesmo ano, Norton efetivou-se à frente da sigla após a convenção estadual, onde a chapa única denominada “Somos todos uma só força” foi eleita (Diário do Paraná, 11 nov. 1980, p. 1). Antes disso, convenções foram realizadas em 297 cidades do estado, visando o fortalecimento dos diretórios municipais (Batistella, 2021b).

Na formação do PMDB, o que se observou foi uma tentativa de evitar a fragmentação do partido, em especial por conta do desejo de alguns membros do MDB em reformular o PTB

[56] Com o fim do bipartidarismo, Antônio Belinati foi cooptado para o PDS, em 1980, após um trabalho de negociação intenso dos líderes pedessistas, tendo em vista a importância política de ter em suas fileiras o prefeito do principal reduto oposicionista do Paraná.

após o retorno de Brizola ao país, um dos partidos mais fortes do Paraná antes do golpe de 1964. Havia ainda as disputas internas e o assédio que alguns de seus integrantes recebiam para migrar para outros partidos. Antes da formação oficial dos partidos, em meio às movimentações iniciais das lideranças políticas, muito se falou sobre a necessidade de união das oposições em torno do MDB, com a formação de uma Frente de Oposições (Correio de Notícias, 20 out. 1979, p. 4), ou de uma confederação de oposições, como era por vezes chamada a aglutinação de tendências políticas conflitantes na contestação ao governo ditatorial (Diário do Paraná, 4 fev. 1979, p. 4). Embora a maioria dos emedebistas tenha permanecido no PMDB, houve uma redução nos seus quadros: o senador Francisco Leite Chaves filiou-se inicialmente ao PTB, mas acabou retornando ao partido ainda em 1980; na Câmara Federal, 3 deputados mudaram de partido, sendo que um deles foi para o PP e outros dois para o PDS. A maior baixa, contudo, ocorreu na ALEP, onde 7 deputados deixaram a sigla – 3 filiaram-se ao PDS, 3 ao PTB e 1 ao PP (Batistella, 2021b).

Para presidir o partido no estado, tendo em vista os conflitos internos que opunham os grupos liderados por José Richa e José Alencar Furtado – este último um democrata reformista –, conforme apontado no primeiro capítulo, um acordo foi firmado na tentativa de garantir unidade e força ao PMDB no estado. Com isso, foi criada uma Comissão Executiva presidida por Waldyr Ortêncio Pugliesi, vinculado ao grupo de José Alencar Furtado (Batistella, 2021b). Na convenção estadual do partido, como resultado "de um esforço de composição, em que as principais lideranças partidárias fizeram suas indicações" (Diário do Paraná, 23 nov. 1980, p. 1), prevaleceu o acordo entre os grupos, que reiterou a posição de Waldyr Pugliesi como presidente, ocasião em que apenas uma chapa foi lançada. Pugliesi foi mantido na presidência do partido em convenção realizada em abril de 1982, por meio de um novo acordo entre as lideranças da sigla (Diário do Paraná, 21 abr. 1982, p. 3). Permaneceu na função até março de 1983, quando deixou o cargo por ter assumido a prefeitura de Arapongas, já que a legislação não permitia que governadores, prefeitos, vice-prefeitos e ministros exercessem funções executivas nos partidos. Em seu lugar assumiu o deputado federal João Olivir Gabardo, que venceu o também deputado federal Sebastião Rodrigues, apoiado por Alencar Furtado, por 26 a 17 votos (Folha de Londrina, 1 mar. 1983, p. 3).

Retomando a questão da reestruturação partidária, já a partir de 1978 observou-se uma tentativa de refundação do PTB. No Paraná, esta articulação contou com apoio de ex-deputados filiados à sigla durante sua primeira fase de existência, anterior à 1964. A reestruturação do partido, que teve à frente no Paraná o ex-deputado Júlio Rocha Xavier, que presidia o Diretório Municipal de Curitiba, contou com a colaboração de José Carlos de Oliveira Mendes, ex-

exilado político e ex-guerrilheiro da VPR, que retornou ao país junto de Leonel Brizola, tendo permanecido no estado a pedido do líder trabalhista (Correio de Notícias, 12 set. 1979, p. 10). De acordo com Léo de Almeida Neves, um dos principais líderes petebistas no estado, a linha ideológica que o novo PTB seguiria seria de uma esquerda democrática, sem compromissos com a direita e nem com a esquerda radical (Correio de Notícias, 11 dez. 1979, p. 3).

Porém, vale ressaltar que, com a vitória de Ivete Vargas na justiça e sua posterior liderança à frente do partido, a agremiação se aproximou do governo ditatorial e passou a apoiá-lo. Em maio de 1980, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu ganho de causa para Ivete Vargas, que passou a comandar o PTB. Brizola acusou o General Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, de ter favorecido a adversária no processo do TSE para prejudicar sua rearticulação política no país. Após retornar ao Brasil, Brizola tentou reviver a legenda trabalhista, já que uma ala dentro do MDB era oriunda do antigo PTB, mas não conseguiu arregimentar todo apoio parlamentar que se especulava que teria. Além disso, os conflitos com Ivete acabaram por fragmentar o grupo que desejava o renascimento do PTB (Correio de Notícias, 1 dez. 1979, p. 3). No Paraná, após a fundação do PTB, filiaram-se inicialmente 1 senador e 3 deputados estaduais, todos ex-emedebistas, e até a metade de 1980 filiaram-se mais 2 deputados federais. Em junho de 1981, o PTB elegeu o deputado estadual Adalberto Daros para presidir a Comissão Executiva estadual (Batistella, 2021b).

Para a ex-petebista paranaense Neide de Azevedo Lima, ligada ao PTB desde antes de 1964 e que foi membra da comissão provisória regional de Curitiba durante a reformulação partidária, comissão extinta por ser ligada ao grupo brizolista, o sistema estaria interessado em manter o PTB nas mãos de Ivete para descaracterizar a sigla e se afastar dos aspectos getulistas. Neide salientou que, com Ivete, a agremiação estaria nas mãos de uma pessoa que representava "o peleguismo, o entreguismo e tudo o mais que sempre foi condenado pela oposição, tornando-se um instrumento dos reacionários e do autoritarismo, acobertando conchavos e escusos e visando a permanência no poder" (Correio de Notícias, 15 maio 1980, p. 3).

Em razão da vitória de Ivete Vargas nas disputas judiciais pela liderança do PTB, Brizola criou uma nova sigla, o PDT. Por conta da cisão petebista, o senador paranaense Francisco Leite Chaves, assim como outros nomes importantes do PTB que se mantinham fiéis a Brizola, acabaram por ingressar no PMDB – como Léo de Almeida Neves, que defendeu que o ideal, naquele momento, era a concentração da oposição em um só partido, e considerou precipitada a iniciativa de Leonel Brizola de fundar o PDT tão logo a decisão judicial foi anunciada (Diário do Paraná, 11 nov. 1980, p. 3). Diante de tais circunstâncias, a fundação do PDT no Paraná apresentou grandes dificuldades, não conseguindo a vinculação de nenhum

parlamentar e com número pouco expressivo de filiados. O responsável pela estruturação do partido no estado foi o ex-deputado estadual Jacintho Simões, cassado pelo AI-5 em 1969, eleito pela convenção pedetista como presidente da sigla em junho de 1981 (Batistella, 2021b).

O PT paranaense não contou inicialmente com adesão de nenhum parlamentar, e foi fundado por trabalhadores da construção civil, operários, professores, entre outros membros da classe trabalhadora da capital. Um dos membros da Comissão provisória do partido no estado, formada em fevereiro de 1980, o metalúrgico Ivo de Abreu, ressaltou que o partido teria três metas básicas naquele primeiro momento: "a posse da terra para os trabalhadores rurais e estabilidade para os operários, uma linha de ação em defesa da liberdade individual e a organização interna que inicialmente será feita em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá" (Diário do Paraná, 24 fev. 1980, p. 3). Sem apoio de figuras conhecidas na política estadual, o partido teve dificuldades para se estruturar, especialmente no interior do estado, mas conseguiu, até agosto de 1981, organizar 75 diretórios no Paraná. O primeiro presidente do partido foi o marceneiro, cobrador de ônibus e presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Cidade Industrial de Curitiba, Manoel Isaías de Santana, escolhido para presidir provisoriamente a Comissão Executiva, o qual foi mantido na presidência após a convenção estadual realizada em setembro de 1981 (Batistella, 2021b).

Após as filiações iniciais, em todas as siglas houve um trânsito de diversos políticos entre as novas agremiações partidárias, com filiações e desfiliações, em razão de acordos, conveniências e conflitos entre seus integrantes, o que fez com que os números iniciais de filiados em cada partido se alterasse com frequência elevada ao longo dos anos 1980 e 1981. Após a reforma partidária, o governo também estendeu o mandato de prefeitos e vereadores por mais dois anos, e as eleições que deveriam ter ocorrido em 1980 foram transferidas para 1982, sob a justificativa de que os partidos se encontravam em fase de estruturação e de que a realização de uma única eleição reduziria os custos com o processo.

O tema da prorrogação dos mandatos municipais recebeu ampla rejeição entre as oposições do Paraná e também por parte dos deputados estaduais do PDS. Em Curitiba, foi realizada uma passeata que reuniu os quatro partidos de oposição, PMDB, PTB, PP e PT, e alguns nomes do PDS, que protestaram contra a emenda do deputado federal por Goiás Anísio de Souza, que prorrogava os mandatos. A campanha pelas eleições foi iniciada pela Direção Regional do PMDB, e logo recebeu a adesão dos outros partidos e de ao menos outras 20 entidades paranaense que participaram do movimento (Diário do Paraná, 20 jun. 1980, p. 1). O deputado estadual pelo PDS Lúcio Cioni, colocando-se contra a emenda, criticou a comitiva de vereadores que foi para Brasília pedir a prorrogação, e alegou: "enquanto seu município está à

beira da falência por falta de recursos, isso reconhecido até pelo Presidente da República, vemos vereador reivindicando para si um mandato que o povo quer lhe negar" (Diário do Paraná, 20 jun. 1980, p. 3). A posição do pedessista Cioni demonstra a ausência de consenso da bancada de seu partido e de desalinhamento em relação ao executivo federal, numa matéria que mais uma vez foi arregimentada como bandeira pelas oposições.

Diante de tais condições, com o objetivo de fortalecer a oposição, tivemos a fusão do PMDB com o PP, em dezembro de 1981. Segundo Marcos Napolitano (2019), a fusão dos dois partidos teria sido benéfica para o governo, que já esperava a criação de um grande partido de oposição, que fosse moderado e conservador, e poderia oferecer um nome aceitável para ocupar futuramente o cargo de presidente. Lembrando que o PP era composto, em grande parte, por ex-arenistas e emedebistas "moderados". Como consequência da entrada dos pepistas no PMDB, sob influência de Tancredo Neves, houve um afastamento das correntes mais à esquerda da direção do partido (Napolitano, 2019), o qual adotou um tom mais conciliatório e sucedeu em ampliação da heterogeneidade ideológica já existente no PMDB. Para a pesquisadora Maria Benevides (1986), este acordo entre os dois partidos causou, a nível nacional, uma intensa deformação no PMDB e foi o embrião de um pacto conservador que deu origem à Aliança Democrática, conforme veremos no próximo capítulo. Antes disso, porém, tivemos outro evento importante na história política do Brasil: as eleições de 1982.

2.2 CORRIDA ELEITORAL DE 1982: O FIM DA HEGEMONIA NEYSTA

Como era de se esperar, as eleições de 1982 ficaram marcadas no Paraná pelas disputas entre PDS e PMDB, os dois partidos com maior força no país, visto que os demais ainda estavam em fase de estruturação. Mesmo com a disputa centrada nestes dois partidos, na ocasião tivemos as primeiras eleições realizadas no país após o fim do AI-5 e do bipartidarismo, momento em que foram escolhidos os novos governadores, senadores, deputados estaduais, federais, vereadores e prefeitos municipais[57]. O pleito em questão foi acompanhado com grande expectativa, pois mostraria se o objetivo do governo de fragmentar e enfraquecer a oposição teria o resultado esperado. Com o pluripartidarismo vigente, cada um dos cinco partidos em

[57] Dos 310 municípios existentes no Paraná em 1982, foram realizadas eleições municipais em 298. Na capital e nas onze cidades classificadas como áreas de segurança nacional os chefes do executivo continuaram sendo nomeados pelo governador do estado. As eleições diretas para estas localidades só foram realizadas em 15 de novembro de 1985. No Paraná, além da capital, as cidades consideradas áreas de segurança nacional, localizadas no Oeste do estado, em regiões fronteiriças, eram as seguintes: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena (Batistella, 2021b, p. 165).

funcionamento no Brasil lançou um nome para concorrer ao governo no Paraná, o que acirrou as disputas internas, especialmente nos dois maiores partidos, para decidir quem sairia como candidato, além de dar início a uma corrida por negociações que pudessem garantir o apoio necessário para alcançar a vitória nas urnas. As eleições em questão também viriam a demonstrar como o regionalismo ocupava espaço na política paranaense, elemento que parece ter ganhado força ao longo dos anos de ditadura, já que a oposição deslocou seu foco para núcleos onde a ARENA, e posteriormente o PDS, não era tão influente, fator que não recebeu a atenção merecida pelo grupo de Ney Braga, que apostou na reputação de seu líder como elemento central da campanha do seu partido.

A análise do resultado eleitoral de 1982 ganha relevância, como apontou Bolívar Lamounier (1990), se pensarmos que a transição brasileira não contou com um marco específico ou ruptura dramática, tal como foi o caso da Espanha, com a morte do General ditador Francisco Franco, ou da Argentina, com a guerra das Malvinas. No Brasil, por conseguinte, tivemos, além do relaxamento progressivo dos instrumentos de controle e vigilância, uma redistribuição do poder "regulada pelo calendário eleitoral" (Lamounier, 1990, p. 20), que canalizava, pleito após pleito, pressões contra a ditadura, além de funcionar como uma estratégia do governo que testava os limites do regime a cada eleição. Por meio das eleições, mesmo que elas não tivessem capacidade para colocar em xeque o monopólio militar, novos espaços de atuação se abriam para uma oposição consentida e controlada, fato que reduziu os custos da descompressão e o nível de violência política, ao mesmo tempo em que proporcionou aos integrantes do governo uma saída sem prejuízos a seus *status*. Logo, pensar nas eleições, neste contexto, é refletir sobre a "erosão da legitimidade do regime" (Sadek, 1990, p. 155) e na "via partidária" da transição como estratégia de transferência de poder do governo autoritário para os civis, a qual se assentou na crença compartilhada por setores políticos e sociais de que os partidos seriam canais de enfrentamento do regime em crise e de mediação de interesses civis (Freire, 2014, p. 308).

Se num contexto mais amplo a fusão entre PP e PMDB viria a beneficiar o projeto de conciliação, por outro lado, pensando especificamente nas eleições de 1982, o processo foi importante para enfraquecer o grupo que sustentava a ditadura militar, tanto no Paraná quanto em vários outros estados brasileiros. Após a realização das convenções conjuntas entre os dois partidos, em abril de 1982, tivemos o ingresso de quase todos os parlamentares paranaenses do PP ao PMDB, com exceção de Paulo Affonso Alves de Camargo, ex-arenista, então deputado estadual, que migrou para o PDS. O resultado foi, assim como ocorreu a nível nacional, o fortalecimento do PMDB a nível estadual, que passou a contar com mais 1 senador, 4 deputados federais e 3 estaduais, "além dos mais de 700 vereadores e 19 prefeitos municipais" (Batistella,

2021b, p. 158). No Paraná, a incorporação do PP pelo PMDB, além do fortalecimento do capital político, forneceu também maior suporte financeiro ao PMDB (Bega, 1990 *apud* Laibida, 2015, p. 94).

Ao tratar da convenção do PMDB, realizada em julho de 1982, o jornal *Diário do Paraná* destacou que, apesar da presença da "esquerda festiva", notava-se a consolidação de políticos alinhados à direita no PMDB paranaense, boa parte dela vinda do antigo PP. O jornal indicava que, "pela primeira vez na história deste planeta a esquerda apoia a direita e ambos os grupos participam de uma festa ao som de pronunciamentos radicais, muitos dos quais contra atos de ex-membros do Governo que agora estão na oposição" (Diário do Paraná, 20 jul. 1982, p. 2). As discrepâncias ideológicas no interior do PMDB foram utilizadas pelo PDS, em especial, como uma forma de desqualificar o partido, alegando falta de unidade e alinhamento de agendas políticas, em especial após sua fusão com o PP, momento em que antigos arenistas, que por tempos estiveram ligados a Ney Braga, passaram a integrar as fileiras do partido de oposição.

Em meio ao processo eleitoral, os pedessistas buscaram destacar uma suposta "debandada" de políticos do PMDB para o PDS, como argumento contra seus adversários. Isso em referência à mudança de partido do prefeito de Rancho Alegre e mais sete vereadores, assim como o prefeito de Arapongas e, posteriormente, o presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, que abandonaram o PMDB para ingressarem no PDS (Diário do Paraná, 14 jul. 1982, p. 2). De acordo com o *Diário do Paraná*, a liderança de Ney Braga e o prestígio de Saul Raiz, candidatos ao senado e ao governo do estado, respectivamente, dariam ao partido de situação segurança e otimismo quanto ao resultado eleitoral, o que teria motivado os políticos a migrarem. Diferente da suposta unidade do PDS pregada pelo jornal, o periódico apresentava o PMDB como altamente fragmentado, supostamente por conta das divergências entre suas diferentes correntes ideológicas (Diário do Paraná, 14 jul. 1982, p. 2). Vale ressaltar, como percebido, que o jornal *Diário do Paraná* passou a posicionar-se durante 1982 em favor das candidaturas pedessistas no estado, sempre destacando a figura de Ney Braga e dando como certa a vitória do PDS. A crise do PMDB, apesar das divergências internas evidentes, teve sua proporção aumentada pelos seus adversários, que apostavam na pluralidade ideológica do partido como fator que implodiria sua campanha e, logo, o sucesso de seus candidatos nas votações de novembro de 1982.

Às vésperas do fim do bipartidarismo, diversas análises e projeções foram realizadas sobre como cada partido reagiria após as reformulações e qual seria a força de cada um no estado. No MDB, apesar das disputas internas, protagonizada por José Richa e Alencar Furtado,

ficava explícito o interesse dos dois grupos existentes em garantir a integridade, resistência e manter certa unidade partidária em meio às diferenças (Diário do Paraná, 19 set. 1979, p. 2). Era consenso ainda sua capacidade de arregimentação popular e a existência de diversos nomes que se destacavam e exerciam liderança em várias regiões do estado, para além da capital, conseguindo cobertura política de amplo território. A atuação dos políticos em cidades do interior ganhou maior relevância neste contexto eleitoral devido ao voto vinculado, que tornava obrigatório aos eleitores votarem em candidatos do mesmo partido para todos os cargos que estavam sendo disputados, o que acabou por municipalizar as eleições de 1982. Foram proibidas também as coligações partidárias – este conjunto de medidas casuísticas ficaram conhecidas como "Pacote de Novembro" (Napolitano, 2019). Em meio a tais condições, a atuação das lideranças regionais do PMDB foi fundamental, já que um nome que garantisse seu voto em determinado município poderia assegurar o mesmo voto para os demais cargos no partido, ou ao menos evitar que o mesmo fosse destinado aos adversários, em razão do possível voto em branco para determinados cargos.

Diferente da campanha do PMDB que ocorreu de forma um tanto pulverizada, conforme apontou editorial do *Diário do Paraná* (19 set. 1979, p. 2), estaria a situação da ARENA, que tinha no Paraná seu ponto de aglutinação representado na figura de Ney Braga, que acabava por esconder tensões internas e divergências intransponíveis. A pouca rotatividade de lideranças no PDS e as disputas pessoais acabariam por minar os espaços de atuação do partido e tornaria insustentável a coesão entre os membros da agremiação. Durante o período de mudanças políticas, a pluralidade de lideranças, bem como as disputas intrapartidárias do MDB, resultou em acordos que permitiram a acomodação das diferentes alas e interesses, em uma busca comum por maior participação política, na luta por derrotar o partido do governo no estado e, em maior ou menor medida, por ideais de democracia. Já no PDS, a atuação do então governador, tratado por "excelência" como o grande nome da política paranaense e que seria, como alguns acreditavam, capaz de capitalizar votos de forma "automática", teria inibido novas articulações.

No PMDB, as disputas que pareciam mais prováveis, entre José Richa e Alencar Furtado, acabaram resultando em acordos que decretaram a candidatura de Richa ao governo estadual. Além do apoio dos pepistas, de acordo com levantamentos do SNI, a chapa de José Richa formou uma "frente ampla" no estado, que "contou com o apoio de militantes, ex-militantes e simpatizantes de organizações subversivas" (ACT-ACE 4203, 1983, p. 1), tais como o MR-8 e a ala prestista do PCB. Estava formado, assim, um novo grupo político que daria ao PMDB suporte para garantir sua vitória no pleito de 1982 e refletia, no âmbito da

unidade subnacional paranaense, como a conciliação, enquanto elemento de uma cultura política mobilizado durante a abertura, era capaz de moldar e assegurar a manutenção das relações entre governo, oposições e elites políticas.

Definido o candidato ao governo, a disputa principal no interior do PMDB se deu em torno da vaga para concorrer ao senado, desta vez entre Álvaro Dias, que havia sido indicado pelo partido para se candidatar à prefeitura de Londrina, Alencar Furtado e Francisco Leite Chaves. Após decisão da convenção estadual do partido, ficou decidida a candidatura de Álvaro Dias, mas Leite Chaves, contrariando a decisão do PMDB, decidiu fazer uso da sublegenda, permitida pela legislação eleitoral da época, e também lançar-se como candidato ao senado. Contudo, faltando pouco mais de um mês para as eleições, retirou sua candidatura e ficou na suplência de Álvaro.

No interior do PDS, os nomes mais desejosos em participar da corrida eleitoral de 1982 ao governo estadual foram Saul Raiz, Paulo Pimentel, Fabiano Braga Cortes, Antônio Belinati e Jaime Lerner[58]. Percebendo que não teria espaço dentro do PDS para o cargo desejado, já que Saul Raiz era apontado como o indicado de Ney Braga, Pimentel optou por ingressar no PTB, em novembro de 1981, sigla na qual desejava concorrer ao pleito em questão ao executivo estadual. A mudança de partido de Pimentel movimentou ainda mais a política paranaense, visto que agora um concorrente de renome e que estava bem colocado nas pesquisas eleitorais entraria novamente no jogo.

Com a saída de Pimentel do PDS, outra questão levantada era de que Jayme Canet poderia retornar à sigla governista, já que sua saída teria ocorrido por conta da presença de seu adversário no partido, mas isso não veio a acontecer (Diário do Paraná, 10 nov. 1981, p. 3). Contudo, por uma questão jurídica do período, Pimentel estaria impedido de concorrer pelo PTB[59], já que sua condição no partido era ilegal, por ter sido um dos fundadores do PDS. Diante deste quadro, no dia 20 de julho de 1982 Pimentel anunciou seu afastamento da corrida eleitoral, e ressaltou que em 1986 iria candidatar-se ao governo do estado. Para o pleito de 1982, porém, voltou a negociar seu apoio com diferentes siglas, não descartando a possibilidade de aliar-se ao partido de seu antigo desafeto, Jayme Canet, então no PMDB (Diário do Paraná, 21 jul. 1982, p. 3).

---

[58] Segundo o *Diário do Paraná* (4 dez. 1981, p. 4), sem muito espaço no PDS, Jaime Lerner, então prefeito nomeado por Ney Braga para a capital do estado, chegou a ser sondado pelo PT para concorrer ao cargo de governador pelo Paraná, tendo realizado diversas reuniões com dirigentes do partido, mas sem chegar a um acordo viável. Lerner acabou filiando-se ao PDT em 1983, onde permaneceu até 1997.

[59] O PTB então lançou no lugar de Paulo Pimentel o deputado federal Hamilton Magalhães para o cargo de governador. Já o PT candidatou-se ao governo com Edésio Passos, enquanto o PDT lançou Edson Sá.

Temendo que Paulo Pimentel se aproximasse do PMDB, como já se especulava[60], mais uma vez o presidente da República, General João Figueiredo, teve que mediar as relações políticas para garantir o apoio do ex-governador aos candidatos do PDS. Em agosto de 1982, em reunião realizada entre o presidente, Ney Braga, Saul Raiz e Pimentel, Figueiredo teria pedido o apoio deste último. Pimentel então prometeu apoiar Saul em sua candidatura ao governo do estado, bem como os demais candidatos do PDS, como o próprio Ney Braga, que concorreu ao senado e almejava concorrer à presidência em 1984 (Diário do Paraná, 18 ago. 1982, p. 2) – Ney chegou a receber da bancada do PDS na ALEP, em novembro de 1980, uma carta de apoio à sua candidatura à presidência, e afirmou que, caso fosse eleito senador, poderia concorrer ao executivo federal em 1984 (Diário do Paraná, 19 mar. 1981, p. 1). O apoio de Pimentel, após todos os acontecimentos políticos, foi percebido como superficial e inautêntico, e não foi capaz de recuperar a frágil campanha de Saul Raiz, considerado um tecnoburocrata que não teria tido boas relações com setores populares durante seu mandato de prefeito de Curitiba (Kunhavalik, 2004b).

Apesar de algumas previsões otimistas a respeito dos candidatos do PDS, o PMDB foi o grande vitorioso no estado do Paraná, elegendo José Richa para o governo estadual e Álvaro Dias para o senado, derrotando, respectivamente, Saul Raiz e Ney Braga[61]. A nível nacional, o PDS elegeu maior número de governadores, 12, contra 9 do PMDB e 1 do PDT. Para o senado, o PDS garantiu 12 das 23 vagas em disputa, e conseguiu maioria de vagas em 13 legislativos estaduais. Na Câmara Federal, houve certo equilíbrio, sendo que o PDS conseguiu garantir 235 cadeiras, enquanto a oposição garantiu 244 – o PMDB elegeu 200 parlamentares, o PDT, 23, PTB, 13, e o PT, 8 (Napolitano, 2019).

Para o cargo de deputado federal, o estado do Paraná elegeu 20 deputados pelo PMDB contra 14 do PDS[62]. Já para a ALEP, foram eleitos 34 deputados pela sigla do PMDB e 24 pedessistas. Os demais partidos não elegeram nenhum de seus candidatos (IPARDES, 1989). Fato que chama a atenção é o grau de renovação dos nomes eleitos para o legislativo estadual. No panorama geral, a renovação foi de 56,9% (33 cadeiras, de um total de 58), mas os números

---

[60] Segundo o *Diário do Paraná*, os líderes do PMDB no estado teriam oferecido a prefeitura de Curitiba a Paulo Pimentel para que ele retirasse sua candidatura e apoiasse José Richa ao governo estadual (16 jul. 1982, p. 2).

[61] Para o cargo de governador, José Richa, do PMDB, venceu com o total de 1.716.370 votos, contra 1.128.649 de Saul Raiz, do PDS, 30.207 de Hamilton Magalhães, do PTB, 12.025 de Edésio Passos, do PT, e 6.680 de Edson Sá, do PDT. Votos brancos e nulos contabilizaram 314.443. Para o senado, o PMDB recebeu no Paraná 1.653.325 votos, contra 1.134.942 do PDS, 29.556 do PTB, 11.713 do PT, e 6.314 do PDT. Votos brancos e nulos contabilizaram 373.070 (IPARDES, 1989, p. 11-12).

[62] Para o cargo de deputado federal foram reeleitos apenas 10 deputados pelo PMDB e 6 pelo PDS, que resultou em uma renovação de praticamente 53% dos nomes. Deste montante, dois deputados peemedebistas reeleitos em 1982, Luiz Carlos Borges da Silveira e Pedro Arthur Sampaio, haviam sido eleitos em 1978 pela extinta ARENA (IPARDES, 1989).

são bem diferentes se olharmos para os dois principais partidos: no PMDB se reelegeram apenas 7 dos 34 deputados eleitos, já no PDS foram reeleitos 18 dos 24 (Diário do Paraná, 17 dez. 1982, p. 3). Como se nota, a antiga oposição passou por mudanças inúmeras, não só em relação ao seu lugar na quadra governamental do estado, mas também de seus integrantes. Tal fato pode ser compreendido como um indício de que o eleitorado paranaense ansiava por mudanças substanciais na política estadual. Mesmo a parcela que não se via e não queria ser representada pelo PDS, parece também não ter enxergado novos caminhos em vários dos antigos nomes do PMDB na ALEP.

O deputado estadual Fiori Luiz, reeleito em 1982, em rápida análise sobre motivos e consequências da vitória do seu partido, PMDB, nas eleições paranaenses enfatizou a questão oligárquica:

> Os mais de um milhão e meio de votos dados a José Richa e Álvaro Dias provam de maneira incontestável que o povo do Paraná deseja mudanças. Deseja mudanças de ideias, de métodos e comportamentos. A votação massacrante dada ao PMDB pelo eleitorado paranaense foi a resposta àqueles que queriam se eternizar no poder. Muitos tentam justificar o vendaval de votos ao PMDB como resultado do descontentamento pela crise social e econômica, pela inflação, pelo desemprego. A esses respondemos que em Santa Catarina e Rio Grande do Sul também existe inflação, desemprego, desajustes sociais. E nesses Estados ganhou o PDS. Aqui no Paraná o povo deu um "basta" à dinastia dos Braga. O oligarquismo foi sepultado. Aos derrotados, nossos respeitos. O povo quis mudar e mudou. (Anais da Assembleia, 24 nov. 1982, p. 4).

O deputado levanta como resposta possível para o resultado das eleições a insatisfação da população do estado com a "dinastia Braga". Atribuir a vitória do PMDB exclusivamente a questões econômicas, fator de grande relevância, vale lembrar, limitaria a análise de outros elementos singulares à dinâmica estadual, que diferenciava o cenário político paranaense dos demais estados do sul do país, onde foram eleitos governadores filiados ao PDS e com histórico político de apoio à ditadura. A vitória de Richa e do PMDB pode ser compreendida, entre outros fatores, como resultado de uma maior capacidade de se aproximar do consenso por parte da oposição, dos problemas da centralização política do grupo opositor, representada por Ney Braga, e também da expansão do partido a nível nacional e estadual, iniciada ainda durante o bipartidarismo. Toda esta movimentação tinha na sua origem, ao menos em partes, aspirações crescentes da sociedade civil em participar da vida política, insatisfações regionais, bem como uma ideia de democracia que, efetivamente, ainda aguarda para se concretizar.

Destacamos que o Paraná passava por um momento de agitação social entre as décadas de 1970 e 1980. A situação se agravava em decorrência dos altos níveis de desemprego, de subemprego e dos problemas econômicos que afetavam todo o país, como já comentamos, e o consequente processo de crescimento urbano não planejado. Outro ponto que merece destaque refere-se às disputas e conflitos no campo. Tais embates e se agudizaram no período tanto por reivindicações por reforma agrária[63], uma pauta de décadas que se acentuou com a concentração fundiária que se observou entre as décadas de 1950 e 1980, como a busca por melhores condições aos afetados pelas inundações decorrentes da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que desalojou parte dos camponeses e deslocou considerável contingente populacional da região.

Especificamente sobre a década de 1980, onde localizamos boa parte de nossa pesquisa, ao analisar as mudanças ocorridas no cenário demográfico e econômico paranaense, a historiadora Marion Brepohl de Magalhães (2017) aponta para uma forte queda do crescimento populacional no período. A partir de 1960 o Paraná observou um considerável aumento demográfico, que ultrapassou a faixa dos 100%. Na década de 1980, contudo, esse índice de crescimento estava na casa dos 10%. Segundo a autora, até a década de 1960, o Paraná era um núcleo de atração de fluxos migratórios. Tal posição começa a se alterar no fim do mesmo período, e nota-se uma inversão de fluxos, com migrações saindo do Paraná em direção ao Centro-Oeste e Amazônia. Temos ainda uma mudança em relação à distribuição demográfica: até 1950, apenas 25% da população paranaense vivia em áreas urbanas, já na década de 1970 esse percentual sobe para 36%, chegando a 58% na década seguinte[64].

Em relação à economia, o PIB paranaense apresentou um período de retração entre 1980 e 1982, passando de 6,69% da participação no PIB nacional em 1980 para 6,74% em 1981 e 6,22% em 1982[65] (Rolim, 1995, p. 60). O setor mais forte da economia paranaense era, há décadas, o agrário, mesmo que o desenvolvimento industrial tenha ocorrido de forma

---

[63] No Paraná, na década de 1980, tivemos, entre outros movimentos no campo, a atuação dos seguintes, que contribuíram com a formação do MST no estado: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES), no Sudoeste, MASTRO, no Oeste, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte (MASTEN), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL) e Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste (MASTRECO), todos estes movimentos contaram com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos sindicatos ligados ao ramo no período (Battisti, 2006).

[64] A população paranaense, de acordo com o censo demográfico do IBGE, passou de 6.929.868 em 1970 para 7.629.392 em 1980. Em 1970, a população residente em áreas urbanas era de 2.504.378, passando para 4.472.561 em 1980 (IPARDES, 1984, p. 5).

[65] A participação do Paraná no PIB brasileiro no período, no entanto, não apresentou grandes mudanças no início da década de 1980, com percentuais que variaram entre 6,2% e 6,8% de 1980 até 1985. O PIB paranaense acompanhou as taxas de crescimento/decrescimento nacional no período. Apesar disso, o Paraná perdeu posições na produção brasileira na maioria de seus principais produtos ao longo da década de 1980 (Rolim, 1995).

considerável nas décadas de 1960 e 1970, com apoio e incentivo dos governos estaduais, e tenha apresentado maior crescimento na região metropolitana de Curitiba. Apesar da área agrícola do estado ter perdido espaço na participação econômica do país, ela continuou sendo a principal atividade desenvolvida no estado ao longo da década de 1980 e períodos posteriores. Todo esse movimento foi acompanhado de aprofundamento da concentração fundiária e de renda, a qual era também observada em todo país (Magalhães, 2017, p. 82-83). Tais fatores devem ser considerados ao refletir sobre o sucesso do PMDB e a insatisfação da população com os políticos ligados ao PDS no estado.

Ao analisar as eleições de 1982 e as diversas mudanças ocorridas no quadro político paranaense a partir dela, a questão regional é um fator que ganha peso considerável e pode ser entendida com um elemento singular das relações políticas no estado. A irregularidade dos movimentos populacionais que colonizaram boa parte do Paraná teria como resultado a criação de grupos políticos isolados em todo o estado, cada um com interesses próprios e com orientações políticas localistas. Tal processo, como sugere Barry Ames, deu origem a uma tradição de "lealdade subestadual" (2003, p. 143), na medida em que o apoio destinado aos políticos mantinha-se geograficamente próximo. No entanto, tal tradição seria acompanhada de baixos índices de lealdade partidária e individual e, em consequência, em alta taxa de renovação dos mandatos (Ames, 2003). Por conseguinte, podemos considerar que o eleitorado distante da capital, ao menos em partes, almejava uma maior participação na política estadual.

Como noticiou o *Diário do Paraná*, dias antes das eleições, sobre o conteúdo de entrevistas realizadas por rádios e canais de televisão – como as extintas TV Tropical, de Londrina, e a TV Paraná, de Curitiba – com eleitores de Londrina e região, a maioria do eleitorado que havia optado por candidatos do PMDB teria tomado esta decisão "porque acreditam ou na mudança da Capital ou na centralização do poder governamental no Norte do Paraná". Alguns justificaram sua intenção de voto alegando que, "com Richa, a Capital do Paraná será Londrina", ou então que "com Richa, o Norte é que vai mandar no Sul" (Diário do Paraná, 13 nov. 1982, p. 3). No entender do eleitorado, mudar a territorialidade do poder representaria, como podemos supor, uma mudança também de focos e interesses dos políticos nos cargos de liderança.

Em meio à dinâmica das relações políticas do período ditatorial, a cidade de Londrina tornou-se uma espécie de polo político do interior do estado, que viria a formar alguns dos principais grupos e lideranças políticas institucionalizadas de oposição à ditadura, como José Richa e Álvaro Dias, os dois primeiros governadores eleitos diretamente para o cargo após o fim do bipartidarismo. Nas palavras de José Antonio Tadeu Felismino (2016, p. 18), durante os

anos de regime militar Londrina tornou-se a "capital política do Paraná"[66], devido à intensa mobilização em torno do MDB e, posteriormente, do PMDB. Como consequência deste e de outros fatores, o resultado da votação em Londrina, por exemplo, maior cidade da região Norte e segunda maior do estado, foi de ampla margem para o PMDB. No município, José Richa recebeu 90.453 votos para o governo, e Saul Raiz 26.651. Para o senado, Álvaro Dias conquistou 88.088 votos, e Ney Braga 26.854 (IPARDES, 1989, p. 41-56).

Luzia Oliveira (1998) aponta para quatro fatores que teriam levado o Norte Novo paranaense a tornar-se um centro oposicionista: o primeiro seria em razão da região concentrar maior densidade populacional naquele período; em segundo, por conta da máquina do governo ter sido instalada na capital, o que dificultava a organização da oposição; em terceiro, o fato das eleições majoritárias municipais terem sido preservadas em municípios de médio porte, o que garantiu a continuidade de amplas campanhas e articulações eleitorais nestas áreas; por fim, o PTB, partido que até 1964 apresentava maior penetração nas regiões Oeste e metropolitana de Curitiba, foi debilitado pelas cassações e perseguições políticas, enfraquecendo as possibilidades posteriores de uma maior estruturação do MDB. A autora afirma ainda que, "embora a região de Curitiba e outras grandes cidades tenham muito cedo apresentado um comportamento anti-situacionista, coube ao Norte a direção estadual do partido de oposição" (Oliveira, 1998, p. 52). Ainda assim, o Oeste também formou um importante grupo peemedebista, que passou a exigir cada vez maior participação e atenção para a região.

Apesar de destacarmos algumas considerações sobre a região Norte, ressaltamos que a maioria das cidades do estado apresentaram votação expressiva para os candidatos do PMDB. Dos 298 municípios onde ocorreram eleições para prefeito, 172 elegeram pleiteantes do PMDB e 126 do PDS (Brasil, 1989, p. 804). Para o governo do estado, José Richa recebeu maioria dos votos em 206 municípios e Saul Raiz em 103 – em um município, Barra do Jacaré, houve empate. Das 11 cidades consideradas áreas de segurança nacional, onde não ocorreram eleições para prefeito, 10 destinaram a maioria de seus votos para o PMDB na escolha dos demais cargos, bem como a capital, Curitiba. Nas cidades mais numerosas do estado, o PMDB saiu vitorioso, com considerável vantagem (Paraná, 1982, p. 7-17)[67].

---

[66] Na cidade de Londrina o MDB e, posteriormente, o PMDB, mostraram-se hegemônicos, tendo eleito todos os prefeitos da cidade, desde o início do bipartidarismo: para o mandato de 1969-1973, foi eleito Dalton Paranaguá, José Richa governou entre 1973 e 1977, Antônio Casemiro Belinati entre 1977 e 1982 e, já pelo PMDB, Wilson Moreira, de 1983 à 1988 (Felismino, 2016).

[67] A soma dos votos recebidos por José Richa nas dez cidades com maior eleitorado do Paraná em 1982 compreende o montante de 627.488, enquanto os votos de Saul Raiz perfizeram o total de 306.815. As referidas cidades com maior eleitorado eram, em ordem decrescente: Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Umuarama, São José dos Pinhais e Toledo (Paraná, 1982, p. 7-17). Os dados sobre a

Ao refletir sobre a insatisfação da população interiorana com uma possível postura de descaso com suas localidades, não podemos inferir, de modo geral, que os eleitores da capital aprovavam e apoiavam os políticos do PDS, tampouco que se consideravam melhor assistidos que as demais cidades. Os resultados da votação de 1982 em Curitiba são sintomáticos deste desejo por mudanças nos quadros políticos, em vistas da ampla votação recebida pelo PMDB: Richa recebeu 292.206 votos para o cargo de governador, e Saul Raiz 135.319. Para o senado, Álvaro Dias obteve 288.303 votos, já Ney Braga 133.561 (IPARDES, 1989, p. 38-50). Ambos vencedores do PMDB, mesmo com raízes políticas na cidade de Londrina, foram preferência no colégio eleitoral curitibano. Com a condição do voto vinculado, a quantidade de votos que cada partido recebeu para os cargos de deputados federal, estadual e para vereador seguiram percentuais parecidos aos de governador e senador.

A respeito do crescimento e fortalecimento da oposição na região Norte do Paraná, em especial, bem como no Oeste do estado, valem algumas considerações sobre suas raízes e trajetória. Desde a formação tanto no Norte Novo como do Novíssimo, o que se notou foi uma forte oposição às oligarquias do Paraná Tradicional, grupo hegemônico até a década de 1960, em razão do desprestígio sentido pela classe média rural que se formou naquelas regiões mais jovens. Tal fator contribuiu com o fortalecimento do regionalismo existente no estado e, em consequência, de alguns grupos políticos que durante a ditadura se estabeleceram na oposição aos partidos de sustentação do regime militar – ARENA e, posteriormente, o PDS.

Refletindo sobre as diferenças regionais e a pluralidade identitária e cultural gerada pelo processo de colonização ocorrido no Paraná, fator que gerou reflexos também no campo político, o historiador Ruy Christovam Wachowicz (1988) elaborou a tese dos “três paranás”. O autor compreende que a formação do Paraná se deu a partir de três grandes frentes regionais que constituíram áreas histórico-culturais. A primeira e mais antiga área é a chamada de Paraná Tradicional, que passou a se estruturar a partir do século XVII com a procura por ouro e, posteriormente, com o tropeirismo e o cultivo e comércio da erva-mate, e compreende a área que vai do litoral até Curitiba, se estende aos Campos Gerais e as regiões de Guarapuava e Palmas, ao sul do estado. A segunda é o Norte do Paraná, que compreende o que aqui chamamos de Norte Novo e Norte Novíssimo, que se desenvolveu a partir da cultura cafeeira e atraiu imigrantes a partir da década de 1920, principalmente de Minas Gerais e São Paulo, mas também ingleses, italianos, japoneses e alemães. A colonização do Norte Novo intensificou-se durante o governo do interventor Manoel Ribas, que resultou em considerável crescimento

votação recebida pelos candidatos ao governo por partido nos munícipios foram disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e totalizados pelo autor.

populacional entre as décadas de 1930 e 1950, e na criação de municípios como Londrina, Maringá e Apucarana. Posteriormente, a partir da década de 1940 até os anos 1960, tivemos o surgimento do denominado Norte Novíssimo, na região Noroeste do estado, e o surgimento de cidades como Umuarama, Cianorte e Paranavaí.

Por último, temos o que o autor denominou de Frente Sulista, que compreende as regiões Oeste e Sudoeste do estado, para onde houve um grande fluxo migratório a partir da década de 1920, movimento ampliado na década de 1930 pela dinâmica nacional da "Marcha para Oeste" do governo Vargas. Para lá, deslocaram-se, sobretudo, pessoas que viviam no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, boa parte delas de origem italiana e alemã, as quais ocuparam pequenas propriedades familiares rurais nas regiões das cidades e próximas a Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco, entre outras (Wachowicz, 1988). Embora outros fatores devam ser levados em conta, como a crescente crise econômica, a atuação dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda que ainda se encontravam na clandestinidade e dos acordos individuais, as diferenças regionais que se formaram a partir destas três frentes implicam também em interesses e atuações políticas distintas. Logo, a compreensão do processo de formação do estado pode contribuir com uma interpretação mais acurada dos limites regionais da transição e da experiência política paranaense durante a abertura.

Sobre a questão imigratória que marcou a formação da sociedade paranaense, Barry Ames (2003) teceu algumas considerações que podem colaborar com as reflexões aqui propostas. Segundo o autor, o índice de imigrantes no Paraná seria muito alto, alcançando a marca de 527 por cada mil habitantes, segundo o censo de 1980. Este número elevado seria acompanhado pelo fato de que "os grupos imigrantes mantêm-se tradicionalmente afastados da política estadual", e teria ainda como resultado o baixo prestígio da política institucional no estado (Ames, 2003, p. 151). Outro ponto seria o forte regionalismo presente na Assembleia Estadual e que marcou o estado como um todo, o qual conferiria à política estadual uma natureza "quase apolítica" (Ames, 2003, p. 153).

Os deputados paranaenses teriam seu foco voltado para determinadas regiões do estado, o que seria uma exigência da população imigrante, onde se concentrariam seus potenciais eleitores. Uma outra questão destacada por José Pedro Kunhavalik (2004b), que reforça o pensamento de Ames, refere-se à dificuldade de comunicação entre as regiões do Estado, que até a década de 1960, por apresentar poucas e precárias vias de transporte, contribuiu para que as relações políticas se mantivessem marcadas por questões estritamente locais, dificultando também as relações comerciais de áreas interioranas. Esta precariedade das ligações rodoviárias e a falta de uma adequada infraestrutura para estas novas regiões teriam gerado enorme

descontentamento entre seus moradores, em especial no Norte Novo. Consideravam que o governo estadual não destinava a atenção correspondente à importância econômica que a região adquiriu, fato que, no entender dos seus moradores, seria fruto do descaso dos governadores que privilegiavam as áreas tradicionais do estado (Felismino, 2016). Como aponta Ricardo Oliveira (1997, p. 54), a exploração destas terras pelos migrantes "abriu a perspectiva para a política do Paraná tradicional conviver e integrar as novas populações migrantes dentro da identidade e da política paranaense". Nestas regiões, como consequência do rápido crescimento populacional, novos interesses e relações políticas seriam formadas, em contraposição ao grupo tradicional, centenário, existente no Paraná Tradicional, que manteve-se ligado aos governos militares instalados durante a ditadura.

Mudando o foco da análise sobre possíveis motivos do fracasso do PDS no Paraná nas eleições de 1982, referindo-se a Ney Braga, o *Diário do Paraná* levantou a hipótese de que "o culto ao personalismo talvez tenha sido um dos fatores preponderantes da derrota" (3 dez. 1982, p. 2). O saudosismo a Braga parece não ter permitido que se notasse o desgaste que a intensa crise econômica e social, acompanhada de uma descrença na atuação dos militares, gerou ao regime e aos grupos que o apoiavam, por mais popular que pudesse ser uma liderança política. Ainda, a força das lideranças regionais do PMDB parece ter sido subestimada, assim como a intensa atuação do partido, que evidenciava as mazelas existentes e demonstrava as responsabilidades do governo federal frente aos problemas que se acumulavam.

"Ney Braga, 24 anos depois de ter assumido a liderança do Paraná, tornando-se governador em 1958, pondo fim ao domínio de Moisés Lupion e seu grupo, estava derrotado" (Diário do Paraná, 25 nov. 1982, p. 3). Chegava ao fim, no estado do Paraná, a "Era Ney Braga" e toda a mística que se construiu em torno da sua figura, bem como o sonho de seus fiéis apoiadores de que o mesmo chegasse à presidência da República – algo almejado desde a década de 1960. Em uma reportagem intitulada "O monstro devorador que as urnas paranaenses escondiam", *o Diário do Paraná* (25 nov. 1982, p. 3) publicou que "Ney Braga estava tão certo de que o Paraná não o abandonaria, que, 15 dias antes das eleições, quando as pesquisas já o condenavam inapelavelmente, conseguiu convencer o presidente da República de que estava se iniciando uma reação decisiva, que favoreceria o PDS". O texto faz referência à visita feita pelo então presidente Figueiredo ao Paraná, no início de novembro, ocasião em que percorreu, junto de Saul Raiz e Ney Braga, várias cidades do estado em campanha eleitoral. Mesmo tendo o chefe do executivo como cabo eleitoral, a derrota do partido aliado ao governo foi acachapante e uma derrota pessoal para aquele que era aclamado um dos maiores líderes políticos que o Paraná já havia tido. Ney Braga, logo após a confirmação da derrota, sentindo a cólera que a

realidade dos votos lhe mostrou, expressou seus sentimentos e declarou ter sido desprezado e traído. Os espaços para atuação dos pseudodemocratas mostravam-se limitados, o cenário político do país exigia mudanças, ainda que aparentes, fato que abriu espaço para os liberais conservadores do PMDB.

Eleitos os novos governadores, prefeitos e senadores e reformuladas as bancadas legislativas municipais, estaduais e a Câmara Federal, novas possibilidades de atuação política se abriram para o grupo que por anos ocupou o papel de oposição consentida e controlada, e agora se encontrava com maior capacidade decisória. Restava saber ainda como esta oposição se colocaria diante de um governo federal já em sua fase final, mas que não abriria mão de garantir seus privilégios e faria todo o possível para evitar retaliações, além de ter como suporte uma elite que não desejava perder suas benesses junto ao Estado.

2.3 ENTRE TRÉGUAS E ENTRAVES: O PMDB ASSUME O PODER

Com as eleições de 1982 e a vitória do PMDB, tivemos uma nova fase na abertura, agora com os políticos de oposição ao governo militar ocupando postos de maior relevância em diversas administrações estaduais. Maria Kinzo (2001) destaca que a partir de 1982 tivemos o início de uma fase da nossa longa transição que, mesmo caracterizada pelo domínio militar, contou com atores civis importantes no processo político. Tratando dos níveis de centralização do poder e sua redistribuição para as federações do país durante a transição, Fernando Luiz Abrucio afirma que, conforme aumentavam as crises econômica, política, internacional e social, os governos militares tinham que "[...] negociar apoio dos líderes políticos e econômicos regionais, dando-lhes os anéis para não perder os dedos" (2022, p. 135), o que garantia ampliação dos recursos e autonomia dos governos subnacionais. Além deste ponto, as urnas também deram maior respaldo às ações dos que se colocavam contra a ditadura. Em 10 estados do país foram eleitos governadores considerados de oposição ao regime, contra outros 12 do PDS. Contudo, os estados comandados pelo PMDB e PDT eram mais importantes em termos demográficos e econômicos, fator que também pode ter influenciado nos acordos e disputas com o governo federal. Eleitos os novos governadores, evidenciava-se ainda mais a ilegitimidade política do governo militar, não eleito, que entrava em disputa com os executivos estaduais, então respaldados pelo voto popular (Abrucio, 2022).

Por parte tanto dos grupos de sustentação do regime, de parcela da mídia e mesmo de membros de partidos contrários ao regime, havia o temor de que os militares pudessem alterar seus objetivos, caso os ânimos se exaltassem, caso o ego militar fosse abalado, ou se sentissem

que uma “ameaça comunista” estivesse rondando o país, tal como alegaram em 1964. Mostrando certa preocupação com o assunto, o *Diário do Paraná*, logo após a confirmação dos resultados das urnas, em novembro de 1982, fez um balanço prévio do posicionamento dos governadores eleitos pelo PMDB. O jornal destacou que a convivência política entre os executivos estaduais e o executivo federal seria pacífica e na base da colaboração, visto que “nenhum deles mostrou que tem tendências para o revanchismo, que não há nenhuma disposição para o isolamento” (Diário do Paraná, 23 nov. 1982, p. 2). A condenação ao “revanchismo” foi novamente mobilizada no sentido de barrar a busca por justiça, tal como ocorreria na Argentina, onde militares de alta patente foram punidos (Bauer, 2014). Havia o temor de possíveis retaliações por parte dos militares, como o retorno do uso intensivo da violência, censura e repressão, tal como havia ocorrido, fato que acabou paralisando ações que objetivavam responsabilização pública. O “não-revanchismo” foi um aspecto considerado positivo, para alguns grupos influentes, por demonstrar que tanto oposicionistas quanto situacionistas compreendiam os propósitos da abertura política, mais especificamente do projeto conservador de abertura ditado pelos militares e seus apoiadores.

Esta discussão também ganhou espaço na política paranaense e esteve na base da tomada de decisões dos grupos políticos, principalmente os liderados pelo PMDB. Temendo um possível retrocesso na abertura, um discurso brando, de não culpabilização dos militares passa a ser adotado. Um outro temor que também permeou as relações políticas foi o do isolamento em relação ao governo federal, que ainda apresentava alto grau de centralização de poder e do orçamento público. Um governador que se colocasse em posição radical em relação ao presidente poderia ver seu estado sofrer com a negligência e marginalização, inclusive orçamentária. Ser um governo estadual de oposição em um país que ainda se encontrava sob a vigência de uma ditadura se mostrava um desafio.

Para pensarmos preliminarmente na presença da ideia de conciliação e sua influência na atividade política, mesmo que de modo implícito, temos um discurso proferido por José Richa em 5 de maio de 1980, quando o mesmo era então senador pelo MDB e já se articulava para concorrer ao governo estadual em 1982. No lançamento oficial do PMDB no Paraná, após criticar o governo por suas atitudes em relação à situação econômica do país e afirmar que o povo não aguentaria incompetência e corrupção ao mesmo tempo, alegou que:

> o povo brasileiro tem dois caminhos a tomar, um o da violência, que não é viável, primeiro pela convicção religiosa, segundo pela própria formação de cada um. Resta tão somente o caminho pacífico, e é isto que estamos fazendo, estamos nos organizando e é preciso nos organizar mais ainda, só assim

> chegaremos lá. Se esgotarmos todos os meios disponíveis, poderemos usar outros métodos, pois o próprio São Thomaz D'Aquino dizia: "sendo para livrarmos dos opressores podemos usar a força". (SNI, ACT-ACE 473, 1980, p. 3).

Embora aponte para uma possível e indesejada saída por vias violentas, Richa deixa explícito que sua principal opção de atuação política era por meio da negociação e do diálogo. Para defender seu projeto de ação, evocou valores cristãos que, segundo ele, seriam inerentes a todo o povo brasileiro, de modo homogeneizante. Ressaltou, assim, um suposto caráter pacífico e cordial da população, ou seja, defendia uma política conciliatória sem deixar de criticar o regime e defender que uma série de reformas fossem realizadas.

Mais de dois anos após o lançamento do PMDB, em seu primeiro discurso depois de declarada sua vitória para governador, Richa descartou a possibilidade de "revanchismo", mas garantiu que, em seu estado, os corruptos seriam punidos na forma da lei (Diário do Paraná, 17 nov. 1982, p. 2). O governador não mencionou, contudo, aqueles que praticaram atos de violência sob ordens do Estado. Vale destacar que José Richa, primeiro governador eleito pelo voto popular após o fim do bipartidarismo, já que eleições diretas para o cargo que não ocorriam desde 1965, era herdeiro político de Ney Braga[68].

Ao longo de sua carreira política, Richa afirmou ser um democrata, tendo defendido tal posição de forma enfática durante sua campanha para o governo do estado. Após tomar posse, colocou em prática algumas medidas, como a escolha dos diretores de escolas estaduais por meio de eleições e consultas sistemáticas a funcionários de órgãos do governo antes de tomar decisões, sempre ressaltando que assim estaria cumprindo seu compromisso de "democratizar o poder" (Faria; Sebastiani, 1997, p. 163). Embora de cunho democrático, não podemos negar, tais medidas eram muito tímidas e pouco efetivas quando confrontadas a uma moldura transicional que, a nível nacional, limitava a participação e acabava por restringir que valores democráticos fossem incorporados nas instituições e nos atores envolvidos na política que administrava o país.

José Richa defendia ainda a liberdade de organização de grupos ideológicos considerados subversivos na época, como a legalização dos partidos comunistas[69], e o diálogo

---

[68] José Richa havia sido oficial de gabinete de Ney Braga, em 1961, e foi membro ativo da cúpula que organizou o PDC no Paraná, tendo ocupado cargos de confiança no governo do estado. Em 1962 foi eleito Deputado Federal pelo PDC, onde permaneceu até a instauração do bipartidarismo, com o AI-2, em 1965, quando ingressou no MDB, momento em que rompeu com seu padrinho, Ney Braga, e passou a integrar a oposição. Posteriormente, Richa foi reeleito para a Câmara Federal, em 1966, foi prefeito de Londrina, eleito em 1972, eleito senador, em 1978, governador do Paraná, em 1982, e novamente senador, em 1986.

[69] Para os quadros de seu governo, José Richa nomeou algumas pessoas com posicionamentos de esquerda e ligadas a organizações comunistas, o que gerou questionamentos e críticas por parte de alguns de seus companheiros de

como elemento fundamental de um ambiente democrático (Folha de Londrina, 14 dez. 1983, p. 3). Por seu turno, defendeu também o direito de manifestação e reivindicação de movimentos populares, como de trabalhadores e desempregados (SNI, ACT-ACE 42589, 1984). Mesmo apoiando algumas medidas de cunho democrático, como as citadas acima, mostrou-se inclinado à conciliação a nível nacional e não defendia reformas de maior magnitude que pudessem alterar a ordem econômica, social e política estabelecida, o que acabou por contribuir com um quadro de "imobilismo em movimento", tal como apontado por Nobre (2013). José Richa, principalmente a partir do momento em que assumiu o governo do estado e passou a dialogar de modo sistemático com o governo federal e demais governadores do país, aproximou-se cada vez mais dos "moderados" do PMDB e de posições liberais conservadoras. Podemos notar ao analisar o percurso de Richa na liderança do estado uma das primeiras manifestações do "pemedebismo" no Paraná.

Retornando à questão do "revanchismo", outro nome de destaque na política paranaense naquele momento, Álvaro Dias, que se tornaria o próximo governador do estado, também falou sobre o assunto em entrevista concedida ao jornal *Folha de Londrina* (10 abr. 1983, p. 3), no início de seu mandato como senador, onde afirmou:

> não sou adepto do revanchismo, da vingança. Acho que o país deve ser conduzido com amor, não com ódio. Isso não significa que se deva defender a impunidade de criminosos, de corruptos, de pessoas que praticaram desatinos, desmandos e comprometeram os destinos do País. A lei deve estar acima de todas as questões. Acho que o cidadão que se julgar vítima de atos de violência, de desrespeito aos direitos humanos, deve acionar os responsáveis com base na lei. Nós, os políticos, devemos agir de forma que a lei seja cumprida, oferecendo resguardo a estes que se julgam atingidos pela violência nos momentos de arbítrio.

Mesmo defendendo a aplicação da lei, o senador isenta a classe política da tarefa de buscar a responsabilização dos atos criminosos cometidos sob a guarda dos governos militares, ação qualificada por ele como vingança. Apesar das violações de direitos serem de conhecimento da sociedade, caberia às próprias vítimas a iniciativa de buscar judicialmente o cumprimento da justiça. No caso da fala de Álvaro Dias, temos uma postura que não visa necessariamente promover justiça, já que era sabido que as leis vigentes apontavam para a impunidade e descaso para com os que buscavam algum tipo de reparação.

---

partido e o manteve no radar dos agentes do SNI que, conforme um de seus dossiês, afirmou que essas atitudes punham em dúvida "sua moderação e confiabilidade que vem sendo apregoadas junto aos altos escalões administrativos e do Governo Federal" (ACT-ACE 3913, 1983, p. 2).

Tanto Richa quanto Álvaro Dias, ao afirmarem ser contra o “revanchismo”, na verdade estavam desconsiderando a possibilidade de colocar os militares no banco dos réus, por julgarem desnecessário ou pelo receio de que fossem tachados de radicais ou vingativos, como se convencionou chamar os que tentaram publicamente trazer justiça às vítimas da ditadura. Tal entendimento, porém, funciona como uma permissão, ainda que simbólica, para que o Estado haja de modo extremo e viole direitos de seus cidadãos sem que ocorra o devido processo de restituição de sua condição moral e material, rompendo com o pacto legal que deveria garantir o Estado Democrático de Direito. Ocorre que, ao não tomarem a dianteira do processo de reparação, os políticos naturalizam ações do Estado que deveriam ser veementemente rechaçadas, o que impede a recuperação, ou construção, da confiança cívica da sociedade no aparelho estatal.

Como se percebe, mesmo entre os democratas reformistas, como era o caso de Álvaro Dias, a impunidade aos militares não se mostrou uma preocupação ou bandeira. Tal ponto implicava, mesmo que subjetivamente, na adesão ao projeto conciliatório, que ganhou cada vez mais espaço entre os políticos paranaenses após o PMDB assumir o governo no estado. Enquanto oposição no estado, sem condições reais de agir, os peemedebistas colocavam-se de modo mais crítico, menos ponderados ao tratarem do governo militar. Após chegarem ao poder, no entanto, assumiram uma nova postura, por temor às retaliações ou por perceberem que a governabilidade no estado dependeria de certa convivência “harmônica” com os militares, que continuavam a agir de modo discricionário e casuístico.

Em análise a respeito do posicionamento assumido pelo governador eleito José Richa, o *Diário do Paraná* (27 nov. 1982, p. 2) destacou, em reportagem cujo título era “De radical a liberal”, que:

> Depois de uma campanha eleitoral onde o radicalismo esteve presente por várias vezes no discurso do governador eleito, José Richa, revela-se, agora, a sua verdadeira personalidade de político liberal. A imprensa nacional deu ênfase à sua recente participação no debate em torno da eleição do futuro presidente da Câmara dos Deputados.

As críticas consideradas de cunho “radical”, feitas por Richa durante sua campanha, foram direcionadas, principalmente, às questões econômicas e ao autoritarismo que barrava o avanço democrático, pontos em que o governo federal era responsabilizado. A questão que recebeu certa repercussão nacional citada pelo jornal foi o posicionamento de Richa em favor do direito do PDS escolher quem seria o sucessor do presidente da Câmara Federal, então ocupada pelo pedessista Nelson Marchezan. Com isso, o então senador e recém eleito

governador do Paraná se colocava na contramão do que pregava o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, que defendia uma eleição para a presidência de modo independente. O posicionamento de José Richa foi bem visto pelos peemedebistas considerados "moderados" e pelos pedessistas, que defendiam que em momentos de "avanço político", como acreditavam estar vivendo, "a linguagem pelo diálogo e pela participação fala mais alto" (Diário do Paraná, 27 nov. 1982, p. 2). Embora na oposição, Richa passou a ser visto neste primeiro momento como um aliado no caminho para a conciliação idealizada pelos que ocupavam o poder a nível federal e sua base aliada.

Outros políticos paranaenses, contudo, mantiveram uma posição de crítica acirrada ao governo dos militares. Nilso Sguarezi, por exemplo, como líder do PMDB na ALEP, no início de dezembro de 1982, utilizou o resultado eleitoral de novembro do mesmo ano para cobrar maior transparência do governo federal em suas transações econômicas e relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, o governo não estaria respeitando a vontade do povo ao submeter o país a acordos junto ao FMI[70], e afirmou:

> acredito que embora sejamos Governo do Paraná, porque, somos o partido vencedor das eleições, deveremos permanecer na oposição a este Governo central que infelicita esta Nação, porque, a luta da Oposição vai terminar quando efetivamente nós do PMDB tivermos o poder central e pudermos, realmente implantar aqui uma democracia, e realmente conseguirmos concretizar na prática uma abertura, porque, tudo não passou de uma farsa. (Anais da Assembleia, 2 dez. 1982, p. 2).

As colocações de Sguarezi evidenciam que, mesmo reconhecendo certos avanços, a oposição tinha consciência das limitações impostas pelo governo militar para devolver o poder aos civis. A "farsa", neste contexto, seria a continuidade da centralidade na tomada de decisões e uma política econômica e social baseada em ações unilaterais, prostrada a interesses internacionais, decididas sem debate e deixando o povo à margem.

Sobre o assunto ligado aos problemas econômicos, ao ser diplomado, José Richa comentou que estava disposto a fazer com que o Paraná contribuísse com a solução dos problemas enfrentados pelo país, porém, em contrapartida, exigiu: "queremos ser partícipes de um diálogo maduro, que inclua nosso envolvimento efetivo na tomada de decisões e escolha das alternativas capazes de minorar os sacrifícios de nossos coestaduanos" (Folha de Londrina,

[70] Para socorrer economicamente o Brasil, o FMI exigia a intensificação de medidas de caráter recessivo, as quais já estavam sendo implementadas desde o início do governo Figueiredo, mas que só foram anunciadas oficialmente após as eleições de 1982. Tais medidas compreendiam: corte de gastos e investimentos públicos, redução da disponibilidade de crédito, aumento da taxa de juros, contração dos salários reais e redução das importações (Motta, 2021).

21 jan. 1983, p. 3). O deputado estadual peemedebista Deni Schwartz enfatizou que, apesar do momento político ser de esperanças, discordava da imprensa e de parte dos brasileiros que estavam a tecer elogios e loas ao presidente da República, já que, nas palavras dele, "estamos entre aqueles que achamos que a abertura política não foi uma concessão dos poderosos, mas, antes de mais nada, uma conquista de toda a sociedade brasileira" (Anais da Assembleia, 2 dez. 1982, p. 3). Em sua manifestação na ALEP, o parlamentar continuou:

> que seria deste País se os Estados, hoje, sob o comando da Oposição, e que representam 80% do produto interno bruto, resolvesse considerar o Presidente, fosse somente Presidente do Nordeste (*sic*), mas que, nos liberasse, para termos o nosso Presidente, que nos liberasse para termos o nosso País e, ele, que ficasse com o Nordeste, pois, o General Presidente, mostrando que não está capacitado para o cargo – como já demonstrou durante as eleições quando não foi um magistrado – o General Presidente agora demonstra que, incapacitado para o cargo, está a dizer o que não se pode ouvir da boca de uma autoridade, a maior autoridade do País. (Anais da Assembleia, 2 dez. 1982, p. 3).

As colocações de Deni Schwartz, que remetem a noções separatistas, referem-se a uma afirmação que teria sido feita por Figueiredo, conforme se noticiou no período, de que o presidente desejava inverter o mapa do país e governar com e para o Nordeste, em razão do resultado eleitoral que elegeu, naquela região, ampla maioria de governadores e parlamentares do PDS. A fala presidencial, além de gerar revolta, aumentou a preocupação nos estados onde a oposição elegeu seus governadores, e contribuiu para fomentar disputas regionais e preconceitos que persistiram à transição.

Para pensarmos nas relações entre governo estadual e federal, destacamos algumas falas e posicionamentos do então General-Presidente João Figueiredo, assim como, na sequência, reações de políticos paranaenses, em especial do PMDB. Em seu discurso de fim de ano, em 1982, Figueiredo afirmou:

> Nada pior, nesses instantes de luta contra a adversidade, do que a quebra de confiança no futuro ou a expansão do ceticismo na capacidade, pública e privada, para restabelecer a prosperidade. Nada mais oportuno, por isso mesmo, do que uma profissão de otimismo por parte dos brasileiros, no futuro do país, nas condições que este possui para continuar a crescer. Uma profissão de fé em que não há lugar para a visão sombria ou catastrófica de que a civilização ocidental está à beira do colapso. Uma profissão de fé, portanto, de que nos achamos perante simples acidente da história, que não perturbará a marcha no sentido do progresso e da paz social. (Diário do Paraná, 31 dez. 1982, p. 2).

Neste recorte do discurso presidencial, o General reconhece haver certa descrença no futuro e, de modo implícito, faz um pedido de confiança e colaboração da população e dos políticos civis, para tentar recuperar o crescimento observado nos anos de "milagre econômico", que se mostrava um tanto distante naquele momento. Ao alegar que o momento crítico era um "acidente da história", busca esquivar os governos ditatoriais da sua responsabilidade sobre a crise. O foco, neste caso, seria no futuro, o qual tinha seu horizonte regado de promessas, numa tentativa de se afastar, ao menos discursivamente, dos problemas financeiros que assolavam o país e prejudicavam a imagem da ditadura militar.

Seguindo esta linha argumentativa, no dia primeiro de março de 1983 o General-Presidente brasileiro fez um pedido de paz ao Congresso Nacional. Em um pronunciamento transmitido via rádio e televisão para todo o país, Figueiredo salientou que seria preciso o estabelecimento de uma trégua política para superar mais facilmente, "em clima de cooperação e entendimento" os graves problemas que o país enfrentava. Ele ressaltou que "na base do aperfeiçoamento democrático estará o espírito de concórdia, a tendência para a negociação e a redutibilidade dos antagonismos" (Folha de Londrina, 2 mar. 1983, p. 1). Nas falas em questão vemos operar um discurso voltado para a "pacificação", mas que, na prática, implicava num pedido para que a oposição não realizasse críticas contundentes e que cooperasse com o projeto de país arquitetado pelos militares e seus apoiadores, mesmo que isso não atendesse às necessidades de boa parte da população ou que se mostrasse equivocado para a conjuntura vivida. Além disso, o então presidente afirmou ainda que o novo quadro político, em decorrência das eleições de novembro de 1982:

> avultarão novos estilos de ação, advindos do aperfeiçoamento da democracia, da vocação que a impele a ser fiel à sua ideia de servir a paz e a harmonia sociais. [...] Chegamos a um novo estágio em que a abertura democrática não poderia consistir só em atos unilaterais. O funcionamento da democracia, neste período decisivo de nossa história, reclama espírito de transigência e vontade comum de encontrar fórmulas que conciliem a continuidade com a mudança. (Folha de Londrina, 2 mar. 1983, p. 1).

Naquele momento, reduzidos os mecanismos de controle e percebendo as articulações e apoio recebido pelas oposições, o governo militar se colocou em posição para negociar, dentro dos seus parâmetros, é óbvio. As condições implicaram em uma nova gramática na mesa das discussões políticas, tendo em vista o próprio pedido de trégua e o desgaste que os problemas econômicos e o resultado eleitoral lhes impuseram. Os ditadores, que por tanto tempo se mantiveram em posição de superioridade e distanciamento da classe política, sem costume de

dialogar, mesmo que a propalada política da "mão estendida" de Figueiredo pregasse isso, acabaram mudando o tom dos discursos, conforme a conveniência que o momento exigia e dentro de determinados limites, sendo que, a partir de 1983, temos um apelo à ideia de consenso, trégua e negociação, um linguajar um pouco menos violento que seguia os preceitos da "ideologia da reconciliação" (Vinyes, 2015) e entendia que mudanças eram precisas para garantir a institucionalização do regime.

Neste sentido, Figueiredo salientou que "o processo de modernização democrática demanda maior agilização nos períodos de crise, nas épocas em que a solução dos problemas sociais e políticos exija o trabalho solidário e comum, que é fruto do consenso" (Folha de Londrina, 2 mar. 1983, p. 3). Sobre isso, comentou o deputado federal do Paraná Valmor Giavarina (PMDB), que foi eleito suplente e assumiu na vaga de Enéas Farias:

> O Presidente João Figueiredo propõe em sua mensagem uma trégua político-partidária, em outras palavras pretende a colaboração das oposições a fim de superar a crise nacional. [...] É fácil propor apenas o que convém a quem propõe. Negociar significa também ceder, e o Governo não quer ceder em pontos que para nós são essenciais. Propor negociar sem ceder é propor a capitulação das oposições. [...] O que pretende realmente o Governo por trás do pano de fundo da trégua política é que as oposições se calem diante do amontoado de erros que ele cometeu sozinho jogando o País nas trevas, ao ponto de comprometer inclusive a soberania nacional. O que pretende o Governo é dividir conosco a responsabilidade de sua "irresponsabilidade". (Folha de Londrina, 8 mar. 1983, p. 3).

O deputado paranaense reclamou da falta de abertura para dialogar e reivindicar junto ao governo pontos como as eleições diretas para presidência, mudanças na Lei de Segurança Nacional e convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, o que tornava a proposta nada atraente, já que a oposição não teria suas pautas atendidas nem parcialmente. Ademais, podemos notar que a exigência de um trabalho coletivo, neste momento, pode ser também uma tentativa de responsabilizar outras figuras pela situação que atravessava o país, dividindo a culpa e as tarefas futuras, visto que, nos períodos de crescimento econômico e expectativas positivas, a centralidade e o protagonismo do governo eram destacados. Nota-se ainda que as intenções do governo foram logo percebidas e de modo algum compreendidas como um gesto sincero para tentar sanar os pontos críticos do país, ideia que o presidente tentou transmitir, mas que não se sustentava.

Seguindo em sua linha argumentativa, já buscando aparar algumas arestas que surgiram após sua primeira tentativa de chegar a um consenso, tal como a exposta na fala do deputado

Giavarina acima, o então presidente brasileiro renovou, dias depois, o pedido de trégua, e afirmou:

> Há quem tenha interpretado como tentativa de silenciar a oposição. A proposta de trégua, que agora reitero, é ato de grandeza. Não constitui convite à capitulação, nem envolve capitulação. Constitui - isso sim - convite a que se identifiquem, pelo diálogo, zonas de entendimento. A trégua deve ser vista como processo, mediante o qual as parcialidades políticas se disponham a superar, acerca de pontos determinados, radicalismo ou divergências injustificáveis em face do interesse nacional. Trégua é procura de conciliação e desarmamento de espíritos. De boa vontade e de boa fé, é possível chegar à união dos espíritos e à unidade da ação. [...] A esmagadora maioria da nação deseja, não o confronto e o revanchismo, mas o entendimento e a conciliação entre os brasileiros. [...] Dentro das diretrizes já traçadas, conclamo todas as forças democráticas para um esforço conjunto, a fim de superar as posições irredutíveis, evitar o retorno a querelas estéreis e radicalismos divisionistas. (Folha de Londrina, 15 mar. 1983, p. 3).

Aos opositores, mais uma vez, é atribuída a culpa por posições radicais que, para o governo, seriam causas de entrave, sem considerar a própria contestação ao regime e propostas de uma sociedade alternativa, ou mesmo de maiores mudanças dentro do modelo liberal-burguês, como práticas inerentes à prometida democracia. As diretrizes, conforme colocado acima, já estavam traçadas. Tratava-se de uma estratégia de "recuo organizado", conforme destacou Motta (2021, p. 276), onde o governo permitia a ocupação de determinados espaços por seus adversários, ao mesmo tempo em que preservava suas forças unidas para ceder o mínimo possível. Restava então, ao governo, aguardar que a nação, ou ao menos a classe política, aceitasse e colaborasse com o processo. Caso isso não fosse possível, os militares continuariam a "aparar as arestas".

Em reação à proposta de trégua do presidente, José Richa considerou-a estranha e abstrata, inicialmente, mas apontou para o pedido como uma oportunidade de reunir-se com o governo para discutir os problemas do país. Para tanto, sugeriu que os dirigentes partidários se reunissem para apresentar um plano de emergência econômica ao executivo federal (Folha de Londrina, 3 mar. 1983, p. 1). Com o passar dos dias, porém, percebendo a real intenção da presidência, o governador qualificou de "utópica" a tese de conciliação defendida, alegando que, "por ser vaga e indefinida, não seria aceita nem em tempo de guerra" (Folha de Londrina, 10 mar. 1983, p. 3). Para Richa, assim como para boa parte dos políticos da oposição, o que garantiria uma "verdadeira conciliação nacional" seriam as eleições diretas para presidente, convocação de uma Assembleia Constituinte e uma legislação que assegurasse a participação popular nas decisões políticas – pautas estas que, entre outras, eram defendidas pelo programa

nacional do PMDB[71]. Estes pontos, de acordo com o recém-eleito governador paranaense, deveriam ser parte de um programa mínimo de emergência, em torno do qual as oposições e o governo deveriam se unir para, então, conseguir a trégua propalada. Contudo, o governo teria delimitado que eleições diretas e uma nova constituinte eram temas que não aceitaria discutir em nenhuma hipótese, pois eram "considerados dogmas intocáveis pelos governos revolucionários" (Folha de Londrina, 4 mar. 1983, p. 1).

Em seu discurso de posse como governador, Richa tocou novamente na questão da trégua, afirmando que ele e seu partido estavam "plenamente de acordo", desde que ela envolvesse "propostas concretas, capazes de enfrentar a atual crise brasileira", e que ninguém na oposição desejava a contestação (Folha de Londrina, 16 mar. 1983, p. 4). Meses depois, em entrevista, afirmou que em nome do diálogo o PMDB poderia até abrir mão, temporariamente, de algumas de suas principais reivindicações, como a constituinte, para conseguir eleições diretas, pois para ele:

> Somente um Presidente da República, eleito pela vontade soberana do povo num pleito livre e direto, terá legitimidade e, ao mesmo tempo, também contará com a co-responsabilidade da sociedade para execução de um programa que envolva sacrifícios - mas que seja capaz de tirar o País das suas imensas dificuldades. É por isso que acredito na realização de eleições diretas para a Presidência da República, como única fórmula capaz de reunir o povo brasileiro em busca de seus destinos. (Folha de Londrina, 15 nov. 1983, p. 3).

A trégua, como se nota, estaria condicionada, entre outras coisas, a um pleito direto, critério que contribuiu para que os movimentos pelas diretas surgissem em todo país no ano seguinte, como veremos no próximo capítulo. José Richa defendeu em diferentes momentos ao longo de 1983 o entendimento como única saída para a crise econômica do país, e chegou a afirmar que sentia o "drama de Figueiredo", em razão das diversas cobranças que estava recebendo, sobretudo os pedidos para que demitisse seu Ministro do Planejamento, Delfim

---

[71] A cúpula nacional do PMDB emitiu uma nota a respeito do pedido de trégua da presidência, onde, sem apontar se aceitava ou não a proposta, afirmou que "a profunda crise que angustia a Nação impõe o encontro de ideias e soluções e não simplesmente de homens e intenções", e que "o Governo propõe a trégua sem anunciar à Nação seus termos e os temas sobre que versa, para que sejam conhecidos, examinados e decididos" (Folha de Londrina, 11 mar. 1983, p. 3). O documento ressaltava que o partido tinha propostas alternativas nos campos institucional, econômico e social, como a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleições diretas para todos os níveis, retomada das prerrogativas do poder legislativo, política salarial compatível com o custo de vida e com a distribuição de renda, autonomia sindical, direito de greve, incentivo às empresas identificadas com o desenvolvimento e justiça social e reforma da Lei de Segurança Nacional.

Já a Comissão Executiva Nacional do PT posicionou-se contrariamente ao pedido de trégua, e alegou que se tratava de uma tentativa de "se institucionalizar o regime militar, através de um processo de negociação previamente delimitado", e que constituía-se numa "inequívoca intenção de marginalização do PT e dos setores populares dos demais partidos de oposição para abafar sua luta contra o regime militar e sua posição na defesa dos trabalhadores" (Folha de Londrina, 20 mar. 1983, p. 3).

Neto. Richa declarou ainda temer uma convulsão social no país, e que diante de tal cenário, era preciso que as lideranças políticas se sentassem na mesma mesa para discutir (Folha de Londrina, 17 set. 1983, p. 3). Percebe-se que o pedido de paz que partiu do presidente não se sustentava naqueles moldes, segundo o político paranaense, pois se encontrava assentado em projetos governamentais que não atendiam aos anseios da oposição e de boa parte da sociedade. Com alguns ajustes, porém, a trégua era bem vista e até recomendada pelo governador.

Para o então senador Álvaro Dias, presidente do PMDB no Paraná no período, a retórica do governo não encontrava apoio na realidade:

> sucedem-se os escândalos, renovam-se os episódios de corrupção e violência, enquanto o Congresso como instituição e a oposição em particular, são pressionados para fechar os olhos diante de tudo em nome de uma alegada "inconveniência", que ninguém conceitua com precisão, o que seria desnecessário, pois na raiz de tudo continua onipresente a relatividade de nossa democracia. (Folha de Londrina, 9 mar. 1983, p. 3).

Argumentando na mesma linha de Álvaro Dias, o deputado estadual Luiz Carlos Caíto Quintana, do PMDB da região Sudoeste paranaense, em seu primeiro mandato na ALEP, ressaltou:

> UMA PROPOSTA DE TRÉGUA POLÍTICA é válida para o momento difícil em que vivemos. Contudo, os propósitos desta unidade devem representar o desejo de mudanças de rumos, da punição dos corruptos e do alinhamento de propostas sérias e concretas. Não nos parece que se possa pedir aos partidos e à Nação o desarmamento de espíritos, enquanto casos como a CAPEMI, o CASO BAUNGARTEN, O ESTOURO DA DELFIM, O RELATÓRIO SARAIVA, A MAXIDESVALORIZAÇÃO, A INGERÊNCIA DO FMI e outros tantos escândalos forem acobertados pelos homens no poder central e até mesmo defendidos pelo Sistema. Não nos parece que se tenha autoridade para pedir aos trabalhadores da Nação que aceitem a política salarial, enquanto somas fantásticas de dinheiro que não temos, forem gastas em obras suntuosas, desnecessárias no tempo e ociosas na prática. Isso não seria uma trégua política e sim uma omissão imperdoável. (Anais da Assembleia, 8 mar. 1983, p. 13, grifos do autor).

Nos dois últimos trechos citados, os políticos apontam para o que, segundo eles, seria um pedido, não de trégua, mas de conivência com os desmandos do Governo Federal e descaso com os trabalhadores e a nação de modo geral, tendo em vista o arrocho salarial e outras imposições do FMI à economia do país. O pedido do governo envolveria ainda omitir os casos

de corrupção que saíam a público naquele momento[72] – segundo Álvaro Dias, a imoralidade ligada aos desvios de verba pública era um fantasma que o governo federal deveria exorcizar para, só então, pensar em trégua (Folha de Londrina, 24 mar. 1983, p. 2).

Percebe-se que o governo propunha uma conciliação nacional que mais se assemelhava a um tipo de "cale-se" e subserviência do poder político da oposição, o que implicaria em capitulação frente à opinião pública, algo rechaçado pelos partidos opositores. Ou então, como dito pelo jornalista Cláudio Lacerda, a trégua nada mais seria que uma "conciliação de cúpulas" (Folha de Londrina, 5 mar. 1983, p. 2). Estes eram custos para efetivação da abertura, tal como traçada pelo grupo alojado no poder, e consequências da adesão à trégua solicitada. É possível notar, no entanto, que entre os democratas reformistas do PMDB havia, ao menos neste primeiro momento após as eleições de 1982, posições refratárias ao projeto governista de estabelecimento do consenso, já que tal alinhamento significaria aceitar imposições contrárias às mudanças pregadas e propaladas durante as campanhas eleitorais ou mandatos anteriores, no caso dos reeleitos.

Do lado oposto, defendendo o posicionamento do presidente da República, o deputado federal Norton Macedo, do PDS paranaense, afirmou que ninguém poderia ser contra a proposta de trégua política, "a não ser que o radicalismo prevaleça sobre a razão" (Folha de Londrina, 31 mar. 1983, p. 3). O parlamentar destacou que a cada início de legislatura eram lançadas propostas daquele mesmo feitio: "antes foi a distensão, depois a abertura, depois o diálogo. Agora a trégua. [...] Trégua significa paz. E ninguém pode ser contra a paz. Entendimento, diálogo e trégua não significam capitulação para nenhuma das partes" (Folha de Londrina, 31 mar. 1983, p. 3). Macedo indicou ainda que a oposição não havia entendido corretamente o teor da proposta, e que bastaria haver "desprendimento e sinceridade" para que os interesses nacionais fossem alcançados. Temos aqui um apelo argumentativo de cunho emocional, no qual foi atribuída certa culpa aos que se negaram a aderir à pacificação supostamente proposta. Afinal, como alguém seria capaz de se colocar contra a paz? Tal argumento, contudo, desconsidera os efeitos e objetivos da adesão ao pedido de trégua, ou seja, a continuidade das condições precárias para avanços democráticos.

O pedido de trégua, como levantado por políticos peemedebistas, ao não propor uma contrapartida que beneficiasse a população, ou mesmo parte da classe política oposicionista,

[72] Durante o período de abertura, com maior liberdade política e de imprensa, casos de corrupção ocorridos naquele momento e em anos anteriores começaram a ser publicizados. Para mais detalhes, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "luta" contra a corrupção: muitos discursos, poucas realizações. *In*: _____. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 199-221.

tornava-se vazia de sentido. O medo de um novo endurecimento das ações repressoras e de estagnação do processo de abertura, no entanto, não deixaram de pesar em meio às negociações e posicionamentos em relação aos militares e o governo por eles instituído. Mesmo que o pedido de trégua não tenha sido aceito por alguns peemedebistas do Paraná, na prática parecia não restar muitas margens para saídas alternativas à conciliação pensada pelas elites e pelos militares. Apesar da ampliação dos espaços de disputa política, as cartas do jogo político transicional estavam marcadas.

2.4 DISSENSOS INTERNOS E REESTRUTURAÇÕES PARTIDÁRIAS

Tendo em vista a vitória do PMDB nas eleições estaduais de 1982, diferentes atores e grupos do partido agora governista no Paraná mudaram seu comportamento frente às lideranças da agremiação e passaram a exigir maior participação no governo e nos rumos da sigla. Já no interior do PDS, que se encontrava na condição de oposição no estado e assistiu a uma redução considerável do papel de liderança de Ney Braga, houve uma tentativa de reestruturação pela qual o partido passou, além da adoção de novas estratégias por parte dos políticos pedessistas diante do governo peemedebista. Os demais partidos, PT, PTB e PDT, também buscaram se (re)articular no estado, embora não fossem capazes de rivalizar com o PDS e muito menos com o PMDB, que ampliou ainda mais sua presença e força no Paraná a partir do governo de José Richa.

2.4.1 PMDB

No cenário político estadual, ainda antes de assumir o governo paranaense, José Richa e o conjunto do PMDB depararam-se com um primeiro desafio: entrar em consenso sobre a indicação de um nome para conduzir a prefeitura de Curitiba. A prefeitura da capital tinha, na época, “características de uma Secretaria de Estado”, isto é, era parte direta da administração estadual, embora legalmente tivesse autonomia (Diário do Paraná, 25 jan. 1983, p. 2), o que conferia uma importância a mais para a indicação. Demonstrando interesse direto no assunto, o diretório municipal do PMDB de Curitiba se reuniu para elaboração de uma lista tríplice que seria encaminhada ao futuro governador e de onde deveria ser escolhido o nome do futuro prefeito (Diário do Paraná, 18 jan. 1983, p. 3). José Richa, porém, teria afirmado que não aceitaria imposições sobre suas decisões, fato que gerou desconforto entre os políticos da

capital, que almejavam maior participação nas decisões do novo governo, em especial no que dizia respeito direto a Curitiba (Diário do Paraná, 20 jan. 1983, p. 2).

Dias depois, buscando evitar maiores desgastes, antes mesmo que o governador assumisse o cargo, os membros do diretório curitibano se reuniram com Richa e anunciaram a suspensão da elaboração da lista, alegando o que segue: "a decisão somente deverá partir do próprio governador sem nenhum outro condicionamento que não seja o da competência e da representatividade partidária" (Diário do Paraná, 26 jan. 1983, p. 3). O caso aponta para as divergências existentes entre a cúpula estadual do PMDB e o diretório municipal curitibano, e expressa ainda, nesta fase de reorganização partidária e governamental, uma tensão entre políticos da capital e os demais grupos do interior do estado, em especial da região Norte, onde Richa tinha suas origens políticas e uma base de apoio forte. Tais disputas foram os primeiros sinais de que a política conciliatória e as limitações impostas a mudanças reais contribuíam para intensificar as barganhas e exigências por cargos, tanto a nível estadual como federal. São indícios de que entre políticos do PMDB, em especial os liberais conservadores, o "grande projeto político" se resumiria a ocupar postos de poder.

Sobre a escolha do futuro prefeito, o PT de Curitiba emitiu uma carta pública em que pedia apoio popular para que o novo prefeito fosse escolhido por meio de votação direta. A carta alegava que, "se realmente existir, por parte do PMDB, o interesse em consultar o povo sobre a escolha do prefeito, isto poderá ser feito pelo Governo Estadual, mesmo que a legislação federal preveja a nomeação pura e simples" (Folha de Londrina, 3 fev. 1983, p. 3). A justificativa era de que a eleição para prefeito da capital seria uma promessa de campanha do partido vitorioso, argumento também utilizado por peemedebistas que desejavam uma maior participação popular na estruturação do governo paranaense. Chegou a ser cogitada a formação de uma comissão interpartidária que contaria com a participação do PMDB, PDT, PT e PTB para analisar alternativas para viabilizar o pleito que escolheria o novo prefeito, o que não se concretizou.

Os três nomes mais cogitados para assumir o cargo foram: Maurício Fruet, Adhail Sprenger Passos e Amadeu Luiz de Mio Geara – os dois primeiros ocupavam o cargo de deputado federal e o último de deputado estadual, todos eleitos ou reeleitos em 1982 pelo PMDB. Contestações a estes nomes teriam surgido pelo fato de que todos apresentavam ligações com o *lobby* imobiliário da cidade. No lado oposicionista, os políticos pedessistas, embora simpáticos ao nome de Maurício Fruet, ressaltaram a promessa de campanha do PMDB que propunha a realização de eleições diretas para prefeito da capital e cidades das áreas de segurança nacional. Durante a sessão da ALEP que discutiu e aprovou o nome de Maurício

Fruet para prefeito de Curitiba, deputados do PDS resgataram os anais de sessões anteriores em que ocorreram votações para referendar nomes de políticos indicados pelo então governo da ARENA para o mesmo cargo, e rememoraram as falas de deputados do antigo MDB, as quais desqualificavam a eleição indireta por seu aspecto antidemocrático e a falta de legitimidade das indicações. Lembraram ainda que nos referendos anteriores a bancada do MDB havia se retirado da Assembleia para não participar das votações, que consideravam inconstitucionais, mas que naquele momento, por ser o PMDB o partido do governador, teriam deixado de contestar o processo, o que levou os pedessistas a acusarem de incoerentes e oportunistas seus adversários (Anais da Assembleia, 24 mar. 1983, p. 3-4). Como se nota, ao se acomodar no poder, o PMDB aderiu a uma prática que combatia veementemente, demonstrando que estava se integrando ao sistema vigente e dava condições para que o "imobilismo em movimento" se constituísse em escala regional.

Mesmo com toda discussão, por fim, o escolhido de Richa foi Maurício Fruet, que teve seu nome aprovado e permaneceu no cargo até o fim de 1986. O resultado da votação foi de 34 votos a favor, 17 em branco e 7 abstinências (Anais da Assembleia, 24 mar. 1983, p. 16). Como a votação foi secreta, não podemos afirmar de quem foram os votos em branco e as abstinências, mas o número de votos a favor coincide com o número de deputados da bancada do PMDB. Fruet havia sido o deputado federal mais votado no Paraná em 1982, seu eleitorado se concentrava na capital e municípios da região metropolitana (Folha de Londrina, 12 mar. 1983, p. 3). Este fato foi explorado pelo PMDB para refutar os deputados do PDS que questionavam a escolha indireta de Maurício Fruet, já que os peemedebistas alegaram que a votação recebida por Fruet para o cargo de deputado federal conferia legitimidade à sua indicação (Anais da Assembleia, 24 mar. 1983, p. 3-4). O prefeito escolhido se notabilizou por presidir nacionalmente o Comitê Nacional Pró-Autonomia dos Municípios (CONAM)[73], que buscava principalmente acabar com a intervenção federal nas cidades consideradas áreas de segurança nacional, capitais e estâncias hidrominerais (Folha de Londrina, 26 jan. 1983, p. 3). O cargo que ocupava, no entanto, continuava sendo por indicação indireta.

Para além das discussões ocorridas em torno da escolha do prefeito da capital, havia ainda o que podemos considerar uma disputa a respeito do grau de participação de alguns grupos e regiões na formação do novo governo estadual, fator que reforça a influência dos

[73] Em janeiro de 1983 a CONAM lançou campanha de mobilização para a realização de eleições municipais nos municípios onde os prefeitos eram indicados. No Paraná, de forma imediata, solicitaram que o governador José Richa pudesse indicar nomes do próprio partido para as cidades consideradas áreas de segurança nacional, visto que em quase todas elas o PMDB recebeu votação majoritária nas eleições de novembro de 1982 (Folha de Londrina, 26 jan. 1983, p. 3).

regionalismos na política paranaense. Em relação a tais disputas por cargos, na região Oeste do estado, por exemplo, membros de 25 diretórios municipais se reuniram na cidade de Cascavel para elaborar um documento onde constassem nomes possíveis para aproveitamento na nova administração estadual. Apesar de um aparente consenso de que as pressões sobre o futuro governador deveriam ser moderadas, nem todos os líderes do Oeste concordavam com tal posição. O presidente do diretório da cidade de Cascavel, deputado estadual Mário Pereira, considerava ser "uma questão de justiça o prestigiamento à região, com a indicação de algum nome dela oriundo para compor a equipe do novo Governo" (Folha de Londrina, 1 fev. 1983, p. 3). No encontro entre os políticos, porém, ficou decidido que não seriam apontados nomes, pelo fato da maioria considerar que José Richa deveria ter toda liberdade para decidir. Assim, ao mesmo tempo em que demarcavam sua presença e assinalavam suas ambições, tentavam manter um tom de diálogo, de forma que suas exigências não soassem como imposição ou pressão.

O encontro dos membros dos diretórios resultou na elaboração da chamada "Carta do PMDB do Oeste do Paraná", na qual abordaram questões inerentes à condução da nova administração estadual. A carta lembrou das propostas feitas durante a campanha, enfatizando que "o partido governará voltado para o povo, ou seja, o povo no Governo", e que, "tal qual outras regiões do Estado do Paraná, também o oeste haverá de integrar a estrutura do Governo que vem aí, a saber que a efetiva participação e a efetiva contribuição oestina para a receita do Estado é bastante expressiva" (Folha de Londrina, 1 fev. 1983, p. 3). Observava ainda o documento que:

> consequentemente, resta ao partido sediado nesta região confiar que o governador eleito José Richa, conhecedor profundo dos problemas daqui, e dos homens que aqui habitam, inclua o oeste na estrutura da sua administração que, sem dúvida alguma, será profícua, porque voltada para o povo do Paraná. (Folha de Londrina, 1 fev. 1983, p. 3).

O ex-deputado estadual e então prefeito recém-eleito de Cascavel, Fidelcino Tolentino (PMDB), reforçou o pedido em encontro que teve com Richa, e teria afirmado que o anseio dos políticos da região era "justo e válido, porque a região é das mais importantes em termos econômicos, político e sociais, e que não há porque se manter o isolamento que havia em Governos anteriores" (Folha de Londrina, 3 fev. 1983, p. 3). Na mobilização em questão, temos um forte desejo em aumentar o grau de participação do Oeste no governo, numa tentativa de garantir uma ação mais efetiva de políticos regionais nos rumos que o governo estadual tomaria, de forma que pudesse beneficiar o desenvolvimento da região. Para tanto, duas justificativas

foram acionadas: as promessas de descentralização das decisões, um posicionamento do partido e defendido por Richa durante sua campanha, e a potencialidade econômica que a região representava, elemento utilizado como objeto de barganha. A articulação, embora fosse resultado de um desejo gestado em períodos anteriores, tomou forma pouco tempo após a vitória do PMDB, e é sintomática de como diferentes grupos aliados do governo recém-eleito atuariam neste novo contexto que surgia. Como resultado, da região Oeste foi escolhido o deputado federal Nelton Friedrich (PMDB) para a Secretaria do Interior.

Na escolha dos nomes que formaram seu governo, José Richa buscou dar espaço às diferentes tendências abrigadas no interior do PMDB. Isso devido ao fato de ter recebido apoio de diferentes grupos ideológicos agrupados em seu partido durante sua campanha eleitoral. Richa afirmou, quando ainda estava montando seu secretariado: "minha equipe de governo terá que representar o consenso do PMDB" (Folha de Londrina, 19 jan. 1983, p. 3). Seguindo esta diretriz, como destacou Luzia Oliveira (1998, p. 76), "dos comunistas aos pepistas, todos ganharam secretarias e postos no segundo e terceiro escalões do governo". A título de exemplo da diversidade que marcou o secretariado de Richa e gerou uma série de questionamentos ao mesmo, tivemos, com histórico de ligações com a esquerda, os seguintes nomes: Claus Magno Germer, Secretário da Agricultura, com passado vinculado a atividades da Ação Popular Marxista Leninista (APML), e Otto Bacarense Costa, escolhido como chefe da Casa Civil, que havia sido filiado ao PCB e chegou a ser indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM). Por outro lado, antigos nomes apontavam para o conservadorismo autoritário, como Luiz Felipe Haj Mussi, escolhido para a Secretaria de Segurança, que havia atuado como Procurador da Fazenda Nacional e chefe da Assessoria Jurídica da Petrobrás em 1976, ambos cargos de confiança durante a ditadura, além de outros personagens com origens na ARENA e passagens pelo PP (SNI, APR-ACE 3912, 1983). Este verdadeiro *mix* de posicionamentos demonstra como os acordos estaduais desenhavam limites regionais à transição conciliatória: em escala reduzida, houve um intenso trabalho de acomodação de grupos, nomes e ideologias divergentes e combatidas pelos militares e pela cúpula governista.

No decorrer do mandato de Richa, porém, o que se observou foi uma predominância da ala conservadora do PMDB. Este processo se deu de modo gradual e marcou uma descaracterização programática do partido no estado, em especial no que dizia respeito às políticas ligadas ao acesso à terra, investimentos no campo, trato da dívida pública e arrecadação de impostos (Oliveira, 1998). Tal mudança de postura contribuiu para aumentar as divergências no interior do partido e afastar da cúpula do governo estadual os setores

considerados mais combativos, como aqueles ligados a Alencar Furtado, representante do grupo dos "autênticos" no Paraná.

No dia 22 de fevereiro de 1983 José Richa anunciou oficialmente os nomes que compuseram sua equipe de 17 secretários. Após as indicações, algumas manifestações de descontentamento foram externadas. Em Londrina, mesmo com dois nomes indicados – Luiz Cordoni Júnior para a Secretaria de Saúde e Francisco Simeão Rodrigues para a Secretaria de Indústria e Comércio –, houve certa contrariedade pela não indicação de Osvaldo Macedo a nenhuma secretaria, já que o próprio Richa havia dado indícios de que o escolheria (Folha de Londrina, 25 fev. 1983, p. 3). Macedo era ex-deputado estadual e federal pelo MDB e havia sido candidato do PMDB à prefeitura de Londrina em 1982, ficando na segunda colocação, atrás do também peemedebista Wilson Moreira, e era um homem influente na cúpula do PMDB londrinense. José Richa argumentou que por ter escolhido dois nomes da cidade, se sentiria constrangido caso indicasse mais um londrinense, e que outras regiões precisavam ser contempladas (Folha de Londrina, 25 fev. 1983, p. 3). Destacamos que, por ser um jornal sediado em Londrina, o jornal *Folha de Londrina* deu ampla cobertura aos acontecimentos da cidade, assim como às articulações e especulações relacionadas a políticos da região. A cidade do Norte paranaense também ganhou destaque por ser uma das maiores do sul do Brasil.

Mesmo que Richa tenha mantido, segundo o jornal *Folha de Londrina* (24 fev. 1983, p. 3), um "critério geográfico" para escolher seus secretários, políticos da região do chamado Norte Pioneiro se disseram frustrados por não terem tido nenhum nome escolhido para as secretarias estaduais[74]. Para o deputado federal Santinho Furtado (PMDB), por exemplo, os nomes foram bem escolhidos, mas a região do Norte Pioneiro, por ter no período, segundo ele, mais de 250.000 eleitores, merecia ser representada. A reclamação também se dava pelo fato de que cidades como Londrina e Cornélio Procópio tiveram mais de um nome entre o secretariado, enquanto outras regiões ficaram de fora (Folha de Londrina, 25 fev. 1983, p. 3).

O desagrado maior se deu em especial após o levantamento do histórico de Gilda Rocha Loures, escolhida para a Secretaria da Educação. Gilda estava filiada ao PDS do município de Cornélio Procópio até cinco dias antes de sua indicação para o cargo, o que gerou uma repercussão negativa entre os políticos do PMDB (Folha de Londrina, 26 fev. 1983, p. 3). Richa

[74] O "critério geográfico", no entanto, não atendeu a todas as regiões do estado. Dos 17 secretários, Londrina e Cornélio Procópio tiveram dois representantes cada, Toledo, Maringá, Ponta Grossa e Francisco Beltrão tiveram um e de Curitiba saíram nove nomes (Folha de Londrina, 22 fev. 1983, p. 3). Regiões como o Norte Pioneiro, Noroeste, Centro e Sul não foram contempladas, como se nota. O Norte Pioneiro, como colocado por Santinho Furtado, não compreendia a cidade de Cornélio Procópio, tal como a divisão das mesorregiões feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

justificou sua escolha afirmando que sabia da filiação de Gilda ao PDS, e que seu vínculo com o partido adversário devia-se a mera formalidade a que ela havia se submetido para assumir a direção da Faculdade de Filosofia e Letras de Cornélio Procópio, já que o antigo governo forçava os funcionários estaduais a filiarem-se. Além disso, dois secretários escolhidos por Richa eram oriundos do antigo PP: Belmiro Valverde Jobim Castor, escolhido para a Secretaria do Planejamento, e José Olímpio, para a Secretaria de Administração. Belmiro havia sido secretário da mesma pasta durante o governo de Jayme Canet, quando o mesmo pertencia à ARENA e foi escolhido para o cargo de forma indireta. Com isso, aumentava o espaço para ação dos liberais conservadores, tal como ocorria com o PMDB no âmbito nacional, o que favorecia os militares e seu projeto de transição pactuada.

Passados quase três meses das nomeações, o ex-senador do MDB e então secretário geral do diretório do PMDB do Paraná, Francisco Leite Chaves, um democrata reformista, em entrevista ao jornal *Folha de Londrina* (16 jun. 1983, p. 3), relatou que as escolhas para o secretariado foram marcadas pela "mediocridade e inexpressividade". Chaves disse que o diretório regional estava desgostoso, que se tivessem anunciado aquele secretariado durante a campanha, não teriam vencido, pois eles não defendiam as teses do partido. Para ele, até aquele momento, não havia diferença entre o governo de Richa e seu antecessor, Ney Braga[75]. Ainda segundo Leite Chaves, o critério de escolha dos secretários foi a subalternidade ao governador, e afirmou que não havia participação nem do seu próprio partido nas decisões do governo de José Richa e muito menos da população.

Na fala de Leite Chaves destacamos a presença da ideia de continuidade em relação ao governo anterior. O afastamento e não cumprimento de promessas de campanha, elemento que aparece também em outras reivindicações feitas ao governo do estado, implicou na manutenção de práticas antigas, mais próximas de uma autocracia burguesa do que da democracia pregada pelo PMDB durante a corrida eleitoral. O não envolvimento do diretório estadual e das bases para a tomada de decisões importantes do governo incomodou os militantes do PMDB que esperavam maior espaço de participação. Por mais que José Richa alegasse ter democratizado o poder, o que se nota é que mudaram os nomes no governo do estado, mas as práticas e condutas pareciam pouco alteradas, reforçando o "pemedebismo" (Nobre, 2013) que se desenvolvia. Vale lembrar que, apesar de se tratar de uma declaração feita pouco tempo após o

[75] Na mesma entrevista, Francisco Leite Chaves chamou de lamentável a iniciativa de José Richa por ter solicitado uma audiência com o comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul. O encontro só não ocorreu pois o comandante viajou, e a iniciativa de Richa foi entendida como uma tentativa de estabelecer o diálogo com os militares, o que foi condenado por Chaves (Folha de Londrina, 16 jun. 1983, p. 3).

início do novo governo estadual, ela pode ser indicativa também da limitação que a centralização do poder no governo federal infligia às ações dos governadores oposicionistas.

Ao abordar a atuação do PMDB após assumir o governo paranaense em 1983, Luzia Oliveira ressaltou que o partido havia assumido novas características:

> Em primeiro lugar, há que se destacar a ênfase atribuída ao crescimento organizacional; em segundo, passou a prevalecer dentro do partido uma política de atração, que levou inúmeros militantes de outros partidos a se filiarem no PMDB. As questões doutrinárias foram relegadas a um plano secundário, prevalecendo a preocupação com questões mais práticas e mais diretamente eleitorais. Essa disposição do PMDB em aceitar todos os que se dispusessem a entrar para o partido provocou evasão no PDS, partido tradicionalmente governista, que havia se colocado na oposição desde 1982. (Oliveira, 1998, p. 79).

A autora chama atenção para o processo de "arenização" do PMDB, tal como teria ocorrido em todo o país, e que afetou os rumos que o partido tomaria. Ao explicar as adesões de prefeitos ao PMDB, entre outros motivos, ela destaca que seriam consequência da dependência financeira dos pequenos municípios[76] em relação ao governo estadual e à despolitização que abrangia parte dos cidadãos paranaenses daquele momento, em especial nas pequenas cidades, o que implicaria na manutenção dos laços políticos locais e de relações de clientelismo (Oliveira, 1998).

Embora a autora não aborde estes pontos, podemos considerar também como elementos que levaram à "arenização" peemedebista a entrada em massa no partido de ex-filiados ao PP, já que muitos deles haviam saído da antiga ARENA ou então do PDS no Paraná, e acabaram ocupando postos importantes no governo, como as duas secretarias apontadas anteriormente, e no próprio PMDB. A presença maciça dos pepistas, contudo, não agradava alguns grupos no interior do PMDB. Em 1985, para a escolha do novo presidente da ALEP, formou-se o que foi então chamado de "Grupo dos 11", composto por deputados estaduais do PMDB, entre eles Roberto Requião e Osvaldo Alencar Furtado, que não aceitavam a inclusão de membros do antigo PP na chapa, e se colocavam contra o que denominaram "Grupo dos Palacianos", ligados aos líderes peemedebistas e a José Richa. Na ocasião, Nilso Sguarezi foi reeleito para o cargo com a presença de antigos pepistas em sua chapa, fato que aprofundou os conflitos (Folha de

[76] Como demonstrativo desta mudança de filiação partidária, Oliveira (1998, p. 84) aponta que no início dos mandatos, em 1983, dos 310 municípios paranaenses com menos de 50.000 habitantes, 52% eram administrados por prefeitos filiados ao PMDB. Já em 1988, no final dos mandatos, esse percentual chegava a 75%. Nas cidades com mais de 50.000 moradores, os percentuais foram de 88% e 85%, respectivamente, para os anos de 1983 e 1988.

Londrina, 28 fev. 1985, p. 3). Neste cenário, nomes como Jayme Canet e Affonso Alves de Camargo Neto tornaram-se proeminentes.

A influência desses novos peemedebistas paranaenses no governo é perceptível em documentos do SNI que trazem um balanço do governo de José Richa. Ao analisar a posição do PMDB no Paraná, os agentes do órgão afirmaram que "os conservadores (ala pepista), liderados pelo senador Affonso Alves de Camargo Neto, exercem uma influência neutralizadora aos interesses radicais" (ACT-ACE 42589, 1984, p. 6-7). O documento afirma ainda que os antigos pepistas do estado atuavam fiscalizando a atuação dos indivíduos mais à esquerda do PMDB no estado, sugerindo, inclusive, que o governador se afastasse dos mesmos.

Em caso emblemático dos conflitos gerados pela influência da ala pepista, tivemos a exoneração do então presidente do Banco do Estado do Paraná (Banestado), Léo de Almeida Neves, escolhido por Richa para o cargo assim que assumiu o governo. De acordo com um relatório do SNI, a demissão ocorreu em razão de pressões exercidas por políticos como Jayme Canet, João Elísio Ferraz[77] e Affonso Camargo, todos ex-pepistas e ex-arenistas (ACT-ACE 4203, 1983). A justificativa da ala pepista era de que Léo de Almeida, um ex-petebista com forte militância contra o governo ditatorial, estaria utilizando do cargo de presidente da instituição bancária para recuperar seu prestígio político e concorrer ao cargo de governador ou senador em 1986, fato que não os agradava. Já por parte do governo do estado, a justificativa apresentada publicamente após cinco meses de Léo na presidência do Banestado foi de que o desligamento ocorreu por conta de problemas administrativos e devido ao baixo desempenho do banco (Folha de Londrina, 17 ago. 1983, p. 3).

Ao saber que deixaria o cargo, Léo de Almeida buscou apoio da bancada do PMDB na ALEP, que havia referendado seu nome sem objeções quando da sua indicação, e de forma integral defendeu sua permanência na direção da instituição (Folha de Londrina, 17 ago. 1983, p. 3). A bancada do partido na Câmara Municipal de Curitiba, da mesma forma, se manifestou a favor de Léo de Almeida Neves (SNI, ACT-ACE 4203, 1983, p. 6). Apesar dos pedidos contrários, José Richa manteve a decisão e o afastou do cargo, o que teria dado origem a uma crise institucional entre executivo e legislativo estadual. As bancadas peemedebistas se sentiram desprestigiadas diante do caso, o que gerou críticas abertas por parte de deputados e vereadores ao governador e seu secretariado, por não levarem em conta a posição da sua própria

[77] João Elísio Ferraz foi Secretário de Administração durante o governo de Ney Braga. Em 1978 foi eleito pela ARENA para o mandato de deputado estadual. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PP e, posteriormente, com a fusão do partido com o PMDB, migrou para este último. Foi eleito vice-governador na chapa de José Richa em 1982, já pelo PMDB.

base e não apresentarem maiores explicações sobre os reais motivos da demissão. Consideraram ainda tal postura como antidemocrática, uma ação monocrática que ignorava seus próprios aliados e ia na contramão do que pregava o partido e o próprio governador.

Embora tenha contribuído para a vitória do partido de oposição no Paraná, a fusão entre PP e PMDB, como se nota, acabou por restringir a liberdade do novo governo e colocá-lo em confronto com seus próprios partidários. Em mais um dossiê do serviço de informações consta que Richa não conseguia constituir um governo independente, pois estaria "sofrendo grande influência nas suas decisões, caso típico das atuações dos ex-pepistas, que mesmo permanecendo no anonimato, interferem e pressionam sua administração" (SNI, ACT-ACE 4203, 1983, p. 7). As análises feitas pelo SNI demonstram como a presença de alguns grupos nos governos estaduais, neste caso, dos liberais conservadores representados pelos ex-pepistas, era de interesse do governo militar. Isso tendo em conta que favoreciam o projeto conciliatório e enfraqueciam os democratas reformistas da oposição, considerados "radicais", no ponto de vista do aparato de forças e dos políticos liberais conservadores.

Chama a atenção ainda o fato de constatarem que aquela era uma situação já conhecida, ao que parece, em outros locais do país, já que se tratava de um "caso típico". A atuação dos pepistas no Paraná aponta como a transição pactuada ultrapassou os acordos de cúpula e foi operacionalizada nas unidades subnacionais do país, por meio da atuação de grupos que atuariam como "fiéis da balança" a favor dos planos do governo. Com isso, ficava garantido que os opositores estabelecidos nos poderes executivo e legislativo não teriam forças suficientes para mobilizar opiniões e inflamar as massas a ponto de alterar o curso da abertura. Os limites regionais da transição seriam, assim, garantidos.

Tanto os conflitos de interesses regionais quanto os programáticos ficaram expressos nas disputas pela direção do PMDB, ocorridos na convenção estadual do partido em novembro de 1983. Já em agosto daquele ano começaram as discussões sobre quem, ou qual grupo, tomaria a frente da agremiação. Uma ala do partido, apoiada por José Richa, defendeu a criação de uma chapa de consenso, que deveria comportar todas as tendências presentes no partido naquele momento. Ao defender uma chapa única, Álvaro Dias alegou que seria melhor encontrar um candidato de consenso para que o partido fosse um instrumento que desse respaldo ao governo, e afirmou que "uma convenção sem traumas fortalece o governo e o próprio Partido" (Folha de Londrina, 30 ago. 1983, p. 3). Ao colocar o partido a serviço do governo, o senador insistiu que o sucesso do PMDB no Paraná estava ligado ao êxito da administração estadual.

Apesar dos esforços para que uma única chapa fosse formada, o interesse no processo sucessório para o governo do estado, já tendo em vista as eleições de 1986 e o papel da direção do partido na escolha do próximo candidato, tornou o consenso ainda mais difícil. Com isso, duas chapas foram lançadas: a "Unidade com José Richa", apoiada pelo governador paranaense, e a chapa "Alternativa de Base", encabeçada pelo deputado federal Amadeu Geara e pelo segmento liderado pelo "autêntico" José Alencar Furtado, também deputado federal (Folha de Londrina, 19 out. 1983, p. 3).

Entre os "alternativos", minoria considerada dissidente do PMDB, o descontentamento se dava por conta do descaso que políticos de Curitiba e da região Oeste sentiam por parte do governo estadual e do afastamento do partido de suas antigas propostas oposicionistas (Oliveira, 1998). Um dos líderes da dissidência paranaense do PMDB, Osvaldo Alencar Furtado, deputado estadual, ao registrar a chapa "Alternativa", disse que aquela era "a luta dos bagrinhos do PMDB", por tratar-se de um grupo formado por, segundo ele, "[...] militantes e não pelos Notáveis. Gente que picha muro e carrega o Partido nas costas e que nunca foi ouvida nem consultada pelos magnatas do Partido" (Folha de Londrina, 21 out. 1983, p. 3). Como colocado pelo deputado dias antes da convenção, "para abrir mais espaços democráticos nós não precisamos ampliar o diálogo com o PDS, nós precisamos ampliar o diálogo com as bases partidárias e com o povo do Paraná" (Anais da Assembleia, 16 nov. 1983, p. 8). Contra a chapa "Unidade", Osvaldo criticou a proposta de diálogo que seus coordenadores teriam destinado ao PDS, ação taxada como ingênua, pelo fato do partido dos militares nunca ter buscado dialogar ou colaborar para a retomada da democracia, nem pelo fim da violência. A tentativa de conciliação a nível estadual, podemos constatar, não foi encampada sem resistência. A chapa "Alternativa", apesar do conservadorismo de alguns de seus membros, apresentava-se como uma saída ao continuísmo que se mostrava em andamento.

O resultado da votação surpreendeu os membros da chapa "Unidade", que não acreditavam que o grupo adversário conseguiria o mínimo de 20% dos votos, o que garantiria a eles participação no diretório. Ao final da votação, a "Alternativa" alcançou 155 votos (21,03%), contra 582 (78,97%) da "Unidade". Com o resultado, mesmo com um número menor de votos, o grupo dissidente garantiu que 14 das 70 vagas para o diretório estadual fossem ocupados por seus aliados, fato considerado por eles uma vitória, diante das expectativas. Os convencionais do interior do estado votaram maciçamente na chapa dissidente, e nomes importantes da chapa "Unidade", como o prefeito de Curitiba Maurício Fruet, ficaram de fora do diretório (Folha de Londrina, 22 nov. 1983, p. 3). Após a primeira fase da convenção, os 70 membros escolhidos para o diretório deveriam eleger o presidente do partido no estado. Em

meio a diversos embates e sem chegar a um consenso entre os membros da "Unidade"[78], a escolha foi adiada para o dia seguinte, ocasião em que Amadeu Geara e Álvaro Dias disputaram o cargo. Com 56 dos 70 votos, a presidência do partido ficou com Álvaro Dias, da chapa apoiada pelo governador (Folha de Londrina, 23 nov. 1983, p. 3).

Embora a chapa "Unidade" tenha conseguido a maioria e as mais importantes vagas do diretório, a votação evidenciou ainda mais os conflitos internos do PMDB e gerou outras discussões. Mesmo entre os membros da chapa vitoriosa, houve certo mal-estar com a definição das posições no diretório, já que que vários cargos considerados importantes foram destinados a políticos da região Norte do estado, e a agremiação chegou a ser pejorativamente chamada de "partido de nortistas"[79]. Por conta deste quadro, deputados das regiões Oeste, Sudeste e metropolitana de Curitiba teriam se mostrado descontentes – estes últimos argumentaram que a capital, onde se encontrava o maior colégio eleitoral do estado, havia sido marginalizada (Folha de Londrina, 23 nov. 1983, p. 3). Ficava explícito, mais uma vez, como o regionalismo se mostrava forte e dificultava a unidade partidária no PMDB.

Após a convenção, o deputado estadual Osvaldo Alencar Furtado, da chapa dissidente, criticou o governador José Richa por ter interferido diretamente nas votações. Segundo Furtado, Richa, pela primeira vez, "[...] desceu de seu pedestal para fazer política contra integrantes do seu próprio partido, quando não faz isso contra o PDS, a quem estão servindo mais do que ao PMDB" (Folha de Londrina, 23 nov. 1983, p. 3). Lembramos que Richa era um dos membros da chapa "Unidade" e inscrito para concorrer a uma vaga no diretório do partido. Além disso, ao comentar sobre a situação do partido naquele momento, em fala na tribuna da ALEP, o deputado Osvaldo Alencar enfatizou que "o MDB era um partido de homens de verdade e de coragem; o PMDB é um partido de homens de negociação que se submetem à pressão" (Anais da Assembleia, 22 nov. 1983, p. 8). O principal apontamento feito pelo parlamentar foi em relação ao distanciamento da postura combativa do antigo MDB e do próprio PMDB, antes de assumir o poder e, pode-se dizer, das práticas que configuraram o chamado "imobilismo em movimento". Diante da continuidade de problemas sociais e econômicos que castigavam a população do Paraná, fato comum a todo país, o deputado ressaltou que tais problemas eram

---

[78] Inicialmente, quatro nomes foram apresentados como candidatos na chapa "Unidade": Álvaro dias, Olivir Gabardo, Borges da Silveira e José Tavares. Gabardo e Silveira abriram mão da disputa. José Tavares, contudo, afirmou que, caso não fosse o candidato escolhido pela chapa "Unidade", recolocaria seu nome em disputa, já que era um nome visto com simpatia pelos membros da chapa "Alternativa de Base" (Folha de Londrina, 22 nov. 1983, p. 3).

[79] Eram do Norte do estado, ou de regiões próximas, o presidente do diretório, Álvaro Dias, bem como o segundo vice-presidente, Ferrari Júnior, o tesoureiro, Darcy Deitos, os vogais Márcio Almeida e Tadeu Lúcio Machado, bem como os suplentes Nelson Vasconcelos e Ezequias Moreira (Folha de Londrina, 23 nov. 1983, p. 3).

resultado do relapso do seu partido, que pouca energia havia investido em matéria de mudanças sociais, mas se dedicava à ampliação e fortalecimento de sua base política. Ou seja, enquanto governo, faltava voltar-se para o povo e se afastar do fisiologismo que se desenvolvia e permitia a intensificação de contatos com representantes da velha estrutura autoritária no estado. Faltaria ainda, no entender dos democratas reformistas, uma posição firme a favor das pautas presentes no programa do partido e bradadas durante as campanhas eleitorais.

Ao defender a importância da vitória da chapa "Unidade com José Richa", Nilso Sguarezi, deputado estadual peemedebista, alegou que os votos conquistados pela chapa "Alternativa" seriam mais uma reação de descontentamento de alguns políticos com o governo estadual naqueles primeiros meses do que confiança nas lideranças reunidas no grupo. Além disso, destacou que a vitória dos dissidentes representaria um retrocesso, pois eles faziam parte da "linha reacionária" do partido (Folha de Londrina, 23 nov. 1983, p. 3), o que indica que as principais lideranças do PMDB paranaense, embora tenham mantido um tom crítico ao governo federal, em especial ao abordar os problemas de ordem econômica, haviam optado pela via da moderação e conciliação a nível estadual.

Entre membros "alternativos" e da chapa "Unidade", vale ressaltar, havia uma variedade de posicionamentos ideológicos. Na "Alternativa", o já citado Osvado Alencar Furtado apresentava um posicionamento mais à esquerda, com pautas econômicas e sociais mais voltadas para a situação da população mais pobre, ligado à linha dos "autênticos". Já o deputado estadual Ervin Bonkoski[80], também um "alternativo", era um liberal conservador que ancorava suas pautas em questões morais e religiosas e que tinha sua base eleitoral junto a segmentos católicos, além de ter saído das hostes arenistas. Ele reiterava na ALEP o discurso anticomunista, e se pronunciou por vezes contra a presença de "extremistas de esquerda" em postos-chave da administração de Curitiba e do governo Richa, sob a justificativa de que estariam "comprometendo com a seiva daninha" ambos os governos (Anais da Assembleia, 31 maio 1983, p. 10-11).

O deputado Bonkoski travou alguns embates com Roberto Requião[81], ao qual denominava "radical de esquerda". Requião, um democrata reformista um tanto combativo, que

---

[80] Ervin disputou as eleições de 1978 pela ARENA, ficando na condição de suplente. Em 1982, já filiado ao PMDB, foi o deputado estadual mais votado do Paraná, com 104.616 votos – mais que o dobro da votação recebida pelo segundo mais votado do estado (IPARDES, 1989, p. 149).

[81] Roberto Requião atuou desde a década de 1960 no movimento estudantil paranaense e em manifestações contra a ditadura. Atuou como advogado para estivadores do porto de Paranaguá e em favor de associações de moradores. Foi fichado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e considerado "esquerdista", por sua postura crítica ao regime e em defesa de grupos marginalizados. A primeira eleição que disputou foi em 1982, quando foi eleito deputado estadual (Laibida, 2015).

se encontrava mais próximo do espectro político da esquerda, no entanto, fez parte da chapa "Unidade", apoiava José Richa e afirmava que Ervin estava "sendo vítima de uma síndrome maníaco-depressiva que o está levando a uma compreensão errônea do que é o PMDB" (Folha de Londrina, 10 jun. 1983, p. 3). A complexidade das relações políticas no interior do PMDB paranaense neste momento, o que não se restringia ao estado, nos lembra que a agremiação se aproximava mais de uma frente de oposição, que tinha como foco em comum a democracia, ainda ela pensada de forma diversa, do que um partido propriamente dito, com uma linha ideológica definida e um conjunto de pautas e ações em comum. Estas diferenças já existentes desde a época do MDB foram salientadas após as eleições de 1982.

É curioso pensar ainda que, enquanto o governo Richa era criticado por companheiros de partido, o Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas, sem divulgar nomes, elogiava suas ações em seus primeiros meses de mandato. O coletivo, ligado ao PCB, distribuiu em agosto de 1983 um documento onde analisava as ações do governo do PMDB do Paraná (SNI, ACT-ACE 4183, 1983). Um dos pontos positivos levantado pelos dirigentes comunistas paranaenses seria a presença de pessoas progressistas no governo, os quais estariam apoiados por um bloco de forças que contava com o retorno de setores populares na cena política. Segundo consta no documento, havia naquele momento "possibilidade palpável de participação nas decisões do governo, de setores até agora delas marginalizados" (SNI, ACT-ACE 4183, 1983, p. 2) – ao contrário do que afirmava o documento dos comunistas, um dos problemas levantados pelos membros da chapa dissidente "Alternativa" era justamente a ausência de setores populares junto ao governo.

Apesar do tom elogioso, os comunistas indicaram que era preciso que os quadros do PMDB compreendessem a necessidade de transformação no papel do partido e na forma de fazer política. Lembraram que o PMDB não poderia continuar a ser um partido só de denúncias e não deveria voltar-se apenas para o "usufruto da máquina do Estado", mas focar em soluções para os problemas econômicos que se agravavam (SNI, ACT-ACE 4183, 1983, p. 4). Indicaram ainda uma preocupação com o crescimento de setores conservadores no partido e dos grupos fisiológicos, em razão da campanha contra determinados integrantes do secretariado movida dentro do próprio PMDB, as quais indicavam que "a resistência a mudanças de toda ordem são (*sic*) bastante fortes dentro mesmo da posição" (SNI, ACT-ACE 4183, 1983, p. 6), tal como se posicionava Ervin Bonkoski. Tais suspeições do órgão repressivo, além de apontarem para a influência dos liberais conservadores na agremiação no Paraná, indicam como uma ala do partido não tinha pretensões reais de mudar, apenas tomar posse do poder público, denotando, mais uma vez, a formação do "pemedebismo" (Nobre, 2013).

A análise feita pelos comunistas julgou acanhadas as ações do governo estadual, embora tenha indicado positivamente uma série de práticas, e apontou caminhos considerados moderados, por meio das instituições existentes. O Coletivo defendeu o diálogo e o "entendimento nacional", onde seria preciso reunir os diversos setores da sociedade sob uma "plataforma mínima de atuação que não seja um pacto de elites" (SNI, ACT-ACE 4183, 1983, p. 6). Mesmo no interior de um grupo por vezes considerado radical, por mais que o PCB tenha optado naquele momento pela via democrática e não revolucionária, nota-se uma inclinação para a tese do consenso e da conciliação, não necessariamente, neste caso, da "ideologia da reconciliação" indicada por Ricard Vinyes (2015), vale ressaltar. O documento do Coletivo Estadual nos aponta que a ampla votação recebida pelo PMDB no Paraná em 1982 credenciou o partido a buscar soluções em conjunto, desde que representasse as forças sociais que se mobilizaram para derrotar o antigo bloco que se encontrava há décadas no poder. Acreditavam ainda os comunistas que, ao menos em escala estadual, o PMDB teria capacidade de mudar sua atuação política e promover uma ampliação dos espaços e ações democráticas, caso desejassem. Embora houvesse entre os democratas reformistas disposição para atuar em prol de reformas mais contundentes, a "arenização" e a adesão à conciliação se mostraram implacáveis.

2.4.2 PDS

Com a chegada do PMDB ao poder no Paraná, destacamos algumas mudanças ocorridas no interior do PDS no estado, que passou então a ocupar o papel de oposição. Inicialmente, a dúvida que pairou sobre os rumos do grupo político derrotado era se haveria ainda espaço para uma liderança como a de Ney Braga, que demonstrou não ter o apoio popular que acreditavam. Como relatado no *Diário do Paraná*, poucos dias após as eleições, "o Partido Democrático Social do Paraná, que saiu derrotado nas urnas de forma até certo ponto humilhante, terá que encontrar o caminho da sua recuperação através de um trabalho consciente e organizado dos seus líderes" (3 dez. 1982, p. 2). Ainda em dezembro de 1982, o mesmo periódico publicou:

> quem pode substituir Ney Braga na liderança do PDS no Paraná? Parece que a primeira vista ninguém tem o nome para substituir o ex-governador, mesmo depois da derrota nas eleições de 15 de novembro. O atual presidente regional do partido, Norton Macedo é homem muito chegado a Ney e por isso não pensa em desbancá-lo do trono. (Diário do Paraná, 10 dez. 1982, p. 2).

Nota-se que, mesmo com a derrota, o nome de Ney Braga ainda contava com certa credibilidade, ao que parece entre aqueles mais próximos do ex-governador que controlavam o

partido, fato que continuou a interferir nas decisões internas do PDS. Após as eleições de novembro de 1982, a cúpula do partido incentivou a renúncia de Norton Macedo, então presidente da sigla no Paraná, para que Ney Braga pudesse assumir o posto com um mandato temporário, até meados de 1983, quando aconteceriam as convenções e eleições de novos dirigentes. No entanto, apesar da tentativa do PDS no Paraná em manter Braga em posição de liderança e evitar o desgaste do seu nome, a experiência amarga encampada pelo ex-governador fez com que a atividade política do PDS fosse repensada, e a dependência do partido a um único homem fosse encarada como um risco.

O fato de não haver um novo nome que despontasse como possível líder das diferentes alas dentro do PDS, que se formaram logo após a derrota do partido em 1982, suscitou novas conexões internas e fez com que um outro grupo que ambicionava o poder se mobilizasse no estado. Tendo à frente o deputado estadual Luiz Alberto Martins de Oliveira, mais votado entre os candidatos do PDS à ALEP em 1982 e líder do partido no legislativo estadual, um grupo com 21 deputados pedessistas enviou um manifesto ao presidente João Figueiredo, ao ministro da justiça, bem como a outras autoridades em Brasília, exigindo que as vagas abertas na executiva regional fossem ocupadas por pessoas que tivessem maior contato com as bases. O grupo liderado por Luiz Alberto propôs que a presidência do partido fosse ocupada por um político com mandato vigente, "capaz de reciclar e oxigenar o PDS, tomando como lição a derrota nas urnas" (Folha de Londrina, 4 jan. 1983, p. 3). Uma das insatisfações do grupo era em relação à responsabilidade da cúpula do PDS pela derrota de novembro, a qual era acusada de inúmeros erros na condução da campanha, a começar pela imposição do nome de Saul Raiz para concorrer ao governo.

Os dissidentes da ala neysta consideravam que a eleição de Ney Braga no lugar de Norton Macedo seria uma farsa, alegando que, pelo fato de vários membros do diretório terem ficado sem mandato a partir de 1983, faltava legitimidade aos que se colocavam como líderes políticos. Para além da busca de novos nomes que pudessem liderar a agremiação, alguns integrantes do PDS defendiam ainda uma reestruturação das diretrizes de atuação do partido e concordavam que ela deveria ocorrer "de baixo para cima", em uma atividade contínua que dialogasse melhor com a população (Diário do Paraná, 11 dez. 1982, p. 3).

Apesar das demonstrações de insatisfação e ameaças de montar uma chapa dissidente para concorrer com Braga, não houve oposição, e o ex-governador foi aclamado sem dificuldades como novo presidente do partido. Contudo, Luiz Alberto deixou explícito que nas próximas eleições para o diretório estadual sua ala montaria uma chapa para concorrer com o grupo ligado a Ney (Folha de Londrina, 5 jan. 1983, p. 1). Ney Braga, durante sua posse como

novo presidente do PDS, insistiu na ideia de que não existia divisão no interior do partido, atribuindo os conflitos à “maldade de uma certa imprensa”, que estaria desconsiderando o fato de que seu nome foi aceito por unanimidade (Folha de Londrina, 6 jan. 1983, p. 3). O descontentamento com a situação do partido por parte de alguns de seus integrantes, porém, ficava cada vez mais visível.

Refletindo sobre as dificuldades para se encontrar uma nova liderança nas fileiras do PDS no Paraná, o cientista político Barry Ames (2003) mais uma vez busca explicações no forte regionalismo que a questão imigratória gerou no estado. Para o autor, Ney Braga foi um dos últimos políticos de expressão no estado, que somente teria em Jaime Lerner, na década seguinte, outro nome com importância aproximada. A geração de políticos em exercício durante a transição na década de 1980 era, em boa parte, composta por homens nascidos em outras regiões do país, sem grande tradição ou rede de relações políticas que os sustentassem de forma suficiente, já Braga pertencia às antigas oligarquias do estado. Desta forma, os novos nomes mantinham-se ligados a currais eleitorais com limites estreitos, formados por imigrantes, com pouca entrada e importância em outras localidades, não alcançando assim expressão a nível estadual, fator que dificultou o consenso em torno de um nome no interior do partido.

Ao ter início os trabalhos da ALEP em 1983, o PDS reuniu sua bancada para eleger uma nova liderança do partido na casa legislativa. A escolha esteve entre dois nomes: Airton Cordeiro, aliado de Ney Braga, e Luiz Alberto Martins de Oliveira, da ala dissidente. Nas vésperas da reunião que escolheu o novo líder, Airton distribuiu um comunicado informando que renunciaria sua candidatura em nome da “unidade partidária” (Diário do Paraná, 26 jan. 1983, p. 3). A retirada da candidatura foi vista como mais uma derrota sofrida pelo grupo neysta, que, pela primeira vez em muitos anos, não conseguiu fazer com que a liderança do legislativo estadual estivesse nas mãos de um político totalmente afinado com sua linha política (Diário do Paraná, 26 jan. 1983, p. 1). Em seu comunicado, Airton Cordeiro destacou que teria apoio suficiente para vencer a disputa, mas que os resultados eleitorais de 1982 exigiam uma postura de reagrupamento dos correligionários pedessistas.

Ao tratar da reestruturação da sigla no estado, o radialista Cyllênio Pessoa Pereira, candidato derrotado ao cargo de prefeito pelo PDS na cidade de Mandaguari em 1982, afirmou que após as eleições os derrotados do Norte do Paraná ficaram marginalizados pela cúpula do diretório do partido. O Norte do estado, vale lembrar, foi justamente a região em que o PMDB mais cresceu e era considerado um núcleo opositor ao governo de Ney Braga. Logo, o descaso de um partido com uma determinada região pode estar relacionado ao sucesso de outro. Segundo Cyllênio, após as eleições o PDS organizou-se sem consultar as bases, numa

demonstração de que o "caciquismo continua prevalecendo" (Folha de Londrina, 12 maio 1983, p. 3). O mesmo relatou que estava organizando um movimento a nível regional, envolvendo os derrotados em 1982 do PDS para exigir maior participação nas decisões do partido. A esse movimento ele denominou "anticaciquismo", e disse:

> Nosso partido está fragmentado, por circunstâncias óbvias, e não estamos mais na época de se fazer tudo de cima para baixo, como no passado. Nossa inferioridade política, por causa da derrota, requer participação das bases. [...] ou somos ouvidos, estruturando o PDS de baixo para cima, ou deixaremos o partido. Se continuarem com esse caciquismo, então que façam um partido só da capital e a gente cai fora. (Folha de Londrina, 12 maio 1983, p. 3).

O pedessista conclamou seus companheiros do interior do Paraná para que exigissem seu direito de participar do diretório e da reformulação do partido, visto que no mês seguinte foi realizada a convenção estadual que escolheu o novo presidente do PDS paranaense. Apesar de afirmar ter recebido apoio de diversos políticos de expressão da região Norte, tanto eleitos como derrotados no último pleito, Cyllênio não citou nomes e as menções ao movimento "anticaciquista" não foram identificadas nas fontes analisadas em períodos posteriores. As colocações do membro do PDS, contudo, são representativas do descontentamento que parte do partido apresentava, em especial em relação aos líderes partidários que centralizavam o poder de decisão. A questão regional, assim como identificamos no PMDB, mostra-se mais uma vez presente, além da insatisfação quanto às condutas adotadas pelas cúpulas, no mesmo momento em que os peemedebistas investiam na ampliação da sua capilaridade no estado.

Dias após a publicação da entrevista de Cyllênio, 120 prefeitos eleitos pelo PDS em 1982 estiveram em Curitiba, em reunião com o governador José Richa, e anunciaram a criação da União Municipalista do Paraná (UMP), que tinha como presidente Geraldo Cartário, prefeito de Mandiritura. O objetivo da entidade seria "lutar para melhorar a situação financeira dos municípios controlados pelo PDS" (Folha de Londrina, 17 maio 1983, p. 1). Na reunião, Richa negou que houvesse discriminação política aos prefeitos pedessitas. O surgimento da UMP se deu dois meses após a criação da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), ocasião em que a chapa organizada pelos prefeitos do PDS, que tinha Geraldo Cartário como candidato à presidência, foi derrotada pela chapa do PMDB, liderada pelo prefeito de Guarapuava Nivaldo Kruger[82] (Folha de Londrina, 12 mar. 1983, p. 3). Formaram-se, assim, duas associações

[82] Uma terceira chapa foi lançada, tendo como candidato à presidência o prefeito de Paranavaí Pinto Dias, do PMDB. A chapa era formada por membros dos dois partidos, mas também acabou derrotada (Folha de Londrina, 12 mar. 1983, p. 3).

organizadas por prefeitos paranaenses: AMP, representando os executivos municipais liderados pelo PMDB, e a UMP, que representava os líderes municipais do PDS.

Os prefeitos da UMP reuniram-se em outubro de 1983, em Foz do Iguaçu, quando os chefes municipais manifestaram grande desagrado em relação ao abandono a que estariam relegados pelo governo federal. Segundo relatou o *Folha de Londrina* (20 out. 1983, p. 3), uma das proposições mais aclamadas pelos presentes na assembleia municipalista foi a de solicitar uma redução nos prazos para atendimento aos municípios sob administração pedessista por parte do governo federal, já que uma reunião de Figueiredo com os representantes dos prefeitos pedessistas havia sido adiada. Caso não fossem atendidos, os prefeitos pediriam desfiliação partidária e formariam um bloco independente, incialmente sem vínculo partidário.

Além do descontentamento com o executivo nacional, houve também críticas aos deputados federais do PDS. Para o então presidente da UMP, Geraldo Cartário, os deputados só se aproximavam dos prefeitos em períodos eleitorais, e que teria chegado o momento em que os prefeitos deveriam abandonar os parlamentares, que não sobreviveriam politicamente sem o apoio dos mesmos (Folha de Londrina, 20 out. 1983, p. 3). Apesar das reclamações feitas aos deputados federais, não constam críticas direcionadas à direção estadual do partido. A negligência a nível federal é apontada como uma das causas dos problemas nos municípios, acompanhada da discriminação do governo do estado, fator também lembrado no encontro. Tanto os reclames de Cyllênio quanto dos prefeitos, quando o PDS se encontrava na oposição estadual, apontam para fatores que contribuíram para a criação de condições favoráveis à evasão de políticos do PDS e crescimento do PMDB, como comentamos anteriormente.

Tendo como pano de fundo estas altercações, para a sucessão de Ney Braga no comando do PDS, já em junho de 1983, foi realizada a convenção estadual do partido. Na ocasião, outro velho conhecido da política paranaense reapareceu. Paulo Pimentel foi escolhido como novo presidente da sigla. Após a eleição de Pimentel, Ney Braga, que mesmo ocupando o cargo de presidente do PDS estava com sua atuação política bastante apagada, saiu dos holofotes públicos de vez, reaparecendo somente em meio às discussões que resultaram na criação da Frente Liberal e das negociações para eleição do futuro presidente do país. Em razão dos episódios do início do ano que teriam dado origem a um novo grupo dentro do partido e do posicionamento dos “anticaciquistas”, que poderiam também se mobilizar, uma chapa concorrente era esperada para disputar a diretoria do PDS com Pimentel, o que não veio a acontecer. O que se observa é que tais grupos não tinham força interna suficiente para se manterem unidos e conseguir formar uma dissidência capaz de rivalizar com os velhos “caciques” do PDS.

Durante o primeiro ano do governo de José Richa, outra discussão ganhou espaço nos debates políticos, desta vez ligado a um possível "governo paralelo" organizado pelo PDS no Paraná. Segundo divulgou o jornal *Folha de Londrina* (27 set. 1983, p. 3), o governo estadual teria obtido informações de que o PDS paranaense estaria mobilizando seus diretórios para que as verbas repassadas pelas regionais do governo federal fossem encaminhadas diretamente para os prefeitos do partido, com a intermediação dos seus deputados estaduais e federais. Após a divulgação da matéria, ao ser questionado sobre o assunto, o deputado estadual e líder da bancada do PDS na ALEP, Luiz Alberto Martins Oliveira, confirmou que um "governo paralelo" seria necessário devido ao imobilismo e incompetência do governo estadual. Diante de tal contexto, o deputado destacou: "é preciso que nos precavemos e façamos um governo paralelo para restaurar, no Estado, a confiança do povo paranaense, e nas suas instituições e na realização dos seus nobres ideais de vida social e atendimento das legítimas aspirações de paz e desenvolvimento" (Anais da Assembleia, 29 set. 1983, p. 16). Ele explicou-se ainda dizendo que os deputados pedessistas teriam melhores condições de obter recursos federais para repassar aos municípios e para preencher as lacunas deixadas pelo governo do PMDB. Esta estrutura para arregimentar verbas, segundo Luiz Alberto, deveria funcionar a partir de janeiro de 1984.

É preciso destacar que toda esta discussão em torno da formação de um suposto "governo paralelo" ocorreu em meio aos trabalhos da CPI da Corrupção[83], instalada em agosto de 1983 na ALEP, e da CPI dos Municípios[84], ou da falência municipalista, ambas coordenadas por deputados do PMDB. A primeira delas tinha como propósito investigar casos de desvio de recursos ou mal uso do dinheiro público no Paraná durante o governo estadual anterior. A segunda objetivava investigar casos de corrupção nas prefeituras e causas do empobrecimento dos municípios. Durante as discussões que resultaram na implantação das duas CPIs, tivemos forte resistência do PDS, que buscou barrar suas criações e, durante seus trabalhos, depreciar

[83] A CPI da Corrupção foi criada em 27 de junho de 1983 e conduzida pelo deputado estadual Rubens Bueno. Seus trabalhos resultaram, entre outras coisas, na acusação de Oscar Alves, ex-secretário estadual da Saúde e Bem-Estar Social e então deputado federal pelo PDS, por irregularidades e uso indevido de recursos públicos durante o exercício do cargo que ocupou entre 1979 e 1982 (Folha de Londrina, 17 nov. 1983, p. 3). Além deste caso, a CPI apurou irregularidades em outros órgãos, como a Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar), Fundação Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) e Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Ao final dos trabalhos, 58 depoimentos haviam sido tomados e relatórios foram encaminhados para a Procuradoria Geral da Justiça para serem analisados, acompanhados de recomendações de ressarcimentos e punições aos nomes identificados pelas práticas ilegais. Contudo, como afirmou o presidente da CPI, a falta de provas e sustentação legal prejudicou os trabalhos da justiça. A CPI foi oficialmente encerrada em dois de dezembro de 1984 (Correio de Notícias, 22 dez. 1984, p. 2).

[84] A CPI dos Municípios foi coordenada pelo deputado estadual Tadeu França. Para os casos em que os novos prefeitos comprovaram a prática de irregularidades e desvios de verbas públicas, por meio de auditorias contábeis, a comissão encaminhou os documentos para a Procuradoria Geral do Estado. Ao final dos trabalhos, a CPI indicou 10 municípios onde irregularidades foram comprovadas: Nova Cantu, Pien, Jussara, Terra Rica, Atalaia, Araruna, Cafeara, Maria Helena, Paranavaí e Mariluz (Folha de Londrina, 14 out. 1983, p. 3).

suas investidas e dificultar o andamento das investigações. Com isso, a exploração das polêmicas sobre a criação de um governo à parte foi entendida como uma forma dos políticos do PDS tentarem tirar o foco da população das notícias que se desvelavam conforme os trabalhos das CPIs eram desenvolvidos e irregularidades eram apontadas.

Na tentativa de justificar a criação do "governo paralelo", Luiz Alberto destacou alguns de seus feitos. Afirmou que já havia solicitado verbas para o Ministro do Interior, Mário Andreazza, em julho e outubro de 1983, para atender municípios paranaenses afetados pelas enchentes, quando conseguiu obter 250 milhões, no primeiro momento, e um bilhão e 750 milhões de cruzeiros, no segundo, para a recuperação dos locais prejudicados (Folha de Londrina, 28 set. 1983, p. 3; 14 out. 1983, p. 3). Já em outubro, Luiz Alberto esteve em Brasília em audiência com Delfim Neto, Ministro do Planejamento, quando afirmou ter conseguido a liberação de verbas junto à Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) para atendimento a prefeituras paranaenses, na quantia de 1 bilhão e 875 milhões de cruzeiros – o então deputado não especificou os planos de aplicação e nem onde ou como esse montante seria utilizado (Folha de Londrina, 6 out. 1983, p. 3). Ele teria tratado com o ministro sobre a aplicação de recursos oriundos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sem apresentar maiores detalhes.

O diretório estadual do PDS, contudo, por meio de seu presidente, Paulo Pimentel, afirmou que seu partido não defendia a instituição de uma administração paralela, e que isso só poderia ocorrer na hipótese do governo estadual discriminar os prefeitos do PDS, e mesmo assim, não se trataria de um "governo paralelo", mas de ajuda aos necessitados (Folha de Londrina, 14 out. 1983, p. 3). Podemos inferir que o possível "governo paralelo" seria um arranjo político que buscava esquivar-se da dependência financeira dos municípios em relação ao governo estadual, como apontamos acima, mantendo assim os prefeitos em uma relação de sujeição não ao governador, mas aos deputados do PDS que tivessem condições de angariar recursos junto aos órgãos federais. A ação seria uma forma de manter cativos os chamados currais eleitorais, locais em que os deputados do PDS atuavam, o que reforçaria o caráter regionalista da política estadual.

As declarações de Luiz Alberto, mesmo que suas ações, de fato, não tenham se concretizado como foram propaladas, agitaram a política paranaense. Entre deputados estaduais do PMDB, além da indignação, diversas acusações surgiram, como de que a prática, considerada absurda e sinal de desespero, era um sinal do clientelismo e empreguismo que acompanhou os governos ligados à ditadura por tanto tempo, e que o "governo paralelo" seria uma maneira de manter seus privilégios junto à máquina governamental. A prática feriria ainda

o princípio da autonomia das federações e ultrapassava os limites de ação dos deputados estaduais (Folha de Londrina, 28 set. 1983, p. 3). O líder do PMDB, deputado Nilso Sguarezi, ao criticar a proposta na tribuna da ALEP, argumentou que:

> Se este imaginativo governo paralelo, for uma extensão do Governo Federal, aí sim nós veremos uma projeção local do que acontece a nível nacional, com denúncias de corrupção, com denúncias de autoritarismo, de insensibilidade e de total ausência de atendimento aos reclamos justos de todos os paranaenses. Todos nós sabemos, senhores deputados, do que o Governo Federal é capaz, e muitas vezes altaneiras do próprio PDS aqui tem se levantado, contra orientação política e econômica deste Governo Federal, que agora querem, trazê-lo para gerir os destinos do Estado não pela via legal, pela via paralela, não pela via democrática, pela via impositiva, porque o povo do Paraná, falou alto, com mais de seiscentos mil votos de diferença, porque quem deve gerir esses dados por quatro anos é o PMDB, e só o vulto do revanchismo e do inconformismo, dos que estão pensando que continuarão com o autoritarismo, pode querer, à força, um governo paralelo. (Anais da Assembleia, 4 out. 1983, p. 19).

Como se nota, o argumento de Sguarezi era de que as práticas arbitrárias, imorais e ineficazes das quais o governo federal era responsável e vinham à tona naquele momento, seriam replicadas no estado caso a composição de um "governo paralelo" se efetivasse. A medida não se sustentaria, também, devido ao resultado das urnas no pleito anterior, em que os paranaenses escolheram por quem gostariam de ser governados, e indicaram não desejar mais a ingerência do PDS. Para o governador José Richa, o assunto era indício de que os pedessistas, agora na oposição estadual, estavam mal acostumados e não conseguiam ficar distantes do poder. Disse ainda esperar que o partido adversário não tivesse força política para estabelecer ações paralelas, que considerava como um ato de primarismo político, e que seu governo estava aberto para participação dos deputados, mas sem arranjos externos ao parlamento (Folha de Londrina, 29 set. 1983, p. 3).

Mesmo considerando ilegal e ilegítima a existência de um possível "governo paralelo", deputados peemedebistas mostraram-se preocupados e trataram de rebater em especial as acusações de imobilismo do governo de José Richa. Diferentes deputados estaduais, durante seus discursos na ALEP, trataram de apontar ações realizadas pelo governo estadual em seus primeiros meses de mandato (Anais da Assembleia, 4 out. 1983). Em meio aos debates sobre o assunto, nota-se um acirramento das críticas ao governo estadual por parte dos pedessistas. As declarações dos membros do PDS repercutiram na imprensa e poderiam afetar a opinião pública ao descredibilizar o partido instalado no governo, o que acabou por fomentar a reação do PMDB. A repercussão do tema se deu, como podemos imaginar, em razão da existência de

possibilidades reais de que o governo federal privilegiasse sua base aliada e dificultasse a gestão dos governadores peemedebistas. Nos estados onde o PDS havia sido derrotado nas eleições de 1982, esta poderia ser uma estratégia do governo federal: ao aparamentar seus aliados, buscaria reaver seu prestígio e influência junto ao eleitorado. No entanto, o "governo paralelo" não prosperou, e os prefeitos que estavam na base de sustentação do governo federal, como vimos, sentiam-se desamparados, o que agravou ainda mais a situação do PDS. Enquanto isso, o protagonismo do PMDB no Paraná ficava evidente, em especial com a nova fase iniciada com as Diretas Já, como veremos.

2.4.3 PT, PTB e PDT

Nos partidos com menor expressão no Paraná no período, os quais não contavam com representantes na ALEP, no Congresso nem no senado e que não haviam eleito prefeitos em 1982 no estado, observa-se um esforço para conseguir articular seus diretórios municipais e alcançar notoriedade estadual, principalmente em razão da expansão e credibilidade peemedebista. Como relatado por Américo Freire, PT, PTB e PDT "operaram em uma esfera bem mais restrita no plano político-institucional, influindo pouco nos rumos dos acontecimentos e nos termos do pacto político que veio a se configurar para dar cabo do regime e avançar na transição política" (2014, p. 304). Cabem, contudo, algumas breves considerações sobre a situação dos três partidos no Paraná após a chegada do PMDB ao governo.

Em convenção realizada em março de 1984, o PT manteve na direção estadual do partido Manoel Isaías de Santana, e havia registrado 63 diretórios até meados de 1985 (SNI, ACT-ACE 5829, 1985). O partido se colocou como oposição ao governo Richa, mesmo que no contexto federal integrasse o bloco das oposições junto do PMDB. Apesar disso, como afirmou seu presidente estadual durante a pré-convenção de 1983, estaria "sempre disposto a apoiar as propostas que venham a beneficiar o trabalhador" (SNI, ACT-ACE 38459, 1983, p. 6).

Já o presidente do PTB paranaense, Adalberto Daros, encaminhou um pedido de dissolução do partido em maio de 1984, alegando que a agremiação estava esfacelada por conta das diversas desfiliações ocorridas nos últimos meses (SNI, ACT-ACE 4948, 1984) – muitas por insatisfação em razão dos acordos entre as lideranças nacionais do partido e o governo federal, com a finalidade de formar com o PDS uma base de apoio no Congresso. Em novembro de 1984 Adalberto Daros filiou-se ao PMDB e, segundo o jornal *Correio de Notícias* (6 nov. 1984, p. 2), teria levado a reboque 37 dos pouco mais de 40 diretórios municipais do PTB que se encontravam na ativa. O PTB, contudo, foi rearticulado pelo ex-deputado federal Hamilton

Vilela Magalhães, que montou uma Comissão Provisória, mas até junho de 1985 possuía apenas três diretórios municipais no Paraná (SNI, ACT-ACE 5829, 1985, p. 5).

O PDT manteve Jacintho Simões na presidência da sigla até março de 1985, quando o partido elegeu Jaime Lerner como novo presidente estadual e contava com 82 diretórios municipais. O PDT conseguiu uma articulação razoável no estado e contou com a adesão de políticos conhecidos, como Léo de Almeida Neves e Antônio Belinati, os primeiros deputados a assumirem um cargo pelo partido no Paraná, federal e estadual, respectivamente, embora não tenham sido eleitos por ele[85] (SNI, ACT-ACE 5829, 1985, p. 4).

Sem resultados expressivos no pleito de 1982, os partidos chamados de "nanicos" assistiram a certa desmobilização interna a nível estadual. Alguns deles, como PT e PDT, passaram a investir em campanhas para arregimentar novos membros, visando às eleições futuras. Destacamos, mais especificamente, a ação do PT, que em junho de 1983 realizou uma plenária cuja temática foi a retomada das ações do partido. O encontro originou uma proposta de ação, de onde analisamos um trecho que nos leva a pensar na forma como o PMDB foi interpretado e também em como isso interferiu na atuação dos demais partidos no Paraná. Como consta no documento, após o resultado eleitoral de 1982:

> [...] os filiados do PT, maciçamente oriundos do trabalho de bairro ainda estão impressionados com o PMDB no governo, acreditando nas possibilidades de solução de suas reivindicações. Isso era de se esperar dado a miséria em que se encontra o nosso povo e ao seu baixo nível de consciência política. Diante desta constatação, há que se pensar em um plano de trabalho que tenha como objetivo resgatar o interesse, credibilidade e a mobilização em torno da proposta do PT, para se poder ampliar as suas bases e organizá-los. (SNI, ACT-ACE 38459, 1983, p. 8).

Assim como os membros do Partido Comunista, os petistas paranaenses também sabiam da potência política do partido que se encontrava no governo estadual. O PT, porém, adotou um tom mais cético quanto à capacidade ou real intenção do PMDB em atender as demandas da população, de modo especial dos trabalhadores. A preocupação dos demais partidos era se tornar atrativo junto às bases, porém, o PMDB, em suas promessas de campanha, bem como nas diretrizes do governo de José Richa, soube unificar e sintetizar os anseios da população naquele momento, embora na prática, enquanto governo, muitas das ações pregadas não tenham sido viabilizadas.

---

[85] Léo de Almeida Neves foi eleito suplente pelo PMDB em 1982, deixou a sigla no final de 1983 e assumiu o mandato de deputado federal em maio de 1985, quando Sebastião Rodrigues deixou o cargo para assumir uma função no Banco do Brasil. Antônio Belinati foi eleito pelo PDS em 1982 e se filiou ao PDT em maio de 1985 (SNI, ACT-ACE 5829, 1985, p. 4).

A agenda peemedebista colocava como objetivo a garantia de um patamar mínimo de vida digna para a população, como o direito à moradia, saúde, lazer, educação e espaços e liberdade para participação nos meios políticos e sociais (Bega, 1990, p. 27 *apud* Laibida, 2015, p. 97). Além disso, o maior partido oposicionista ao regime militar também foi força motor na luta por bandeiras como as eleições diretas e elaboração de uma nova Constituição. Ao menos nos anos iniciais de governo peemedebista, parecia restar pouco espaço aos demais partidos no Paraná, já que o governo estadual se mostrava bastante abrangente em relação às diversas reivindicações populares. Com o tempo, no entanto, sem respostas concretas aos problemas existentes e apresentando certo continuísmo em relação ao governo anterior, outros partidos ampliaram sua capacidade de ação, mesmo que o PMDB tenha se mantido hegemônico ainda por vários anos.

3 UMA ABERTURA ENTREABERTA: DIRETAS JÁ E A FORMAÇÃO DA NOVA REPÚBLICA

Meses após se instalarem no poder estadual em vários estados do Brasil e compreenderem o alcance de suas forças no Congresso e no Senado, os partidos de oposição, tendo à frente o PMDB, passaram a articular um dos maiores movimentos de rua que o país já viu: as Diretas Já. O objetivo declarado dos organizadores das manifestações era forçar o governo militar e os parlamentares do PDS, por meio da pressão popular e da opinião pública, a reestabelecerem as eleições diretas para presidente da República na escolha do sucessor do General João Figueiredo, que aconteceria no início de 1985. O resultado de toda a movimentação, como veremos, não foi exatamente o esperado, mas acirrou os ânimos da população e ampliou os espaços de discussão política, embora ainda controlados pelos militares.

Estas limitações, marcadas pela constante vigilância dos militares, mostraram-se presentes durante o período das manifestações das Diretas Já, mas também logo após, na montagem do primeiro governo civil que sucedeu os 21 anos de ditadura. Como apontaram Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira (2007), apesar da expressiva potência para acabar com a ditadura, as lutas que envolveram todo o processo político durante a vigência do regime autoritário interferiram muito mais no ritmo e na formatação de uma transição pactuada. Para os autores, todo este embate, no entanto, "não teve igual potência para democratizar o país. Houve seguramente avanços em termos democráticos. O país tornou-se uma democracia, 'revolucionou-se' em termos políticos, mas permaneceu distante da vida democrática plena" (Chauí; Nogueira, 2007, p. 207). Em síntese, adiantamos que os principais idealizadores da grande "festa cívica", como ficaram conhecidas as mobilizações que levaram milhões de pessoas às ruas em 1984, e o governo civil iniciado em 1985 não objetivavam, não ao menos em seu todo, adicionar à cultura política brasileira níveis de democracia que pudessem alterar o quadro social, econômico ou político do país.

A partir destas e outras reflexões, percebemos e buscamos evidenciar ao longo do capítulo como os processos políticos ocorridos a partir das articulações das Diretas Já, com foco no estado do Paraná e suas conexões com o cenário nacional, acabaram por restringir os debates sobre a democracia e suas alternativas de governo e de sociedade. Em particular, cabe atentar para os limites regionais das projeções de mudanças e participação social encetadas naquele contexto. Analisamos também como a montagem da Nova República explicitou quais atores e grupos estariam no centro das decisões políticas e que modelo de país estava sendo gestado a partir de então. Buscamos captar contrastes entre os ditames a nível federal e as consequentes

reações e posições dos políticos paranaenses. Como veremos, a busca pela votação direta e por maior influência junto ao Estado brasileiro ensejou arranjos políticos até então impensáveis. No Paraná, adversários, e até inimigos políticos, passaram a se colocar a favor de uma mesma causa e atuar em prol de interesses em comum. Em paralelo, as feições de tais arranjos adquiriam sentidos próprios quando situados e materializados nas fronteiras regionais.

Percebendo a frustração como uma chave analítica para compreender a transição brasileira, como sugere Carlos Fico (2013), que aponta a ausência de punição aos militares e de rompimento real com o regime como razões para tal percepção, destacamos aqui como a impossibilidade de ruptura gerou frustração entre os paranaenses em razão da limitação à participação política e manutenção de velhos nomes na cúpula governamental. Tal sensibilidade política se fortaleceu com a chamada campanha das Diretas Já, que animou e esperançou a nação, a qual recebeu incrédula o resultado da votação da emenda Dante de Oliveira. Além disso, a morte de Tancredo e consequente chegada de Sarney à presidência, bem como a montagem de seu governo, aumentaram o sentimento de que a luta democrática apresentava limitações bastante grandes para os políticos que atuavam em nível estadual, fatores que agudizaram a frustração.

Para abordar tais questões, dividimos o capítulo em três partes. No primeiro, analisamos como se deu as articulações pelas Diretas Já no Paraná, quais atores envolveram-se no processo e quais sentidos foram atribuídos ao movimento. Neste ponto, tratamos de observar os limites para a participação popular e como a votação direta para presidência esteve atrelada a pautas como a econômica e a reforma constitucional. No segundo eixo, analisamos os reflexos, a nível estadual, dos arranjos formados a partir do surgimento da Frente Liberal e da Aliança Democrática, bem como as insatisfações desencadeadas por conta da composição com antigos adversários. Buscamos ainda identificar os pontos de resistência à adesão ao colégio eleitoral e à candidatura de Tancredo Neves à presidência. Na última parte, refletimos sobre como, após a eleição de Tancredo para a presidência, o Paraná buscou incorporar nomes do estado ao governo federal e mobilizar uma série de representações que o colocava em um patamar de importância nacional que visava justificar sua maior participação na equipe gestora do novo presidente. Além disso, a montagem do novo governo evidenciou a forma com que prevaleceu um grande pacto nacional entre “moderados” do PMDB e setores do PDS, mas com tinturas regionais.

3.1 DIRETAS JÁ NO PARANÁ

No dia 19 de abril de 1983, Ulysses Guimarães, deputado federal por São Paulo e presidente nacional do PMDB, participou da 3º Convenção regional do "PMDB Jovem" do Paraná. Na ocasião, anunciou o lançamento da campanha pelas eleições diretas para presidente da República, que seria desenvolvida em todo território nacional no ano seguinte. Ulysses afirmou que as eleições diretas seriam a "única fórmula capaz de levar o País a sair da atual crise econômica e social, por via pacífica e ordeira" (Folha de Londrina, 19 abr. 1983, p. 3). Segundo ele, a eleição do novo presidente pelo colégio eleitoral, caso fosse realizada, levaria o país a uma "explosão perigosa", referindo-se à situação crítica em que se encontravam milhões de brasileiros devido à crise econômica, problema que só se resolveria com um presidente que representasse as aspirações da população. Ao contrário do que previu o líder peemedebista, o que se viu foi uma manifestação pouco ou nada perigosa, que apesar de grandiosa, não se mostrou suficiente para fazer com que a classe política governista e nem os militares se sentissem pressionados o bastante para aderirem ao projeto das eleições diretas.

As mobilizações de rua que se desenrolaram a partir de janeiro de 1984, como se nota, começaram a ser pensadas no ano anterior. No Paraná, em meados de julho de 1983 foi constituída uma comissão provisória estadual suprapartidária para organizar o movimento pelas eleições diretas, composta por representantes da União dos Estudantes Paranaenses, e dos diretórios regionais do PMDB, PT e PDT – os três partidos formaram o Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas, que contou ainda com apoio de entidades civis. Os membros da comissão paranaense organizaram uma pauta de luta unificada e decidiram em conjunto o seguinte, em sua primeira reunião:

> fixação de uma sede e confecção de material, ampliação do movimento com vistas às organizações da sociedade civil, incentivo à constituição de comissões provisórias do mesmo tipo nos municípios paranaenses, construção de anteprojeto documento-manifesto do movimento, convocação de reunião geral das organizações e personalidades na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), para definir o manifesto, a direção permanente e o lançamento público do movimento. (Folha de Londrina, 28 jul. 1983, p. 3).

Os dirigentes afirmaram que o movimento deveria contar no Paraná com engajamentos de organizações sindicais, estudantis, profissionais, pastorais, de parlamentares e executivos públicos oposicionistas. A ideia inicial era de que o movimento tivesse uma articulação orgânica, já que o mesmo deveria se mostrar popular e democrático. Sobre isso, Lucilia Delgado

(2007) indica que as ruas expressaram uma intensa associação entre bandeira política e vontade coletiva, e teve como uma de suas principais características seu caráter heterogêneo e sua despersonalização. No Paraná, porém, apesar da união dos partidos contrários ao regime, a forte influência do PMDB tornou alguns nomes preeminentes em meio ao movimento, como José Richa e Álvaro Dias. Além destas questões, é preciso lembrar, conforme destacou Delgado (2007), que a campanha pelas Diretas Já foi marcada também por ter nascido no parlamento e se tornado popular, diferente de todas as outras movimentações de massa vistas até então, que fizeram o caminho contrário, o que já é indicativo da peculiaridade e gera questionamentos sobre os objetivos das mobilizações.

A questão da participação popular foi abordada novamente em 9 de outubro de 1983, quando foi realizado na ALEP o Encontro Estadual do PMDB, que visava o lançamento, a nível regional, da campanha em favor das eleições diretas à presidência da República. O evento contou com a participação de aproximadamente 500 pessoas, entre elas Ulysses Guimarães, o governador José Richa e diversos outros políticos de todo estado. Conforme relatado em dossiê do SNI sobre o encontro dos peemedebistas paranaenses, uma das proposições aprovadas na ocasião versava que "a campanha pelas eleições diretas para presidente da República será desenvolvida de baixo para cima, em todos os municípios do Estado, sob a liderança do PMDB, mas com a participação de todos os segmentos possíveis da sociedade" (SNI, ACT-ACE 4398, 1983, p. 2). Neste sentido, foi estabelecido que seriam criadas comissões tanto na capital como no interior, com a finalidade de popularizar a campanha.

Além de definir os sujeitos e formas de participação, o encontro realizado pelo PMDB apontou qual seria o teor das bandeiras reivindicadas durante a campanha. Desta forma, a movimentação pelas eleições diretas deveria ser promovida de modo que discutisse "todos os problemas de repercussão nacional e que interessem a toda a população, como é o caso da política salarial, da reforma tributária e da necessidade de uma política econômica alternativa, capaz de proporcionar a retomada do desenvolvimento e do pleno emprego" (Folha de Londrina, 11 out. 1983, p. 3). Com base em tais proposições, notamos que o projeto inicial lançado sobre o que veio a ser as Diretas Já tinha um escopo mais amplo que apenas as eleições presidenciais, embora este se apresentasse como objetivo principal e garantidor dos demais, e envolvia também, para alguns grupos, a elaboração de uma nova constituição.

O movimento pelas eleições diretas se mostrava sintonizado, mesmo que por conveniência política, à decadência do apoio relativo aos governos militares. José Murilo de Carvalho (2002, p. 192) destacou que, "uma vez desaparecido o 'milagre', quando a taxa de crescimento começou a decrescer, por volta de 1975, o crédito do regime esgotou-se

rapidamente. A classe média inquietou-se e começou a engrossar os votos da oposição". Também neste sentido Marcos Napolitano (2019) afirma que foi a precariedade da vida cotidiana que deu motivo para o surgimento das novas organizações. Ou seja, teria sido a necessidade material das classes populares que as teriam levado a se articular para garantir condições básicas de sobrevivência, não ligados a grandes projetos revolucionários, mas a partir da "pequena utopia democrática" (Napolitano, 2019, p. 273).

Cientes deste processo, a estratégia dos organizadores das Diretas Já seria então ressaltar os problemas existentes na sociedade, governada há anos pelos militares e sem a participação da população. Era preciso demonstrar como, com apoio da maioria do eleitorado, seria possível dar respaldo para ações governamentais que desagradavam alguns grupos beneficiados pela política econômica vigente e alterassem a estrutura que dava suporte às elites no poder. Baseando-se em tais argumentos, o então senador paranaense Álvaro Dias salientou, em texto publicado no jornal *Folha de Londrina* (15 jun. 1983, p. 2), que um governo sem a representatividade que o voto direto proporcionaria "não terá condições de falar em nome do País e do povo com a autoridade necessária para enfrentar uma crise que se hoje já é dramática, talvez venha a se tornar insuportável no futuro". Ainda segundo Álvaro:

> Na qualidade de integrante da comissão do PMDB que coordena a campanha nacional em favor das eleições diretas, mas sobretudo como um brasileiro que sente os anseios de seu povo, eu quero dizer que fora delas não haverá salvação, simplesmente porque continuaremos todos a ser manipulados e esmagados pela aliança maldita da incompetência com a corrupção. (Folha de Londrina, 15 jun. 1983, p. 2).

O texto assinado pelo senador tinha como título a frase "Voto direto enche barriga", numa alusão direta à noção de que as eleições democráticas seriam a solução para a crise brasileira existente no período, que mantinha milhares de pessoas em situação de miséria. O texto enfatiza também, num tom de alerta, que o futuro sem eleições diretas estaria fadado à continuação do quadro precário existente, sem "salvação", conforme termo utilizado pelo senador. Tal narrativa ganhou força e, entre os participantes das manifestações formou-se a convicção de que seria possível "promover a reorganização do sistema político e a superação da realidade a partir do restabelecimento das eleições diretas" (Oliveira; Marinho, 2012, p. 135).

Neste sentido também escreveu o deputado federal Hélio Duque (PMDB-PR) em uma coluna do jornal *Folha de Londrina* (17 nov. 1983, p. 2), na qual utilizou como exemplo o caso da Argentina, em que o presidente eleito Raul Alfonsín, primeiro presidente civil eleito após a ditadura naquele país, estava reorganizando a economia e sua dívida externa, tentando se livrar

das imposições do FMI. No entender do deputado paranaense, as ações do governo argentino só seriam possíveis pois o mesmo contava com a legitimidade e credibilidade que o voto daria ao seu poder. As mudanças aguardadas, é preciso frisar, só ocorreriam caso o futuro presidente não estivesse comprometido com as antigas estruturas instaladas no poder e caso o mesmo estivesse disposto a entrar em rota de colisão com os mantenedores da ordem vigente, o que não veio a ocorrer no Brasil, como veremos a seguir.

Como podemos notar em boa parte das discussões que trataram das eleições diretas antes do início das grandes movimentações de rua, as eleições deveriam vir acompanhadas de mudanças consideradas radicais pelos militares e seus aliados. Conforme destacado pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007, p. 273, grifos do autor):

> A proposta Diretas Já! representava um rompimento radical com a *abertura limitada e pactuada* que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.

A reação do governo, no entanto, para barrar uma ruptura abrupta e um colapso do regime ditatorial, foi de aproximação com os grupos "moderados" do PMDB e estabelecimento de acordos que garantissem uma transição segura, mesmo com a pressão das ruas e de parcela dos partidos da oposição buscando acelerar o ritmo e as condições da abertura.

Tendo como uma de suas pautas a sucessão presidencial, em 15 de outubro de 1983 a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, foi palco do encontro de governadores de oposição, que contou com a presença de oito dos dez governantes eleitos em 1982[86]. O objetivo da reunião foi o de discutir a situação do país, de seus estados e as possibilidades de ação dos governos oposicionistas. Entre as propostas debatidas estavam a busca por consenso e ampliação do diálogo com os demais governadores do PDS. Para José Richa, haveria por parte da oposição uma "falha de organização" nas tratativas com o governo federal e seus aliados. Diante deste cenário, o governador paranaense defendia que era preciso negociar em termos de políticas globais, assim como seria preciso formar um "bloco solidário" com outros governadores do PDS, como defendeu Jader Barbalho, então governador do Pará (Folha de Londrina, 18 out. 1983, p. 3).

---

[86] Estiveram presentes no encontro os governadores José Richa, do Paraná, Gérson Camata, do Espírito Santo, Wilson Martins, do Mato Grosso do Sul, Gilberto Mestrinho, do Amazonas, Nabor Teles da Rocha Júnior, do Acre, Tancredo Neves, de Minas Gerais, Franco Montoro, de São Paulo, e Jader Barbalho, do Pará. Apenas Íris Resende, de Goiás, e Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, não compareceram. Brizola, contudo, enviou um representante.

Da reunião resultou a elaboração e publicação do “Documento de Foz”, que contava com cinco pontos, os quais indicavam ao governo federal ações nos campos econômico e tributário, principalmente, assim como a tomada de posição em prol das eleições diretas. O primeiro item do documento destacava:

> A abertura democrática depende do encaminhamento e rápida solução dos problemas econômicos e financeiros dos Governos Estaduais e Municipais. Primeiro porque essas esferas de Governo se encontram na linha de frente do atendimento das demandas básicas da população, indispensável à paz social e ao bem-estar público, como Saúde, Educação, Transporte Coletivo, Segurança Pública e Justiça. A impossibilidade de cumprir adequadamente essas obrigações enfraquece mais ainda o princípio federativo e aumenta a instabilidade social do País, circunstância que a ninguém comprometido com a abertura democrática interessa. Segundo, porque aos Governos Estaduais, independentemente de sua vinculação partidária, constituem os primeiros governos eleitos diretamente pelo povo desde há quase 20 anos. (Folha de Londrina, 18 out. 1983, p. 3).

Como já apontado nas colocações de Richa e Barbalho, temos aqui novamente a noção de que a solução para os problemas do país deveria contar com o envolvimento de todos os governadores, inclusive do PDS, e que só assim conseguiriam alcançar a abertura democrática. O ponto chave deste item foi a resolução dos empasses econômicos com o intuito de evitar uma possível desobediência civil, problema para o qual a solução passava por pequenas concessões à população mais carente e o fortalecimento da política conciliatória. As discussões em destaque no documento elaborado e nas falas dos governadores já expressavam uma inclinação para o diálogo e para a busca por uma aproximação maior da base governista, o que se intensificaria ao longo de 1984.

Mesmo indicando a aproximação com a oposição como recurso para sanar os problemas levantados, o “Documento de Foz” indicava que a solução estaria, de fato, nas eleições diretas, como ficou expresso em sua parte final, a seguir:

> Conscientes da responsabilidade de que se encontram investidos pelo voto popular, os Governadores reunidos em Foz do Iguaçu discutiram a conjuntura política, marcada pelo debate em torno da sucessão do Presidente da República. Reafirmaram, nessa discussão, a certeza comum de que só eleições diretas, dentro dos ritos da democracia moderna, que compreendem o sufrágio universal e secreto, podem superar as dificuldades políticas e econômicas como as que vive hoje a sociedade brasileira. Sendo assim, apelam aos membros do Congresso, que expressam a soberania nacional, a fim de votarem como é de sua prerrogativa constitucional, as eleições diretas para a Presidência, ainda para o próximo período presidencial. (Folha de Londrina, 18 out. 1983, p. 3).

Atrelado à defesa do sufrágio direto para a escolha do futuro presidente como saída para a situação crítica do país, a ideia de uma candidatura de consenso ganha espaço a partir de então, abrindo ainda mais as possibilidades de diálogo com a oposição e com os militares. Durante o encontro dos governadores, Tancredo Neves, já cogitado naquele momento como um nome forte para ocupar a presidência, descartou qualquer possibilidade de ser lançado como candidato ao executivo nacional, e alegou que não estaria disposto a deixar o cargo de governador de Minas Gerais (Folha de Londrina, 16 out. 1983, p. 3). Tal posição, no entanto, seria amadurecida ao longo do ano seguinte, com a definição de que a escolha do futuro presidente se daria via colégio eleitoral.

Na opinião do governador José Richa, uma candidatura de consenso seria fundamental para sanar a crise do país. Segundo ele, seria preciso um programa de governo que fosse aprovado por amplos setores de posição e oposição, já que nenhum grupo político teria condições de resolver sozinho os problemas do Brasil. Devido a isso, para Richa, deveria "haver união em torno dos pontos mínimos, com a elaboração de um Programa de Emergência", que seria proposto por um candidato e homologado pela nação, por meio do voto popular (Folha de Londrina, 15 nov. 1983, p. 3). Antes de discutir nomes que concorreriam à presidência, porém, o governador paranaense defendeu que fossem discutidas propostas concretas, pois isso tornaria o consenso mais fácil de ser alcançado. Além disso, defendeu também que o consenso deveria incluir os militares. Para ele,

> consenso implica em todos os segmentos procurando saídas juntos. Não vejo razão para excluí-los. Seria lirismo achar que podemos provocar mudanças dessa natureza sem o apoio das Forças Armadas, ou parte delas. Em determinado momento, dentro do plano político, é preciso que caminhemos juntos, senão ninguém vai conseguir resolver nada. (Folha de Londrina, 15 nov. 1983, p. 3).

Como podemos notar, a inclinação para o diálogo já se mostrava presente no posicionamento de Richa mesmo antes das movimentações de rua e da posterior derrota da emenda que reestabeleceria o voto direto para a presidência. As falas do então governador do Paraná demonstram uma indisposição para o embate, além de uma busca por acomodações que não abalassem o poder instituído e muito menos o colocasse em confronto com nenhum grupo, apontando novamente como a ideia de "imobilismo em movimento" estaria sendo operada. A abertura dada aos militares demonstra como os mesmos não se afastariam tão facilmente do campo político e como a tese da "ideologia da reconciliação" (Vinyes, 2015) permeava as

hostes peemedebistas, o que permitiria que os membros das Forças Armadas continuassem agindo fora da caserna com autonomia.

Pouco mais de um mês após o encontro em Foz do Iguaçu, os governadores oposicionistas se reuniram novamente em São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, onde debateram mais uma vez sobre as eleições diretas para a presidência e publicaram um outro documento, reforçando suas posições a favor do pleito direto. No documento em questão, reafirmaram que a votação direta seria o caminho que levaria à saída da crise que o país enfrentava, bem como uma forma de "assegurar a confiança da cidadania naqueles que são responsáveis pela condução de seu destino" (Folha de Londrina, 27 nov. 1983, p. 3). Naquele momento, as eleições diretas foram apresentadas como um fato irreversível, algo que se mostrava vivo no horizonte do país, e sua chegada era tida como inevitável pelos governadores oposicionistas.

Sobre a participação dos governadores do PMDB no processo sucessório do General-Presidente João Figueiredo, Luzia Oliveira (1998) enfatiza que os mesmos tiveram papel fundamental na legitimação da transição política para um presidente civil. Segundo a autora, isso teria ocorrido por dois motivos: por conta da mobilização da população para ocupar as ruas e influenciar na opinião pública e, logo, no posicionamento do governo federal, e pela persuasão aos grupos mais radicais dentro do PMDB, que se negavam a participar das votações no colégio eleitoral – este segundo ponto se daria após a não aprovação da emenda Dante Oliveira no Congresso, que propunha as eleições diretas, como veremos adiante.

Além do governador do estado, outros políticos e militantes paranaenses se engajaram diretamente na luta pelas diretas. Ainda no final do mês de novembro de 1983 foi realizado um ato público em razão do lançamento do Comitê por eleições diretas para presidente da República em Curitiba. O evento contou com a participação de políticos do PMDB, PDT, PT, PTB e pessoas ligadas ao PCdoB, PCB, e MR-8, além dos representantes da Associação dos Servidores Municipais de Curitiba e do jornal *Tribuna da Luta Operária*, isso de acordo com relatório do SNI (ACT-ACE 4526, 1983). Os discursos proferidos destacaram, como nos outros casos, os problemas ligados à crise econômica, em especial no que se referia à interferência considerada negativa das empresas estrangeiras e do FMI, bem como as desastrosas medidas encabeçadas pelo ministro Delfim Neto.

No evento de lançamento do Comitê, Francisco Donizetti, do jornal *Tribuna da Luta Operária*, além de pedir eleições diretas, exigiu o não pagamento da dívida externa, alegando que o lucro que empresas estrangeiras retiravam do país todos os anos pagaria com sobra a dívida. Já Maurício Fruet, prefeito de Curitiba na época, destacou: "estamos pagando a conta

de um banquete do qual não participamos e nem sequer sentimos o cheiro das migalhas" (SNI, ACT-ACE 4526, 1983, p. 5). As pautas ligadas às diretas, como se nota, ao menos no Paraná, estavam atreladas diretamente aos problemas financeiros que afetavam a vida da população. A questão das ações de violência cometidas pela ditadura ficou às margens da discussão, o foco recaiu sobre sua inabilidade em lidar com a crise, assunto que era apresentado como tema de maior urgência.

Intensificando sua participação na movimentação pelas diretas, o prefeito curitibano, que presidia também a CONAM, enviou na primeira semana de dezembro de 1983 um telegrama a todos os prefeitos das capitais do país, conclamando os chefes do executivo a formarem uma corrente nacional pelo reestabelecimento das diretas. Fruet escreveu no telex: "no momento em que a volta das eleições diretas ganha disparadamente na preferência popular, tenho a certeza de nós, prefeitos, determos a inestimável capacidade de multiplicar este clamor" (Folha de Londrina, 13 dez. 1983, p. 3). A proposta do prefeito curitibano foi bem aceita pelos demais peemedebitas, já envolvidos na articulação das diretas, como os prefeitos de São Paulo e Belo Horizonte, Mário Covas e Hélio Garcia, respectivamente, que responderam a mensagem de Fruet afirmando apoiar integralmente as mobilizações.

Também no sentido de apresentar saídas alternativas de mobilização e certo protagonismo naquele momento de mudanças aguardadas, foi lançado no Paraná o Movimento Nacionalista Democrático, que teve como principal articulador o deputado federal Alencar Furtado (PMDB-PR). O evento contou com a presença de políticos paranaenses, como o governador, e de deputados e senadores de vários outros estados, além de dirigentes sindicais do estado e de São Paulo, da líder do movimento pela anistia, Terezinha Zerbini, do General Antonio Carlos de Andrada Serpa, do presidente da UNE e outros representantes de entidades civis. No documento convocatório para o evento de lançamento constavam 25 propostas que norteariam as ações do movimento. As palavras de ordem do movimento seriam o "reestabelecimento do Estado de Direito, eleições diretas em todos os níveis, rompimento dos acordos com o FMI e reformulação da política econômica" (Folha de Londrina, 25 nov. 1983, p. 3). Apesar de contar com lideranças nacionais em seu lançamento, pouco se ouviu falar do movimento ao longo de 1984-85, que, ao que tudo indica, não prosperou.

As diferentes iniciativas de mobilização política dão mostras de como as Diretas Já contagiaram diferentes frentes e atores, que compreendiam o momento como propício para a garantir o que seria um importante avanço na abertura. A voz das ruas, no entanto, não estaria próxima o suficiente do Congresso, tendo em vista o resultado da votação da emenda. Apesar disso, as articulações também nos levam a pensar em como as movimentações em torno das

eleições diretas e dos problemas de ordem econômica tornaram-se palco onde políticos buscaram se projetar publicamente. Devido à visibilidade que as manifestações receberam, muitos buscaram capitalizar votos já pensando em projetos futuros. Além destes pontos, colocar-se como parte importante da luta pelas diretas seria um fator utilizado posteriormente para reivindicar a participação de determinados grupos e estados na formação da Nova República.

Feitas as articulações iniciais, em 22 de dezembro de 1983 o senador Álvaro Dias anunciou que no dia 12 de janeiro do ano seguinte, com início às 18:30, seria realizado o comício pelas eleições diretas em Curitiba, na região da Boca Maldita, no centro da cidade. Como se anunciava, a capital paranaense seria o local onde se iniciaria no país as mobilizações de rua pelas eleições diretas. Sobre onde tiveram início, há uma discussão e certa disputa entre algumas cidades e líderes políticos brasileiros, que reivindicam para si o pioneirismo das mobilizações das Diretas Já entre 1983 e 1984. Os líderes políticos paranaenses colocaram Curitiba como palco do lançamento oficial da Campanha Nacional pelas Eleições Diretas para presidente da República. Este foi também o entendimento expresso em dossiê do SNI que mapeou as manifestações ocorridas em janeiro de 1984 (ACT-ACE 41380, 1984, p. 12).

Logo no início de janeiro de 1984, porém, no dia 5, havia sido realizado um comício em Olinda com o objetivo de oficializar o início do movimento em Pernambuco, e teve a participação de alguns presidentes estaduais do PMDB, de estados do nordeste e de Minas Gerais. Antes disso, em junho e novembro de 1983, em Goiânia e São Paulo, respectivamente, manifestações foram realizadas tendo como bandeira as eleições diretas para a presidência (Delgado, 2007). A organização destes primeiros comícios não contou com apoio massivo e direto do PMDB, como ocorreria posteriormente, embora o partido tenha participado, mas tiveram à frente o PT, a UNE, a CUT, entre outras entidades. Fato é que a capital paranaense acabou sendo palco de um teste para medir o apoio popular que a campanha organizada pelos partidos políticos de oposição ao governo militar teria.

O êxito ou o fracasso da primeira grande manifestação teria peso sobre a continuidade da campanha no país. Foi em Curitiba onde ocorreu a primeira manifestação de maior escala, o primeiro dos "comícios monstros", como passaram a ser chamados, que contou com uma quantidade de participantes que variou entre 30.000 e 50.000[87]. As manifestações anteriores à ocorrida em Curitiba contaram com um número de participantes que variou de 5.000 a 15.000

[87] O número de participantes nesta primeira grande manifestação das Diretas Já diverge. O jornal *Folha de Londrina* (13 jan. 1984, p. 1) fala de 45.000 pessoas, já o SNI (ACT-ACE 41380, 1984, p. 12) indica a participação de aproximadamente 15 mil pessoas. Lucilia Delgado (2007) aponta uma variação de 30.000 a 50.000 pessoas.

pessoas (Delgado, 2007, p. 423)[88]. Além disso, o comício de 12 de janeiro se diferenciou dos anteriores por conta da estrutura montada e do apoio oferecido pelo poder público, como foi o caso da prefeitura de Curitiba, já que Maurício Fruet foi um dos organizadores do evento, e disponibilizou cerca de 130 ônibus para transportar a população de toda a cidade e da região metropolitana até o centro. O evento contou ainda com mais de 120 ônibus que levaram manifestantes de cidades do interior do estado para a capital (Silva Junior, 2018).

Ao divulgar o ato e pedir a participação da população, o senador e presidente do PMDB no Paraná, Álvaro Dias, fez questão de ressaltar que Curitiba inauguraria oficialmente a caravana de manifestações pelo Brasil. Dias afirmou, referindo-se à capital, que "com muita expectativa será testada amanhã a ansiedade de votar para Presidente" (Folha de Londrina, 11 jan. 1984, p. 3). O senador disse também que, se a "população comparecer maciçamente, os parlamentares ligados a Maluf e Andreazza acabarão cedendo e apoiando a proposta de restabelecimento das diretas no País" (Folha de Londrina, 11 jan. 1984, p. 3). A intenção, segundo o senador, era convencer o Congresso Nacional, não a população, que já se sabia que queria votar para presidente. O importante seria o reflexo destas movimentações em Brasília. Álvaro destacou que depois deste primeiro ato nacional, seriam realizados encontros pelas diretas também nas cidades do interior do estado. A escolha de Curitiba para este "primeiro ato de desobediência civil", seria uma demonstração de confiança do presidente do partido, Ulysses Guimarães, no poder de mobilização do PMDB no Paraná, como buscou enfatizar Álvaro Dias (Folha de Londrina, 11 jan. 1984, p. 3).

O evento na capital do Paraná contou com a participação de Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, dos governadores Tancredo Neves, Franco Montoro e José Richa, além de diversos outros políticos paranaenses e de outros estados. Contou ainda com representantes de diversas organizações, como OAB, CJP, sindicatos, UNE, do Movimento Feminino pela Anistia e associações de moradores da região metropolitana da capital paranaense, entre outras entidades. Além da presença dos políticos, o comício de janeiro em Curitiba teve como narrador o radialista esportivo Osmar Santos, da Rádio Globo de São Paulo, e a participação de artistas como Martinho da Vila, Dina Staf, Raul Cortez, Wando e Ruth Escobar (Folha de Londrina, 12 jan. 1984, p. 3). Quem abriu o evento foi a atriz e deputada federal por São Paulo, Bete Mendes, que participou como representante do seu partido, PT, já que Luís Inácio Lula da Silva não pode comparecer. Contando com nomes importantes dentro

[88] O maior número de participantes foi registrado nas manifestações realizadas no Rio de Janeiro, em 10 de abril, com cerca de 1 milhão de pessoas, e São Paulo, no Vale do Anhangabaú, em 6 de abril, com aproximadamente 1 milhão e 500 mil pessoas (Delgado, 2007, p. 423).

do PMDB e com a presença de figuras em destaque no campo das oposições no cenário nacional naquele momento, o evento em Curitiba teve maior repercussão midiática do que os eventos anteriores.

O comício de Curitiba inaugurou ainda os investimentos em *marketing* político em prol das Diretas Já. Como destacado por Samuel Fernando da Silva Junior (2018), o investimento em propaganda foi sendo intensificado e aprimorado ao longo dos demais comícios com o objetivo de empolgar a população, assim como a estratégia de convidar artistas de renome nacional. A divulgação do comício curitibano foi realizada, segundo o jornal *Folha de Londrina* (11 jan. 1984, p. 1), "por meio de 15 mil cartazes espalhados pela cidade, 550 mil panfletos e cerca de 2 milhões de 'mosquitinhos' despejados por um avião sobre a região metropolitana e no litoral paranaense", já que o movimento de pessoas nas praias era bastante intenso no verão. Foram também produzidas camisetas, pôsteres, viseiras de praia, chaveiros e até suportes para cerveja, todos com o *slogan* "Eu quero votar para presidente" (Silva Junior, 2018). Foram ainda feitas 15 inserções na TV Iguaçu, de propriedade de Paulo Pimentel, visto que a TV Globo teria se recusado a transmitir as chamadas, mesmo como matéria paga[89] (Leonelli; Oliveira, 2004, p. 343 *apud* Nery, 2012, p. 98).

Na tentativa de pressionar políticos que participariam da votação da emenda Dante de Oliveira, em especial os filiados ao PDS, em fevereiro um enorme placar foi inaugurado no centro de Curitiba, na região da Boca Maldita, na Avenida Luiz Xavier, pelo Comitê Pró-Diretas. Neste placar constavam os nomes dos senadores paranaenses e dos deputados federais, tanto do PMDB quanto do PDS. Na frente de cada um dos nomes constava um quadro com posições possíveis dos políticos em relação a seu voto: a favor, contra e indefinido. O placar, apresentado pelo Comitê como o pioneiro no país, teria um "efeito psicológico" para os deputados federais porque, como afirmou seu presidente, o advogado Otto Sponholz, "os obrigará a se definir ante a opinião pública, e o povo poderá cobrar a posição deles, nas eleições de 1986" (Folha de Londrina, 22 fev. 1984, p. 3). Além de levar o povo às ruas, o movimento pelas diretas buscou pressionar de forma direta os futuros votantes, como foi o caso do placar e de abaixo-assinados elaborados pelo Comitê e encaminhado aos parlamentares paranaenses, solicitando sua adesão às diretas (Folha de Londrina, 22 fev. 1984, p. 3).

[89] No início das manifestações das Diretas Já, a Rede Globo, por sua ligação e apoio à ditadura brasileira instalada em 1964, não divulgou em seus veículos de comunicação informações sobre as mobilizações, como feito por grande parte da imprensa do Brasil naquele momento. Com o decorrer dos dias, tendo em vista o apoio massivo que as manifestações receberam, as diretas passaram a ser divulgadas pelo grupo Globo (Silva Junior, 2018).

O alto investimento na divulgação da campanha não escapou às críticas e desconfianças, principalmente por parte de políticos do PDS. Nos estados governados pelo PMDB houve mobilização da máquina pública para realização dos comícios, como gratuidade do transporte público, montagem de palanque e som, garantia de segurança, além de apoio à divulgação. Sobre o comício de Curitiba, buscando desacreditar a mobilização e dando conta das estratégias do regime, um dossiê do SNI menciona apenas que "os gastos com a propaganda na Televisão, com transportes, panfletagens e outros, para cobertura do comício, foram financiados pelos cofres do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais de Curitiba e de outras cidades" (ACT-ACE 41380, 1984, p. 14). O governador José Richa, contudo, rebateu acusações de deputados pedessistas, negando o uso da máquina pública na promoção do evento (Nery, 2012).

Visando arrecadar fundos para a campanha, o Comitê Pró-Diretas do Paraná criou contas bancárias nos bancos Banestado e Bamerindus (Banco Mercantil e Industrial do Paraná), com o nome "Diretas 84". O dinheiro arrecado seria destinado à produção de material e serviços de divulgação, como panfletos, cartazes e inserção de propagandas em canais de rádio e televisão (Folha de Londrina, 1 mar. 1984, p. 3). Todo material de campanha para a mobilização curitibana pelas diretas foi produzido pela empresa de publicidade Exclam, especializada em propaganda política e ligada ao então senador biônico paranaense Affonso Alves de Camargo Netto, que ocupava o cargo de Secretário Geral do PMDB no país. A Exclam havia atuado na campanha eleitoral de 20 candidatos do PMDB paranaense em 1982, inclusive na de José Richa. Após a posse de Richa, a empresa tornou-se a principal prestadora de serviços do ramo para o estado do Paraná (Castelo; Groff, 2014). Vanderlei Elias Nery (2012) indica em sua tese que o financiamento para a organização dos comícios teria sido oriundo das próprias agências de propaganda que tinham vínculos com os governos estaduais do PMDB e PDT e com empresas estatais destes estados.

O segundo maior comício do estado ocorreu em Londrina, como era de se esperar, visto ser essa também a segunda maior cidade do estado em número de habitantes. Na ocasião, em abril de 1984, foram disponibilizados cerca de 150 ônibus para o transporte dos bairros até o centro e distribuídas passagens de graça. Escolas dispensaram seus alunos das aulas noturnas e a UEL não aplicou provas neste dia. A manifestação teria reunido cerca de 50 mil pessoas em Londrina. Entre as figuras nacionais, compareceram Luís Inácio Lula da Silva – segundo o jornal *Folha de Londrina* (3 abr. 1984, p. 3), foi quem arrancou mais aplausos dos presentes –, José Genoíno, Ulysses Guimarães, José Richa e outros políticos estaduais e municipais. Além destes, o comício contou com a participação do narrador Osmar Santos e subiram ao palco os

artistas Wando, Belchior, duplas sertanejas e outros conjuntos musicais (Folha de Londrina, 3 abr. 1984, p. 3).

Além de Curitiba e Londrina, no Paraná ocorreram manifestações a favor das eleições diretas em vários outros municípios entre janeiro e abril de 1984, os quais contaram com a participação de líderes estaduais do PMDB, como Álvaro Dias, que participou de quase todos os comícios. O roteiro de manifestações, divulgado em janeiro pelo PMDB, apresentava as seguintes cidades: Prudentópolis, Cornélio Procópio, União da Vitória, Guarapuava, Toledo, Campo Mourão, Maringá, Guaraci e Jardim Alegre, estes todos em fevereiro; em março seria a vez de Umuarama, Assis Chateaubriand, Alto Piquiri, Paranavaí, Cianorte, Realeza, Apucarana, Cascavel e Foz do Iguaçu (Folha de Londrina, 28 jan. 1984, p. 3). Os comícios ocorridos nas diferentes regiões do estado foram também uma forma de reforçar o dinamismo do PMDB no Paraná e garantir sua capilaridade, que já se mostrava presente nas eleições de 1982.

Durante os comícios pelas Diretas Já no Paraná houve menção recorrente à prisão do jornalista Juvêncio Mazzarollo, processado pela Lei de Segurança Nacional e preso em 1982 por criticar o regime militar em seus artigos no jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu. Sua prisão repercutiu na imprensa de todo país e fora dele por meio do movimento Anistia Internacional, que buscou apontar a ilegalidade do processo que levou o jornalista à prisão. Após requerer julgamento em Brasília, Juvêncio fez greve de fome, o que mobilizou ainda mais a opinião pública. Mazzarollo é considerado o último preso político da ditadura, tendo sido solto em abril de 1984 (Vreche, 2017). O caso de Juvêncio era lembrado nos palanques para demonstrar a arbitrariedade do governo militar e suas tentativas de barrar quaisquer críticas a ele direcionadas.

Assim como ocorreu em todo o país, no Paraná atuaram diferentes grupos e exprimiram-se posicionamentos políticos e ideológicos distintos nos palanques pelas Diretas Já. O PT se mostrou bastante articulado, contando com a participação do presidente estadual do partido, Manoel Isaías, nos principais comícios do estado, bem como com a presença de inúmeras de suas bandeiras, as quais se mostraram mais abundantes que as dos demais em comícios como os de Londrina e Cascavel (Folha de Londrina, 3 abr. 1984, p. 3; 4 abr. 1984, p. 3). Sobre as bandeiras petistas, fato curioso foi que, ao chegar o momento de alguns políticos se pronunciarem, como foi o caso do governador José Richa em Londrina, as bandeiras do PT, nas mãos de seus partidários que se encontravam estrategicamente em frente ao palco, eram levantadas e tremuladas, atrapalhando a visão de quem estava mais ao fundo (Folha de Londrina, 4 abr. 1984, p. 3), numa demonstração de que não apoiavam seus aliados de forma integral, embora a causa das Diretas Já os unisse.

Os comunistas, embora com atuação partidária ainda ilegal, foram também a público participar das movimentações, embora de modo um tanto restrito. Não identificamos publicações que apontem para a presença dos partidos clandestinos na época no comício de Curitiba. Em Londrina, porém, a presença de representantes do PCdoB no palanque foi barrada, e sua participação durante o comício foi limitada aos poucos cartazes pendurados ao longo da avenida onde ocorreu a aglomeração (Folha de Londrina, 4 abr. 1984, p. 3). Já nas mobilizações de Cascavel e Foz do Iguaçu, os comunistas tiveram sua participação reprimida com violência por policiais e membros do PMDB. Os peemedebistas de Cascavel, organizadores do comício na cidade, impediram à força que os comunistas presentes falassem ao público de cima dos palanques, momento em que chegaram a vias de fato. A ausência de espaços para a participação dos comunistas, que faziam parte do comitê suprapartidário da cidade e atuaram na divulgação da manifestação, gerou revolta entre diversos manifestantes, mesmo em não militantes do partido, como o ex-candidato a governador pelo PDT, Edson Sá. A polícia foi acionada e agiu de forma ostensiva contra os partidários comunistas, permanecendo em cima do palco para garantir que eles não voltassem a subir.

Em Foz do Iguaçu, jovens do PCdoB que faziam panfletagem foram agredidos por populares que assistiam ao comício e também foram impedidos por alguns líderes do PMDB da cidade de se pronunciar (Folha de Londrina, 3 abr. 1984, p. 3). Conforme reportagem de Paulo Roberto Pegoraro, da sucursal do *Folha de Londrina* em Cascavel, “o povo do Oeste do Paraná só tinha ouvido falar de comunista na televisão ou lido alguma coisa em jornal” (3 abr. 1984, p. 3). Na ocasião puderam, em razão do comício, tomar conhecimento da presença dos mesmos na cidade e da tentativa de legalização do partido no país, por conta de panfletos distribuídos durante o evento.

As limitações à participação dos comunistas dão relevo às incoerências do movimento pelas eleições diretas, deixando evidente a presença da intolerância política entre integrantes do PMDB e em meio à sociedade civil, bem como as limitações do entendimento sobre democracia que se constituía naquele momento. Por mais que os comícios tenham contado com milhões de pessoas em todo o Brasil, as lideranças que articularam o movimento de massas conseguiram preservar limites estreitos para reivindicação de pautas e presença de ideologias conflitantes (Nery, 2010). Ficava explícito como passava a prevalecer, nas diferentes escalas, o posicionamento dos liberais conservadores, assim como projetos alternativos não teriam espaço, como já mencionamos anteriormente.

Os limites da campanha Diretas Já foram notados também em outros locais do país, como no Rio de Janeiro, onde faixas produzidas pelo PT e CUT conclamando os trabalhadores

à greve geral foram retiradas pela polícia e militantes do PDT, partido do governador do estado na época (Nery, 2010). Como indicou Silva Junior, “o programa da oposição burguesa estava mais voltado para objetivos puramente eleitorais, ainda que de forma dissimulada, veiculada ao longo da campanha pelas Diretas Já” (2018, p. 208). O autor aponta ainda mudanças ocorridas no decorrer da campanha em favor das eleições diretas:

> No primeiro momento da campanha a oposição antiautocrática exercia um modelo de mobilização formativa, ou seja, de ativação e didatização da população que se mobilizou; já no segundo momento, se deu uma campanha informativa, que buscava não a “ativação” da população, mas sim informá-la sobre quem é que estava à frente dos comícios, qual era o partido pelo Brasil, quem estava contra a ditadura, quem “lutava” pela democracia e pelo voto direto etc. O apagamento, ou a atenuação da oposição antiautocrática no conjunto dos comícios em 1984, pode ser visto, por um lado, pela sua participação inexpressiva na lista de oradores que falavam em cima dos grandes palanques montados. Enquanto que em 1983 havia uma maior participação sindical nos palanques, por meio de órgãos de representação de classe; em 1984 efetivou-se um palanque político-partidário, com clara hegemonia do PMDB. (Silva Junior, 2018, p. 208).

A interpretação acima a respeito das Diretas Já é notada no Paraná pela tentativa de barrar a participação dos comunistas e de colocar no centro o PMDB. Apesar de contar com considerável participação de filiados ao PT, os oradores dos comícios foram, em sua maioria, políticos peemedebistas. O que se nota, ao final, é um processo que, apesar do relativo apoio popular, não conseguiu escapar da grande moldura transicional e avançar com mudanças mais profundas que possibilitassem o ingresso de novos sujeitos na cena política, não ao menos a nível estadual. A nível nacional, algumas figuras como o petista Luís Inácio receberam certo espaço, ainda que de forma precária e sob resistência de alguns grupos no interior do PMDB. O domínio regional sobre a campanha assegurava que o partido tivesse como controlar sua dimensão, evitando que esta extrapolasse os estritos limites de arranjos que conectavam parlamento e governadores, evidenciando ainda o importante papel que os governadores peemedebistas assumiram durante a abertura política após as eleições de 1982 (Abrucio, 2022).

Apesar do apoio massivo, a campanha pelas diretas não escapou das críticas, que foram além das dúvidas a respeito da origem dos recursos que a financiaram e do cerceamento aos comunistas. Retomando a questão do apoio dado por Paulo Pimentel, então presidente do PDS do Paraná, às mobilizações organizadas pelo PMDB no estado, é possível pensar em como a campanha das Diretas Já uniu diferentes facções políticas. Contudo, as formas de compreender os objetivos das manifestações eram dissonantes. O ingresso e o protagonismo de políticos no PMDB com forte passado de ligação com a ARENA e os militares geraram enormes desagrados

e críticas, tanto de dentro como de fora do partido. Pimentel afirmou ser um defensor das eleições diretas em todos os níveis. No entanto, alegou que a luta pelas diretas seria uma farsa por parte de alguns membros do PMDB que já articulavam, nos bastidores, a eleição de Tancredo Neves por consenso no colégio eleitoral. Segundo Pimentel, não era apenas o PDS que não desejava eleição direta:

> O PMDB de Tancredo Neves e do senador biônico Afonso Camargo, que representa metade do maior partido da oposição, também não deseja. Esse PMDB prefere pleito indireto, porque acha que o governador de Minas Gerais reúne condições para ser o candidato de consenso, se houver um impasse no Colégio Eleitoral. (Folha de Londrina, 8 jan. 1984, p. 3).

O paranaense Affonso Alves de Camargo Netto, citado acima, foi um nome bastante criticado pelo fato de ser um ex-arenista que havia ingressado no PMDB. Além disso, ele assumiu o cargo de Secretário Geral do partido a nível nacional em dezembro de 1983, o que aumentou a revolta por parte dos peemedebistas que se colocavam contra os oportunistas saídos do seio do autoritarismo. Camargo havia apoiado os governos militares anteriores e foi escolhido, por meio de uma ação antidemocrática, como senador biônico, portanto, sem representatividade e legitimidade. Sua nomeação para o cargo de secretário do partido teria sido parte da estratégia da ala "moderada" da cúpula do PMDB para iniciar as conversações em torno da escolha do futuro presidente, em função de seus contatos com membros do alto escalão do governo e seu posicionamento liberal conservador.

Sobre a tendência de membros do PMDB ao consenso por vias indiretas, Paulo Pimentel afirmou, dias antes do comício de janeiro na capital paranaense, que muitos peemedebistas eram lutadores sinceros, mas havia outras questões:

> isso não impede que o comício do dia 12 em Curitiba seja uma farsa teatral. Vários dos seus oradores, entre eles o governador mineiro Tancredo Neves, virão para dizer que querem o que não querem, numa tentativa de enganar a opinião pública. Se o PMDB quisesse eleição direta, teria dado número no Congresso Nacional, no dia 30 de novembro, para aprovar a emenda do deputado Armando Pinheiro, que restabelecia eleições diretas dos prefeitos das capitais. O PMDB se omitiu e os prefeitos biônicos continuam nos seus cargos. (Folha de Londrina, 8 jan. 1984, p. 3).

O aparente desinteresse de membros do PMDB nas eleições diretas para prefeitos das capitais foi um assunto que repercutiu entre seus adversários e gerou críticas à campanha Diretas Já. Isso ocorreu pois, nos estados onde elegeram governadores, os peemedebistas indicaram pessoas de seus quadros para o cargo. Uma disputa poderia, então, tirar de seu partido

a administração de algumas das maiores cidades do país. No sentido apontado, a crítica era de que o PMDB não valorizava de forma incondicional a democracia, mas estaria mobilizando esta bandeira para proveito próprio.

Além das declarações de Pimentel, o diretório do PTB no Paraná também emitiu nas vésperas do comício em Curitiba uma nota criticando sua realização. Segundo consta no documento, o partido apoiava integralmente as eleições diretas em todos os níveis, mas denunciava o que chamou de "sentido demagógico" da campanha empreendida pelo PMDB, pelo fato da bancada peemedebista ter se retirado da votação de novembro, a mesma mencionada por Pimentel. A nota citou ainda a incoerência da campanha pelas diretas, que tinha Affonso Camargo, um senador biônico, e Maurício Fruet, chamado na nota de "prefeito biônico", como principais promotores do movimento no estado (Folha de Londrina, 12 jan. 1984, p. 3). O documento petebista afirmava que, se houvesse de fato coerência democrática e crença real na pregação da eleição direta, o PMDB deveria exigir a renúncia prévia dos dois nomes com mandatos biônicos. Sem a renúncia, segue a nota petebista, faltariam "credibilidade e autoridade política ao PMDB, que, então, se deixará arrastar, mais uma vez, no torvelinho do engodo, das mentiras e da demagogia barata" (Folha de Londrina, 12 jan. 1984, p. 3). O alerta de Pimentel e do PTB no Paraná indicavam que a grande "festa cívica" seria apenas uma manobra para conseguir capitalizar apoio político para uma futura disputa via colégio eleitoral. Ficava, assim, evidente como o "imobilismo em movimento" se daria na prática, e como, no interior do PMDB no Paraná, traços desta cultura passaram a ganhar espaço.

As colocações do diretório do PTB, assim como de Paulo Pimentel, foram rechaçadas e consideradas tentativas de desqualificar a mobilização peemedebista e de seus líderes, apesar de todos se colocarem a favor das eleições diretas. Fato é que Affonso Camargo, buscando se precaver à não aprovação da emenda Dante de Oliveira, teria proposto dialogar com o governo para garantir uma mudança de poder conciliatória. Buscando reforçar seus laços com membros do governo, o senador biônico foi até o Palácio do Planalto, em Brasília, para negociar com o chefe do Gabinete Militar da Presidência, o ministro General Rubem Ludwig, já admitindo uma derrota na votação. A visita ocorreu em março de 1984, quando diversas manifestações ainda seriam realizadas pelo país, o que poderia desestimular a população a comparecer, já que ficava explícito que membros da cúpula peemedebista não acreditavam nas eleições diretas para o próximo pleito presidencial. Affonso Camargo, que já era visto com desconfiança por muitos de seus colegas de partido por conta de sua antiga ligação com a ARENA, teve sua ação condenada e recriminada por deputados e senadores do PMDB do país inteiro. A visita foi

considerada ilegítima e uma demonstração de desacordo com o diretório nacional do partido, ao menos era esta a ideia que muitos peemedebistas buscaram construir publicamente.

Para justificar o encontro, Affonso alegou que foi ao Planalto em uma visita de caráter pessoal, não em nome do partido, e que o General Ludwig era seu amigo (Folha de Londrina, 23 mar. 1984, p. 3). O próprio Affonso afirmou, contudo, que a formação em torno do nome do então vice-presidente Aureliano Chaves não era descartada, e que a negociação com os dissidentes do PDS seria uma ação importante para garantir que a oposição não tivesse apenas uma anticandidatura, como nos anos anteriores, mas sim condições reais de eleger um candidato não apoiado pelo governo militar (Folha de Londrina, 28 mar. 1984, p. 3). Em coluna publicada no jornal *Folha de Londrina* (7 abr. 1984, p. 2), numa tentativa de explicar o caso, Affonso reafirmou seu posicionamento favorável ao diálogo como caminho para as diretas. O senador ressaltou que, no contexto em que o país se encontrava, era preciso "mesclar pressão e transigência, avanços e recuos, paciência e impaciência, na busca das circunstâncias e do momento apropriados para agir". Segundo ele, as oposições deveriam levar em conta, ainda, "a capacidade das forças políticas adversárias, para calcular a estratégia adequada ao andamento dos próprios projetos políticos, sob pena de vê-los naufragarem por falta de um balanço correto dos percalços da caminhada" (Folha de Londrina, 7 abr. 1984, p. 2). Na justificativa de Camargo, é notável sua abertura ao entendimento com o governo e grupos adversários e sua disposição a barganhar para conseguir seus objetivos, o que implicava na concessão e manutenção de espaços e direitos para antigos quadros da ditadura.

Como afirmou o presidente do PT de Londrina, Luiz Eduardo Cheida, ao comentar o assunto, a iniciativa de Camargo significava "o transbordamento de um processo de conciliação que vem sendo encaminhado há muito tempo" (Folha de Londrina, 23 mar. 1984, p. 3). Apesar de ser um tema que os demais partidos já evidenciavam, como apontado pelo petista, pela nota do PTB e na fala de Paulo Pimentel, os peemedebistas não haviam se manifestado até então, ao menos não identificamos nas publicações analisadas posicionamentos sobre o assunto. Seria incoerente reconhecer publicamente que seu partido, que tomou a frente das mobilizações, não acreditava na possibilidade real de eleições diretas e já estaria agindo nos bastidores para viabilizar as eleições indiretas.

A polêmica causada pela visita de Camargo trouxe à tona discussões internas no PMDB sobre a estratégia de alguns de seus setores, em especial os liderados por Tancredo Neves, para garantir um candidato de consenso por meio de acordos com os militares. Entre os paranaenses, tivemos algumas manifestações sobre o assunto. O deputado estadual Nilso Sguarezi, líder do PMDB na ALEP, afirmou: "a nossa estratégia é o restabelecimento da eleição direta. Qualquer

revisão só será possível após a votação da emenda Dante de Oliveira. Se ela for aprovada, qualquer entendimento em contrário terá sido inútil" (Folha de Londrina, 23 mar. 1984, p. 3). Para Paulo Furiatti (PMDB-PR), também deputado estadual, "ninguém nesse país tem o direito de subir a rampa no Planalto para negociar a emenda Dante de Oliveira. E quem fizer isso está traindo o povo brasileiro" (Folha de Londrina, 23 mar. 1984, p. 3). No mesmo tom, o deputado estadual Fiori Luiz (PMDB) alegou: "quem joga no time da conciliação, do consenso e dos conchavos em gabinetes fechados, joga contra aqueles que clamam por mudanças neste país" (Folha de Londrina, 24 mar. 1984, p. 3). Aos deputados que trabalharam na mobilização de suas bases eleitorais, que estiveram, muitos deles, na "linha de frente" dos comícios, negociações feitas às escondidas e desalinhadas do que pregavam seriam então demonstrações de deslealdade, com eles próprios e com a população, que estaria, neste cenário, sendo enganada e instrumentalizada para fins que indicavam não concordar.

Dias depois da visita conciliatória de Affonso Carmargo, o senador paranaense Álvaro Dias, presidente do PMDB no estado, afastou qualquer possibilidade da oposição participar do colégio eleitoral caso a emenda Dante de Oliveira fosse rejeitada. Diante do sucesso da campanha pelas diretas, o senador afirmou que "conciliação rima com traição" (Folha de Londrina, 14 abr. 1984, p. 3). Para Álvaro:

> A população brasileira não aceitará composições de elite. A participação da oposição com candidato no colégio eleitoral soaria, sem dúvida, como traição à população que compareceu às praças públicas para repudiar o colégio eleitoral. A oposição não pode cometer esse equívoco histórico, sobretudo porque ninguém saído desse Colégio terá credibilidade e respaldo popular para liderar um governo que retire a Nação da crise em que se encontra. Isso provocaria uma frustração com consequências imprevisíveis, o que poderia fazer até mesmo com que o Presidente não completasse o seu mandato. À oposição não interessa governar o país sem a legitimidade do Poder, já que em quaisquer circunstâncias, a legitimidade é necessária; muito mais, em período de crise tão profunda – seria uma ofensa imperdoável à Nação. A rejeição da emenda será talvez a maior ofensa política já praticada nos últimos vinte anos no Brasil. E a participação da oposição no colégio eleitoral, com candidato, seria conivência. (Folha de Londrina, 14 abr. 1984, p. 3).

As reações expressas pelos peemedebistas aos acenos de seus companheiros de partido às eleições indiretas como parte de um futuro próximo gerava certo desconforto entre aqueles que defenderam, junto à população, a eleição direta como solução para os problemas do país. Embora não possamos afirmar o que e o quanto os políticos paranaenses sabiam a respeito das negociações de gabinete que já eram realizadas entre a linha moderada do PMDB e o governo antes mesmo da votação da emenda de abril de 1984, fato é que os discursos se mostraram

bastante críticos às indiretas, mesmo que tudo isso fosse apenas um jogo de aparências frente ao eleitorado que aguardava por mudanças. O que parecia impensável neste momento, aos poucos ganharia novos contornos, já que as diretas foram se distanciando. A frustração com o andamento da abertura, no entanto, aumentava com o desenrolar dos processos.

Temos, assim, antes ainda da visita de Affonso Camargo ao Planalto, o discurso do governador José Richa durante comício pelas diretas em São Paulo, na praça da Sé, no dia 25 de janeiro de 1984, onde o mesmo afirmou:

> a determinação do povo é uma força tão extraordinária que não haverá político capaz de deter a onda deflagrada em favor da eleição, já, de Presidente da República brasileira. E um fato a gente percebe, claramente: de um lado estão os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais, os artistas, os agricultores, os comerciantes, as donas de casa e o Brasil – está, praticamente, todo povo brasileiro; e de outro, defendendo as indiretas, apenas, um punhado de políticos, que tentam justificar a eleição indireta através da legitimidade de um Colégio Eleitoral. Uma legitimidade que só este punhado de políticos, do lado do Governo, entende justificável. Mas, que legitimidade pode ter um Colégio Eleitoral para substituir a vontade da população? Não há, minha gente, como justificar. Este Colégio Eleitoral é ilegítimo, porque foi constituído de uma forma que todos nós conhecemos. Foram os casuísmos ao longo destes anos, que propiciaram a matemática de o partido fazer menos votos que a oposição e assim mesmo fazer a maioria nesse Colégio Eleitoral. (SNI, ACT-ACE 41380, 1984, p. 43).

Embora tal posicionamento tenha mudado após a derrota da emenda e uma postura a favor das indiretas tenha se formado, mesmo que à revelia de vários peemedebistas, em especial dos democratas reformistas, nota-se que a inconformidade em questão se dava também por entenderem que o momento era propício para maiores mudanças, já que as ruas respondiam positivamente ao chamado das oposições. Desperdiçar todo o impacto das mobilizações e seu efeito sobre a opinião pública não fazia sentido para os que pareciam esperar um pouco mais que a simples troca de um civil por um militar na condução do país. Podemos notar, assim, que em uma escala menor, distante dos centros políticos dirigentes, a política era praticada, ao menos discursivamente, sob crenças em mudanças democráticas mais efetivas. Entre alguns paranaenses, a ideia da conciliação, embora pudesse se fazer presente, não deveria representar a continuidade explícita e direta de elementos que marcaram os anos de ditadura. A escolha direta para a presidência, ganhava, neste contexto, um significado especial, por representar o fim de uma prática própria dos governos militares.

Como já mencionamos anteriormente, para alguns políticos do PMDB a legitimidade do poder era o que possibilitaria ao governo enfrentar os grandes conglomerados econômicos e

impor limites às imposições do FMI, por exemplo. Com a impossibilidade de eleições diretas, no entanto, a justificativa para a legitimidade do poder, que tanto se alegava ter respaldo somente no voto popular, seria substituída pelo apoio que as Diretas Já haviam recebido anteriormente. Frente à opinião pública e ao eleitorado, entre políticos paranaenses que levantaram a bandeira das Diretas Já, temos uma adaptação de discursos, visto que a pauta que defendiam não foi aprovada tal como desejavam.

Outro ponto que vale aqui ressaltar é a visão, de certo modo, romantizada que se apresentava sobre as manifestações pelas eleições diretas e seu caráter democratizante. Sem reduzir a amplitude dos debates e a diversidade de posicionamentos dos atores que foram aos palanques das Diretas Já, podemos notar uma limitação das reflexões sobre os valores democráticos, restringindo-os à garantia do voto direto, embora outros temas, como os problemas econômicos, também tenham sido explorados. A solução apresentada para todos os problemas do país, em especial por políticos peemedebistas, como já comentamos, seria a eleição direta de um novo presidente. Como aponta Vanderlei Nery, para os idealizadores das Diretas Já, a campanha que se desenvolveu em todo país tinha como objetivo principal conquistar a democracia, elemento que "[...] aparece como um valor em si mesmo, como um valor universal, sem que houvesse, portanto, questionamentos quanto às formas de organização da campanha, à participação das classes sociais no processo, e os diferentes objetivos dos diferentes segmentos participantes" (2010, p. 71). Expressões como "festa democrática", "festa cívica" e "festa da cidadania" acabaram por se tornar comum ao referir-se às Diretas Já, o que acabava por esvaziar de sentido a luta pela reconstrução democrática que se travava naquele período de transição, que estava longe de ser, de fato, uma festa. Aliás, uma festa, podemos dizer, é um momento de comemoração por algo conquistado. Ao tratar o momento como uma festa, fica a impressão de que a democracia já estava consumada e a conquista finalizada, restando somente a celebração.

Sobre a inconformidade quanto à realização das eleições indiretas, tivemos também no PDS nomes paranaenses que se mostraram descontentes, para além de Paulo Pimentel. O deputado federal Norton Macedo, por exemplo, entregou uma carta ao líder do PDS no congresso nacional condenando o movimento em favor do fechamento de questão contra a emenda Dante de Oliveira, conforme orientação do partido naquele momento. Ele se posicionou também contra especulações quanto a possibilidade de cassação de mandatos dos políticos que votassem contra o que estabelecia o partido, por meio do enquadramento na Lei de Fidelidade

Partidária[90]. Em sua justificativa, Macedo alegou que a questão fechada era uma agressão à soberania do legislativo e à dignidade dos mandatos, e que "a convicção doutrinária, a abertura democrática, a orientação programática do próprio PDS, a sintonia com a opinião pública, essas e outras circunstâncias me impelem ao voto pelas eleições diretas sempre, qualquer que seja a paternidade da iniciativa" (Folha de Londrina, 27 mar. 1984, p. 3). Além de Norton Macedo, os deputados federais paranaenses pelo PDS Alceni Guerra, Antonio Mazurek e Reinhold Stephanes também se colocaram a favor da emenda.

Entre os deputados estaduais do PDS do Paraná, tivemos um posicionamento quase unânime a favor do retorno de eleições diretas para a presidência, mas não tão brevemente quanto as oposições e a mobilização de rua reivindicavam. Em reportagem sobre qual seria o voto dos deputados pedessistas da ALEP caso tivessem que votar a emenda, foram publicadas entrevistas realizadas com 18 dos 24 deputados estaduais do partido (Folha de Londrina, 20 abr. 1984, p. 3). Dentre os entrevistados, nove afirmaram seguir a orientação do partido, ressaltando que as eleições diretas deveriam ocorrer em outro momento. Entre os demais, a postura era favorável às diretas naquele momento, sendo que cinco deles indicaram que a ampliação da proposta feita pelo Grupo Pró-Diretas do PDS seria a melhor saída[91]. Sobre o posicionamento de alguns políticos do PDS, podemos refletir sobre o quanto a força da opinião pública restringiu espaços para os que apoiavam o governo militar e sua tentativa de controlar a sucessão presidencial, ainda mais em estados como o Paraná, reduto do PMDB. Apesar disso, não podemos esquecer da força que o PDS teve por anos no estado e do peso dos compromissos e relações individuais sobre as decisões de cada um.

Como expressou José Richa, caso a emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada, o PDS correria o risco de "desaparecer do mapa político", isso em razão da frustração popular diante dos políticos que votariam contra as diretas, os quais seriam cobrados nas eleições posteriores (Folha de Londrina, 3 abr. 1984, p. 3). A fala do governador se mostra como parte da pressão destinada aos deputados que se colocaram contra as diretas, os quais se debatiam com a orientação do partido, de um lado, e a opinião popular, de outro. Ocorreu, porém, que

---

[90] Em novembro de 1984 o STE definiu como improcedente a possibilidade de cassação de mandatos dos políticos que votassem contra a orientação do seu partido no colégio eleitoral, que elegeria o novo presidente no ano seguinte (Folha de Londrina, 8 nov. 1984, p. 3). A cassação foi defendida pelos apoiadores de Paulo Maluf à presidência. Assim, quem não votasse em Maluf perderia o mandato, e quem votassem em Tancredo teria o voto anulado. Tal prática foi bastante criticada por amplos setores de posição e oposição, e vista como "voto de cabresto".

[91] O PDS contou, a nível nacional, com o Grupo Pró-Diretas, que somava, até o fim de março de 1984, com 60 deputados a favor da emenda Dante de Oliveira e cinco senadores. O grupo, contudo, tentou levar para votação uma proposta de eleições diretas também para as capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais, bem como a retomada das prerrogativas do legislativo e redução da competência do executivo de baixar decretos-leis (Folha de Londrina, 25 mar. 1984, p. 3).

toda a pressão originada das ruas e das articulações políticas a favor das diretas não se mostrou suficiente para alterar a postura do governo federal, que manteria assim o curso da abertura: lenta, gradual, segura e, acrescentamos, “indireta”.

3.2 INDIRETAS À VISTA: A ESCOLHA DO FUTURO PRESIDENTE VIA COLÉGIO ELEITORAL

> Ato contínuo, só veio o tempo de virar para trás, devolvendo a agressão recebida, desferi um soco com o máximo de força física e cívica a que tinha direito no rosto do agressor. E parti para cima do covarde desferindo pontapés, tendo a essa altura a segurança do Senado ao meu lado. Quero nessa hora dizer aos paranaenses, sobretudo àquela parcela que pela vez segunda faz-me um seu modesto representante na Câmara, que não sou dado a violências, não tenho essa formação, contudo o soco devolvido ao comandado de Newton Cruz, o fiz em nome dos paranaenses e brasileiros que sofrem agressões diárias de um Governo satânico, porque divorciado da sociedade nacional. (Folha de Londrina, 5 maio 1984, p. 2).

O trecho acima destaca uma fala do deputado federal paranaense Hélio Duque, do PMDB. O deputado relatou sobre a briga em que se envolveu no dia da votação da emenda Dante de Oliveira ao entrar no salão do Congresso, quando teria sido agredido por trás por um agente federal. Como reação à agressão sofrida, Duque desferiu um soco no agente de segurança com “força física e cívica”, o qual seria, segundo ele, um ato de vingança pela não aprovação da emenda, tendo em vista o apoio massivo que os paranaenses estenderam às manifestações pelas eleições diretas. A violência contra o comandado de um membro do alto escalão militar, um oficial de alta patente, teria um peso simbólico diante da insatisfação da população com o governo federal e da frustração diante da recusa às eleições diretas. O fato não alteraria, contudo, os rumos conciliatórios da transição.

Em meio à euforia e dúvidas causadas pelas manifestações das Diretas Já, tivemos então, no dia 25 de abril de 1984, o início da sessão de votação da emenda Dante de Oliveira. O resultado da votação foi oficializado na madrugada do dia 26 de abril, confirmando a rejeição da proposta de reestabelecimento das eleições diretas para o cargo de presidente da República. A emenda recebeu 298 votos favoráveis e 65 contrários. Apesar da obtenção de uma maioria de votos favoráveis, a emenda foi rejeitada, pois a aprovação de uma emenda constitucional requeria dois terços dos votos na Câmara dos Deputados. Assim, faltaram 22 votos para que o pleito direto fosse aprovado. Ao todo, foram 113 ausências e três abstenções (Motta, 2021) – todas as três de deputados paranaenses do PDS: Oscar Alves, Renato Johnsson e Reinhold

Stephanes. A indefinição dos votos por parte dos três deputados que estavam presentes no Congresso durante a sessão de votação da emenda torna a questão complexa, visto que se ausentar poderia ser uma opção menos desconfortável. No cenário nacional, a maioria dos que não votaram pela emenda preferiu se ausentar, temendo a repercussão pública.

Os deputados paranaenses do PDS que votaram contra a emenda Dante de Oliveira foram recebidos por aproximadamente 200 pessoas no aeroporto de Curitiba, sob vaias e xingamentos. O jornal *Folha de Londrina* (27 abr. 1984, p. 4) apresentou o nome de todos os deputados brasileiros que votaram a emenda Dante de Oliveira, com destaque para os paranaenses que votaram contra, se ausentaram ou se abstiveram, os quais foram apresentados como inimigos do povo. Relembrar a posição dos deputados na votação da emenda seria um ato repetido durante os novos comícios pró-diretas que ocorreram até meados de 1984. Além dos votos contrários à emenda, as três abstenções e a ausência de um dos paranaenses do PDS, deputado Antonio Ueno, geraram diversas discussões na ALEP, com intensas críticas, em especial, a estes quatro pedessistas que não registraram seus votos. Comentando as abstenções e a ausência dos paranaenses, o deputado estadual do PMDB Fiori Luiz, afirmou:

> Os que votaram contra, pelo menos assumiram uma posição. Eles são seis. Agora, os traidores, os judas, os grandes covardes, foram os que se abstiveram: o Sr. Oscar Alves, o Sr. Reinhol Stephanes e o Sr. Renato Johnson. E o outro, ainda, o ausente, o Sr. Antonio Ueno. Os covardes se encolheram; meteram o rabo no meio das pernas diante do tacão militar. Mas aqueles que disseram "não" ao povo, terão o "não" do povo em 86. É só esperar. São os políticos formados no laboratório do finado Ney Braga. O laboratório da subserviência e do amém. (Anais da Assembleia, 26 abr. 1984, p. 12).

Como se nota, não se posicionar foi compreendido como uma atitude ainda menos honrosa que o voto contrário. A respeito dos únicos três nomes que se abstiveram, destacamos um elemento em comum em suas trajetórias: os três haviam atuado como secretários do governo estadual anterior, chefiado por Ney Braga. Na sequência, seguem breves relatos sobre a trajetória de cada um dos três, os únicos do país, como já apontamos, que se abstiveram e que aqui buscamos destacar elementos que podem indicar particularidades das relações políticas paranaenses.

Oscar Alves, nascido em Birigui, São Paulo, cursou medicina em Curitiba, era genro de Ney Braga e desde 1963 ocupou cargos de confiança nos governos estaduais, como oficial de gabinete e assessor técnico. Foi escolhido reitor da Universidade Estadual de Londrina em 1974, cargo que ocupou até 1978. Antes disso, atuou como diretor do Hospital Universitário da mesma instituição. De 1979 até 1982 foi Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social no Paraná,

durante o governo de Ney Braga. Na ocasião da votação da emenda Dante de Oliveira, estava no seu primeiro mandato como deputado federal e o primeiro em um cargo eletivo. Segundo suspeitas do SNI, Oscar Alves seria contrário à "Revolução" e apresentava "tendência esquerdista", em razão de registros que, segundo o documento, apontavam que ele havia integrado a AP e outras organizações subversivas enquanto era estudante (SNI, ACT-ACE 69, 1979, p. 16). Oscar Alves foi o único que não teve novos cargos eletivos após cumprir seu mandato. Lembramos, ao analisar os documentos do SNI, que muitos de seus agentes eram comprometidos com o objetivo de produzir materiais que gerassem constrangimentos aos sujeitos investigados, e não necessariamente obter informações precisas sobre seu passado ou sua atuação no momento dos levantamentos.

Renato Johnsson, formado em direito, nasceu e constituiu sua carreira na capital paranaense e também estava em seu primeiro mandato como deputado federal, sendo a eleição de 1982 a primeira em que concorreu. Antes do surgimento do PDS foi filiado à ARENA. Atuou como chefe da divisão de direito financeiro da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), função que exerceu de 1964 a 1972. Entre 1972 e 1979 atuou como diretor financeiro e diretor presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR). No início de 1979 foi escolhido por Ney Braga para assumir a Secretaria de Estado do Interior, cargo que ocupou até o fim do governo neysta. De acordo com juízo sintético elaborado por agentes do SNI sobre Renato, ele era um "democrata" e, ao mesmo tempo, classificado como "integrado à Revolução de 64" (ACT-ACE 69, 1979, p. 15). Dentre os três que se abstiveram, Renato Johnsson foi o único a votar em Paulo Maluf em 1985, na eleição indireta para a presidência da República.

O terceiro nome, Reinhold Stephanes, nasceu em Porto União, Santa Catarina, e cursou economia em Curitiba. Atuou como professor na Escola de Especialistas em Aeronáutica e foi presidente do Instituto Nacional de Previdência Social. Foi eleito deputado federal pela ARENA em 1978, mas afastou-se do cargo legislativo para assumir a função de Secretário da Agricultura durante o governo de Ney Braga. Assim como Renato, foi classificado como um "democrata convicto" e integrado à "Revolução" de 64 (SNI, ACT-ACE 69, 1979, p. 9). Stephanes tinha ligação direta com o ex-Presidente-General Ernesto Geisel.

As funções exercidas pelos deputados, como se nota, foram de confiança junto aos governos estaduais durante a ditadura. Os três nomes apresentavam ligações diretas com o ex-governador derrotado em 1982 e tinham como área de atuação e influência política a capital paranaense e regiões próximas. As abstenções em questão, no entanto, destoaram do posicionamento defendido por Ney Braga no momento da votação. O ex-governador se colocava a favor do colégio eleitoral, mas passou a posicionar-se em prol das eleições diretas

com o decorrer das manifestações das Diretas Já e do estreitamento de seus contatos com o vice-presidente Aureliano Chaves, também favorável às diretas. Ney Braga foi coordenador da campanha de Aureliano para a presidência no estado, antes que o mesmo desistisse do pleito (Folha de Londrina, 28 abr. 1984, p. 3).

As posições dos deputados federais antes da votação, no entanto, também não eram homogêneas. Na convenção nacional do PDS ocorrida em julho de 1983 os deputados Renato Johnsson e Oscar Alves apoiaram a chapa dissidente "Participação", liderada por Paulo Maluf, que defendia o pleito indireto. Oscar Alves chegou a alegar que não considerava as eleições indiretas como um processo antidemocrático, "desde que possibilite a participação ativa dos parlamentares, que são representantes do povo" (Folha de Londrina, 29 jul. 1983, p. 3). Tal fato colocava os dois deputados em atrito com o posicionamento de Ney Braga. Já Reinhold Stephanes integrou o grupo pró-diretas do PDS, que reunia deputados federais e senadores do partido (Folha de Londrina, 9 fev. 1984, p. 3). Sua abstenção, assim, foi recebida com surpresa, já que a imprensa já contava seu voto como favorável às diretas. O fato de nenhum deles ter utilizado seu voto como se especulava que fariam nos leva a inferir que acordos de última hora, nos bastidores, podem ter interferido na decisão dos parlamentares, embora as fontes consultadas não possibilitem tal afirmativa.

Do Paraná, todos os 20 deputados federais peemedebistas votaram a favor da emenda. Já do PDS, além dos que se abstiveram e do deputado ausente, os parlamentares Otávio Cesário, José Carlos Martinez, Fabiano Braga Cortes, Joaquim Santos Filho, Ítalo Conti e Ary Kffuri votaram contra. Quatro deputados federais do PDS do Paraná votaram a favor da emenda, sendo eles: Alceni Guerra, Antônio Mazurek, Luiz Antônio Fayet e Norton Macedo (Folha de Londrina, 27 abr. 1984, p. 4). Dos seis deputados paranaenses que votaram contra a emenda, dois deles eram do Norte do estado – Otávio Cesário e Joaquim Santos Filho –, sendo os demais da região do Paraná Tradicional, três de Curitiba e um de Iraty, município localizado no Centro-Sul do estado. Dois dos votos contrários à emenda vieram de deputados que apresentavam forte ligação com o neysmo. Otávio Cesário foi secretário de Estado da Justiça durante o último governo de Ney Braga. Já Fabiano Braga Cortes havia sido chefe da Casa Civil e presidente da ALEP durante o governo de Braga, além de ser seu primo (SNI, ACT-ACE 5095, 1984, p. 5-8).

Entre os pedessistas que votaram a favor das eleições diretas, dois deles tinham como base eleitoral municípios das regiões Oeste e Sudoeste: Antônio Mazurek e Alceni Guerra. Os outros dois eram da região de Curitiba: Luiz Antônio Fayet e Norton Macedo. Tanto Fayet quanto Macedo eram ligados ao ex-governador Ney Braga. Compreender a motivação dos

votos, neste cenário, mostra-se um problema ainda a ser decifrado, visto que tanto a questão regional quanto as ligações pessoais mostraram-se difusas entre os votantes favoráveis e contrários à emenda.

Mesmo que a pressão das Diretas Já não tenha tornado possível a aprovação da emenda constitucional, ela foi suficiente para fracionar o bloco de sustentação do governo (Motta, 1999). A pressão e luta pelo retorno à democracia gerou dissidências no PDS, como comentamos anteriormente. 55 deputados federais do partido governista teriam votado a favor da emenda Dante de Oliveira, aliando-se aos deputados dos partidos de oposição. Como apontou o senador Álvaro Dias, mesmo com a emenda derrotada, as manifestações ocorridas a favor das diretas implicaram em importantes conquistas, já que, segundo ele, o presidente Figueiredo admitiu que mudanças seriam necessárias. Outro ponto levantado por Dias seria a promoção da unidade entre as oposições (Folha de Londrina, 1 maio 1984, p. 2). O resultado da votação apontava também para o desgaste político do governo federal que, apesar da vitória, não contava mais com a base de apoio de anos anteriores e passou a negociar e se articular mais para conseguir se manter no controle da transição.

Derrotada a emenda que reestabeleceria o voto direto, à oposição restava duas saídas, como levantou Maria Kinzo: "buscar simpatizantes dissidentes dentro do governo; ou romper as regras do jogo através da mobilização da sociedade civil" (2001, p. 6). Entre os democratas reformistas do PMDB do Paraná, havia uma inclinação a manter a mobilização popular, tal como explicitou o deputado estadual Gernote Kirinus:

> A Emenda Dante de Oliveira, grande esperança para nosso povo para arrancar o País das mãos daqueles que oprimem, foi pisoteada pela botina dos traidores. Mas a esperança não morreu; e tão pouco houve derrota. Os que querem Diretas Já, não morreram, porque ideias não morrem, estão vivos agora mais do que nunca, pois são conhecedores dos traidores da vontade popular. [...] o povo haverá de ressurgir em novas manifestações pacíficas, apesar da incredulidade do Governo e também dos pseudo-líderes que querem agora negociar sem a participação popular. (Anais da Assembleia, 2 maio 1984, p. 11).

Aumentando a frustração com a derrota, os "moderados" do PMDB fizeram com que a primeira opção apresentada por Maria Kinzo obtivesse maior apoio em âmbito nacional, o que ditou o ritmo das ações de boa parte da oposição no processo de sucessão presidencial por vias indiretas. Com a derrota sofrida no congresso, parte da oposição passou a considerar que não tinha como retirar as Forças Armadas do poder pelo enfrentamento direto, mesmo com apoio dos movimentos sociais e das ruas. A proposta alternativa da ala moderada seria buscar apoio

de dissidentes do partido do governo (Ferreira, 2018). A segunda opção, derrotada, defendida pelo PT e os grupos mais combativos e minoritários do PMDB no país, seria então enfrentar o regime mobilizando novamente a sociedade nas ruas (Kinzo, 2001).

Já no dia seguinte à derrota na votação, a cúpula do PMDB decidiu não realizar mais manifestações públicas e transferiu para o Congresso a batalha pelas diretas. Membros da cúpula do PMDB, em especial Tancredo Neves, com apoio de governadores, como o paranaense José Richa, teriam chegado à conclusão de que o momento exigia um aprofundamento dos contatos com o PDS, e não a realização de novos "showmícios" (Folha de Londrina, 27 abr. 1984, p. 3). Os dirigentes peemedebistas, conforme publicou o jornal *Folha de Londrina*, se colocaram contra os ataques públicos aos membros do PDS que votaram contra a emenda, pois, segundo eles, eram todos "aliados em potencial na nova batalha": a escolha do novo presidente via colégio eleitoral (27 abr. 1984, p. 3). Com isso, estava dado o passo que consolidaria o arranjo conciliatório.

Sobre o retorno ou não às ruas da mobilização, o governador José Richa afirmou ser contra as manifestações populares naquele momento, pois o clima não era o mesmo de antes da rejeição da emenda Dante de Oliveira. Richa alegou, ainda, sobre as eleições presidenciais, que a proposta de pleito direto para 1988, como defendiam os militares no poder, tornava difícil as negociações com o governo federal e qualquer entendimento político. Nas palavras do governador, "o que eles estão propondo é um entendimento entre a guilhotina e o pescoço. Nós entrando com o pescoço" (Folha de Londrina, 27 abr. 1984, p. 3). Isso pelo fato de que, segundo José Richa, a maioria da população brasileira e do Congresso era a favor das diretas para o próximo ano, e o percentual de pessoas contra seria tão ínfima que não seria possível admitir o "fechamento de questão" a favor da proposta do governo militar. Mesmo o chefe do executivo paranaense, uma das maiores forças políticas do período no estado, que expressava as posições de outros grupos estaduais, como podemos acreditar, via suas reivindicações esbarrarem em um projeto transicional já montado e em curso, demonstração dos limites das aspirações e planos gestados no estado.

Richa admitiu que, esgotadas as tentativas para alcançar as diretas via parlamento, com propostas de subemendas que poderiam ainda ser votadas, a oposição deveria ir ao colégio eleitoral, mas, antes disso, seria incoerente desistir (Folha de Londrina, 31 maio 1984, p. 3). Apesar de afirmar insistir nas diretas, o governador, contudo, desestimulou naquele momento o envolvimento popular em tais questões, que poderia gerar maior pressão aos militares, bem como engajar as massas em discussões democráticas. O governador mostrava-se reticente quanto aos comícios pró-diretas e ressaltava que os mesmos não alterariam os resultados das

votações das futuras emendas, visto que os deputados já estavam, segundo ele, com posições bem demarcadas (Correio de Notícias, 21 jun. 1984, p. 2). Ao desviar-se da pressão popular, Richa tornava-se um dos personagens políticos que decidia o futuro do país nos gabinetes do Congresso e do Planalto. Logo, as articulações a nível estadual e a partir das ruas não surtiriam efeitos em outros âmbitos da política nacional. Em nome do povo, mas longe do povo, mais uma vez, as elites políticas negociavam o futuro da nação.

Alinhado ao pensamento de José Richa, o deputado federal paranaense Walber Guimarães (PMDB), liberal conservador e um dos representantes da ala moderada do seu partido[92], chamada de "Grupo Unidade", discordava da posição de Ulysses Guimarães em razão de sua iniciativa de negociar com outros grupos da oposição para retomar as manifestações de rua a favor das diretas. O parlamentar paranaense afirmou que temia pela reação da população, também em razão da frustração coletiva. Para Walber, havia "um grande risco em se continuar afirmando de público que as diretas-já tem chance de aprovação no Congresso. Hoje não temos nem os 55 do PDS que votaram a favor da emenda Dante" (Folha de Londrina, 20 maio 1984, p. 3). Alguns acreditavam que, com a frustração da população, sentindo-se enganada, o processo de luta pelas diretas poderia tornar-se mais violento e fora de controle, o que daria motivos para ações repressivas por parte dos militares, que poderiam limitar ou desacelerar o ritmo da abertura, e até mesmo interrompê-la. Na fala do deputado notamos uma postura conformista em relação à não realização de eleições diretas e, inclusive, uma preocupação com os impactos que a manutenção desta bandeira poderia causar, como destacamos. Percebemos ainda o reconhecimento público da impossibilidade de eleições diretas naquele momento, algo rechaçado antes da votação da emenda, embora seja provável que alguns políticos já tivessem ciência dos caminhos a serem percorridos, mesmo antes da derrota das oposições no Congresso.

Mais uma vez em nome de uma suposta conciliação, em pronunciamento nacional no dia 30 de abril de 1984, o General-Presidente João Figueiredo lançou um apelo "ao congraçamento, à conciliação, ao diálogo". Em sua fala, o então presidente pediu aos políticos do país para ajudá-lo a propiciar aos brasileiros a "felicidade social" que mereciam, ressaltando que estaria aberto à cooperação e ao entendimento (Folha de Londrina, 1 maio 1984, p. 1). Ocorreu que, mesmo falando em estar aberto às negociações, deixou vago o que e quem iria negociar. A negociação possível, como sabemos, foi em torno do nome que se candidataria, não

[92] O deputado federal paranaense Walber Guimarães, juntamente com Affonso Camargo, então secretário geral do PMDB nacional, foram os dois principais nomes do estado que compuseram a ala moderada do partido a nível federal, liderada por Tancredo Neves, e participaram das negociações com o governo federal tão logo a emenda Dante de Oliveira foi derrotada.

das regras de sucessão. Como se nota, a Nova República surgiu a partir de um acordo entre os "moderados" do PMDB e os dissidentes do governo. Apesar do inconformismo e certa resistência de alguns políticos paranaenses, como veremos que ocorreu por parte de alguns líderes democratas reformistas regionais e estaduais, a força da conciliação a nível nacional teve peso considerável sobre os trâmites e direção que a política institucionalizada tomou no estado.

Ocorreu que, por conta do não reestabelecimento das eleições diretas via emenda parlamentar e da tentativa de entendimento do governo federal com setores considerados moderados da oposição, políticos manifestaram seu descontentamento com a linha de ação que o PMDB indicava seguir. Formaram, com isso, uma facção peemedebista, no Congresso e no Senado, que passou a ser chamada de grupo "só-diretas"[93]. O deputado federal Valmor Giavarina (PMDB-PR), membro deste último grupo, distribuiu um manifesto assinado por outros 30 deputados da oposição de todo país repudiando o "entendimento de gabinete". No manifesto, seus signatários destacaram que não compareceriam ao colégio eleitoral, pois o mesmo não representava a vontade da nação e que "toda e qualquer fórmula indireta de escolha representa a exclusão do povo e a consequente traição aos compromissos assumidos em praça pública" (Folha de Londrina, 11 maio 1984, p. 3). Conforme expresso no manifesto, "a indicação biônica do próximo Presidente significaria a continuidade do autoritarismo com suas consequências antinacionais e antipopulares que há vinte anos infelicitam o povo brasileiro" (Folha de Londrina, 11 maio 1984, p. 3). A existência do grupo "só-diretas" é expressiva dos embates e diferenças do interior do PMDB, já bastante conhecidas, mas que, durante as manifestações das Diretas Já, acabaram por vezes silenciadas.

O manifesto acima mencionado foi uma tentativa de pressionar o governo e demais membros do PMDB para manter ativa a luta pelas eleições diretas, na contramão do que os líderes governistas e parte dos dirigentes peemedebistas passaram a defender. Ocorreu, porém, que a iniciativa foi criticada por membros "moderados" do PMDB, inclusive pelo deputado paranaense Walber Guimarães, que julgou "inoportuna" a ação, já que a não participação dos parlamentares no colégio eleitoral poderia facilitar a eleição do candidato do governo (Folha de Londrina, 13 maio 1984, p. 3). Estava criada uma acirrada disputa entre as oposições em torno

[93] Do Paraná, o grupo "só-diretas" contava com 8 adeptos reconhecidos abertamente, todos do PMDB: senador Enéas Farias, deputados federais Amadeu Geara, Paulo Marques, José Tavares, Osvaldo Trevisan, Renato Bernardi, Santinho Furtado e Valmor Giavarina (Correio de Notícias, 6 jul. 1984, p. 2). Embora não sejam citados como parte do grupo, outros senadores e deputados federais e estaduais do Paraná seguiram a mesma posição contra as eleições indiretas.

de alguns pontos: ir ou não ao colégio eleitoral? Negociar com o regime ou mobilizar a população a favor das diretas para a sucessão de Figueiredo?

Ao se posicionar sobre o assunto, em conformidade com o que defendia o grupo "só-diretas", o deputado estadual paranaense Trajano Bastos (PMDB) afirmou:

> O acordo político que se pretende em torno das negociações governo-oposição deve ser discutido no Congresso; mas ele precisa ser referendado pela Nação, sob pena de não ter validade. Os líderes políticos oposicionistas devem levar em conta a mobilização popular da campanha das diretas-já e não aceitar acordos que no fundo signifiquem capitulação ao autoritarismo encastelado no Poder. (Folha de Londrina, 1 maio 1984, p. 3).

Reforçando tais ideias, o senador Álvaro Dias afirmou que seu partido não poderia se envolver nas tramas desenvolvidas nos bastidores palacianos, e que a nação estava "sendo iludida pelo falso entendimento" (Folha de Londrina, 20 maio 1984, p. 3). Para ele, o executivo estaria acenando com um "entendimento que não existe", mostrando-se intransigente em relação às diretas, já que não se entendia nem com seu próprio partido de sustentação – isso pelo fato de alguns pedessistas terem votado contra a orientação oficial do partido, que era a favor das indiretas (Folha de Londrina, 23 maio 1984, p. 3). O senador e os deputados paranaenses acima mencionados defendiam que era preciso se entender a nível de Congresso, encetando negociações entre as diferentes correntes partidárias para tentar votar alguma emenda ou substitutivo de lei para que as diretas ocorressem. Eles eram contra a negociação direta com o governo por meio de acordos previamente impostos pelos militares no poder, fato que implicaria na desconsideração da mobilização popular e a continuidade da mesma estrutura antidemocrática existente.

Demonstrando sua aversão ao entendimento de gabinete, já em um momento de avançadas negociações e especulações em torno dos possíveis nomes a candidato para as eleições indiretas para a presidência, Álvaro Dias publicou um texto no jornal *Folha de Londrina* (23 jun. 1984, p. 2), onde constava:

> De nossa parte, advertimos, desde cedo, que negociações somente poderiam levar a alguma coisa, se conduzidas em torno das vias melhores para fazer-se a vontade na Nação: eleições diretas para Presidente, prefeitos de Capitais e de cidades "sitiadas". Constituinte, mudança de composição do poder e adoção de novo estilo de desenvolvimento, pautado em critérios de justiça social e solidariedade. O resto, conciliações, entendimentos de cúpula, etc., seriam desvios que não levariam a nada. Como não levaram.

O que se apresentava nas narrativas acima era a compreensão de "entendimento" como sinônimo de continuidade. Nos relatos dos parlamentares podemos observar uma leitura crítica do processo de transição e elementos que demonstram que a comunidade política sabia, ao menos em partes, dos trâmites dos bastidores e de como isso significaria a manutenção das práticas autoritárias, bem como barraria as possibilidades de reformas efetivas, além da conservação de baixos níveis de participação nas decisões governamentais. O que podemos inferir, ainda, é que o imobilismo imposto era algo percebido pelo campo político, mas as articulações das cúpulas e a ausência de uma cultura política que visasse grandes mudanças e embates, em especial no interior do PMDB, foram fatores que contribuíram para barrar as eleições diretas e mesmo projetos alternativos para a democracia que se buscava construir naquele momento.

Mesmo com divergências de opiniões quanto às ações das oposições, por pressão de grupos do PMDB que apostavam na mobilização popular para barrar a eleição via colégio eleitoral, novos comícios ocorreram em alguns locais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, e contaram com a participação de lideranças políticas, como o governador paranaense (Folha de Londrina, 27 jun. 1984, p. 3). Contudo, elas não contaram com o mesmo fervor das Diretas Já. Em Curitiba, mais de 25 mil[94] pessoas teriam comparecido ao comício a favor das eleições diretas, no dia 25 de junho de 1984, que contou com o apoio de Ulysses Guimarães, que não compareceu, com a participação de Lula, de cinco governadores[95] e de artistas, como a cantora Vanderléia, Vando e Taiguara. A apresentação ficou mais uma vez por conta do radialista Osmar Santos (Folha de Londrina, 26 jun. 1984, p. 1). Na ocasião, José Richa afirmou que Curitiba havia "dado a largada" para a campanha das Diretas Já em janeiro, e que, naquele momento, a luta recomeçava no estado (Correio de Notícias, 26 jun. 1984, p. 2). O governador paranaense, que havia se colocado contra as manifestações de rua logo que a emenda Dante de Oliveira foi derrotada, dizia ser a favor de primeiro, lutar pelas diretas, depois, pensar em um governo de coalização, embora já tivesse apoiado o nome de Tancredo Neves como possível candidato único das oposições em reunião dos governadores do PMDB ocorrida em São Paulo (Correio de Notícias, 20 jun. 1984, p. 2).

---

[94] O jornal *Folha de Londrina* (26 jun. 1984, p. 1) afirmou que mais de 25 mil pessoas compareceram à manifestação, já o *Correio de Notícias* (26 jun. 1984, p. 2) indicou que 50 mil pessoas tomaram a região da Boca Maldita, no centro de Curitiba, local onde ocorreu o comício.

[95] Compareceram ao comício de junho em Curitiba o governador paranaense José Richa, os demais peemedebistas Franco Montoro (SP), Íris Rezende (GO), Wilson Martins (MS) e o pedetista Leonel Brizola (RJ) (Correio de Notícias, 26 jun. 1984, p. 2).

No caso de José Richa, o que se observa é que o governador buscou manter viva publicamente a ideia de que a luta pelo pleito direto não estava encerrada, bem como ele, enquanto representante do povo, estaria se doando para alcançar tal objetivo. Mantinha-se retoricamente em apoio à participação popular, mesmo que já colocasse as eleições indiretas como uma alternativa bastante provável, como evidenciou em entrevista concedida no dia do comício que ocorreu em Curitiba:

> É evidente que uma das coisas que o PDS explorou muito foi que nós estaríamos, com esta mobilização, iludindo, enganando a população. E nós não queremos que isto aconteça. Nós estamos convencidos, e a nossa luta é sincera, de que o primeiro passo para a solução dos problemas brasileiros está na participação popular. [...] Mas não podemos ser responsabilizados pela não aprovação da emenda. A sucessão está aí. Com direta ou sem direta ela tem que acontecer. A substituição do atual Presidente está na lei, está na Constituição, precisa acontecer. Nós vamos continuar até o último instante possível a lutar por diretas. Se elas não forem aprovadas nós temos, como políticos, o dever de examinar outras alternativas. Isto deve ser muito bem colocado junto à opinião pública para que depois não sejamos chamados de incoerentes ou insinceros. (Folha de Londrina, 27 jun. 1984, p. 3).

É evidente a preocupação de Richa em demonstrar que o controle do processo sucessório não estava em suas mãos ou de seus aliados, e que suas ações tinham limites restritos. Com isso, diminuiria as frustrações de seu eleitorado e se livraria de uma possível culpa. Em outras palavras, a nível estadual o governador manteve uma representação ativa de seu engajamento na luta pelas diretas, enquanto a nível nacional, em contato direto com governadores do PMDB e do PDT e de lideranças de seu partido, contribuiu com articulações que endossaram e deram sustentação a acordos que garantiram a eleição de Tancredo via colégio eleitoral.

A manifestação ocorreu em Curitiba três dias antes da data prevista para a votação da "Emenda Figueiredo"[96], que havia sido enviada ao Congresso em abril de 1984, antes mesmo da votação da emenda Dante de Oliveira. No entanto, o presidente retirou sua emenda do Congresso na data prevista para votação, em junho, justamente por temer que as oposições conseguissem aprovar mudanças na emenda para garantir o pleito direto. A oposição teria conseguido encaixar na proposta de Figueiredo uma subemenda, antecipando as eleições diretas de 1988 para 1985, e teria ainda arregimentado apoio suficiente do PDS para aprovação das mudanças (Folha de Londrina, 29 jun. 1984, p. 3). A retirada da emenda representava o fim de

[96] A emenda constitucional enviada ao Congresso pelo então General-Presidente João Figueiredo tinha como objetivo estabelecer um mandato de quatro anos para o cargo de presidente do país e a realização das eleições diretas para o mesmo cargo apenas em novembro de 1988. A emenda versava sobre 13 alterações constitucionais, tais como a eleição de prefeitos de capitas via voto direto em 1986, as atribuições do poder legislativo e mudanças no campo tributário.

uma das últimas esperanças de alcançar as eleições diretas por vias constitucionais. Ao pedir a retirada da emenda, o presidente alegou estar "decepcionado com as oposições", por não terem respondido de maneira apropriada "à proposta de entendimento que se achava implícito naquele documento político" (Correio de Notícias, 29 jun. 1984, p. 3). O entendimento do governo, como se nota, estava mais para imposição, já que alterações na emenda foram invalidadas.

As oposições, por sua vez, com exceção do PTB, após a retirada da emenda do presidente, sem muitas possibilidades efetivas de ação, divulgaram um manifesto à nação. PMDB, PT e PDT destacaram no documento que a emenda sugerida por Figueiredo ainda antes da votação da emenda Dante de Oliveira havia servido apenas de expediente para impedir a aprovação desta última. Isso pelo fato de que alguns deputados do PDS alegaram rejeitar a Dante de Oliveira para votar posteriormente a emenda do governo, que seria, segundo eles, mais ampla e abrangente. Os partidos de oposição que assinaram o manifesto alegaram, contudo, que continuariam lutando pelas diretas e pelo fim das disposições constitucionais impostas pelo arbítrio (Correio de Notícias, 29 jun. 1984, p. 3). A retirada da emenda pelo General-Presidente foi ação expressiva dos moldes da abertura política, um tanto controlada e com pouco espaço de manobra para as oposições, por mais articuladas que estivessem.

Com as indiretas se apresentando como uma realidade cada vez mais próxima, novos acordos políticos ganharam forma. Para participar do colégio eleitoral e garantir a vitória de Tancredo, após desistir de tentar concorrer à presidência pelo PDS, Aureliano Chaves[97], então vice-presidente do país e forte aliado dos ditadores por longo período, começou a articular a Frente Liberal, que passou a agrupar pedessistas dissidentes. Já no fim de junho de 1984, o então vice-presidente do país anunciou seu rompimento com os dirigentes do PDS e apoio da Frente Liberal a Tancredo Neves (Correio de Notícias, 1 jul. 1984, p. 3). Assim como Chaves, outro nome forte das fileiras pedessistas teve papel considerável nos rumos conciliatórios da política brasileira, o ex-presidente da ARENA e PDS, senador José Sarney. O mesmo deixou a liderança do partido após entrar em conflito direto com malufistas durante o processo de escolha do futuro candidato da sigla à presidência, o que o aproximou ainda mais da Frente Liberal (Folha de Londrina, 12 jun. 1984, p. 3).

[97] Assim como Aureliano Chaves, outros nomes foram cogitados e ambicionaram concorrer à presidência pelo PDS, como o então Ministro do Interior Mário Andreazza e o senador pernambucano Marco Maciel. Chaves e Maciel desistiram de candidatar-se e integraram a Frente Liberal, já Andreazza chegou a concorrer com Paulo Maluf em votação interna do PDS, ocorrida em agosto de 1984, que escolheu o candidato que iria ao colégio eleitoral, mas foi derrotado. Na ocasião, Maluf venceu com 493 votos contra 350 de Andreazza (Folha de Londrina, 12 ago. 1984, p. 1).

A aproximação dos dissidentes do PDS ganhou força com as movimentações das Diretas Já e a votação da emenda Dante de Oliveira, que recebeu, como vimos, apoio de um ala pedessista. Entre os frentistas, a insatisfação se dava, além do desejo de que eleições diretas fossem realizadas, em razão da não aceitação do nome de Paulo Maluf como candidato à presidência[98]. Os líderes da Frente evidenciaram também, desde seu surgimento, o desejo de formar uma nova agremiação, que viria a ser o PFL. Ao oficializar seu acordo com a oposição e apoio a Tancredo, no início de julho de 1984 a Frente Liberal emitiu um manifesto explicitando seu posicionamento. Segundo consta no documento dos frentistas:

> O Brasil nasceu para a liberdade e para a convivência. Não existimos para o conflito e o dissenso. É instante de conciliar. Conciliar com valores e não com interesses, com ideias e não apenas com pessoas. Criar solidariedade de propósitos, indestrutível e forte, acima de nossas visões partidárias. Governo de conciliação nacional é o caminho para a mudança e transformação. (Correio de Notícias, 6 jul. 1984, p. 2).

Como se nota, a proposta de uma política de conciliação estava na raiz da Frente Liberal e tornou-se elemento central do acordo com os membros da oposição, irradiando-se ainda mais por todo o processo de transição. José Honório Rodrigues nos lembra que a prática conciliatória carrega consigo o "espírito anti-reformista" e visa romper o "círculo de ferro do Poder, para que as facções divergentes, os dissidentes, pudessem dele fazer parte" (1982, p. 17). Rompendo com o governo, novos agrupamentos se formaram e garantiram aos dissidentes posições de liderança que no arranjo pedessista então vigente, talvez não fosse possível.

A alegação dos frentistas de que a conciliação seria o caminho para a transformação, no entanto, soa um tanto incongruente por ao menos três motivos: primeiro, pelo fato de que os mesmos se colocaram contra o conflito, motor de toda transformação social, a qual alegavam defender. Segundo, pelo fato de os signatários do documento serem expressão viva da imutabilidade liberal burguesa, já que era composta, em boa parte, por grandes empresários que defenderam o autoritarismo como prática política para barrar possíveis reformas sociais. Por fim, tratava-se de membros dissidentes da base do governo que desejavam ampliar seu poder de atuação, já que não encontraram maior espaço nas fileiras do PDS, mas sem alterar a ordem política e social existente.

---

[98] Emir Sader ressaltou que o Malufismo foi fundamental para dividir a base de sustentação do governo e surgiu como a corporificação dos piores males do regime militar, com métodos ditatoriais, fama de corrupto e ações de clientelismo. O autor destacou ainda que o antimalufismo foi utilizado como passaporte por figuras como Aureliano Chaves, José Sarney e Antonio Carlos Magalhães para se proclamarem, em oposição a Maluf, como "liberais" e "democratas" (1990, p. 40-41).

O viés conciliatório dos frentistas visava uma vez mais blindar os militares e eles próprios, visto suas ligações estreitas com os ditadores no poder e das possibilidades de que a busca por justiça por parte da oposição pudesse afetá-los de alguma forma. Sobre o assunto, o vice-presidente Aureliano Chaves afirmou durante a campanha para presidente que a Frente Liberal não admitiria que Tancredo Neves fizesse ataques à "Revolução de 1964" nem incitasse "revanchismo" contra os militares (Correio de Notícias, 25 jul. 1984, p. 6). Até mesmo alguns membros do PMDB endossaram tal postura "anti-revanchista", como foi o caso dos deputados estaduais de Minas Gerais, que fizeram uma exigência para que apoiassem Tancredo Neves à presidência: "aceitando ser o candidato, vossa excelência não praticará nem deixará que pratiquem o revanchismo" (Correio de Notícias, 27 jul. 1984, p. 3). Embora expresso pelos membros do legislativo mineiro, podemos refletir sobre como tal linha de pensamento pode ter permeado também o PMDB paranaense. Assim, por meio de acordo com setor importante do PDS, a oposição consolidaria sua participação nas eleições diretas, sem questionar os atos cometidos no passado ditatorial do país.

Com a aproximação entre PMDB e Frente Liberal, ainda em julho de 1984 foi acordada a criação da Aliança Democrática, que seria oficializada no mês seguinte. Firmados os acordos, a Aliança lançou oficialmente a candidatura de Tancredo Neves para a presidência. Seu vice, José Sarney, foi indicado pela Frente Liberal. Com Sarney na vice-presidência pela chapa do PMDB e a indicação de outros nomes do PDS para futuros ministérios, os quais foram escolhidos em negociação direta com Tancredo Neves, Aureliano Chaves e demais cardeais do PMDB e do PDS, ficaria garantida "uma transição que não escapasse ao controle das elites políticas do regime agonizante" (Silva, 2007, p. 277).

Tal como colocou Maria Kinzo (2001, p. 6), "enquanto o PMDB trabalhava pela campanha pró-diretas, a ala moderada do partido já articulava uma estratégia alternativa caso a emenda não passasse no Congresso". Caso as eleições fossem diretas, o candidato do PMDB provavelmente seria Ulysses Guimarães, principal líder do partido. Ocorreu que, "para um arranjo de acomodação, a melhor opção era Tancredo, que aliás já vinha ensaiando o papel desde 1977, quando começou a aparecer na Câmara dos Deputados defendendo a conciliação" (Motta, 2021, p. 248), conduta que tornou seu nome viável entre os militares no poder.

Sobre a escolha de Tancredo como candidato aliancista, emprestamos os dizeres de um texto publicado no jornal *Correio de Notícias* (27 jul. 1984, p. 2), assinado pelo jornalista Fábio Campana, que tinha como título "A transição sem dor repete a farsa":

> Tancredo parece cada vez mais o candidato do governo, figura perfeita para encerrar o balanço do desastre, colocar as contas em ordem, como conivente síndico da massa falida, decretar a anistia geral para os que ficaram em débito. [...] É evidente o plano da transição sem dor. O parto desejado pelos militares, pelos monopólios, pelo latifúndio, pelo capital financeiro internacional.

Consolidava-se com Tancredo o projeto de transição que reacomodaria as forças políticas sem alterar sua estrutura. A conciliação almejada pelos militares e os frentistas ganhava um nome e uma base de apoio. Como colocado pelo então prefeito de Arapongas e ex-presidente do PMDB no Paraná, Waldyr Pugliesi, Tancredo era um candidato "aceitável pelo regime", e com ele o "regime se recicla com nova roupagem" (Correio de Notícias, 25 set. 1984, p. 2). Com Tancredo, vários nomes surgidos no interior do governo ditatorial, bem como seus herdeiros, garantiriam sua permanência no comando político nacional. Nota-se, com isso, que "o processo de saída do regime militar e de construção da democracia foi marcado por acomodações e conciliações que permitiram reduzir os custos para os agentes da ditadura" (Motta, 2014, p. 25). Por mais resistentes que alguns setores oposicionistas tenham se mostrado, não conseguiram evitar o continuísmo político.

Embora o nome de Tancredo tenha recebido amplo apoio dos peemedebistas paranaenses logo após a retirada da "Emenda Figueiredo", assim como a ida ao colégio eleitoral, uma parte dos membros do partido se mantiveram contra as eleições indiretas. O deputado estadual Rubens Bueno (PMDB-PR), um democrata reformista, repudiou a ida das oposições ao colégio eleitoral. Bueno entregou um documento a Álvaro Dias, presidente do PMDB no Paraná, onde sugeriu que o diretório estadual se manifestasse pela ausência de seus delegados na eleição indireta, e recomendou à bancada estadual do PMDB na ALEP que não indicasse os seis delegados que teriam direito a voto no colégio eleitoral. Além disso, afirmou que a ida do PMDB ao colégio eleitoral nada mais era "do que o jogo de interesses objetivando a manutenção das mesmas estruturas que sempre se ocultaram à sombra do Poder" (Folha de Londrina, 21 jul. 1984, p. 3). Bueno defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a continuidade da campanha pelo pleito direto. Assim como ele, boa parte dos políticos mais tradicionais, ou "autênticos" do PMDB, defendiam que "a estratégia de grandes mobilizações populares deveria somar-se à de negociação contínua e cuidadosa com o governo federal" (Delgado, 2007, p. 415)[99].

---

[99] Para conseguir reestabelecer as eleições diretas para a presidência, uma das últimas tentativas seria a votação da emenda proposta pelo deputado federal Teodoro Mendes, do PMDB de São Paulo, em agosto de 1983 (PEC 20/1983). Os políticos que se colocaram contra o colégio eleitoral no primeiro momento, posição também do grupo "só-diretas", acreditavam que seria possível a aprovação da emenda e relutaram em aderir à campanha de Tancredo, confiantes que a mesma seria votada (Folha de Londrina, 13 jul. 1984, p. 1). Ocorreu, porém, que a

Assim como Rubens Bueno, Roberto Requião se colocou contra a eleição indireta e defendeu a mobilização dos congressistas e da população nas ruas. Naquele momento, recusou o colégio eleitoral que, naquela conjuntura, segundo ele, "simplesmente explode", devido à insatisfação da população que não aceitaria mais uma escolha indireta do futuro presidente (Folha de Londrina, 1 jul. 1984, p. 3). Dias depois, porém, Requião afirmou que seria viável a ida das oposições ao colégio eleitoral, desde que o candidato escolhido se comprometesse com um programa mínimo (Correio de Notícias, 22 jul. 1984, p. 2). Entre os democratas reformistas, nota-se esta mudança de postura que se tornaria praticamente hegemônica, já que outras propostas foram sendo descartadas em função das barreiras que o governo federal foi impondo ao longo do ano de 1984, ou seja, ao perceberem como suas reivindicações ficariam circunscritas aos limites regionais da transição.

No entanto, nem todos que firmaram posição contra o colégio defenderam necessariamente o boicote à votação do futuro presidente, mas sim a continuidade das tentativas que pudessem reestabelecer as eleições diretas. O deputado estadual Sérgio Spada (PMDB-PR), por exemplo, pedia a mobilização do Congresso para aprovação de algum substitutivo que reestabelecesse as eleições diretas, bem como nova mobilização popular (Folha de Londrina, 1 jul. 1984, p. 3). O líder da bancada peemedebista na ALEP, Nilso Sguarezi, que durante as Diretas Já rechaçava o colégio eleitoral, passou a admitir a impossibilidade de eleições diretas para aquele momento e enfatizou: "temos que tomar o Poder para reformar este Poder e o Presidente eleito deve assumir o compromisso de chamar uma Assembleia Constituinte e eleições diretas já" (Folha de Londrina, 1 jul. 1984, p. 3). A fala do deputado busca uma saída momentânea, sem abandonar a ideia de eleições diretas, mas já admitindo a participação de seu partido na votação indireta. Para Sguarezi, bem como para vários deputados estaduais paranaenses, o nome viável para as oposições seria o mineiro Tancredo Neves, que deveria comprometer-se a estabelecer as mudanças almejadas pela oposição assim que assumisse o poder (Folha de Londrina, 1 jul. 1984, p. 3). A adesão ao colégio eleitoral, como se nota, deveria ser condicionada. A falta de convergência, uma vez mais, se mostrava presente no interior do PMDB. Contudo, as insatisfações acabariam sendo envolvidas pela política de entendimento com os militares, mesmo que tais posturas tenham influenciado nos arranjos políticos regionais.

Assim sendo, para tratar do processo de escolha do futuro presidente da República, o diretório do PMDB estadual se reuniu em meados de julho de 1984. Na ocasião, firmaram posição a favor da continuidade da luta pelas eleições diretas em todos os níveis. Em documento

---

emenda não foi colocada para apreciação pelo Congresso, sendo descartada da pauta da votação em setembro de 1984.

elaborado pelos líderes do partido durante a reunião e aprovado pela plenária, os peemedebistas reconheceram, no entanto, o colégio eleitoral como alternativa, caso as mobilizações populares não obtivessem resultado positivo, ainda que considerando-o "espúrio, ilegítimo, imoral e casuístico" (Correio de Notícias, 22 jul. 1984, p. 2). No documento, encaminhado à direção nacional do partido, ficou definido que os políticos do PMDB paranaense não hesitariam em dar apoio ao candidato das oposições, Tancredo Neves. Todavia, também condicionaram tal apoio à promoção de mudanças necessárias, que seriam, entre outras, a convocação, nas eleições gerais de 1986, de uma Assembleia Nacional Constituinte, liberdade partidária e sindical, bem como a renegociação da dívida com o FMI e revogação das medidas de compressão salarial (Correio de Notícias, 22 jul. 1984, p. 2). A exigência de um programa mínimo era defendida pela bancada do PMDB e pelo governador José Richa, que já haviam aprovado um documento onde constavam os pontos básicos com os quais o futuro presidente deveria se comprometer (Correio de Notícias, 19 jun. 1984, p. 2).

Na tentativa de reforçar que a Aliança Democrática formada com a Frente Liberal e o apoio a Tancredo como candidato presidenciável estariam condicionadas às medidas efetivas exigidas pelas oposições, cerca de 16 parlamentares da bancada do PMDB na ALEP, liderados pelos deputados Roberto Requião e Paulo Cesar Furiatti, levaram ao diretório estadual do partido um documento com exigências mínimas, quais eram:

> 1) – Período de transição limitado a dois anos; 2) – Renegociação da dívida externa, a partir de uma posição de soberania, de governo a governo; 3) – Liberdade absoluta de organização partidária; 4) – Imediata política de emergência para geração de empregos; 5) – Imediata convocação de eleições para prefeito em todas as cidades onde estes forem indiretos ou nomeados; 6) – Estabelecimento do direito de greve e revisão urgente da legislação sindical; 8) – Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. (Correio de Notícias, 7 ago. 1984, p. 2).

Os deputados estaduais em questão consideravam que seria um ato de traição o estabelecimento do acordo com a Frente Liberal sem a exigência do cumprimento dos pontos acima. Consideravam ainda que o mandato de Tancredo deveria ser um governo de transição, não um governo "normal". Ou seja, deveria trabalhar para garantir as condições para o retorno da democracia, por isso mesmo o mandato deveria ser de apenas dois anos. Chama a atenção como os políticos do PMDB do Paraná, em diversos momentos, como notamos, elaboraram e publicizaram medidas que deveriam ser tomadas pelo futuro dirigente nacional, numa tentativa de regular e parametrizar as ações presidenciais, bem como condicionar o futuro governo. A

política estadual, como percebemos, tentava ultrapassar os limites geográficos e exercer pressão sobre o executivo federal. Seu alcance, no entanto, não teria o efeito almejado.

Neste cenário, ganhou espaço entre políticos peemedebistas paranaenses o discurso de que Tancredo não seria o candidato do PMDB, nem das oposições, mas a liderança que iria capitanear o processo de redemocratização. De acordo com Nelton Friedrich (PMDB), eleito deputado federal em 1982 mas que ocupava o cargo de Secretário do Interior do Paraná durante o governo de José Richa, Tancredo Neves não deveria ser caracterizado como o futuro presidente do país, mas o chefe de um governo de transição, não apenas um candidato do PMDB (Correio de Notícias, 20 jul. 1984, p. 2). Para Nelton, afirmar que o governo de Tancredo seria um governo das oposições ou do PMDB seria um engano que poderia gerar grandes frustrações, tendo em vista os compromissos assumidos com setores liberais e conservadores da Frente Liberal. Justamente devido a tais acordos, o PMDB deveria exigir um programa mínimo para o governo de transição, que considerasse os anseios populares como parte da agenda política. Com isso, segundo o secretário, seria possível evitar que o entendimento entre as cúpulas se transformasse em um plano de conciliação de interesses das elites (Correio de Notícias, 20 jul. 1984, p. 2), processo que não conseguiram evitar.

Ocorreu, porém, que este grande arranjo entre políticos frentistas do PDS, que foram por muito tempo braço forte da ditadura, e o maior partido de oposição do país, o PMDB, não seria aceito tão facilmente em níveis regionais, onde as disputas, muitas vezes, se mostravam mais intensas e as diferenças intransponíveis. Com indícios explícitos de que o acordo se firmaria, os 24 deputados estaduais do PDS do Paraná assinaram um manifesto, emitido pelo Diretório Regional e enviado ao Diretório Nacional do partido, posicionando-se contra qualquer entendimento com partidos da oposição (Folha de Londrina, 4 jul. 1984, p. 3). De acordo com o jornal *Correio de Notícias* (11 jul. 1984, p. 2), todos os deputados estaduais do PDS e 9 dos 14 federais desejavam apoiar candidatos do próprio partido para a sucessão presidencial. Vereadores pedessistas de Curitiba também se colocaram contra o apoio a candidato único, escolhido em acordo com as oposições (Correio de Notícias, 8 jul. 1984, p. 2). Para o deputado estadual Tércio Albuquerque, do PDS, a iniciativa de Aureliano em compor com os partidos de oposição não deveria ser aceita, já que o PMDB era, segundo ele, “um partido que vem oprimindo seus opositores no Paraná” (Folha de Londrina, 3 jul. 1984, p. 3). Isso por conta das alegações de que o governo de José Richa estaria marginalizando os prefeitos pedessistas e beneficiando seus colegas de partido, por meio da destinação de recursos financeiros.

Dias depois, em nova reunião do PDS, agora com prefeitos da UMP, vereadores, deputados estaduais e federais, o diretório regional do PDS no estado decidiu por unanimidade

repudiar a Frente liberal liderada por Aureliano Chaves. Na ocasião, posicionaram-se contrariamente a qualquer tentativa de aproximação com as oposições, em especial com José Richa, e repudiaram também a posição de Ney Braga, que se aproximava de seus antigos adversários. Ao final da reunião foi divulgado um manifesto pela UMP, onde reiteraram que seu propósito era unir seus companheiros de partido para apoiar o candidato escolhido pela convenção do PDS nacional, e afirmaram no documento: "Não obstante ser da essência do processo político, o diálogo e as negociações políticas, entendemos que os acordos e acertos devem ser negociados em torno de candidatos de nosso partido e nunca no apoiamento à candidatura de outros partidos" (Folha de Londrina, 13 jul. 1984, p. 3). Sem citar a Frente Liberal, ficava explícito o posicionamento dos pedessistas paranaenses que assinaram o documento ou que apoiaram as ideias nelas contidas, assim como seu repúdio aos acordos que resultaram na Aliança Democrática.

Ao comentar sobre sua adesão à Frente Liberal, Ney Braga apontou como motivação certo ressentimento com seus antigos colegas de partido. O ex-governador havia afirmado, ao referir-se às aspirações do grupo dissidente do PDS, que seu partido "[...] fechou as portas para nós e não respeitou nem mesmo o anseio da grande maioria da Nação, que apoiava Aureliano Chaves" (Folha de Londrina, 12 jul. 1984, p. 3). Ele ressaltou também que o acordo entre a Frente Liberal e a candidatura de Tancredo encontrava dificuldades apenas a nível de unidade subnacional. Para Ney Braga, "existem pessoas nossas (PDS) - explicou - que insistem em ficar defendendo o partido e existem também pessoas da oposição que temem perder espaços já conquistados" (Folha de Londrina, 12 jul. 1984, p. 3). Como notado por Braga, a resistência à Aliança encontraria entraves um tanto particulares e específicos se observados em menor escala.

Como já apontamos, a partir de 1984 Ney Braga apoiou o então vice-presidente Aureliano Chaves para concorrer à presidência da República. A relação entre Braga e Aureliano teve outros reflexos no interior do PDS, já que Paulo Pimentel, coordenador da campanha de Mário Andreazza à presidência[100], já previa a possibilidade de ter que compor com seu opositor. Por isso, pediu aos diretores dos seus órgãos de comunicação, em especial dos jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna*, que reduzissem as críticas a Ney Braga, seu arqui-inimigo no PDS regional. Isso se deu pelo fato de que, caso Andreazza não vencesse Maluf nas prévias do PDS, como de fato ocorreu, isso poderia forçar sua ida para a Frente Liberal, onde encontraria seus antigos adversários (Correio de Notícias, 3 ago. 1984, p. 2).

[100] Segundo reportagem do jornal *Correio de Notícias* (14 jul. 1984, p. 2), o apoio de Paulo Pimentel a Andreazza teria um custo: a concessão de um canal de televisão em Foz do Iguaçu, a TV Naipi.

O entendimento entre os frentistas e os “moderados” do PMDB significaria, a nível estadual, em uma aproximação entre os grupos de Ney Braga e José Richa. Segundo o governador José Richa, no acordo feito entre a Frente Liberal e o PMDB regional, ficou acertado que não seriam incluídos cargos ou qualquer acerto na esfera estadual. As negociações deveriam se dar, segundo ele, a nível federal, em que estaria em questão a participação dos frentistas no futuro governo de Tancredo Neves, não no seu (Correio de Notícias, 15 jul. 1984, p. 2). Richa afirmou ainda que “o povo é capaz de entender uma aliança política para derrotar o regime no plano nacional. Teria dificuldades de compreensão se essa aliança implicasse em revisão das forças e suas posições no plano estadual” (Correio de Notícias, 15 jul. 1984, p. 2). Regionalmente, no entender do governador, a Aliança Democrática deveria ter limites bem delineados e restritos.

Diante da rivalidade com Ney Braga, Richa não poderia deixar transparecer que um acordo com seu adversário seria facilmente realizado, sob o risco de soar incoerente com seus próprios discursos direcionados ao antigo governador estadual. O longo embate entre políticos do PMDB e PDS, assim como as acusações de incompetência feitas aos governos anteriores, em especial à gestão de Ney Braga, de início, limitou as aproximações entre os dois grupos, mas não impediu que uma política de conciliação, como a realizada em larga escala, afetasse as relações em níveis estaduais. A influência de Ney Braga sobre deputados federais do PDS que participaram da eleição de Tancredo era elemento importante para garantir o voto ao candidato peemedebista.

Na capital do estado, os cinco diretórios do PMDB se reuniram, no início de julho de 1984, e marcaram sua posição contrária a qualquer entendimento a nível estadual entre seu partido e a Frente Liberal. Apoiaram, contudo, a indicação de uma candidatura única das oposições ao Colégio eleitoral. A justificativa dos integrantes dos diretórios que participaram da reunião foi de que a agremiação não desejava conviver ou se relacionar com Ney Braga, que teria praticado “perseguição política e massacre” aos que se encontravam na oposição do governo do estado durante os mandatos da ARENA e PDS. Eles seriam contrários também por não concordarem em conviver com aqueles que pousavam de liberais e até pouco tempo “eram engrenagens do sistema autoritário” (Folha de Londrina, 13 jul. 1984, p. 3).

Além de não aceitarem compor com nomes como de Ney Braga, do lado peemedebista a contrariedade à Aliança se dava por outras duas razões, ao menos as mais recorrentes nas falas analisadas: o continuísmo do governo anterior e o desprezo às manifestações populares. A aliança significaria a continuidade do governo Figueiredo, visto que Aureliano e Ney Braga representavam o modelo autoritário, conforme afirmou o deputado federal Amadeu Geara

(PMDB-PR), integrante do grupo "só-diretas", que se colocava contra os liberais do PDS (Correio de Notícias, 6 jul. 1984, p. 2). Para o deputado estadual Roberto Requião, "somente os oportunistas e irresponsáveis defendem a aliança das oposições com os liberais do PDS, abandonando a luta pelas diretas já". Requião criticou os que "alegremente se livraram da roupagem que usaram nos palanques, quando defendiam a eleição direta do sucessor do Presidente Figueiredo, para se transformar em indiretistas convictos" (Folha de Londrina, 21 jul. 1984, p. 3). O ato representava, segundo ele, a virada de costas para os anseios do povo.

Também repelindo as indiretas, o deputado estadual Fiori Luiz (PMDB-PR) fez fortes acusações contra os nomes cogitados para concorrer à presidência pelo PDS, ainda antes da formação da Frente Liberal. Em discurso na plenária da ALEP, o deputado utilizou o termo "presidiáveis" para referir-se aos pedessistas. Segundo Fiori, "o Colégio Eleitoral é símbolo de corrupção que assola este País". Sobre Mário Andreazza, Ministro do Interior no período, disse que o mesmo era então "o coronel mais rico deste País, graças à ponte Rio-Niterói e à Transamazônica. Ele continua solto por aí, manuseando verbas do Ministério do Interior e cabalando votos para a sua candidatura no colégio eleitoral". Sobre Aureliano Chaves, disse que ele "sempre esteve ligado aos setores mais radicais da Direita desse país; aos banqueiros e aos grandes empresários internacionais", e naquele momento posava de democrata por astúcia. Já Paulo Maluf, segundo Fiori, estaria "gastando o dinheiro de sua mãe, comprando a peso de ouro os votos dos convencionais" (Anais da Assembleia, 14 mar. 1984, p. 18). Como vimos, poucos meses depois, Aureliano tornou-se aliado do PMDB na disputa à presidência, mas nem por isso seria aceito em bom tom pelos políticos oposicionistas, já que sua aproximação com antigos adversários do PMDB gerou certa ojeriza em parte da classe política.

Podemos observar que com o desenrolar do processo aliancista, da campanha de Tancredo e do estreitamento das relações que toda a movimentação do período causou, algumas posturas rígidas foram sendo alteradas. O senador Álvaro Dias, por exemplo, afirmou em julho de 1984, ainda antes de oficializada a formação da Aliança Democrática, que o acordo com a Frente Liberal seria a nível nacional, e que não havia qualquer possibilidade de entendimento dentro do estado. Nas palavras do senador, "não há acordo. Não haverá acordo a não ser na cúpula" (Correio de Notícias, 14 jul. 1984, p. 3). Contudo, dois meses depois, em setembro, admitiu que a composição com membros da Frente Liberal, com sua participação em governos estaduais, seria possível, como uma compensação por seu apoio a Tancredo Neves. Com um posicionamento um tanto diferente do anterior, afirmou Álvaro: "se a aliança política se dá a nível federal, não existe motivo para se impedir que ela se realize a nível estadual e municipal" (Correio de Notícias, 18 set. 1984, p. 2).

O grande arranjo intraelites políticas extrapolou os limites iniciais, que dizia-se de cúpula, apenas. Ou seja, mesmo que com intensidade diferente, podemos afirmar que as relações regionais não ficaram imunes ao viés conciliatório da Aliança. Ficava evidente, assim, que a política regional seria incapaz de barrar o avanço do pacto nacional que deu origem à Nova República sobre o território paranaense. Contudo, como se nota, a concretização e a legitimação dos acordos e alianças, mesmo pensadas a partir do alto, passam por contextos e relações bastante precisas e específicas. Sendo assim, foi preciso superar os desafetos regionais para garantir o "avanço democrático" do país.

Como exemplo de outra consequência da Aliança e seus reflexos em questões particulares do estado paranaense, tivemos o caso da CPI da Corrupção, em curso no período na ALEP, como comentamos no capítulo anterior. Para os parlamentares do PMDB, o acordo poderia colocar fim às investigações da CPI, que buscavam levantar irregularidades do governo anterior no estado. A CPI da Corrupção, segundo o deputado estadual Sérgio Spada (PMDB-PR), não entraria nas negociações do seu partido com a Frente Liberal. Segundo ele, "nem os dirigentes do PMDB se submeteriam a imposições desta natureza, nem a bancada do partido faria parte de capitulação tão sórdida" (Correio de Notícias, 20 jul. 1984, p. 2). Ocorreu que, com a formação da Aliança, os trabalhos de investigação e, ainda mais, de possíveis punições, tornaram-se mais dificultosos, já que seria necessário acusar os agora aliados políticos, como Ney Braga e seus ex-secretários de governo. Nota-se, assim, que por mais que alguns políticos, como José Richa, defendessem a ideia de que a Aliança não implicaria em acordos a níveis regionais, ela acabou por influenciar as relações políticas estaduais e por colocar adversários políticos lado a lado na campanha para sucessão presidencial, alterando posturas que, até então, se mostravam um tanto combativas e condenatórias.

Estabelecidos os acordos que deram origem à Aliança, foram escolhidos os nomes da delegada e dos delegados que iriam votar no colégio eleitoral. Para participar do colégio, cada estado tinha direito a escolher seis delegados, indicados pelo partido majoritário nas assembleias legislativas estaduais, independentemente do número de habitantes de cada estado[101]. Os seis delegados paranaenses escolhidos pela ALEP para a votação foram: Antonio Anibelli, Ferrari Junior, Eduardo Baggio, Artagão de Mattos Leão, Amélia Almeida Hruscka e

[101] A definição de que cada entidade da federação teria apenas seis delegados foi uma medida tomada pelo governo para se precaver ao resultado eleitoral de 1982. O governo alterou a legislação referente ao colégio eleitoral por meio da emenda constitucional que ficou conhecida como "emendão" – Emenda 22/1982, aprovada em junho de 1982. Antes da mudança, o colégio era composto por um número de delegados proporcionais à população de cada estado. Com a mudança, cada estado teria direito a seis delegados, não importando seu número de habitantes. Com isso, conseguiram reduzir o número de delegados dos estados mais populosos, que eram também os estados onde a oposição era mais forte (Oliveira, 1998, p. 80).

Anibal Khury. Todos estes eram deputados estaduais pelo PMDB, sendo cinco oriundos do antigo PP, os quais consideramos liberais conservadores, e apenas um, Antonio Anibelli, da linha dos "autênticos" do partido, situado entre os democratas reformistas (Correio de Notícias, 16 ago. 1984, p. 2). O perfil dos delegados escolhidos, em que prevaleceu o caráter liberal conservador, revela como a orientação conciliadora do processo de transição e de escolha do novo presidente se mostrou predominante também a nível estadual, além de evidenciar a forte presença do grupo político de origem pepista, que seguia a linha tancredista de evitar os confrontos com o governo e limitar regionalmente as mudanças que poderiam vir a ocorrer.

Durante os meses que se seguiram à formalização da Aliança Democrática, o que se viu foi uma campanha mais restrita por parte do PMDB, que mesmo buscando respaldo das ruas, intensificou as negociações com a classe política e com o governo[102]. A campanha das Diretas Já, segundo Francisco Silva (2007), foi substituída pela campanha pró-eleição de Tancredo Neves por meio do voto indireto. Neste novo caminho, além de apresentar propostas para resolução dos problemas econômicos e sociais que assolavam o país, os membros da Aliança precisavam convencer os possíveis dissidentes do PDS de que as mudanças pregadas não alterariam a estrutura de poder existente. Era preciso, ainda, tranquilizar os quartéis para que franquiassem o nome de Tancredo, garantindo que seus privilégios seriam mantidos e que não haveria, por parte do futuro governo, a tentativa de responsabilizá-los por seus crimes durante a ditadura, o que chamavam de "revanchismo".

Na tentativa de desqualificar a campanha da chapa aliancista, os aliados do governo e apoiadores da candidatura de Paulo Maluf recorreram mais uma vez à suposta "ameaça comunista", como era de praxe, e às acusações de radicalismo e "revanchismo", bem como de deslealdade por parte dos antigos companheiros do PDS. O General Walter Pires, então ministro do Exército, em fala alusiva ao dia do soldado, condenou os que, segundo ele, utilizavam a agitação e violência ou se aproveitam "sorrateiramente de conchavos e maquinações astutas", em referência aos dissidentes pedessistas que apoiavam a Frente liberal. Referindo-se aos setores considerados radicais do PMDB, o General advertiu que o exército estava "vigilante contra os que sonham em modificar um dia os fundamentos de nossas instituições políticas, que se assentam em princípios cristãos e democráticos, já incorporados à alma nacional" (Folha de Londrina, 25 ago. 1984, p. 1). A fala gerou repercussão entre a ala política, e foi compreendida

[102] Segundo Francisco Silva, a partir deste momento os líderes da Frente Liberal e do PMDB, que articularam os trabalhos da Aliança Democrática, excluíram atores como o PT, que, por seu turno, se negou a fazer parte da negociação com antigos aliados dos militares, como Sarney e Aureliano, e passou a acusar a frente oposicionista de "capitulação diante dos interesses conservadores" (2007, p. 278).

como uma ameaça aos apoiadores de Tancredo e uma advertência sobre os possíveis perigos que as críticas desferidas contra os governos militares, por conta de sua incompetência no trato dos problemas existentes, poderiam ocasionar.

Após a fala do General, o deputado federal Hélio Duque (PMDB-PR) advertiu para o que chamou de "solução militar". Duque afirmou que o governo não acreditava na vitória de Maluf e já estaria buscando outra alternativa para não se desalojar do poder. Nas palavras do deputado, "estão querendo atrapalhar o processo eleitoral e tentar impor uma solução militar para a sucessão presidencial" (Folha de Londrina, 26 ago. 1984, p. 3). Apesar de entender as colocações de Walter Pires como uma ameaça, afirmou que não se amedrontava com anúncios de "trovões e nuvens negras (*sic*) que se colocam sempre no horizonte da democracia" (Folha de Londrina, 26 ago. 1984, p. 3). Dias depois, ao comentar sobre os rumores de um novo golpe militar, o governador José Richa afirmou: "a partir da abertura e da liberdade de imprensa, a revolução de 64 (*sic*) passou para a história e o atual momento é de tranquilidade" (Folha de Londrina, 4 set. 1984, p. 3). Mesmo que os políticos em questão tenham demonstrado não acreditar em um possível golpe e não se curvar às ameaças militares, nota-se que uma política ancorada no medo rondou todo o processo sucessório, bem como toda a transição política.

Em outra tentativa de atacar seus adversários, em meio à campanha para as eleições presidenciais, o presidente João Figueiredo declarou:

> a eleição de Tancredo Neves ensejará a deflagração de um processo revanchista jamais visto na história de nosso país, pois o candidato da Aliança Democrática não terá pulso nem condições de refrear a explosão revanchista dos grupos comprometidos com as esquerdas e de ideologias alienígenas que acompanham. (Folha de Londrina, 18 set. 1984, p. 1).

A fala do presidente repercutiu entre políticos paranaenses, que destacaram que o discurso "anti-revanchista" seria uma tentativa de enfraquecer a candidatura de Tancredo e Sarney (Folha de Londrina, 19 set. 1984, p. 3). Ao comentar sobre o discurso de Figueiredo, o deputado estadual Roberto Requião salientou que "o medo do presidente é o revanchismo, mas a proposta da Nação é a retomada do desenvolvimento, da moralidade pública e da participação na condução de seus destinos" (Folha de Londrina, 19 set. 1984, p. 3). Requião afirmou que a justiça teria que se pronunciar a respeito dos casos de corrupção, garantindo que "a justiça não é violenta, não arrebenta. Processa e julga, e julgamento não é, na verdade revanche" (Folha de Londrina, 19 set. 1984, p. 3). As movimentações populares, segundo Requião, colocariam os privilégios militares e das elites que os acompanhavam em risco, gerando incômodo na caserna e fazendo com que os que estavam no comando da nação agissem para barrar projetos de

sociedade distintos. Neste cenário, Figueiredo, mais uma vez, teria apelado para o discurso ligando as oposições ao que denominavam "revanchismo", e tentou trazer a ameaça comunista, ao referir-se às "ideologias alienígenas", como um elemento que justificaria a permanência dos mesmos grupos no poder e para descredibilizar seus opositores.

Já em 1985, próximo da data marcada para a eleição pelo colégio eleitoral, o deputado estadual paranaense Márcio Almeida (PMDB), democrata reformista, expressou, em um texto publicado com o título "Revanchista é a mãe", o seguinte:

> O povo não quer revanche. Quer caminhos abertos para extravasar sua vontade e propostas de mudança. Nós não queremos vingança. Queremos somente manter acesa a esperança da justa punição aos responsáveis pela pesada herança de corrupção, entreguismo e violação aos direitos humanos. (Folha de Londrina, 9 jan. 1985, p. 2).

Tanto na posição de Requião como na de Márcio Almeida, temos uma tentativa de se desvencilhar da pecha de "revanchista", visto o teor pejorativo que o termo adquiriu por meio da narrativa dos quartéis. De tal maneira, para além da tentativa de responsabilização dos que cometeram crimes contra os Direitos Humanos, havia também a expectativa de que os casos de corrupção envolvendo o governo fossem apurados. Por vezes, a luta por direitos sociais, por uma nova política econômica e por democracia também foi tratada e entendida como "revanchismo", novamente numa busca por desqualificar a oposição.

Como se nota, no Paraná, mesmo que o PMDB tenha, em linhas gerais e por questões de oportunismo ou sobrevivência política, aderido ao "imobilismo em movimento", ao menos até o processo eleitoral que elegeu Tancredo Neves havia uma ala da oposição mobilizada em promover transformações que, se não estruturais, ao menos com um teor democrático maior. Entre os paranaenses, no interior do PMDB, diversos de seus integrantes se colocaram de forma enfática contra a política econômica do governo, denunciaram casos de corrupção e, em menor número, as violações contra os Direitos Humanos. Tiveram ainda papel importante na luta por eleições diretas para a presidência e colocaram-se a favor de uma política mais voltada para o social e para a valorização do trabalhador. Embora com níveis de influência um tanto limitados perante o cenário nacional, é possível notar que na dinâmica política estadual tanto o MDB como o PMDB pautaram temas caros à sociedade durante a transição, numa tentativa de resistir, assim, ao "pemedebismo" (Nobre, 2013) que configurava a política do partido e que se ancorava na conciliação como base para suas relações e propostas.

A respeito da ação militar, destacamos um outro momento em que as Forças Armadas vieram a público, oficial e abertamente, se pronunciar sobre os caminhos que a luta pela

redemocratização estaria tomando. Em meio às campanhas eleitorais de 1984, os comandos do Exército e da Aeronáutica emitiram notas a respeito do crescimento de manifestações que, segundo eles, reforçavam o "revanchismo" e que estariam sendo observadas nos comícios e demais discussões políticas ligadas à candidatura de Tancredo. Os órgãos militares declararam ainda sua isenção em relação às atividades político-partidárias, mas advertiram que a radicalização poderia representar um risco para a estabilidade do processo sucessório para a presidência e para a abertura política. Nas notas emitidas pelas duas corporações, com anuência dos então ministros da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, e do Exército, General Walter Pires de Carvalho, foram destacados quatro pontos considerados críticos, os quais constaram idênticos nas duas notas:

> - A crescente e preocupante radicalização política, com o apoio ostensivo das organizações clandestinas de esquerda;
> - A utilização, na campanha presidencial, de calúnias, difamações e ofensas pessoais de toda natureza, numa escalada de âmbito nacional;
> - A campanha de descrédito contra as autoridades civis e militares, conduzida com o objetivo de desacreditá-las perante a sociedade e dividi-la;
> - A evidência dos riscos que a radicalização pode representar para a estabilidade do processo sucessório e para o próprio êxito do projeto de abertura política do governo. (Correio de Notícias, 22 set. 1984, p. 5).

De acordo com o jornal *Correio de Notícias*, as notas apresentaram duas advertências que seriam consideradas fundamentais pelos militares: "1) Qualquer radicalização política nos próximos comícios será coibida com toda a severidade que a lei permitir; 2) O exército, como instituição, não toma partido de nenhum candidato à Presidência da República" (Correio de Notícias, 22 set. 1984, p. 5). A "radicalização" em questão se expressava nas críticas aos militares, como já comentamos, e à presença de membros de partidos que estavam na clandestinidade nos comícios, como os comunistas, os quais se manifestavam com suas bandeiras e seu material de divulgação na luta pela legalização de sua existência enquanto partido político.

Mesmo afirmando que as Forças Armadas não tomariam partido por nenhum candidato, o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, afirmou que as notas emitidas pelos militares apresentavam as mesmas preocupações do presidente João Figueiredo e reiteravam seus propósitos. Dias antes da publicação das notas, Figueiredo havia se pronunciado em cadeia nacional alegando que a presença de organizações clandestinas nos comícios da oposição "constitui infração da ordem constitucional, que não podemos admitir" (Correio de Notícias, 20 set. 1984, p. 5). A colocação do porta-voz revela que a caserna estaria alinhada ao projeto

político defendido pelo governo e seu partido de sustentação, e qualquer ação que pudesse ser entendida como exagerada, realizada pelas oposições, colocaria em risco o processo sucessório.

Buscando intimidar as oposições e barrar suas ações ou, como alguns supunham, tentando criar justificativas para um novo golpe, os militares, por meio da Polícia Federal, desencadearam uma operação onde prenderam diversos membros de partidos de esquerda. A operação foi iniciada após o recebimento de uma suposta carta anônima denunciando o funcionamento do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais do PC do B, na cidade de São Paulo (Folha de Londrina, 27 out. 1984, p. 1). Foram efetuadas prisões e interrogatórios também na Bahia, Pará e no Rio de Janeiro. A operação suscitou grande desconfiança sobre os objetivos reais dos militares.

No Paraná, o governador José Richa classificou como absurdas as prisões, e considerou a operação um "gesto de desespero para sustentar uma candidatura que o povo brasileiro não aceita", referindo-se à Paulo Maluf (Folha de Londrina, 28 out. 1984, p. 3). Richa declarou que os órgãos de segurança do Paraná estavam monitorando as ações políticas e que não existia nenhum processo subversivo em desenvolvimento no Estado. Por isso, caso prisões fossem efetuadas no Paraná, o governo estadual protestaria por não aceitar o que chamou de provocação contra a oposição. Para o governador, as ações contra integrantes de partidos de esquerda seriam formas da direita radical tentar desestabilizar o processo sucessório.

Após a operação da Polícia Federal, temendo possíveis retaliações aos manifestantes, o comício que seria realizado em 22 de novembro em Curitiba foi cancelado. Segundo Álvaro Dias, o comício não seria realizado pelo fato de que a vitória de Tancredo no estado já era certa, e ele iria dedicar seu tempo no corpo a corpo com os delegados do colégio eleitoral. O cancelamento dos comícios já havia sido anunciado por Tancredo, caso os partidos clandestinos de esquerda não enrolassem suas bandeiras, como o mesmo afirmou (Folha de Londrina, 17 out. 1984, p. 3). Mesmo sendo condenadas, as prisões realizadas pela Polícia Federal contra os comunistas conseguiram coagir a oposição que, por medo, mais uma vez freou o ritmo de suas ações, como se deu com os comícios.

Temendo um possível golpe, tão logo a operação contra os comunistas foi iniciada políticos começaram a falar sobre formas de se precaver a um possível fechamento do Congresso, tal como ocorreu em outros momentos em que os resultados das votações não agradaram ao governo ditatorial. Entre os deputados estaduais paranaenses, o debate ocorrido na ALEP, pautado pelos peemedebistas, buscou evidenciar que um golpe já estaria em curso. Conforme afirmou o deputado Márcio Almeida (PMDB-PR), "ficamos todos torcendo para que não haja golpe e não nos damos conta de que os fatos temidos já fazem parte de nosso cotidiano

institucional, onde existem legalizados e legitimados" (Anais da Assembleia, 29 out. 1984, p. 12). O parlamentar referia-se à LSN, salvaguardas, ao Pacote de Abril e à Constituição daquele período que, segundo ele, era uma "colcha de remendos de medidas de exceção" (Anais da Assembleia, 29 out. 1984, p. 13).

A prisão dos militantes comunistas foi entendida como um "golpe dentro do golpe", e a questão, naquele momento, para Márcio Almeida, não estava em saber "se um golpe será deferido e sim em saber se a campanha presidencial terá capacidade para frear o golpe já dado, fazê-lo regredir em vez de progredir" (Anais da Assembleia, 29 out. 1984, p. 13). O pensamento do parlamentar, compartilhado por alguns de seus companheiros de partido, era de que o governo já havia colocado em prática seu plano golpista de controle sucessório. Restaria às ruas, por meio da campanha e apoio a Tancredo, exercer a pressão necessária para barrar a continuidade dos militares no poder. A postura crítica do deputado demonstra seu entender de que o voto direto não era medida suficiente para garantir a democratização do país, tal como por muitos era pregado. Vozes dissonantes, mesmo que em menor quantidade, ainda ressoavam.

O deputado estadual Márcio Almeida propôs ainda que a ALEP continuasse funcionando durante todo o fim de ano, no período de recesso, e sugeriu que fosse realizada uma vigília cívica pelos membros do PMDB. Almeida chegou a colher assinaturas de alguns deputados convocando de forma extraordinária a ALEP para que a vigília pudesse ser realizada (Folha de Londrina, 30 out. 1984, p. 3). Da mesma forma, o paranaense Hélio Duque defendeu a convocação, de forma extraordinária, dos membros da Câmara Federal, do dia seis de dezembro até o dia da escolha do novo presidente, com o objetivo de evitar que um golpe de Estado tomasse forma concreta (Folha de Londrina, 30 out. 1984, p. 3). O presidente do PMDB nacional, Ulysses Guimarães, chegou a afirmar, no início de novembro de 1984, que seu partido faria uma vigília cívica para garantir a eleição do futuro presidente (Correio de Notícias, 9 nov. 1984, p. 5). Tais vigílias, contudo, acabaram não ocorrendo, mas sintetizam o temor existente no período.

Mesmo não acreditando no golpe, o governador José Richa sugeriu que todos ficassem em alerta para não serem pegos de surpresa (Correio de Notícias, 1 nov. 1984, p. 5). O chefe do executivo paranaense alegou que "pior do que Maluf presidente é a quebra da legalidade" e que "entre Maluf e um golpe, fico com Maluf" (Correio de Notícias, 3 nov. 1984, p. 3). Fica explícito a partir de tais colocações como a ameaça de um possível golpe, mesmo sem ter se concretizado, influenciou nas estratégias e consequentemente nas formas de agir da oposição, que passou a ponderar e aceitar um cenário que se mostrava inaceitável até então, como a escolha de Maluf.

Percebemos como os tensionamentos políticos, as ameaças e negociações, foram moldando as posturas dos agentes envolvidos no processo transitório, que hora avançavam, hora recuavam. Inicialmente, as eleições diretas pareciam inegociáveis, depois, uma composição com membros do PDS, com forte ligação com os militares, se apresentou como saída quase inevitável, bem como a formação de uma Frente Liberal, aceita sem reclames que pudessem colocar em risco os acordos estabelecidos. Por fim, até mesmo a aceitação da eleição de Maluf, candidato apoiado pelo governo e por boa parte dos militares, se mostrava algo viável.

Apesar dos temores e dúvidas envolvendo a realização da votação que escolheria o futuro presidente, a eleição via colégio eleitoral ocorreu no dia 15 de janeiro de 1985. O resultado da votação confirmou o que previam os oposicionistas, e Tancredo Neves foi eleito o novo presidente do país 21 anos após o golpe civil-militar que instalou uma ditadura no Brasil. Na ocasião, Tancredo recebeu 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. Tivemos ainda 17 abstenções e 9 ausências. Dos 43 votos garantidos ao Paraná no colégio, 37 foram para Tancredo e 6 para Maluf. José Carlos Martinez, Ary Kffuri, Joaquim Santos Filho, Otávio Cesário, Renato Johnsson e Antonio Mazurek, todos do PDS, foram os únicos que votaram em Maluf (Correio de Notícias, 16 jan. 1985, p. 2). Os outros oito deputados federais do PDS do estado votaram a favor de Tancredo. Os deputados federais Ítalo Conti e Fabiano Braga Cortes, que haviam votado contra a emenda Dante de Oliveira no ano anterior, votaram em Tancredo Neves. Já Antonio Mazurek, que votou a favor do reestabelecimento das eleições diretas, destinou seu voto a Paulo Maluf. Por mais que paranaenses membros do PDS tenham resistido à formação da Aliança Democrática, boa parte da bancada federal do partido acabou por apoiar o acordo com os adversários da oposição e as articulações da Frente Liberal.

Dias antes da votação, o jornal *Folha de Londrina* havia publicado em sua manchete: “Terça-feira, o fim da ditadura” (13 jan. 1985, p. 1), referindo-se à escolha do futuro presidente. O fim da ditadura não garantiria, contudo, que os valores democráticos defendidos por parte da oposição, em especial durante a luta pelas diretas e durante a campanha de Tancredo, fossem a base das práticas políticas dali em diante. Com a eleição de Tancredo estava selada, na verdade, a conciliação tal como pensada pelos militares e seus conchavos. O fim do veto à ação política, como se daria posteriormente, não asseguraria a incorporação dos princípios democráticos aos atores envolvidos na política nacional. Aos paranaenses, restaria então a busca por uma vaga na estrutura de governo da Nova República.

3.3 “O PARANÁ QUER PARTICIPAR”

Figura 4 – Mercadoria do Paraná

Fonte: Correio de Notícias, 24 fev. 1985, p. 1.

Logo após sua eleição via colégio eleitoral, Tancredo Neves realizou uma complexa costura política na montagem de seus ministérios. Isso se deu pelo fato de que era preciso acomodar peemedebistas, maioria no governo, e os membros da Frente Liberal, que haviam criado o Partido da Frente Liberal (PFL), em janeiro de 1985, e que participaram da Aliança Democrática. Com isso, um tema ocupou espaço nos debates públicos: quais seriam os nomes escolhidos para compor o primeiro governo civil do país após 21 anos de ditadura? E mais, quais seriam as novas possibilidades de participação popular e política na definição dos rumos do país e qual seria o nível de centralização de poder na Nova República? A charge acima expressa um pouco destas inquietações, já que políticos do Paraná, como veremos ao longo do texto que segue, se mobilizaram para se fazerem presentes na nova, ou nem tão nova assim, estrutura política que se avistava. A mesma charge aponta como o então governador José Richa, com origens libanesas – grupo que migrou para o Brasil e ficou conhecido pelas habilidades e participação nas áreas comerciais –, seria o responsável por tentar “vender”, no sentido de indicar e convencer a equipe diretiva do governo de Tancredo, nomes que pudessem compor seus ministérios e ocupar outros cargos de confiança.

Levando em conta tais questionamentos, diferentes grupos políticos e civis do Paraná se reuniram e elaboraram propostas destinadas ao futuro governo, o que resultou em diversas “Cartas”, enviadas à equipe do presidente eleito. Estes grupos, como veremos, se formaram a partir do regionalismo que marcou as composições políticas paranaenses. Já em agosto de 1984, mais de 500 políticos e membros do PMDB da região Oeste do Paraná estiveram em Cascavel e debateram sobre a sucessão presidencial. Os mesmos haviam se mobilizado durante o período de formação do governo de José Richa para conseguir vagas para nomes da região na equipe

do governador. Em razão das eleições presidenciais, elaboraram um programa mínimo, com medidas que deveriam ser adotadas pelo governo de Tancredo, caso vencesse, e divulgaram a "Carta do Oeste", que deveria ser levada para a convenção nacional do partido. Entre as ações propostas, estavam: mudanças na política econômica injusta e concentradora, rompimento com o FMI e decretação da moratória, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, reforma tributária que possibilitasse maior autonomia aos municípios, reforma agrária, definição de políticas voltadas para os pequenos produtores, combate à corrupção e melhorias no ensino público (Correio de Notícias, 7 ago. 1984, p. 2). Nota-se, assim, que a valorização da região parecia sobrepujar o próprio estado, já que não bastariam nomes paranaenses em cargos federais, mas sim sujeitos do Oeste.

Para tratar sobre os rumos do partido a nível estadual e discutir sobre a sucessão presidencial, lideranças políticas do PMDB do Paraná se reuniram para o I Encontro de Lideranças do PMDB do Paraná, em abril de 1984. O evento terminou com a aprovação da "Carta de Curitiba", documento em que afirmaram: "não podemos deixar que as forças oligárquicas e reacionárias continuem empalmando o poder; assim, esgotando-se todas as possibilidades de diretas-já, não poderemos abdicar da luta pela eleição de Tancredo Neves" (Correio de Notícias, 23 set. 1984, p. 3). O apoio a Tancredo, contudo, estava atrelado à exigência de que houvesse o compromisso com um programa mínimo, onde constavam ações que a chapa que se candidataria deveria assumir, tal como alguns deputados haviam se posicionado e já abordamos no capítulo anterior. As reivindicações vão ao encontro do que era defendido na "Carta do Oeste", com exceção da reforma agrária, questão do ensino público, combate à corrupção e melhorias nas condições dos pequenos produtores, que não apareceram na "Carta de Curitiba". Os curitibanos, porém, incluíram o direito de greve e liberdade sindical e de organização partidária (Correio de Notícias, 23 set. 1984, p. 3). Nota-se como a questão regional se mostrou presente, uma vez que algumas pautas, como a questão agrária, afetavam mais diretamente a população do interior, enquanto outras, como aquelas ligadas aos operários, eram mais sentidas em áreas mais urbanizadas, como Curitiba e região metropolitana.

Membros de diferentes áreas do campo empresarial paranaenses também se posicionaram. Em visita de Tancredo Neves ao Paraná no início de dezembro de 1984, durante um almoço que contou com cerca de dois mil empresários, líderes da indústria, agricultura, serviços e comércio do estado, foi entregue ao então candidato à presidência a "Carta do Paraná". Na ocasião, os representantes dos diferentes segmentos empresariais não condicionaram o apoio a Tancredo a uma troca de favores. Contudo, acentuaram que seria importante que o futuro presidente assegurasse ao Paraná os direitos que lhes foram

constantemente negados nos governos anteriores, como a retribuição ao esforço de produção, exportação e geração de riquezas (Folha de Londrina, 18 nov. 1984, p. 1).

Membros da Frente Liberal no Paraná explicitaram seu apoio aos empresários e às reivindicações presentes na "Carta do Paraná". Os frentistas paranaenses, representados pelo deputado federal Norton Macedo (PDS), ressaltaram que "a hora é de participação, mas de participação isenta e não sectária; participação em torno de problemas e de propostas e não apenas da busca de cargos e vantagens" (Correio de Notícias, 23 dez. 1984, p. 2). O apoio da Frente reforça também a tentativa de garantir a conciliação e evitar retaliações aos antigos aliados dos militares, combatendo o sectarismo e colocando o foco nos problemas do momento, apagando assim o passado de conivência de seus membros com a ditadura

Durante o almoço com Tancredo, Hélio Campos, representante dos empresários, discursou em nome dos demais e afirmou que "o Paraná existe, é forte, contribui na produção nacional e quer, igualmente, influir nas decisões e no poder" (Folha de Londrina, 7 dez. 1984, p. 3). Ainda segundo Hélio, o governo federal deveria governar mais e intervir menos na economia, dando liberdade ao mercado para que a livre iniciativa pudesse agir. Os empresários consideravam injusto o tratamento recebido pelo governo federal, que não dava ao estado os direitos que lhes foram negados, destacando a importância do Paraná na produção de energia e de grãos. Entre as reivindicações dos signatários da carta estava o fim do centralismo econômico e político e maiores investimentos no setor rural, ramo considerado ponto de partida para o desenvolvimento econômico estadual (Correio de Notícias, 6 dez. 1984, p. 2).

Alguns dias após a visita de Tancredo à Curitiba, empresários ligados à Associação Comercial da cidade de Londrina se reuniram para iniciar um movimento de reivindicação do Ministério da Agricultura para um nome paranaense. Os argumentos, neste caso, foram basicamente os mesmos apontados anteriormente pelos demais grupos que elaboraram as outras cartas ao candidato à presidência. O destaque foi a indicação de que o estado seria o maior produtor de alimentos do Brasil naquele momento e que suas safras representavam, sozinhas, cerca de 30% da produção de grãos do país, por isso da exigência de que o futuro Ministro da Agricultura fosse do Paraná (Folha de Londrina, 15 dez. 1984, p. 1).

Posteriormente, diante das negativas de Tancredo para garantir os cargos almejados pelos paranaenses, em especial o Ministério da Agricultura, as três maiores organizações agrícolas do estado enviaram uma carta conjunta ao governador José Richa. O documento foi assinado pelos presidentes da Organização das Cooperativas do Paraná, da Federação da Agricultura e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura. No texto da carta, solicitaram o empenho do governador José Richa para obter uma maior participação do Paraná no governo

da Nova República. As entidades ressaltaram o que segue: “é inadmissível que o Paraná fique à margem da constituição do quadro de dirigentes do setor agrícola. [...] O Ministério da Agricultura deveria, por justiça, ser entregue a um representante do nosso estado” (Folha de Londrina, 6 mar. 1985, p. 3). Apesar de sua capacidade agrícola, o estado vinha perdendo espaço para outros estados, como Mato Grosso e Goiás, especialmente com a decadência das lavouras de café, produto que elevou a importância econômica do Paraná entre as décadas de 1950 e meados de 1970, e a expansão da cultura da soja.

As pautas em questão, levantadas por diferentes grupos, não apresentavam novidades para o período, mas demonstram como debates de temas nacionais permeavam a política local, além do desejo de participar da tomada de decisões e buscar soluções para problemas que se notavam no cotidiano específico de cada grupo ou região. As expectativas de ampliação do espaço de ação após tanto tempo marginalizados também parece ter mobilizado a classe política, que passou a destinar suas energias para tal questão. Com um governo centralizador e pouco participativo, muitos problemas escapavam das negociações de cúpula, como é o caso das melhorias nas condições dos pequenos produtores, muito presentes na região Oeste do Paraná naquele momento.

No fim de novembro de 1984, o deputado estadual Rubens Bueno (PMDB-PR) havia manifestado sua preocupação com o futuro do país no novo governo. Bueno afirmou, em texto publicado no jornal *Folha de Londrina* (29 nov. 1984, p. 2), com o título “Tancredo e os compromissos com o Paraná”, o que segue:

> O que nos deixa apreensivos é a pouca preocupação que o candidato Tancredo Neves tem demonstrado com as nossas potencialidades, não se interessando até a presente data em saber quais reivindicações mais prementes dos paranaenses, que mais do que simples pedido ou solicitações mais pródigas, tem o direito legítimo e indeclinável de vir a ocupar, na pessoa de qualquer dos líderes políticos que aqui tiveram seu berço, posição de destaque no futuro Governo.

O deputado, como se nota, ao exigir a participação do estado, a considera como um direito do qual não declinariam em razão da sua contribuição agrícola e das terras inundadas para produzir energia ao país, por meio da usina hidrelétrica de Itaipu. Outro ponto levantado por deputados paranaenses, por exemplo, exigia que Tancredo se comprometesse a não federalizar o porto de Paranaguá, por conta dos dividendos que suas atividades geravam para o estado, bem como a construção da ferrovia da soja para escoar a produção, além de uma

compensação mínima pelas perdas de terras férteis ocorridas por conta da construção da hidrelétrica de Itaipu (Correio de Notícias, 8 set. 1984, p. 3).

De forma um tanto vaga, em visita de Tancredo Neves ao município de Maringá já em janeiro, o mesmo assegurou um lugar de destaque para o Paraná em seu governo. O então candidato à presidência afirmou: "o Paraná terá no meu Governo uma participação que espelhe rigorosamente a sua importância e projeção de grande Estado" (Folha de Londrina, 5 jan. 1985, p. 1). Com a chance de um civil na liderança do país, as esperanças se mostravam diferentes, e geraram até mesmo certa euforia, já que as promessas e as possibilidades de reivindicar soluções de cunho regional se mostravam maiores, ao menos era o que a agenda do PMDB pregava a nível nacional com a tese de um governo democrático.

Logo após a vitória de Tancredo Neves, políticos paranaenses começaram a discutir de forma mais intensa quais eram os prováveis nomes a serem escolhidos para compor os ministérios e outros cargos no interior do novo governo, tanto do primeiro como do segundo e terceiro escalões. As discussões sobre o futuro do Paraná no novo governo ganharam destaque nas páginas dos jornais aqui analisados e dominou o debate público nos meses iniciais de 1985. Não estamos tratando aqui de um acontecimento exclusivo do Paraná, visto que a pressão pela escolha dos nomes para os ministérios ocorreu por parte de outras entidades da federação e por grupos no interior do próprio PMDB[103], mas buscamos compreender como os paranaenses, em especial os políticos peemedebistas, entendiam o papel que deveria ocupar seu estado e quais justificativas mobilizaram para defender sua presença junto ao governo federal.

Cabe lembrar que a montagem do novo governo se deu por meio de acordos e forte presença de nomes que não objetivavam romper com o modelo de sociedade vigente na época, embora pudessem desejar maior espaço de participação política de alguns setores da sociedade. Essas relações políticas entre antigos adversários fizeram parte do grande acordo que marcou o processo de transição política conciliatória durante o fim da ditadura. As ambições regionais, como notamos, não se sustentaram frente ao grande arranjo. As discussões sobre uma democracia mais sólida e sobre a importância de garantir a dignidade humana e uma maior participação popular na política também perderam espaço neste contexto. Constituía-se, assim, mais uma característica do "pemedebismo", que mantinha imóvel a estrutura política do país.

Ao tratar da vitória de Tancredo, o editorial do jornal *Folha de Londrina* intitulado "O Paraná na Nova República", reconhecia a "estranha aliança" que deu suporte à vitória do

[103] Em fevereiro de 1984, o então presidente do PMDB nacional, Ulysses Guimarães, entregou a Tancredo Neves uma lista com nomes de membros do PMDB considerados mais capacitados para ocupar cargos ministeriais no novo governo (Folha de Londrina, 15 fev. 1985, p. 3).

candidato eleito para a presidência, referindo-se aos dissidentes do PDS e os membros do PMDB, e demonstrava certa preocupação com o espaço do Paraná no novo governo. O texto do editorial abordava o desejo de uma participação ampla do estado, "não apenas a nível de Ministérios, mas também nos outros escalões. Primeiro porque, efetivamente, o Paraná tem pessoas capazes; e porque merece mais atenção do que a que vem recebendo pelo muito que faz e que representa no contexto nacional" (Folha de Londrina, 17 jan. 1985, p. 2). O texto afirma que não deveriam haver pressões sobre as escolhas que viriam, e que o governador José Richa havia se posicionado contra as imposições e contra também a disposição de barrar nomes do PFL que seriam indicados, mesmo com desaprovação dos peemedebistas. Apesar disso, afirma o editorial que tratava-se de "reivindicar um lugar justo para um Estado que, sem apoio, muitas vezes maltratado, em certos casos abandonado à própria sorte, jamais negou sua parcela de esforços, de trabalho e de resultados em benefício do País" (Folha de Londrina, 17 jan. 1985, p. 2). Nota-se nas colocações um certo ressentimento em razão do descaso que alegavam receber o estado, o que não deveria ser apenas sentido pelo Paraná, tendo em vista a crise econômica que assolava todo o país desde a década de 1970, com o fim do chamado "milagre econômico".

No dia seguinte à vitória de Tancredo, começaram as especulações sobre quais seriam os cargos destinados aos paranaenses no governo federal. A então secretária de Educação do Paraná, Gilda Poli, relatou que o estado ficaria com dois ministérios: Agricultura e Casa Civil (Folha de Londrina, 17 jan. 1985, p. 3). Já o então governador José Richa afirmou que os dois ministérios liderados por paranaenses deveriam ser o da Agricultura e o de Minas e Energia, isso em razão do potencial agrícola do estado e da produção de energia da Itaipu (Folha de Londrina, 19 jan. 1985, p. 1). O governador já havia afirmado que elaboraria uma lista onde indicaria os nomes de políticos paranaenses para serem apreciados por Tancredo Neves na composição do seu futuro governo (Folha de Londrina, 9 jan. 1985, p. 3).

Com o objetivo de organizar os trabalhos de escolha dos nomes paranaenses, uma comissão de cinco deputados federais foi instituída para acompanhar as negociações quanto à participação do estado no futuro governo. A comissão foi formada pelos deputados federais Sebastião Rodrigues, Amadeu Geara e Celso Saboia, além dos suplentes Artagão de Mattos Leão e Osvaldo Trevisan, todos do PMDB. Segundo informou o jornal *Correio de Notícias* (19 jan. 1985, p. 2), estes parlamentares fariam um rodízio em Brasília "para os contatos e levantamentos da participação do Paraná no governo Tancredo Neves". Conforme afirmou um dos membros da comissão, Sebastião Rodrigues, a ideia era "colocar dados, coletados em Brasília, para fornecer subsídios ao governo do Estado" (Correio de Notícias, 19 jan. 1985, p.

2). Segundo o deputado, o propósito da comissão era procurar mapear as áreas que mais se identificavam com o Paraná, bem como demonstrar que determinados órgãos interessavam mais ao estado do que a outros entes da federação. Com base nos dados levantados, os deputados estudariam os nomes e o governador teria condições necessárias para negociar postos no futuro governo.

Em meio às discussões sobre os possíveis escolhidos, empresários do Norte do Paraná enviaram uma mensagem ao governador José Richa, onde alegaram que, em razão do potencial econômico da região e sua atuação na resistência democrática, a região merecia compor os quadros políticos do governo federal (Folha de Londrina, 25 jan. 1985, p. 1). Como resultado dos objetivos em comum, políticos se juntaram aos empresários do Norte do estado e desencadearam em Londrina um movimento que tinha como objetivo reivindicar a participação do Paraná no governo de Tancredo. Tal discussão tomou forma por meio do movimento "O Paraná quer participar", criado em fins de janeiro de 1985 por políticos, empresários e entidades civis da região de Londrina. O movimento tinha como finalidade garantir a presença de nomes paranaenses nos principais escalões do governo que constituiriam a Nova República. Apesar de sua curta existência, o movimento se expandiu por todo o estado e recebeu apoio também de deputados federais, estaduais e senadores, bem como do governador paranaense, que viria a ser seu representante oficial.

O movimento "O Paraná quer participar" foi coordenado pelo prefeito de Londrina, Wilson Moreira (PMDB), e contou com apoio do PDS, partido de oposição no estado. A campanha seria desenvolvida entre prefeitos, vereadores, parlamentares, lideranças empresariais e toda a sociedade paranaense, para então "unir a família (PMDB) para fortalecer o Paraná" (Folha de Londrina, 27 jan. 1985, p. 3). Para tanto, foi formada uma comissão com quatro pessoas para redigir um documento a ser entregue ao futuro presidente – diferente daquela formada pelos deputados federais, mencionada anteriormente. A expectativa era que mais políticos aderissem ao grupo e assinassem o documento conjuntamente (Folha de Londrina, 27 jan. 1985, p. 3). O líder do PDS no Paraná no período, deputado estadual Airton Cordeiro, bem como o líder do PMDB, senador Álvaro Dias, além do deputado federal Hélio Duque (PMDB), aderiram ao movimento e assinaram o documento (Folha de Londrina, 27 jan. 1985, p. 3). Como se vê, o movimento ganhou adeptos oposicionistas e outros com atuação em nível federal.

Empresários e políticos ligados à Associação de Municípios do Paraná (AMEPAR), elegeram Richa como o porta-voz do movimento, e destacaram que o objetivo era "garantir que o Estado tenha participação na Nova República ao nível de sua contribuição com o País" (Folha

de Londrina, 8 fev. 1985, p. 3). Entre as justificativas elencadas pelos apoiadores da ampliação da participação do Paraná no novo governo, estava a ideia de que o estado teria grande potencial econômico, o qual não era valorizado como deveria, especialmente se comparado a outros estados. Buscaram destacar também que o Paraná teria sido um dos principais núcleos políticos de luta pela democracia e oposição aos militares, tendo sido fundamental para a eleição de Tancredo Neves, segundo os reivindicantes. Como argumento, alegaram que a vitória esmagadora do PMDB paranaense nas eleições de 1982, derrotando o grupo liderado por Ney Braga, um homem de confiança do governo militar e representante de seus interesses no estado, deu aos peemedebistas um papel de relevância na condução política e projetou o estado na luta democrática. Outro ponto seria o movimento Diretas Já, amplamente apoiado pelos paranaenses. Além destas questões, os membros do movimento defendiam que era preciso evitar o continuísmo político, inserindo novos nomes nos ministérios, que refletissem as expectativas de mudanças pregadas durante as Diretas Já e na campanha de Tancredo.

Ainda no fim de janeiro, com indícios de que os nomes escolhidos por Tancredo não seriam os que os peemedebistas desejavam, é possível notar que uma mistura de revolta, ressentimento e frustração passou a se formar. A Nova República não seria tão nova assim. Alguns jornalistas passaram a falar de uma nova face da República do Café com Leite, já que os estados de Minas Gerais e São Paulo apareciam como os preferidos na composição do governo de Tancredo[104] (Correio de Notícias, 27 jan. 1985, p. 4). O que inicialmente seria um movimento contra as pressões ao novo governo federal, voltado apenas para negociar nomes e cargos, agora se mostrava nitidamente reivindicatório e passava a exigir o respeito que o estado, segundo eles, merecia. Para o deputado estadual Rubens Bueno (PMDB), por exemplo, o Brasil tinha uma “dívida moral” com o estado, por conta de seu apoio a Tancredo e da luta pela redemocratização. Por isso, caberia aos homens do Paraná uma presença mais concreta no novo governo (Correio de Notícias, 26 jan. 1985, p. 2).

Percebendo que o cenário que se montava era diferente do que o esperado, ao abordar o tema da formação do novo governo, agora em um tom mais agressivo, o governador José Richa afirmou que “romperia com o presidente eleito, Tancredo Neves, se o impulso da mudança não ficar evidente desde a constituição do Ministério” (Folha de Londrina, 31 jan. 1985, p. 1). Richa afirmou que os nomes que se apresentavam na imprensa para ocupar os ministérios não davam

[104] Na composição dos 28 ministérios, mineiros e paulistas tiveram o maior número de ministros escolhidos, sendo cinco de Minas Gerais e quatro de São Paulo. Estão considerados como equivalentes a ministérios os cargos de chefe da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, da Casa Militar e do SNI, todos então nomeados.

ânimo[105], e ressaltou ainda que o futuro ministério de Tancredo deveria refletir a Aliança Democrática, com a divisão de cargos de forma proporcional entre as forças que a compuseram. A fala do governador teve repercussão nacional e desencadeou comentários, inclusive, de Tancredo, que afirmou não aceitar pressões, imposições nem vetos de lugar algum, e se disse surpreso com o posicionamento de José Richa, que havia o apoiado para a presidência (Folha de Londrina, 8 fev. 1985, p. 3). Como publicado pelo jornal *Correio de Notícias* (8 fev. 1985, p. 2), as colocações de Richa geraram desdobramentos em outros estados, já que as bases do PMDB passaram a exigir de suas lideranças locais posicionamento semelhante ao do governador paranaense.

Membros da bancada federal e do diretório regional do PMDB no Paraná divulgaram uma nota solidarizando-se com o governador. No documento, afirmaram que a atitude deles próprios e do governador:

> acham-se despidas de quaisquer conotações regionais ou impositivas. [...] Como disse o Governador José Richa, as especulações em torno dos convites que teriam sido feitos levam ao receio de que instale o continuísmo num governo eleito justamente para proceder profundas alterações nas velhas estruturas. [...] o Paraná por seu Governo e seu povo exigirá que as propostas de mudança assumidas pelo Presidente eleito Tancredo Neves sejam mantidas, numa atitude de respeito e acatamento à vontade e soberania populares. Por isso, qualquer rumo que o Governador Richa venha a tomar contará com a solidariedade dos seus companheiros de partido. (Folha de Londrina, 1 fev. 1985, p. 3).

Há nos discursos dos membros do movimento "O Paraná quer participar" uma certa preocupação em recuperar algumas bandeiras de luta popular, como as políticas públicas voltadas para os setores marginalizados e a classe trabalhadora, o que os aproximava dos democratas reformistas. Ao menos eram estes os argumentos utilizados para justificar os pedidos de cargos no novo governo. Nota-se ainda uma busca por reorientação das mudanças em curso, sobre as quais o PFL mostrava-se cada vez mais influente e ocupava espaços que o PMDB aguardava para adentrar, mas que se viu barrado em razão do pacto transitório.

Vale ressaltar, contudo, que a nível estadual o PFL apoiou a posição de José Richa. Norton Macedo, deputado federal da Frente Liberal e uma das principais lideranças do seu partido, afirmou na ocasião que, "ao defender os interesses do Paraná, José Richa fala pelo

---

[105] O nome de Francisco Dornelles, em especial, gerou bastante polêmica. Ele era sobrinho de Tancredo Neves, considerado conservador e continuísta. Ocupou os cargos de Chefe da Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda durante o governo de Ernesto Geisel e de Secretário da Receita Federal no governo de João Figueiredo (Folha de Londrina, 13 mar. 1985, p. 4).

Estado inteiro" (Correio de Notícias, 8 fev. 1985, p. 5). Ainda nas palavras de Macedo, "a luta contra o continuísmo e o imobilismo não é monopólio de qualquer Estado ou de qualquer partido, isoladamente; é uma decisão nacional, gritada nas ruas, pacificamente, pelo povo brasileiro e representada por Tancredo Neves" (Correio de Notícias, 8 fev. 1985, p. 5). Chama a atenção nas colocações do parlamentar do PFL, antigo líder da ARENA no estado, o fato de que era seu próprio partido o maior representante do continuísmo e ameaça às reformas aguardadas. Podemos ainda refletir sobre como havia certo descompasso entre a cúpula dos frentistas, responsável pelas negociações com os militares e o novo governo que se formava, e seus partidários locais.

Tais pontos de inflexão entre estes dois polos políticos dentro de uma mesma agremiação, são simbólicos de como a política de conciliação afetou de forma parecida amplos setores, de posição e oposição, em unidades subnacionais, como a paranaense. É eminente ainda que a política de conciliação não teria sentido se os políticos não ocupassem postos de liderança. Desta forma, o movimento em favor da maior participação do Paraná ganhou força, já que, antes de conciliar, era preciso integrar o sistema. Combater o continuísmo, neste contexto, significaria abrir novos espaços, não necessariamente mudar o curso da política do país.

Concordando com as colocações de Richa sobre os nomes a serem indicados por Tancredo, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) chamou atenção para os "velhos oportunistas, da velha ordem que se insinuam e assumem posturas de definição de poder, que merecem mais que a repulsa da sociedade" (Folha de Londrina, 31 jan. 1985, p. 3). Já o senador Álvaro Dias (PMDB) afirmou que não compactuaria de forma alguma com o próximo governo "se os compromissos de mudanças assumidos durante todo o movimento por eleições diretas para presidente e, posteriormente, na campanha de Tancredo Neves, não sejam observadas na composição da equipe de governo da Nova República" (Folha de Londrina, 31 jan. 1985, p. 3).

Sobre estes pontos, em manifestação do deputado federal José Tavares (PMDB-PR), o parlamentar afirmou que a ameaça de José Richa de romper com Tancredo caso os contornos das mudanças não ficassem bem definidos desde a constituição de seu ministério, era uma "reação do Paraná, que não quer o continuísmo, o que seria extremamente prejudicial para o nosso povo que espera mudanças e não milagres" (Folha de Londrina, 1 fev. 1985, p. 3). Da mesma forma, o líder da bancada do PMDB na ALEP, Nilso Sguarezi, afirmou que, "com o jogo que está formado, de cúpula nos bastidores, a tecnocracia acaba comandando as ações. A posição de José Richa desperta o povo para o que pode vir a ocorrer" (Correio de Notícias, 31 jan. 1985, p. 2). O apelo ao povo, como se vê, ganhou força como forma de pressionar a opinião pública e o novo governo. Os argumentos dos deputados se voltavam para tentar demonstrar

que a continuidade política era uma forma de traição com aqueles que haviam lotado as ruas para exigir eleições diretas e apoiado Tancredo no colégio eleitoral. A frustração com o futuro da Nova República era evidente nos diversos posicionamentos políticos.

Podemos perceber mais uma vez que, conforme avançava o processo e os resultados não eram os esperados, as narrativas se alteraram. Assim que passaram a circular especulações sobre os possíveis nomes ministeriáveis, José Richa passou a alegar que as contribuições do Paraná seriam no campo das mudanças e reformas, já que, segundo ele: "outros Estados querem apenas cargos. E se contentam com os cargos que conseguirem. Nós não. Nós só queremos cargos se for para ajudar o governo Tancredo Neves a cumprir os compromissos de mudanças. Do contrário, podemos até ficar de fora" (Correio de Notícias, 7 fev. 1985, p. 2). O foco, que antes era demonstrar a importância e potencial do Paraná, neste segundo momento passou a ser o combate ao continuísmo, representado pela manutenção de determinados nomes na cúpula governamental, bem como ressaltar que os nomes sugeridos deveriam ser acatados pois estavam de acordo com o projeto de sociedade defendido por parte do PMDB, com exceção dos "moderados" mais ligados à Frente Liberal.

Em meio à movimentação dos paranaenses, Pedro Ivo e Pedro Simon, presidentes dos diretórios do PMDB de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram até Curitiba se encontrar com Álvaro Dias e José Richa e dar apoio a suas posições a respeito dos ministérios (Correio de Notícias, 2 fev. 1985, p. 1). A estratégia dos dirigentes peemedebistas seria agir em bloco e garantir que os três estados do Sul tivessem participação no novo governo, numa tentativa de evitar o continuísmo. Os outros dois estados, vale lembrar, eram governados pelo PDS, e o Paraná era o único estado do Sul com um governador de oposição ao executivo federal. Segundo Álvaro Dias, era preciso dissolver os grupos de pressão vinculados ao regime e a empresas que visavam garantir seus privilégios, para que o futuro presidente tivesse liberdade para escolher seus ministros (Correio de Notícias, 5 fev. 1985, p. 2). Apesar de considerarem que não eram as figuras políticas de modo individual que efetuariam as mudanças propaladas pelo PMDB, mas sim o comprometimento com determinada agenda política, os líderes peemedebistas dos estados sulistas duvidavam que o futuro presidente mineiro tivesse condições de alterar as posições dos frentistas que estiveram a serviço do arbítrio nos anos anteriores e que estavam comprometidos com o grande capital.

Em razão das pressões do movimento dos paranaenses para participar do governo, Richa reuniu-se com Tancredo para discutir o assunto. Após a reunião, o governador afirmou que o governo de Tancredo apresentaria características "liberal, progressista e reformista" (Folha de Londrina, 14 fev. 1985, p. 1). Richa destacou, sobre os nomes escolhidos para ocupar os

ministérios, que o importante era a promessa que ouviu de Tancredo de que os mesmos seriam "executores das mudanças", e que poderia até mesmo fazer oposição ao futuro presidente "se na ação não houver correspondência com as aspirações de mudança" (Folha de Londrina, 14 fev. 1985, p. 1). Se nos ativermos sobre os discursos dos políticos paranaenses, como Richa, fica explícito o posicionamento contrário aos acordos de gabinete que deram origem à Nova República, o que não implicava na defesa de mudanças profundas, mas de busca por maiores espaços na política nacional. Fica evidente ainda a paralisia e esperança de que as promessas fossem cumpridas, fator que aumentaria a frustração.

Já no final de fevereiro de 1984, o governador paranaense visitou novamente Tancredo Neves para apresentar cerca de 50 nomes para compor o segundo e terceiro escalões do governo. Na ocasião, Richa recebeu a afirmativa de que o Ministério dos Assuntos Fundiários ficaria com alguém do norte do país, e não com um paranaense, como desejavam os membros do movimento "O Paraná quer participar". Em reunião com a bancada federal paranaense do PMDB, Tancredo afirmou que a carteira agrícola do Banco do Brasil e a presidência da Itaipu ficariam com figuras do Paraná, como uma forma de tentar atender, mesmo que parcialmente, os reclames do estado (Folha de Londrina, 27 fev. 1985, p. 1). O Paraná, de fato, ficou com a presidência da Itaipu, sendo Ney Braga o nome escolhido. Já para a Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues, ex-deputado federal pelo PMDB, foi designado.

Para o deputado estadual Nilso Sguarezi, líder do PMDB, as expectativas não eram das melhores para o Paraná. Isso pois, segundo ele, o grupo dirigente seria formado por pessoas que se "perduram amasiados ao poder há mais de duas décadas" (Folha de Londrina, 27 fev. 1985, p. 1). Para Sguarezi, "seria muito esperar coisa diferente de um Governo que, para ser governo, estendeu uma mão a Deus e outra ao Diabo, e se assim não fosse, não seria vencedor" (Folha de Londrina, 27 fev. 1985, p. 1). Como indicou o deputado, para garantir a inclusão de seus aliados e a manutenção de um governo moderado e conciliador, Tancredo "articulou, negociou, cedeu e avançou. Toda sua arquitetura política obteve êxito. Os planos para o futuro próximo pareciam controláveis e previsíveis" (Ferreira, 2018, p. 35), já que a estrutura política montada não alterava substancialmente os propósitos e linhas de ação do governo anterior. Perante este cenário, além da decepção, há na fala de Nilso Sguarezi a identificação do porquê da formação do novo governo se dar daquela forma e não como esperavam. A classe política, ao que se nota, sabia que o conchavo com a Frente Liberal teria como consequência a necessidade de suportar a presença de nomes indesejáveis no governo. Talvez não imaginassem que os espaços ocupados pelos frentistas em detrimento do PMDB seriam tamanhos.

Ao final, apesar da intensa mobilização, o Paraná ficou apenas com o Ministério dos Transportes[106], ocupado por Affonso Camargo Neto, senador biônico, ex-ARENISTA e dissidente do grupo ligado a Ney Braga. O nome de Affonso Camargo, bem como a baixa representatividade do Paraná, não agradou os paranaenses, como era de se esperar. Rubens Bueno declarou que a escolha de Affonso para o Ministério dos Transportes era, antes, uma escolha de caráter pessoal, que se deu no plano da amizade e não por conta do reconhecimento da importância do Paraná no cenário nacional (Folha de Londrina, 23 mar. 1985, p. 3). Políticos de oposição ao governo Richa no Paraná questionaram a capacidade de articulação do governador por não ter conseguido garantir nenhum ministério ao estado, já que o cargo de Affonso Camargo era considerado resultado de um acordo direto com Tancredo Neves (Anais da Assembleia, 13 mar. 1985, p. 18). Tancredo, no entanto, justificou suas escolhas afirmando que a seleção de seus ministros foi feita "obedecendo os critérios da probidade, da competência e do espírito federativo, embora não tenha sido possível contentar todos os Estados" (Folha de Londrina, 13 mar. 1985, p. 3). Tanto os membros do PDS como do PMDB na ALEP passaram a criticar as escolhas de Tancredo e a marginalização a qual o Paraná estaria relegado, mesmo com todo apoio estendido ao presidente eleito (Folha de Londrina, 13 mar. 1985, p. 3).

O que se percebe é que as escolhas se mostraram um tanto representativas da tentativa de manutenção de determinados grupos no poder[107], já que não expressavam as mudanças esperadas por parte das oposições. Ao comentar sobre os nomes escolhidos para os ministérios do governo federal, o senador Álvaro Dias afirmou nunca ter alimentado esperanças de que grandes transformações sociais fossem ocorrer no governo de Tancredo devido à composição política que o apoiava. O senador reafirmou sobre o novo governo: "temos apenas a certeza da transição para a democracia" (Folha de Londrina, 9 mar. 1985, p. 3). Isso pois considerava que o novo governo seria fruto de um acordo elaborado para atuar na transição, e não se tratava de um governo próprio do PMDB, devido à sua composição, e que não esperava milagres para o futuro próximo. Defendendo tal posição, Dias argumentou que a construção do novo governo já se diferenciava do anterior pela possibilidade de diálogo e negociação para a sugestão de

[106] O Ministério da Agricultura, tão desejado pelos políticos paranaenses, acabou ficando com o gaúcho Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, que ocupava na ocasião o cargo de senador pelo seu estado. Apesar da frustração, o nome de Simon foi bem aceito pelos deputados estaduais paranaenses, que esperavam dele uma posição firme contra as multinacionais do ramo agrícola e a favor dos pequenos e médios produtores rurais (Anais da Assembleia, 14 mar. 1985, p. 11-12).

[107] Alguns ministros saídos das bases da antiga ARENA e do PDS demonstram bem o continuísmo da administração do novo governo: o ex-vice-presidente do General João Figueiredo, por exemplo, Aureliano Chaves, foi escolhido para ocupar o Ministério de Minas e Energia; Antonio Carlos Magalhães, ex-governador da Bahia, ficou com o Ministério das Comunicações; Olavo Setúbal, ex-prefeito de São Paulo, ficou com o Ministério das Relações Exteriores; Francisco Dornelles, que já comentamos anteriormente, ficou com o Ministério da Fazenda. Todos estes nomes possuíam carreiras políticas vinculadas diretamente aos militares alojados no poder.

nomes, já que nos governos militares havia a imposição pura e simples. Segundo ele era preciso, no entanto, ampliar a luta para que a proporção de agentes políticos que representavam a mudança fosse maior que os representantes do continuísmo. Ainda segundo Álvaro Dias:

> embora com possibilidades diferenciadas, todas as facções políticas componentes da ampla Aliança Democrática puderam participar das marchas e contramarchas da composição do Governo. Os resultados expressam em boa parte estas diferenças, mas também a eficiência política dos vários grupos e representações regionais em liça. Isto também faz parte do jogo democrático; resta aperfeiçoar as regras do jogo e as habilidades dos participantes. Melhor do que esta face, porém, é que o brasileiro pode acompanhar, mesmo às vezes sem entender bem, o andamento do processo. (Folha de Londrina, 22 mar. 1985, p. 2).

A composição do governo, entendida como uma mescla de continuísmo e mudança, seria o resultado de amplas disputas, de candidaturas em confronto, algo considerado positivo, como se nota, para um sistema político que se almejava democrático, ao menos na aparência. A escolha do ex-governador para presidir a Itaipu e de Afonso Camargo para o Ministério dos Transporte foi a consolidação, a nível estadual, dos acordos estabelecidos pela Aliança Democrática e fazia parte da barganha em troca de apoio para a eleição de Tancredo, representando ainda o resultado do processo conciliatório. Aqui, uma vez mais, podemos identificar traços do "imobilismo em movimento", característico do PMDB, visto que, apesar de se apresentar como democrático, o governo que se formou com Tancredo continuava a se mostrar um tanto elitista e excludente.

Diante do quadro que se apresentava, o governador José Richa declarou que seu apoio a Tancredo era condicional, e que "apoio incondicional só se dá a ditadores" (Folha de Londrina, 13 mar. 1985, p. 3), referindo-se à postura que o governo poderia assumir frente às propostas de mudança pregadas e sinalizando que a partir da posse do novo presidente o período de arbítrio se encerraria. Constata-se que, passada a euforia da campanha e da formação do governo de Tancredo, tivemos uma nova reacomodação de narrativas, as quais buscavam justificar o cenário presente sem esconder os descontentamentos existentes. A expectativa passava a ser então sobre a democracia que acreditavam estar por chegar, já que a realidade do momento não agradava plenamente.

Com o adoecimento de Tancredo Neves, as expectativas de mudança no cenário político foram ainda mais reduzidas. O vice-presidente José Sarney, como sabemos, havia recém saído do partido que era base de sustentação do governo militar, onde era uma das principais lideranças, fato que gerou uma série de comentários críticos a sua pessoa e contrários a sua

posse. A falta de respaldo popular de Sarney gerava preocupações, já que, mesmo antes da morte de Tancredo, começaram a cogitar a realização de novas movimentações das Diretas Já e greves operárias eclodiam pelo país, fatos que exigiriam amplo apoio político ao vice-presidente empossado.

Com a posterior morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, além da enorme comoção popular e política, havia o receio de que os continuístas do PFL ampliassem seu poder junto ao governo. Havia o temor também de que alguma das alas militares pudesse tentar barrar a posse de Sarney e de que Paulo Maluf, que havia ficado em segundo lugar no colégio eleitoral, reivindicasse a presidência. Alguns políticos ligados a Maluf passaram a alegar que o vice, Sarney, não poderia assumir pois o titular, Tancredo, não havia tomado posse. Outros defendiam que o presidente da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, assumisse (Ferreira, 2018). Apesar das diferentes interpretações, os militares endossaram a posse de José Sarney enquanto Tancredo estava internado, e o mesmo manteve-se no cargo até o início de 1990.

Agora com Sarney na presidência, alguns grupos paranaenses continuaram mobilizados para tentar garantir cargos na nova administração federal e outros reforçaram as críticas às indicações feitas. Mais de vinte prefeitos da Associação de Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) entregaram a José Richa um documento reivindicando uma série de cargos federais a pessoas da região no governo de Sarney. A justificativa foi de que a região possuía mais de um milhão de habitantes e era responsável pela produção de 33% dos grãos do Estado, além de abrigar seis das maiores cooperativas agrícolas paranaenses e a usina de Itaipu. O documento solicitava vinte e dois cargos para a região Oeste do estado (Folha de Londrina, 26 mar. 1985, p. 3). Houve ainda grande insatisfação com a indicação de Ney Braga para a presidência da Itaipu, visto que o ex-governador era considerado um dos representantes do continuísmo político no estado, em razão do seu histórico de proximidade com os militares desde o golpe de 1964. O deputado estadual Orlando Pesssuti (PMDB-PR) criticou a indicação de Ney Braga argumentando que o cargo deveria ser ocupado por uma liderança do Oeste do estado, ou então "por outro paranaense, mas que esteja comprometido e firme com os propósitos de mudança desse novo governo e que não espelhe a imagem do continuísmo, por todos nós combatido" (Correio de Notícias, 18 abr. 1985, p. 2). Como afirmou o também deputado estadual Fiori Luiz (PMDB-PR) ao criticar as indicações para a Itaipu, para o IBC e para a presidência do Banco do Brasil, "o 2º escalão da ditadura assume o 1º escalão da Nova República"[108] (Anais da

[108] Além de criticar a indicação de Ney Braga, Fiori Luiz referia-se também às indicações de Karlos Rischiebiter, ex-ministro da Fazenda do governo de João Figueiredo, escolhido para presidir o IBC, e a Camilo Calazans, ex-

Assembleia, 10 abr. 1985, p. 10), já que naquele momento os militares deixavam o poder aos civis que os acompanharam durante os anos de arbítrio.

A bancada federal do PMDB paranaense chegou a se reunir com José Sarney para indicar nomes e discutir critérios para a escolha dos integrantes do segundo e terceiro escalões do governo federal destinados ao Paraná (Folha de Londrina, 31 mar. 1985, p. 3). Houve novamente insatisfação, desta vez em razão da escolha da diretoria da Eletrosul, então empresa pública de geração de energia elétrica, que foi composta sem o acatamento dos nomes indicados pela bancada federal paranaense. Devido a isso, o deputado estadual Nilso Sguarezi pediu a convocação de uma nova assembleia na Eletrosul, com a finalidade de "corrigir esta distorção continuísta" (Folha de Londrina, 15 maio 1985, p. 3). A revolta se tornou ainda maior por conta da escolha de Mário Behring para a presidência da Eletrosul, já que o mesmo havia ocupado o cargo durante o governo Médici e era considerado mais um continuísta. Apesar das manifestações públicas de descontentamento, não identificamos mudanças no quadro diretor da empresa em questão.

O Paraná, como se nota, parecia não ter o peso e a força política que acreditavam os membros do movimento "O Paraná quer participar". As pressões também não se mostraram suficientes. A partir dos casos explicitados, em especial as situações de frustração, notamos que parte da classe paranaense pertencente ao principal grupo político naquele momento apresentava um posicionamento que destoava daquele praticado pelas cúpulas que lideraram a transição brasileira, mesmo que fossem ligados a um mesmo partido. Para além de se expressar publicamente, porém, pouco espaço de manobra restava para tentar alterar o processo em curso que objetivava uma transição sem rupturas. Pressionar a opinião pública e apresentar-se coerentes com seus discursos perante o eleitorado, em especial aqueles proferidos durante as campanhas que se desenrolaram em meio à abertura, se mostravam como os poucos recursos dos políticos paranaenses aqui analisados. O grande arranjo que deu origem à Nova República, como podemos perceber, teve papel ativo no tabuleiro político paranaense neste novo período que se apresentava, bem como as diferenças e interesses regionais, marcas próprias da política do estado.

Ao final, a crise da política estadual frente ao arranjo nacional foi reduzida a disputas por cargos federais. A montagem do grupo que passou a governar a Nova República mostrou-se exemplo do continuísmo combatido por grupos políticos paranaenses. A impossibilidade de aprofundar reformas por conta da conciliação acabou por colocar os membros das três

---

presidente do IBC durante o governo de Ernesto Geisel e do Banco do Nordeste durante o governo Figueiredo, nomeado para presidir o Banco do Brasil.

categorias que abordamos, os pseudodemocratas, os liberais conservadores e os democratas reformistas, em uma mesma situação frente ao cenário nacional. Os diferentes grupos, em menor ou maior grau, acabaram por seguir o viés conciliatório e não conseguiram escapar dos limites da moldura transicional. Mesmo bradando e se mobilizando de diferentes formas contra a permanência das políticas econômicas, da não punição contra os militares e por reformas mais profundas, democratas reformistas do PMDB do Paraná, que se manifestaram publicamente de forma mais intensa durante a abertura, se viram lado a lado com pseudodemocratas do PDS e da Frente Liberal. No entanto, o "imobilismo em movimento" englobou praticamente toda a classe política do estado, uma vez que, apesar dos posicionamentos contrários, em campo eram incapazes de alterar a ordem imposta. Ao fim e a cabo, prevaleceu a posição dos liberais conservadores do PMDB e, logo, a conciliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao interpretar elementos que dizem respeito à última transição política brasileira em escala reduzida, como foi o caso do Paraná, observamos a presença de elementos com peso local que se mesclaram com a dinâmica política pensada a nível nacional. Tais processos e seus resultados nem sempre são percebidos nas análises feitas por meio dos programas partidários e ideológicos, bem como dos acordos de cúpula entre os membros das elites do nosso país. Como buscamos ressaltar, embora as resistências internas ao projeto de conciliação não tenham conseguido suportar as pressões estabelecidas em todo o país, elas apontam para a existência de grupos que contribuíram para o desenho político do estado e da existência de limites regionais que corroboraram para dar sentido à moldura transicional que deu origem à Nova República.

A política paranaense, como vimos, foi diretamente permeada pelos temas e debates que ocorriam a nível nacional, os quais foram explorados, em especial pelo MDB/PMDB, para demonstrar a incoerência e consequências do governo militar e de seus aliados. Em meio a avanços e recuos, os políticos paranaenses adequaram seus posicionamentos conforme os limites se erguiam. Deste modo, mesmo sabendo quais respostas prevaleceram aos impasses que marcaram o fim da ditadura no Brasil, ressaltamos a existência de vozes dissonantes no Paraná e seus respectivos posicionamentos, como foi o caso dos democratas reformistas do PMDB e suas propostas alternativas de sociedade – como o grupo "Tendência Popular" –, que acabaram, no entanto, perdendo espaço para os liberais conservadores.

A formação e composição da equipe de membros da Nova república envolveu muitos limites que frustraram boa parte dos grupos políticos locais e dos civis, em razão do não cumprimento das promessas que acompanharam o período de abertura política. Normalmente esses limites estão situados nos acordos palacianos, os quais reduziram o alcance das mudanças e que impediram um acerto de contas justo com os ditadores. No entanto, para além desse âmbito mais amplo, como notamos ao longo da investigação que resultou no presente trabalho, há também os limites regionais, ou seja, os acordos ocorridos em âmbito estadual, os quais deixavam nítido que o alcance das mudanças pretendidas pela sociedade era bem pouco abrangente. Tais limitações, tanto as impostas a nível federal como as estaduais, evidenciaram como as frustrações se fizeram presentes e ganharam materialidade, bem como a ideia de conciliação e os arranjos dela decorrentes se fizeram presentes em menor escala. Por mais que os governadores de oposição e os políticos estaduais prometessem e evidenciassem compromissos democráticos em seus discursos, o alcance de suas ações era ainda muito

limitado e pouco podiam fazer. Com isso ficava ainda mais nítida nas relações políticas de forças situadas no Paraná a presença de arranjos transicionais regionais. Isso contribui para vislumbrar um quadro menos homogêneo e linear do processo, pois em âmbito estadual a base política do governo militar perdeu consistência na medida em que rejeitou os novos arranjos com os peemedebistas e se viu afastada das negociações.

Uma das marcas da política paranaense mobilizada em quadro de mudanças lentas foi o regionalismo. Com alguns bolsões políticos com interesses próprios, em alguns casos em oposição ao governo estadual, como era o caso do PMDB no Norte contra o neysmo que dominou a política do estado durante a ditadura, tivemos no Paraná uma abertura em que diferentes grupos buscaram se estabelecer no cenário e aproveitaram o momento de reestruturação para alcançar postos importantes no comando do estado. Tal aspecto ficou expresso nas disputas por cargos nos governos federal e estadual, fim para o qual a política paranaense acabou por destinar boa parte de sua energia nos períodos finais da abertura.

A derrota avassaladora sofrida pelo grupo de Ney Braga nas eleições de 1982 sugeria que grandes mudanças ocorreriam no Paraná, antevendo-se que a ditadura militar estava superada. No entanto, após o PMDB assumir o poder no estado, José Richa e a cúpula do seu partido aderiram de forma gradativa à política conciliatória e a práticas que podem ser situadas naquilo que Marcos Nobre (2013) caracteriza como “pemedebismo”. Mesmo com esforço dos democratas reformistas para encampar mudanças que de fato pudessem melhorar as condições de vida da população brasileira e garantir minimamente os valores democráticos, prevaleceu a posição dos liberais conservadores, que promoveram a “arenização” do PMDB no estado. A fusão entre PP e PMDB, como notamos, efetivou certa tutela do primeiro sobre o segundo, promovendo uma vigilância e controle em relação às ações do partido de oposição ao regime durante a transição e mesmo suporte para um predomínio peemedebista sobre a política estadual, tendo em vista as dificuldades que os demais partidos menores tiveram para se articular no estado – PT, PDT e PTB. Este processo em que a “moderação” dos antigos pepistas é destacada, em especial ao lembrarmos de Tancredo Neves, teve ainda como marca e consequência de sua presença nos governos locais, como notamos, a garantia de que os movimentos políticos distantes de Brasília não iriam “radicalizar”, isso sob a ótica dos militares e da cúpula que dirigiu a transição. Ou seja, em nível regional a conciliação apresentou práticas concretas, para além do discurso e das representações, as quais deram sentido ao contexto mais amplo da moldura transicional.

Por meio de acordos de gabinete e ancorados no capital financeiro, os grupos que dirigiram a abertura visavam manter intactos os privilégios das elites econômica e política do

país, bem como dos militares, que conseguiram garantir constitucionalmente alguns anos depois da abertura, por meio da Carta Magna de 1988, poderes de "tutela" da democracia. Mesmo com maioria política e amplo apoio da sociedade, os governantes paranaenses do PMDB não conseguiram encampar pautas democráticas por eles defendidas em campanha e durante os anos de ditadura. A arquitetura montada para a transição restringia as possibilidades de ação, bem como alguns entraves políticos e acordos regionais que limitaram as margens de negociações. As figuras autorizadas a participar do primeiro governo civil após os anos de ditadura também evidenciam os limites do processo transitório. Entrava em marcha, desta forma, o "imobilismo em movimento" (Nobre, 2013), que tirava o foco de questões como a grave crise econômica e o baixo índice de participação popular na política, para dar espaço a discussões que pouco alterariam a realidade do país – como a disputa por cargos –, frustrando uma vez mais as expectativas de boa parte da população. Por mais que desejassem e reivindicassem, como foi o caso dos paranaenses, não foi possível participar diretamente do novo governo.

Tendo como base a noção de "ideologia da reconciliação", já abordada anteriormente, emprestamos os dizeres de Ricard Vinyes sobre a Espanha e os aplicamos ao caso brasileiro, quando o mesmo afirma que o poder instituído "estabelece a reconciliação em um ato, em um momento fundacional, quando, em realidade é o resultado de um processo repleto de conflitos. Conflitos que, junto a suas diversas memórias, formam parte do patrimônio democrático" (2015, p. 236). Nesse sentido, a ação do Estado gerou uma memória que evita "assumir a democracia alcançada em nosso país como um bem adquirido a partir do esforço coral, na rua e contra a vontade – ou apesar da indiferença – de outros cidadãos" (Vinyes, 2015, p. 226). Ou seja, tivemos o apagamento das lutas ocorridas no interior de nossa sociedade e mesmo do campo político, apresentando o Estado como o preceptor da democracia aqui existente, por mais limitada que ela seja, e não um processo de democratização resultado de intensos conflitos sociais. As propostas alternativas de sociedade, como notamos entre grupos opositores à ditadura que se mobilizaram no Paraná, também são, neste contexto, relegadas ao esquecimento, e emerge uma memória consensual de que a democracia gestada foi assim aceita por todos os setores da sociedade, e de que a transição pactuada foi a única e melhor forma de construção da Nova República.

Tal modelo transicional, como se deu, nos remete mais uma vez à noção de conciliação enquanto traição, visto que conseguiu manter a participação política restrita, embora com novas e pequenas possibilidades para que a população fosse vista como parte do corpo político do país. A grande negociação entre as elites se valeu da profusão de uma falsa noção de democratização, muito presente nos discursos políticos durante toda a abertura e que tomou

conta de parte considerável do país, mas que acabou, uma vez mais, frustrando aqueles que acreditaram em um futuro diferente do que se apresentou. Os mesmos grupos que se alojaram no poder durante tantos anos durante toda a ditadura mantiveram suas posições e influência na condução do país. A traição, uma vez mais, se deu para como todos que sonharam e esperançaram que mudanças reais pudessem ocorrer. Concessões calculadas, que fugiram do escopo dos políticos e da sociedade paranaense, apontam para a fragilidade da política estadual frente aos acordos nacionais. A limitada participação de políticos paranaenses na Nova República reforça tal ideia e aponta para como a conciliação, tal como a "ideologia da reconciliação", se fez presente em escalas menores da quadra política. Podemos afirmar que o presente trabalho, ao abordar as relações políticas paranaenses, apresenta conclusões pouco animadoras em relação à frágil democracia que se construiu e demonstra como a conciliação, enquanto elemento da cultura política brasileira, abriu espaços para que membros de um mesmo grupo pudessem, mais uma vez, se alternar na condução do nosso país.

Como consequência desta transição pactuada, sem rupturas, tivemos um impacto tanto na estrutura política vigente até os dias atuais quanto na memória que se formou sobre a ditadura brasileira. As acusações de "revanchismo" imputadas aos que buscaram a devida punição aos militares contribuiu com tal processo, visto que o termo se tornou um adjetivo negativo, ensejando a pecha de inimigos da nação aos que clamavam por justiça. Um dos maiores problemas de uma transição consensual assim construída é a limitação às mudanças e "o silenciar da memória, pois tal limitação impede a criação dos valores democráticos e produz uma conformidade passiva das relações sociais com as instituições" (Teles, 2007, p. 25). Como resultado dessa articulação, que teve na anistia de 1979 um dos seus principais pilares e contribuiu para acomodar uma memória de crueldade por parte do Estado brasileiro, temos uma democracia liberal que convive com evidentes práticas autoritárias, além de pouco inclusiva. Mesmo com diversos avanços, o projeto de democracia liberal que se desenvolveu, contudo, ainda não conseguiu sanar os embaraços sociais em que vivemos, e muitas das pautas daquele período continuam sendo objetivos a serem alcançados.

A onda conservadora que ganhou força no mundo inteiro nas primeiras décadas do século XXI encontrou rápida aderência em solo brasileiro e fez multiplicar vozes que pareciam silenciadas, mas que recorrem ao autoritarismo militar para legitimar suas posições. O não reconhecimento do histórico de violência e de crimes cometidos pelos governos ditatoriais, bem como da existência de propostas de sociedade diferentes daquela gestada, são demandas que a História do Tempo Presente busca tratar e evidenciar. Este compromisso social, neste caso também um compromisso democrático, torna a história um instrumento direto na luta política

contra maiores retrocessos no âmbito social, em uma luta travada para inscrever no campo da memória o que não deveria ter sido silenciado.

Por fim, salientamos que novas investigações que aprofundem as dinâmicas heterogêneas e multilineares da transição, considerando outras fontes e por meio de outras abordagens, bem como abordando outros estados brasileiros sobre o mesmo período, podem contribuir para ampliar a compreensão sobre o desenrolar do processo transitório e permitir novas leituras sobre o tema. Frise-se ainda que, embora nossa análise tenha tido como foco o movimento político institucional, ou seja, a "via partidária" para pensar a transição, a atenção às articulações dos movimentos civis e de trabalhadores pode apresentar outras interpretações de grande relevância sobre a transição política, e indicar ainda como tais movimentações não partidárias interfeririam nas decisões e trajetórias de diferentes personagens e agentes políticos.

REFERÊNCIAS

Documentais

ANAIS DA ASSEMBLEIA. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Curitiba. 1979-1985.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba. 1979-1985.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba. 1978-1983.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina. 1983-1985.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1971, edição 196, p. 1.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). **Arquivo Nacional**, Brasília. 1979-1985.

Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz. Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 134, p. 127-142, jul./set. 2022.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Tradução Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ANTONIO, Gustavo Miranda. Promoção da reconciliação nacional. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 15, n. 105, p. 69-92, fev./maio 2013.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. *In*: FICO, Calos *et al* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 10, p. 1-15, 1995.

BAQUERO, Rute; BAQUERO, Marcello. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 6, n. 11, p. 139-153, 2º sem. 2007.

BATISTELLA, Alessandro. A redemocratização de 1945 no Paraná e as eleições de 1945 e 1947. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 436-459, 2015a.

_____. Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965. **História**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 274-302, jan./jun. 2015b.

_____. A gênese e os anos iniciais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Paraná (1945-1948). **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 369 - 397, jan./jun. 2015c.

_____. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 257-286, jan./jun. 2016.

_____. O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1966). **Sæculum**, João Pessoa, v. 25, n. 42, p. 191-206, jan./jun. 2020.

_____. A trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná (1965-1979). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 26, n. 2, p. 442-479, 2021a.

_____. O fim do bipartidarismo e o retorno do pluripartidarismo no Paraná (1979-1982). **Diálogos**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 142-167, mai./ago. 2021b.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BAUER, Caroline Silveira. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da "argentinização" da transição política. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan./abr. 2014.

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 1, não paginado, jun. 1986. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/b7QF485SjwwTvKmFxDcNCwg/. Acesso em: 04 jan. 2024.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98

_____. Culturas políticas e historiografia. *In*: AZEVEDO, Cecília *et al* (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado**: tempo e justiça. Serra: Milfontes/Mariana: SBTHH, 2018.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-73, jul./dez. 2010.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014. 976p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Dados estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais realizadas em 1982. Volume 14. Tomo III. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 1989. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5438. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRUNELO, Leandro. Os reflexos do regime militar no Paraná em 1975: a Operação Marumbi. **Diálogos**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 461-484, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsever, 2012. p. 37-168.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

_____. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. *In*: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 55-81.

_____. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELO, Hilton. GROFF, Pamela. A publicidade do Paraná na campanha das Diretas. *In*: XXXXVII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais**... Foz do Iguaçu: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014. p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1995-1.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

CASTRO, Celso. Comemorando a "revolução" de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. *In*: FICO, Calos *et al* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 119-142.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 173-228, 2007.

CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia**. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-427.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-23, jan./jun. 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FARIA, Enéas; SEBASTIANI, Sylvio. **Governadores do Paraná**: a história por quem construiu a história. Curitiba: Sistani, 1997.

FELISMINO, José Antonio Tadeu. **Jornal Poeira, história e memórias**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2016.

FERRAZ, Paula Ribeiro. **O Gabinete da Conciliação**: atores, ideais e discursos (1848-1857). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

_____. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 27-73.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. *In*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 57-71.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, jul. 2004.

_____. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. *In*: FICO, Carlos *et al* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 53-76

_____. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores". **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

_____. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 1-23, jul./dez. 2013.

_____. Violência Repressão e Sociedade. *In*: FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015. p. 61-87.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.

_____. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 8-57, jan./jun. 2021.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: a história do serviço secreto de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 287-308, jan./abr. 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 177-186.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. *In*: SOHIET, Rachel BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. (Orgs.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 259-284.

GRANATO, Natália Cristina; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade da política no período pós-Revolução de 1930. **Revista NEP** - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 48-69, dez. 2020.

GRANATO, Natália Cristina. **O processo da revolução de 1930 no Paraná**: atores políticos e dissidências oligárquicas. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos "revolucionários de primeira hora" ao "partido do sim, senhor". *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004. p. 141-159.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. O governo Haroldo Leon Peres (1971): notas iniciais de uma pesquisa. *In*: VII Congresso Internacional de História, XXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História da Universidade Estadual de Maringá. **Anais**... Maringá, out. 2015. p. 1511-1522.

HERLER, Thomas Joezer. **Formação e trajetória do primeiro MR-8**: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969). 2015. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL). **Resultados eleitorais:** Paraná - 1945-82. Curitiba: IPARDES, 1989.

_____. **Paraná 1990**: projeção da população. Curitiba: IPARDES, 1984.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 129-148, jan./jun. 2012.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

_____. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1-12, out./dez. 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. *In*: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980.Curitiba: SETI, 2004a. p. 141-225.

_____. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. *In*: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004b. p. 227-419.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política: uma perspectiva brasileira. **Centre for Brazilian Studies**, University of Oxford, Working Paper 64. 2005, p. 1-38. Disponível em: https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/karina20kuschnir2064.pd. Acesso em: 05 jul. 2021.

LAIBIDA, Daiane Carnelos Resende. **"Requião tem razão"? Homem político e discursos**: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAMOUNIER, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. *In*: ROUQUÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (Orgs.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p.104-140.

_____. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. *In*: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990. p. 13-35.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 287-313, dez. 2002.

_____. Poder Judiciário e poder militar (1964-69). *In*: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 409-436.

_____. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. *In*: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.77-102.

LIMA, Lucas Pedretti. A gramática da violência política: Representações críticas sobre a ditadura militar na década de 1970. **Novos Estudos** – CEBRAP, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 163-180, jan./abr. 2023.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 72–107, jul./dez. 2013.

_____. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. *In*: GONÇALVES, Janice (Org.). **História do tempo presente**: oralidade, memória, mídia. Itajaí: Casa Aberta, 2016. p. 59-76.

LUCA, Tânia Regina De; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. *In*: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas**: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016. p. 25-47.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná**: política e governo. 2 ed. Curitiba: SAMP, 2017.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTINS FILHO, João Roberto. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 2, p. 7-23, 1994.

_____. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 519-536, jul./dez. 2012.

_____. **O palácio e a caserna.** A dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969). 2 ed. São Paulo: Alameda, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart**: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 130-147.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ABREU, Luciano Perrone de (Orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV, Edipucrs, 2013. p. 9-32.

_____. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, out./dez. 2014

_____. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. **Um passo adiante, dois passos para trás:** o PMDB de 1979 a 1982. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NADER. Ana Beatriz. **Autênticos do MDB**: Semeadores da democracia. História oral de vida política. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, jan./abr. 2014.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.

_____. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

_____. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira". **Passés Futurs**, n. 12, p. 1-15, dez. 2022. Disponível em: https://www.politika.io/fr/article/processos-politicos-atores-sociais-e-disputas-memoria-sobre-a-ditadura-militar-brasileira. Acesso em: 11 jul. 2023.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, p. 70-77, 1º sem. 2010.

_____. **A campanha Diretas Já e a transição brasileira da ditadura militar para a democracia burguesa**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Humberto Fernandes. Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. **Revista Mediações**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 1999.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **De Geisel a Collor**: Forças Armadas, transição e democracia. Tese (Livre Docência em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Diretas Já, um movimento social híbrido. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 129-143, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 9, p. 47-57, 1997.

_____. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA. Luzia Helena Herrmann de. **Democratização e Institucionalização Partidária**: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990). Londrina: Editora UEL, 1998.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das Ditaduras de Segurança Nacional: Os Desaparecidos Políticos. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, p. 1-16, dez. 2004.

PAES, Gustavo Josué Simoni. Religião, constituição e impresso: a representação do ensino religioso no jornal Correio de Notícias durante os anos de 1985-8. *In*: 10º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação - SIMEDUC. Universidade Tiradentes. **Anais**... Aracaju, mar. 2021. p. 1-15. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/14737. Acesso em: 18 jul. 2022.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Resultado de Eleições Gerais de 1982. Disponível em: https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-gerais-tre-pr. Acesso em: 30 jul. 2023.

PECORARO, Tamires Mascarenhas. **O MDB durante o governo Geisel (1974-1978)**: a atuação parlamentar do partido de oposição à ditadura após as eleições de 1974. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIORI, Angelo *et al*. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

REBELO, Vanderlei. **Ney Braga, a política como arte**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. **Locus**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 277-297, 2018.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 131-139, maio/ago. 2009.

_____. Pela "pacificação da família brasileira": uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 67-88, jun. 2014.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**: um desafio histórico-cultural. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a reformulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p. 49-99, set./dez. 1995.

RORIZ, João. Os donos do silêncio: a política externa do regime militar brasileiro e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 113, p. 103-136, maio/ago. 2021.

SADER, Emir. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia? 6 ed. São Paulo: Atual, 1990.

SADEK, Maria Teresa. A justiça eleitoral no processo de redemocratização. *In*: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990. p. 153-179.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias:** intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Carla Luciana. O uso da imprensa como fonte historiográfica e a ditadura no interior do Paraná. [Entrevista realizada em 29 de setembro de 2020]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, p. 1-22, jan./abr. 2021a. Entrevistador: SILVA, Lucas Alves da.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 243-282.

SILVA, João Batista Teófilo. **Passar o passado a limpo**: Memória, esquecimento, justiça e impunidade no Brasil pós-ditadura. Da Anistia à Comissão Nacional da Verdade. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021b.

SILVA JUNIOR, Samuel Fernando da. **Diretas Já e autocracia burguesa no Brasil**: luta política na transição conservadora. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

SILVA, Márcia da *et al*. As eleições para governador do Paraná em 1960: resultados, contextos e apontamentos. **Paraná Eleitoral**: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 549-567, 2020.

SOUZA, Eliton Felipe de. Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. **Perseu**, São Paulo, n. 11, ano 7, p. 114-145, 2016.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TELES, Edson Luís de Almeida. **Brasil e África do Sul**: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TEITEL, Ruti G. Transitional Justice Genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, v. 16, p. 69-94, 2003.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Rio de Janeiro: UNIPOP, 2012.

TRINDADE, Hélgio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). *In*: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (Orgs.). **Como Renascem as Democracias**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 46-72.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 333-358, jan./abr. 2013.

VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (Ed.). **El Estado y la memoria**: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Bueno Aires: Del Nuevo Extremo; Barcelona: RBA, 2009. p. 23-66.

_____. Sobre vítimas e vazios, ideologias e reconciliações, privatizações e impunidades. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBER, Denise (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 224-244.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: A Busca de Interfaces Metodológicas. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1997.

VRECHE, Carla Cristina. **À luz da vela**: o ativismo transnacional da Anistia Internacional durante o regime militar brasileiro (1964-1985). 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.